

ISSN (Versão Impressa): 1519-9894

ISSN (Versão Online): 2179-2194

fragmentum

- 61 -

MIGRAÇÃO: NOVAS ABORDAGENS DISCURSIVAS

Glaucia Muniz Proença Lara (UFMG - Brasil)

Laura Calabresa (ULB - Bélgica)

Marluza da Rosa (UFSM - Brasil)

Organizadoras



Fragmentum / Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Centro de Artes e Letras (CAL). Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL-UFSM). Laboratório de Fontes de Estudos da Linguagem (Laboratório Corpus). N. 1 (set. 2001) - Santa Maria, 2001- .

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/issue/archive>
Semestral
ISSN 1519-9894 (versão impressa)
e-ISSN 2179-2194 (versão online)
N. 61 (jan./jun. 2023). "Migração: novas abordagens discursivas", organizado por Gláucia Muniz Proença Lara (UFMG - Brasil), Laura Calabresa (ULB - Bélgica) e Marlusa da Rosa (UFSM - Brasil).

1. Migração. 2. Discurso. 3. Linguística. 3. Universidade Federal de Santa Maria. 4. Centro de Artes e Letras.

Ficha catalográfica elaborada por Luciano Rapetti CRB-10/2031

Biblioteca Central da UFSM
Biblioteca Central da UFSM

Editoria do Programa de Pós-Graduação em Letras

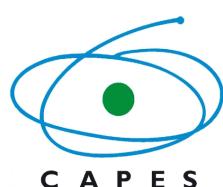
Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade Federal de Santa Maria
Prédio 16, CE, sala 3222 – Bloco A2
Campus Universitário - Bairro Camobi
CEP 97105-900 – Santa Maria, RS – Brasil
Fones: 55 3220 8359 – 55 3220 8025
Email: ppgletras@ufsm.br
Site: www.ufsm.br/ppgletras

Fragmentum

www.ufsm.br/fragmentum – fragmentum.corpus@gmail.com

Apoio

Centro de Artes e Letras - CAL/UFSM
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PRPGP/UFSM
Pró-Reitoria de Extensão – PRE/UFSM



Fragmentum

Publicação do Laboratório Corpus – Laboratório de Fontes de Estudos da Linguagem, do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM

ANO DA PRIMEIRA PUBLICAÇÃO

2001

POLÍTICA EDITORIAL

Fragmentum é um periódico científico publicado trimestralmente nas versões impressa (ISSN 1519-9894) e on-line (ISSN 2179-2194) e destinado a pesquisadores e estudantes em nível de pós-graduação. O periódico divulga textos produzidos por pesquisadores que desenvolvem, como escopo e/ou resultado de pesquisas, as seguintes problemáticas:

- a) Na Linguística, questões enunciativas e/ou discursivas, tendo por eixo diretor o campo do saber sobre a história da produção do conhecimento linguístico, a partir da análise de instrumentos linguísticos bem como de outras textualidades alicerçadas pela História das Ideias Linguística em sua relação com a Análise de Discurso de linha francesa;
- b) Na Literatura, estudos comparados que têm evidenciado a relação do texto literário não apenas com seu contexto de produção como também com outras artes, mídias, saberes e formas, aproximação esta que articula artes e conhecimentos em suas específicas cidades, demonstrando processos de leitura, compreensão, interpretação e análise envolvidos no acesso a obras de arte e à recepção de um público especializado.

Admitem-se textos em português, francês, inglês ou espanhol. Não são aceitos textos de pesquisadores que não tenham a formação mínima de doutor. Acadêmicos de doutorado podem submeter textos à avaliação, desde que em coautoria com o professor orientador.

Com periodicidade semestral, cada novo dossiê temático será organizado por dois pesquisadores e constituído de um conjunto de artigos somados a uma resenha e à divulgação, em formato de resumo, de duas teses já defendidas, que apresentem relevância para a temática em foco. Afora essa estrutura preestabelecida, *Fragmentum* se reservará o direito de publicar entrevistas e outras textualidades inéditas, de caráter artístico e ensaístico, quando convier. Originais em francês, português e espanhol deverão apresentar título, resumo e palavras-chave na língua em que foi escrito o texto e em inglês. Para originais em inglês, título, resumo e palavras-chave deverão ser apresentados em inglês e em português.

Reitor da Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Luciano Schuch

Diretor do Centro de Artes e Letras

Prof. Dr. Gil Roberto Costa Negreiros

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras

Prof. Dr. Dionei Mathias

Coordenadora Geral do Laboratório Corpus

Profa. Dra. Taís da Silva Martins

Comitê Editorial**Comissão Editorial**

Amanda Eloina Scherer, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil.

Enéias Farias Tavares, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil.

Verli Petri, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil.

Editora-Chefe

Amanda Eloina Scherer, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil.

Editor Gerente

Enéias Farias Tavares, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil.

Editores de Língua Estrangeira

Francês – Amanda Eloina Scherer, UFSM, RS, Brasil.

Inglês – Enéias Farias Tavares, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil.

Espanhol – Germán García Bermúdez, Universidad de la República, Montevideo, Uruguay.

Conselho Editorial

Alcides Cardoso dos Santos, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.

Ana Paula El-Jaick, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Ana Zandwais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Anne-Gaëlle Toutain, Université de Berne, Suisse.

Beatriz Maria Eckert-Hoff, Universidade do Distrito Federal, Brasília, DF, Brasil.

Bethania Mariani, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

Caciane Souza de Medeiros, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

† Carme Regina Schons, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, Brasil.

Caroline Mallmann Schneiders, Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo/RS, Brasil.

Célia Marques Telles, Universidade Federal da Bahia, Brasil.

Chloé Laplantine, Laboratoire Histoire des Théories Linguistiques, França.

Christian Puech, Université de la Sorbonne Nouvelle Paris 3, França.

Cristiane Dias, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Eduardo Guimarães, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Enéias Farias Tavares, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Eni Puccinelli Orlandi, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP; Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, MG, Brasil.

Estanislao Sofia, Professor Visitante Estrangeiro Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Evandra Grigoletto, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil Flavio Felicio Botton, Universidade Federal do ABC, Santo André, SP, Brasil.

Flávio Loureiro Chaves, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Gema Sanz Espinar, Universidad de Madrid, Espanha Gerson Luiz Roani, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, SP, Brasil.

Gesualda Rasia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Giuseppe D'Ottavi, Institut des Textes et Manuscrits Modernes, Paris (ENS/CNRS), França.

Gladys B. Morales, Universidad Nacional de Río Quarto, Argentina Héliane Kohler, Université de Franche-Comté, França.

Irène Fenoglio, Centre National de la Recherche Scientifique, França.

Isabel Cristina Ferreira Teixeira, Universidade Federal do Pampa, Bagé, RS, Brasil.

José Edicarlos de Aquino, Universidade Federal do Tocantins.

José Horta Nunes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

José Luís Jobim de Salles Fonseca, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Juan Manuel López-Muñoz, Universidad de Cadiz, Espanha.

Juliana Steil, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

Larissa Montagner Cervo, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Lucília Maria Sousa Romão, Universidade Estadual de São Paulo, USP-Ribeirão, Ribeirão Preto, SP, Brasil.

Mara Ruth Glozman, Universidad de Buenos Aires, Argentina.

Márcia Helena Saldanha Barbosa, Universidade de Passo Fundo (UPF), Brasil.

Maria Cleci Venturini, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR, Brasil.

Maria da Glória Bordini, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Maria da Glória Corrêa Di Fanti, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil.

Maria José R. Faria Coracini, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Marianne Rossi Stumpf, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Mariarosaria Zinzi, Università degli Studi di Firenze, Itália.

Marilene Weinhardt, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Marluza da Rosa, Universidade Federal de Santa Maria – Campus Frederico Westphalen.

Mary Neiva Surdi da Luz, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, Brasil.

Nádia Régia Maffi Neckel, Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).
Orna Messer Levin, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
Paola Capponi, Università di Torino, Italia.
Paulo Ricardo Kralik Angelini, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
Regina Zilberman, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
Rejane Pivetta de Oliveira, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
Silmara Dela Silva, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
Taís da Silva Martins, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.
Valdir do Nascimento Flores, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil.
Valdir Prigol, Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil.
Vanise Gomes de Medeiros, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
Véronique Daleth, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Produção Editorial Capa e Projeto Gráfico Originais

Simone de Mello de Oliveira, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.
Mirian Rose Brum-de-Paula, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

Produção Gráfica

Ana Carolina Cipolat, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Editoração Eletrônica

Robson Severo, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Revisão de linguagem

Alessandra Stefanello, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Indexadores

Rede Cariniana (IBICT)

Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Diadorim – Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Google AcadêmicoZHDK – Zürcher Hochschule der Künste

EZB – Elektronische Zeitschriftenbibliothek

TIB –Leibniz Information Centre for Science and Technology University Library WorldCat® (OCLC)

Apresentação

Migrações: Novas abordagens discursivas

Marluza da Rosa (Universidade Federal de Santa Maria)
Laura Calabrese (Universidade Livre de Bruxelas)

Glaucia Muniz Proença Lara (Universidade Federal de Minas Gerais)

Nos últimos anos, uma abundante literatura tem sido produzida acerca dos discursos sobre as migrações. Nos campos das ciências da linguagem e da comunicação, o interesse tem recaído principalmente sobre os enquadramentos midiáticos (Holmes, Castañeda, 2016; Berry, Garcia-Blanco, Moore, 2016; Fábián, 2023), as denominações (Zetter, 2007; Baker *et al.*, 2008; Calabrese, Veniard, 2018; Calabrese, Gaboriaux, Veniard, 2022), o discurso político (Van Leeuwen, Wodak, 1999; Bennet, 2018) e as interações entre o discurso político-institucional e as práticas de acolhimento (Boswell, Geddes, Scholton, 2011; Cantat, Thiollet, Pécout, 2019), numa perspectiva, sobretudo, europeia ou eurocentrada. Este número da *Fragmentum* procura abordar os discursos sobre as migrações a partir de ângulos que têm sido ainda pouco explorados nas pesquisas existentes: discursos sobre as migrações nos países ditos do Sul Global, discursos sobre as migrações em uma perspectiva diacrônica e narrativas de sujeitos que não se inserem nos discursos hegemônicos, como é o caso das histórias de vida.

Na maior parte dos estudos sobre as migrações em análise de discurso, as histórias de vida costumam estar ausentes, o que parece dizer mais sobre os quadros teóricos mobilizados do que sobre um possível desinteresse de pesquisadores e pesquisadoras. Se o olhar para as narrativas individuais de migrantes está, pelo contrário, muito presente em áreas como a sociolinguística (conferir, por exemplo, o trabalho de Canut *et al.*, 2018), tais narrativas também podem encontrar lugar nas perspectivas discursivas, uma vez que produzem uma memória dos acontecimentos, funcionando em paralelo àquela construída pelos discursos institucionais. Todavia, por se tratar de uma abordagem singular de um amplo fenômeno sócio-histórico, essa aposta demanda procedimentos de análise adaptados, a fim de que possa ganhar espaço em uma disciplina que, ao menos nestas últimas décadas e em determinados recortes, tende a se mostrar atraída pelos grandes *corpora*.

A mesma reflexão metodológico-analítica vale para a leitura dos *corpora* registrados em espaços institucionais menos acessíveis e/ou menos midiatizados, como, por exemplo, os discursos escolares que, no entanto, estão muito ligados ao fenômeno migratório. As escolas, as repartições administrativas e outras instituições que recebem e trabalham diretamente com pessoas migrantes/refugiadas se mostram lugares importantes de produção de representações. Neste dossiê, a questão é abordada em relação a crianças provenientes da migração venezuelana, alvo de discursos nacionalistas no Brasil.

A análise desses discursos, em outros locais que não os países ricos, abre caminho à observação da circulação de imaginários em contextos sociopolíticos diferentes. De fato, se formações discursivas xenófobas são frequentemente objeto de estudos na Europa ou em países como os Estados Unidos e a Austrália, são ainda muito pouco exploradas na América Latina, que, no entanto, passou de uma recepção aberta aos venezuelanos para uma política migratória restritiva e uma recepção mitigada (Acosta; Freier, 2023). Como apontam os autores, as pesquisas sobre as migrações reproduzem o viés Norte-Sul.

Ao contrário, neste número, compreendemos que as representações produzidas a partir dos países do chamado Sul Global, como é o caso do Brasil, permitem descentralizar a visada eurocêntrica e observar a migração, sobretudo, como um evento mundial, embora apreendido localmente. Também é possível, com esse olhar por outros ângulos, refletir sobre o modo como o que se comprehende por migrações, migrantes e refugiados é passível de transformação conforme a época, o lugar, as condições e os discursos em circulação e diálogo, na medida em que políticas distintas são implementadas ou reforçadas por autoridades nacionais e mesmo internacionais. A esse respeito, podemos indagar sobre a quase ausência de midiatização da crise venezuelana nos países ricos, a qual, no entanto, provocou o deslocamento de oito milhões de pessoas, das quais seis milhões para países da América Latina e do Caribe (García, 2023).

A migração venezuelana na América Latina tem sido um terreno fértil para a observação da fábrica de categorias migratórias, visto que instâncias administrativas têm frequentemente contornado o estatuto jurídico de refugiado para conceder autorizações de residência temporária, ou invocado a Declaração de Cartagena sobre os Refugiados (1984), que expande esse estatuto para além do que está previsto na Convenção de Genebra. A criação, pelo ACNUR, de uma categoria como “pessoas venezuelanas deslocadas fora do seu país” é, nesse sentido, comparável ao estatuto de proteção temporária concedido aos ucranianos, na medida em que são considerados uma categoria à parte de outros solicitantes de asilo.

Outros *corpora* pouco explorados e que dizem do fenômeno migratório têm sido aqueles que reúnem obras de arte narrativas (com exceção das obras televisivas, cujo estudo goza de uma longa tradição no campo semiótico). Frequentemente, essas obras figuram pouco nas ciências da linguagem, particularmente nas análises discursivas que prestam especial atenção aos discursos políticos, midiáticos e do senso comum, os quais são vistos como possuindo um papel estruturante na sociedade. No entanto, o cinema e a literatura são bons marcadores da “estrutura de sentimento” de uma época, segundo a noção de Raymond Williams (1976), a qual supostamente captaria novas hegemonias emergentes, pouco visíveis no discurso social. Aqui, essas narrativas são analisadas em documentários produzidos sobre pessoas migrantes/refugiadas em diferentes lugares do mundo e por óticas também diversas.

Os artigos contemplados neste dossiê, assim, abrem espaço para um estudo mais apurado sobre a relação entre eus (nós) e outros, tendo em vista nuances socioeconômicas, culturais e subjetivas. Se noções como empatia e precariedade/precarização tendem a circular ampla e irrefletidamente nas mídias sociais digitais e jornalísticas, em alguns dos textos deste número essas noções recebem contornos teóricos que redefinem seus efeitos de sentido e sua potencialidade para a compreensão do fenômeno migratório e, consequentemente, da relação entre eus (nós) e outros. Podemos pensá-las rememorando as palavras de Pelbart (2018), ao propor uma indagação, não sobre o empatizar, mas sobre o simpatizar.

O que é simpatizar? Alguns diriam, é acolher o outro, na sua identidade, e reconhecer uma certa identidade de fundo com esse outro. Isso pode ser bonito, e até necessário, mas também tem seus riscos - se aceito o outro na sua identidade visível, ele está fadado a sustentar e reiterar aquilo que eu lhe atribuo ou que ele mostra. Mas há outra ideia de simpatia, que vai além desse reconhecimento da alteridade, e também além dessa ideia um pouco trivial, embora necessária, claro, de que somos todos humanos. Simpatizar é simpatizar não só com o outro, mas com o seu movimento, com sua deriva, com o seu devir, inclusive com o devir-outro do outro, acompanhá-lo na sua movência, mesmo ali onde ele se livra dele mesmo, ou das amarras de sua identidade (Pelbart, 2018, p. 3).

Não raro simpatizamos, e pensamos ter empatia, com um outro que nada mais é do que efeito de nosso próprio imaginário: outro-estrangeiro destituído, em falta (Andrade, 2021), imagem que lhe atribuímos ou que pensamos ver, principalmente em momentos específicos, que aglutinam a produção imaginária sobre a (i)migração, tais como a chegada em um país ou a travessia das fronteiras. Nas tentativas de compreender e de lidar com o diferente, é uma imagem fixa da alteridade que se instaura. É contra essa imagem que Emediato constrói discursivamente a noção de empatia, um convite a pensar, “deslocando-se do seu próprio lugar, de não imigrante ou de suposta vítima da imigração”.

Os discursos nacionalistas, notadamente difundidos no cenário político nos últimos anos, reiteram a relação entre a questão migratória e a ameaça da qual seríamos vítimas potenciais, em que se reatualiza a figura do (i)migrante tanto como sujeito fragilizado e precarizado, demandando assistência de instituições governamentais e ONGs, quanto como intruso, indesejado, que usurparia direitos específicos dos nacionais, além de seus postos de trabalho.

No processo de produção de um contradiscorso, a figura idealizada do (i)migrante que busca por melhores condições de vida passa a ser exaltada. Esses discursos, validados em diversas esferas midiáticas, tendem a se consolidar como lugar comum e chave de leitura do fenômeno migratório. Tal perspectiva axiológica das migrações, como boas ou ruins, prejudiciais ou benéficas aos países de destino, geralmente se faz pelo olhar de quem se considera inserido no território e nas redes sócio-históricas e econômicas. Esse olhar também classifica certos sujeitos como refugiados mais legítimos (ou inquestionavelmente refugiados) do que outros, como sinalizam Calabrese, Balty, Mistiaen e Van Neste-Gottignies, em seu estudo comparativo entre o discurso midiático sobre pessoas ucranianas e sobre pessoas sírias, grupos que se deslocaram em razão de conflitos armados.

É desse lugar, desse lado de dentro, que se constroem os discursos institucionais (Barbou des Places, 2010; Da Rosa, 2021), como o jurídico, por exemplo, que solidificam sentidos sobre as migrações, categorizando sujeitos em conformidade com suas supostas razões de partida e justificativas de permanência (Lochak, 2006; Withol de Wenden 2010; Fleury-Graff, 2019). Essa categorização institucionalizada dos sujeitos em migração já foi amplamente discutida, e seu caráter de palavra final sobre o fenômeno, principalmente neste século, questionado (Agier, Madeira, 2017; Da Rosa, 2021). Sintetizando parte desse debate, Lara (2021, p. 30) afirma que “na prática, os limites entre os termos migrante e refugiado, bem como as categorias de indivíduos a que remetem, são bastante tênues e sujeitos a flutuações”.

Daí a relevância de se analisarem as produções discursivas dos(as) próprios(as) (i)migrantes, sujeitos cujos discursos, na maioria das vezes, são produzidos a partir de situações de enunciação não hegemônicas. Para Andrade e Gomez, no texto que compõe este número, “trazer à tona a narrativa do migrante faz com que ele atrela a memória individual à memória de grupo, produzindo um arquivo da história desses sujeitos, cuja existência é despercebida na maioria das vezes”.

Logo, fomentar análises e discussões sobre discursos outros, a fim de compreender em que medida e de que forma(s) esses sujeitos se adequam ou resistem às lógicas dominantes tem sido uma via potencial de pensar, deslocando-se, pela perspectiva do discurso. Como destaca o artigo de Arcanjo e Lara, “os ‘líderes’ não poderiam oferecer testemunhos, pois isso é uma prerrogativa de quem vivencia o trauma”. Nesse sentido, as narrativas de vida (Sarabia, 1985; Bertaux, 2005; Lara, 2021, 2023; Sant’Ana, 2022), o falar de si, a autonarrativa, são corpora profícuos para o questionamento dos discursos vistos como sempre verdadeiros, em busca de escutar verdades subjetivas, testemunhos, que se estruturam a partir de certas doses de ficção.

Essas narrativas se tecem, muitas vezes, com línguas e sujeitos em luto, mas para quem lutar se configura como forma de elaborar as perdas; faltas, vazios que não são atributos apenas do ser migrante, mas da condição de sujeito que se diz e é dito pela linguagem, por entre línguas. Como apontam Mattos e Stübe, trata-se da “perda do ideal monolíngue”. O que é característico do ser migrante, ao menos como vemos no Brasil e de que dão conta outros textos deste dossiê, é o enfrentamento a formas entrecruzadas de violência, em que se destacam a violência racial e a de gênero, constantemente embaladas pela xenofobia, como analisou Ribeiro (2022). Violências essas que visam a silenciar e a aniquilar o outro, a outra língua, o outro corpo, ainda que apresentadas como formas de ensinar ou de integrar. A ocorrência de manifestações de racismo direcionadas a pessoas migrantes em um país como o Brasil – de cuja população, conforme o censo de 2022, mais de 20 milhões de pessoas se afirmam pretas e mais de 92 milhões se declaram pardas – não é evidente. Contudo, as práticas de uma xenofobia racializada no país (Faustino, Oliveira, 2021) podem ser vistas não só como herança de um longo processo de naturalização de categorias raciais coloniais, mas também como desdobramentos posteriores de formas próprias de reforçar as diferenças pela sobreposição de marcadores de racialização e de nacionalidade.

Assim, são produzidos “sentidos sobre as fragilidades a que estão submetidas as pessoas em condição de refúgio”, como afirmam Deusdará e Xavier em seu escrito; sentidos estes que se solidificam, também, por “ressonâncias discursivas” sobre o outro-(i)migrante, as quais reverberam nas dinâmicas, ditas de acolhimento, que incidem sobre modos possíveis e impostos de ser e de dizer, como Lucena desenvolve em seu artigo. Não à toa, diante desse cenário hostil, os discursos dos e sobre os (i)migrantes também os projetam como sobreviventes, resilientes e/ou empreendedores, mobilizando determinados traços valorizados socialmente nos países de chegada. Como destacam Da Rosa e Ribeiro, “na condição de imigrante, entre a exploração explícita e a promessa de liberdade, o empreender parece ser o percurso menos difícil de validação/integração pelo trabalho”.

O conjunto de textos do dossiê *Migrações: novas abordagens discursivas* inicia com o artigo *Questão migratória em discursos políticos: empatização e descentramento*, no qual Wander Emediato explora a dimensão política do fenômeno migratório, trazendo para o campo discursivo a noção de empatia. Para

o autor, “empatizar com a questão migratória [...] significa expressar um ponto de vista mais complexo, com centros de referência múltiplos”. Em sua abordagem, Emediato analisa os dizeres de sujeitos políticos de países como França e Estados Unidos, de modo a refletir sobre a relação, estabelecida no discurso, entre imigração e mobilidade empática. Nesses dizeres, é possível identificar posturas antitéticas que tendem, a depender do espectro político, à empatização ou à não empatização.

Em seguida, o artigo de Fábio Arcanjo e Gláucia Lara, intitulado *Fluxo humano: um olhar sobre os refugiados no mundo*, toma como ponto de partida para sua reflexão o documentário *Human Flow*, traduzido para o português como *Não existe lar se não há para onde ir*. Ao considerar as características e o funcionamento do gênero documentário, os autores entendem os modos participativo e reflexivo, propostos pelo cineasta Ai Weiwei, como uma forma de convocar o espectador a entrar na cena, a se identificar com refugiados(as) do mundo inteiro, representados(as) no documentário por pessoas de 14 países, bem como a tomar consciência acerca da realidade abordada. Além disso, Arcanjo e Lara mobilizam a Semântica Global como dispositivo de análise das narrativas de vida apresentadas pelo texto filmico, observando, dentre outros aspectos, a construção enunciativa da resiliência como característica dos(as) refugiados(as).

Em *Migração e direito ao trabalho: uma análise discursiva da série “Ser Brasil - Migrantes e Refugiados”*, Marlusa da Rosa e Jocenilson Ribeiro também se voltam à análise do discurso filmico, problematizando o modo como o valor trabalho é construído ao longo da série referida no título. Os autores abordam a relação intrínseca entre migração e trabalho, compreendendo que este é construído não só como um direito, mas também como uma condição para que o (i)migrante seja tolerado, desde que capacitado para trabalhar. Nessa esteira, abrem espaço para a reflexão sobre a precariedade das condições de trabalho, ressignificada pela iniciativa empreendedora, em um cenário político e econômico regido pelos ideais neoliberais.

Eliane de Andrade e Francesca Gomez, no artigo *Ser-estar entre línguas e culturas: vivendo como um migrante no Brasil*, propõem o olhar para a autonarrativa, ou narrativa de si, como possibilidade de se produzir conhecimento sobre a questão identitária em relação a grupos minorizados. As autoras exploram o funcionamento da noção de memória (discursiva) na construção de um “être” entre línguas e culturas, um ser/estar que se produz de forma dividida e multifacetada. Considerando a intersecção de aspectos como gênero, raça e classe, Andrade e Gomez analisam excertos de uma autonarrativa que apontam para o entrelugar da (i)migrante, mulher negra no Brasil, como um contraespaço, marcado de forma singular nas e pelas línguas que a constituem sujeito.

A (trans)formação entre línguas também é foco do estudo de Luan de Mattos e Angela Stübe, intitulado *O que ficou para trás: o luto da língua*, em que os autores refletem sobre a possibilidade de uma mudança subjetiva propiciada por situações de mudança linguística. Ao abordarem a problemática do luto e da perda, Mattos e Stübe oferecem uma perspectiva outra sobre essa dimensão, analisando fragmentos de uma carta de Freud e de uma entrevista com um imigrante no Brasil. Desse modo, ao compreenderem que a língua é sempre do Outro, sugerem que a perda diz respeito à ilusão de que essa língua possa ser uma, totalizável.

No âmbito midiático, principalmente nas mídias europeias e nas redes sociais digitais, desde

fevereiro de 2022, muitas vozes se elevaram para denunciar o tratamento diferenciado destinado à população ucraniana em comparação com os refugiados não europeus, enquanto segmentos do discurso político justificaram a abordagem diferente pela proximidade cultural. Esse momento discursivo, dominado pela comparação entre a crise ucraniana e a crise síria, é lido por Calabrese, Balty Mistiaen e Van Neste-Gottignies em referência ao interdiscurso da crise migratória de 2015. Com o objetivo de investigar a intuição de que os ucranianos foram considerados refugiados merecedores e de examinar os argumentos que sustentam essa perspectiva, Calabrese, Balty, Mistiaen e Van Neste-Gottignies analisam um amplo *corpus* da imprensa escrita, produzido em línguas diferentes (francês e holandês) e em países limítrofes (Bélgica, França e Países Baixos). Assim, concluem que o discurso do tratamento diferenciado, que circulou no meio social após a recepção supostamente mais favorável dos refugiados ucranianos, não reflete exatamente as políticas migratórias europeias, que atribuíram um espaço considerável aos deslocados da guerra da Síria.

Também com base no cenário midiático, o artigo “*É muito difícil de acreditar*” - *sentidos, práticas e violências na integração local a refugiados no Brasil*, de Bruno Deusdará e Priscila Xavier, discute, a partir da repercussão do assassinato de Moïse Kabagambe, os sentidos em circulação acerca do refúgio e das pessoas que vivenciam essa situação no Brasil. Com base no que nomeiam de uma cartografia e em defesa de políticas públicas que garantam direitos sociais, os autores partem do pressuposto de que a prática de analistas de discurso implica uma dimensão de cientistas sociais. Assim, pela mobilização da noção de interdiscurso, analisam as vozes que atravessam e constituem o discurso sobre os(as) refugiados(as), em que se destacam a relação entre refugiado e foragido, bem como a precarização das condições de trabalho e a fragilização das pessoas em situação de refúgio, regularidade que também é abordada em outros trabalhos deste número.

A precariedade, desta vez construída pelo discurso sobre estudantes venezuelanos(as), também ressoa no texto *Narrativas do acolhimento? Efeitos de sentido, silenciamento e o sujeito migrante*, de Camila Lucena. Voltada ao espaço escolar e compreendendo a escola como um possível lugar discursivo de acolhimento, a autora analisa dizeres de duas professoras de uma escola pública, em que ressonâncias interdiscursivas permitem questionar o *discurso* sobre, bem como a instauração da escola como lugar de interdição da língua espanhola e de tentativa de imposição de uma língua única, o português.

É a partir do campo do ensino de português, desta vez como língua de acolhimento, que foi desenvolvida a tese “*A migração de venezuelanos para o Brasil: representações sociais e imaginários (socio)discursivos em narrativas de vida e textos jornalísticos*”, de Maíra Sant’Ana (2022), apresentada aqui pela leitura de Eduardo Franco. O autor salienta, em sua resenha, a importância da análise de discurso – área com a qual a tese em questão, bem como este número da *Fragmentum* busca contribuir – para a compreensão de problemas sociais. O autor também dá destaque ao *corpus* analisado por Sant’Ana, narrativas de vida e textos midiáticos, escolha que é compartilhada, de uma maneira ou de outra, pelas pesquisadoras e pesquisadores, cujos estudos compõem este dossier.

Desse modo, apresentamos ao público leitor um conjunto de pesquisas que se propõe a examinar os discursos sobre as migrações em uma perspectiva global, atenta à diversidade social, bem como às transformações dos discursos no tempo e no espaço. Desejamos que a leitura incite reflexões outras,

com novos fios condutores e possibilidades de ressignificação. Agradecemos aos autores e autoras que se sentiram convidados a dialogar conosco nesta proposta, bem como à Revista *Fragmentum* por ser espaço de produção e circulação de saberes.

Referências

- ACOSTA, D.; FREIER, L. F. Expanding the Reflexive Turn in Migration Studies: Refugee Protection, Regularization, and Naturalization in Latin America. **Journal of Immigrant & Refugee Studies**, v. 21, n. 4, 2023, p. 597-610. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15562948.2022.2146246>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- AGIER M.; MADEIRA, A.-V. (orgs.). **Définir les réfugiés**[MD1] . Paris: PUF, 2017.
- ANDRADE, E, R. O entre-espacó ocupado pelo migrante (des)acolhido: entre a hospitalidade e a hostilidade. **Revista da ABRALIN**, v. 20, n. 3, 2021, p. 289-309. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1919>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- BARBOU DES PLACES, S. Les étrangers “saisis” par le droit : Enjeux de l’édification des catégories juridiques de migrants. **Migrations Société**, n. 128, 2010, p. 33-49. Disponível em: https://documentation.insp.gouv.fr/insp/doc/CAIRN/_b64_b2FpLWNhaXJuLmluZm8tTUlHUkFfMTI4XzAwMzM%3D/les-etrangers-saisis-par-le-droit-nnbsp-enjeux-de-l-edification-des-categories-juridiques-de-migrants?_lg=fr-FR. Acesso em: 25 jan. 2024.
- BAKER, P. et al. A useful methodological synergy? Combining critical discourse analysis and corpus linguistics to examine discourses of refugees and asylum seekers in the UK press. **Discourse and Society**, v. 19, n. 3, 2008, p. 273-306. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0957926508088962>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- BENNETT, S. New “crises”, Old habits: Online interdiscursivity and intertextuality in UK migration policy discourses. **Journal of Immigrant & Refugee Studies**, v. 16, n. 1-2, 2018, p. 142-162. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15562948.2016.1257753>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- BERRY, M.; GARCIA-BLANCO, I.; MOORE, K. **Press coverage of the refugee and migrant crisis in the EU**: A content analysis of five European countries. Report prepared for the United Nations High Commission for Refugees (December 2015), 2016. Disponível em: <https://www.unhcr.org/media/press-coverage-refugee-and-migrant-crisis-eu-content-analysis-five-european-countries>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- BERTAUX, D. **Le récit de vie**. Paris: Armand Colin, 2005.
- BOSWELL, C.; GEDDES, A.; SCHOLTON, P. The Role of Narratives in Migration Policy-making: A Research Framework. **British Journal of Politics and International Relations**, n. 13, 2011, p. 1-11. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-856X.2010.00435.x>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- CALABRESE, L.; GABORIAUX, C.; VENIARD, M. (orgs.). Migration et crise, une cooccurrence encombrante. **Mots. Les langages du politique**, n. 129, 2022. Disponível em: <https://journals>.

openedition.org/mots/29755. Acesso em: 25 jan. 2024.

CALABRESE, L.; VENIARD, M. (orgs.). **Penser les mots, dire la migration**. Academia: Louvain-la-Neuve, 2018.

CANTAT, C.; THIOLLET, H.; PÉCOUD, A. **Migration as crisis**. Framework paper. 2020. Disponível em: <https://www.magyc.uliege.be/upload/docs/application/pdf/2021-09/d3.1-v2-april-2020-1.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.

CANUT, C.; DANOS, F.; HIM-AQUILI, M.; PANIS, C. **Le langage, une pratique sociale**. Éléments d'une sociolinguistique politique. Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté, 2018.

DA ROSA, M. Nomeação, categorização, subjetivação: um olhar sobre as práticas de acolhida a pessoas refugiadas no discurso institucional e no ensino superior. In: SOARES, T. B.; CRUZ, M. S.; COITO, R. F. (Org.). **Novas Fronteiras em Análises do Discurso**: objetos outros. Campinas: Pontes, 2021, v. 1, p. 265-286.

FÁBIÁN, A. (org.) **The representation of refugees and migrants in European national media discourses from 2015 to 2017: A Contrastive Approach** (Corpus Linguistics). Berlin, Heidelberg: J.B. Metzler, 2023.

FAUSTINO, D. M.; OLIVEIRA, L; M. Xeno-racismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. **REMHU**, n. 29, v. 63, p. 193-210, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/WhQNMSS8L6RsKwVWkfR68tg/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

FLEURY-GRAFF, T. Les “catégories” de migrants. **Questions internationales**, n. 97, 2019, p. 24-33. Disponível em: <https://www.vie-publique.fr/parole-dexpert/271045-les-categories-de-migrants-refugies-etudiants-sans-papiers>. Acesso em: 25 jan. 2024.

GARCÍA, S. **Estudio sobre migración venezolana reciente en Argentina**. Dirección Nacional de Población, 2023. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/files/2023/12>. Acesso em: 25 jan. 2024.

HOLMES, S. M.; CASTAÑEDA, H. Representing the “European refugee crisis” in Germany and beyond: Deservingness and difference, life and death. **American Ethnologist**, v. 43, n. 1, 2016, p. 12-24. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/amer.12259>. Acesso em: 25 jan. 2024.

LARA, G. M. P. **Vivendo do outro lado do Atlântico**: histórias de brasileiros em Portugal. Coimbra: Grácio Editor, 2021.

LARA, G. M. P. **Entre experiências e memórias**: narrativas de vida de migrantes brasileiros na Europa. Campinas: Pontes 2023.

LOCHAK, D. Invention et usage des catégories juridiques dans les processus de radicalisation. L'exemple de l'immigration. In: A. COLLOVALD; B. GAÏTI (orgs.). **La démocratie aux extrêmes**. Sur la radicalisation politique. Paris: La Dispute, 2006, p. 133-152.

PELBART, P. Negros, judeus, palestinos: do monopólio do sofrimento. **Percurso**, v. 30, n. 60, p. 1-5,

jun. 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psa-4452>. Acesso em: 25 jan. 2024.

RIBEIRO, J. **Xenofobia e intolerância linguística**: discursos sobre estrangeiridade e hostilidade brasileira. Campinas: Pontes, 2022.

SANT'ANA, M. **A migração de venezuelanos para o Brasil**: representações sociais e imaginários (socio)discursivos em narrativas de vida e textos jornalísticos. Tese de doutorado, UFMG, 2022, 363 f.

SARABIA, B. Historias de vida. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n. 29, 1985, p. 165-186. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=250539>. Acesso em: 25 jan. 2024.

VAN LEEUWEN, T.; WODAK, R. Legitimizing immigration control: A discourse-historical analysis, **Discourse Studies**, v. 1, n. 1, 1999, p. 83-118. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1461445699001001005>. Acesso em: 25 jan. 2024.

WILLIAMS, R. **Marxism and Literature**. New York: Oxford University Press, 1976.

WITHOL DE WENDEN, C. Le glissement des catégories de migrants. **Migrations Société**, v. 2, n. 128, 2010, p. 193-195. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-migrations-societe-2010-2-page-193.htm>. Acesso em: 25 jan. 2024.

ZETTER, R. More labels, fewer refugees: Remaking the refugee label in an era of globalization. **Journal of Refugee Studies**, v. 20, n. 2, 2007, p. 172–192. Disponível em: <https://academic.oup.com/jrs/article-abstract/20/2/172/1539814?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 25 jan. 2024.

Artigo Original

Questão migratória em discursos políticos: empatização e descentramento

Migration issue in political speeches: empathization and decentering

Wander Emediato

Resumo: Compreender a questão migratória vai além da visão da imigração como um “problema de sociedade”, como uma ameaça ao bem-estar de um povo ou às suas características identitárias e culturais. Discursos políticos com frequência representam os imigrantes de forma reducionista. Quando o processo de imigração se torna tema do discurso político, passa a representar e, ao mesmo tempo, incitar, visões e atitudes antitéticas, que chamaremos aqui de empáticas e não empáticas. O objetivo deste artigo é analisar os modos como discursos políticos falam da imigração e refletir sobre a importância da empatia para uma melhor compreensão do lugar do imigrante e da imigração.

Palavras-chave: Imigração; Empatia; Discurso político.

Abstract: Understanding the migration issue goes well beyond seeing immigration as a “society problem”, as a threat to the well-being of a people or to their identity and cultural characteristics. Political speeches often represent immigrants in a reductionist way. When the migration process becomes a topic of political discourse, it begins to represent, and at the same time incite, antithetical views and attitudes, which we will call here empathetic and non-empathetic. The objective of this article is to analyze the ways in which political discourses talk about immigration and reflect on the importance of empathy for a better understanding of the place of immigrants and immigration.

Keywords: Immigration; Empathy; Political discourse.

Introdução

A questão migratória é uma realidade mundial e antropológica, relacionada à própria evolução da espécie humana. A circulação de pessoas para além das fronteiras onde nasceram é algo que sempre existiu, e a própria constituição dos povos e das nações foi precedida de grande movimentação de pessoas através de territórios e continentes. O processo de unidade da espécie humana e da pluralidade de línguas é o resultado de vastas migrações que datam de alguns milhões de anos, das movimentações do *homo habilis* na África oriental e meridional, ao aparecimento do *homo erectus*, e mais tarde, do *homo sapiens*. Os processos de nomadização atestam a sua importância na constituição da própria espécie e de sua evolução (Hagège, 1985), mostrando que a aventura humana é constituída de processos contínuos e históricos de migrações. Vastas migrações explicam a origem das línguas indo-europeias. Há cerca de 7000 anos,

cavaleiros migrantes das estepes russas, da região do Mar Negro, atravessaram o continente europeu, percorrendo-o até o oceano e a Ásia, impulsionando a movimentação de pessoas e impondo mesclas de todo o tipo, além de promover a expansão das línguas indo-europeias (Walter, 1994). Esses cavaleiros das estepes levavam consigo línguas que se diversificaram no contato com populações encontradas no caminho. Foram essas migrações que impulsionaram as línguas ocidentais que conhecemos hoje no século XXI, cuja base comum pertence a uma mesma família indo-europeia. Mais tarde, representantes dessa “família”, como o português, o espanhol, o inglês e o francês, migraram para as Américas, constituindo as línguas faladas em diferentes países, da Patagônia ao Canadá. O que somos hoje, as línguas que falamos, os diferentes aspectos culturais que nos identificam, nossas formas de viver e de existir, devem-se substancialmente ao fenômeno das migrações humanas.

O purismo étnico, o angelismo e as formas contemporâneas de identitarismos nacionais representam uma resistência cultural aos movimentos naturais e antropológicos humanos, caracterizados pela mistura de pessoas, etnias e povos. Se a identidade pode ser um atributo afetivo e histórico de um povo, ela constitui um obstáculo à empatização com povos percebidos como diferentes, representados como *migrantes* ou *imigrantes*. A globalização comercial, o avanço dos meios de transportes e das tecnologias de interação em rede são fatores que impulsionam a aproximação entre pessoas de territórios diferentes e potencializa os fluxos migratórios, além, claro, das questões relacionadas às desigualdades sociais, às necessidades de sobrevivência e aos conflitos bélicos.

Compreender a questão migratória vai além da visão da imigração como um “problema de sociedade”, como uma ameaça ao bem-estar de um povo ou às suas características identitárias e culturais, que são representações imaginárias tradicionais, exaltadas e radicalizadas por discursos políticos reducionistas. Nesse sentido, quando o processo de migração se torna tema do discurso político, passa a representar, e ao mesmo tempo incitar, visões e atitudes antitéticas, que chamaremos aqui de *empáticas* e *não empáticas*. O objetivo deste artigo é analisar os modos antitéticos como discursos políticos falam da imigração e se posicionam em relação aos imigrantes e à “questão migratória”.

As pré-noções

Antes, precisamos definir algumas pré-noções. A *migração* é um fenômeno global que diz respeito à circulação de pessoas de regiões a outras do planeta, seja por nomadização, seja por fatores dos mais diversos, econômicos, políticos, familiares etc. A *emigração* é o movimento *exocêntrico*, que indica o movimento de dentro para fora, como o ponto de partida. A emigração como um movimento *exocêntrico* subentende algo “fora” do centro, representado como deslocado de onde deveria estar.

A *imigração* é o resultado do movimento exocêntrico, visto agora, tanto da perspectiva do cidadão de “dentro” como do emigrante, que vem de fora para dentro; é percebida como o ponto de chegada. A imigração, sendo o resultado do movimento exocêntrico, sob o ponto de vista de quem se encontra no centro (os “de dentro”), é percebida como um fluxo vindo de um lugar onde deveria ter permanecido, deslocado de onde deveria estar. A *imigração* é uma noção específica, local, materializada em um contexto social e discursivo. E o *imigrante*, que é uma pessoa real, é o produto dessa percepção, pois é identificado

e representado assim por ter migrado de seu país, “do lugar onde deveria estar”.

Por definição, o imigrante ocupa a condição de um residente que não possui a nacionalidade do país estrangeiro em que reside. O imigrante pode ter um estatuto de refugiado (detentor de um visto de asilo) ou de quem solicita asilo; ou pode ser um estudante; ou um estrangeiro que busca reagrupar-se com sua família; ou um trabalhador etc. Pode ser também um *imigrante ilegal*, sem os documentos exigidos para estar ali, podendo, por isso, ser expulso. *Os imigrantes* também constituem uma pré-noção importante, pois diferente do imigrante, no singular, que é uma pessoa identificada de forma genérica, mas exemplar (Charaudeau, 2006), os imigrantes remetem a um grupo social, identificado de modo genérico e globalizante, sem especificações, ou seja, sem considerar seus diferentes estatutos. No plural, torna-se uma categoria ou classe de pessoas.

Análise do discurso e empatia

A questão que iremos tratar aqui diz respeito à presença da empatia, ou da falta de empatia, em discursos políticos que falam sobre a questão migratória. A empatia é definida como a atitude de se colocar no lugar do outro diferente de si para, em alguma medida, pensar, sentir e ver o mundo dessa posição. Essa definição, de início simples, se abre, no entanto, à complexidade, pois se colocar no lugar do outro exige competências diversas que extrapolam as questões afetivas do sentir (sentir o que outro poderia sentir em uma dada situação ou expressar um sentimento de comiseração, ou seja, sentimento de piedade diante do sofrimento vivido pelo outro, por sua infelicidade etc.). A empatia de que gostaríamos de tratar aqui abrange o sentir, naturalmente, mas também e, sobretudo, o fazer (a relação do ato com a pessoa), o pensar, o saber e o julgar. A empatia, nesse sentido, é uma das bases para o pensamento crítico, pois colocar-se no lugar do outro é reconhecer o ponto de vista desse outro, buscar compreender esse ponto de vista e enriquecer o seu próprio ponto de vista através dessa mobilidade empática.

No que diz respeito à Análise do Discurso, estudar a empatia é identificar, nos discursos, as atitudes de empatização do eu com o outro diferente de si mesmo. Isso pode ocorrer no plano enunciativo, em que locutores/enunciadores empatizam com os pontos de vista de outros locutores/enunciadores diferentes de si. Ou no plano da relação que um locutor/enunciador assume com objetos do discurso, como a imigração e os imigrantes, ou seja, como percebem, julgam, pensam esses temas. Em relação ao discurso político, um discurso em ação de impacto na vida social e nas representações públicas cidadãs, propomos verificar em que medida ele exerce a mobilidade empática sobre a questão migratória – e aos imigrantes – ou, ao contrário, não empatiza com eles, promovendo a repulsa e a rejeição a esse outro-diferente que é o imigrante.

Empatizar com a questão migratória consiste em pensá-la, senti-la e julgá-la nesse lugar que é o da imigração – deslocando-se do seu próprio lugar, de não imigrante ou de suposta vítima da imigração – o que significa expressar um ponto de vista mais complexo, com centros de referência múltiplos, ao falar sobre o tema. Exercer a mobilidade empática consiste, portanto, em se engajar numa relação heterodialógica com pontos de vista externos aos de si próprio, enriquecendo o seu próprio discurso com os pontos de vista de diferentes alteridades. O contrário é a posição autocentrada e reduzida a um

dialogismo com uma alteridade da qual o homem político se pensa representante – o cidadão anti-imigração, uma espécie de desdobramento de si mesmo e, por isso, um dialogismo limitado e eleitoral. Na análise, eu me servirei de discursos proferidos por atores políticos – homens e mulheres – relevantes no domínio político (autoridades, postulantes a cargos executivos e parlamentares) reagindo à questão migratória contextualizada em seus espaços de ação política.

Pensar aqui o problema da empatia consiste em trazê-lo para o campo da linguística do discurso, analisando os pontos de vista circulantes em um domínio – como o político – e como os atores sociais procuram – ou não – uma atitude de descentramento projetivo ao se relacionarem com os objetos e os pontos de vista de outros diferentes de si mesmo. Essa reflexão se faz com base nas propostas desenvolvidas por Rabatel (2017), especialmente quando ele trata dos pontos de vista em confrontação. Para Rabatel,

Se a empatia é um efeito de natureza projetiva, e se buscamos declinar os componentes cognitivo-linguísticos desse descentramento imaginativo, diremos que a empatia consiste em se colocar no lugar dos outros, a considerá-los de seu ponto de vista o que eles podem perceber, sentir, pensar, dizer, fazer... (Rabatel, 2017, p. 62, tradução nossa).

Pensar o fenômeno da empatia relacionando-o com o debate sobre a imigração permite que aprofundemos ainda mais a reflexão sobre esse fenômeno que possui uma dimensão política inegável. Mais do que refletir sobre os discursos em confrontação na cena política, é tentar identificar os pontos em que o debate nos enriquece e pode favorecer posturas de descentramento. Como ressalta Rabatel,

A empatia, sob as condições de abertura benevolente para com o outro, é uma oportunidade para o sujeito. Mais vale se abrir do que se fechar sobre si mesmo. Mais vale ainda se abrir não apenas àqueles que nos são próximos, mas também àqueles que estão distantes de nós (espacialmente, sociologicamente, culturalmente, ideologicamente); e mais vale enfim tentar multiplicar essas experiências diferentes, buscando ao mesmo tempo hierarquizá-las para tentar pensar o complexo (Rabatel, 2017, p. 65, tradução nossa).

Em relação ao problema da imigração no debate político, o descentramento de si ocorre ao se abrir a uma maior compreensão dos imigrantes, de seu papel, de seus direitos, de suas necessidades, de seu pensar, fazer e sentir, e de seu real impacto sobre uma sociedade civilizada. Para isso, o político precisaria se abrir a centros de referência múltiplos e não apenas reduzidos a uma ética finalista de sua busca pessoal pelo poder, pelo voto do eleitor ou pela garantia de postos de trabalho. Isso não significa que o ponto de vista do eleitor não tenha também que ser considerado no descentramento e na mobilidade empática, mas que os objetos “imigração” e “imigrante” são, antes de tudo, partes da complexa questão migratória, que não se reduz ao estereótipo do imigrante como um invasor ou como um concorrente no mercado de trabalho ou a um enquadramento do tipo identitário, religioso ou burocrático. Em consonância, mais uma vez, com Rabatel, entendemos que a mobilidade empática é uma oportunidade para todos nós, enquanto sujeitos sociais e discursivos, para um enriquecimento pessoal através da relação intersubjetiva:

[...] a abordagem da mobilidade empática consiste não apenas em praticar essa mobilidade interessando-se pelos outros, em sua diversidade, mas em praticá-la inclusive em sua relação com os objetos da experiência, para girar em torno deles, considerá-los de vários ângulos, vários pontos de vista. De tal forma que essa mobilidade empática total permite enriquecer nossas experiências dos outros e do mundo, na medida em que o descentramento em que se baseia a abordagem empática só é positivo para o sujeito se ele conservar o próprio sentimento de si (Rabatel, 2017, p. 66, tradução nossa).

Percorrer os objetos da experiência, consiste, na questão migratória, a considerá-la sob vários ângulos, especialmente aproximando-se dos casos concretos, das situações reais, das pessoas, e não considerando o problema apenas a partir dos próprios interesses ou dos discursos simplificadores e estigmatizantes, geralmente abstratos.

O descentramento favorece as posturas empáticas, na medida em que descentrar-se permite uma abertura maior à percepção de realidades múltiplas. Assim, Rabatel (2017), retomando o pensamento de Latour (2006), ressalta que “a empatia não é apenas a capacidade de se colocar no lugar dos outros, mas também se descentrar buscando outros pontos de vista possíveis para girar melhor em torno dos objetos, a fim de gerar uma compreensão mais completa deles” (Rabatel, 2017, p. 187, tradução nossa). Tal descentramento é destacado também por Nussbaum, ao pensar a dimensão do político como a capacidade de pensar no bem do país de modo integral e não apenas de um grupo específico, a capacidade de julgar com espírito crítico as possibilidades reais e concretas que se apresentam, a capacidade de olhar para além de seu próprio país, considerando de forma inteligente possibilidades transnacionais (Nussbaum, 2011 *apud* Rabatel, 2017, p. 187, tradução nossa).

O descentramento é justamente o que permite desenvolver a mobilidade empática e tratar os problemas em sua complexidade, não os reduzindo a paixões primárias e fragilidades contextuais, como o medo da concorrência por emprego, a perda de uma identidade nacional – jamais assegurada e geralmente imaginária – ou o medo de “pessoas potencialmente perigosas”, porque estrangeiras e exóticas. É a falta de descentramento e de mobilidade empática que leva à diabolização de pessoas, à discriminação étnica, ao amálgama.

Discurso políticos e questão migratória

Discursos políticos em várias partes do mundo têm adotado um ponto de vista negativo e duro sobre a imigração e sobre os imigrantes, correspondendo ao que chamaremos aqui de argumentação não empática, egocentrada e estigmatizante. A imigração é vista e representada nesses discursos como um problema da sociedade e uma ameaça, devendo, por isso, ser reduzida ao mínimo possível, com medidas, inclusive, policiais, de enfrentamento. Tal ponto de vista contribui para a difusão de representações públicas não empáticas, não favorecendo o desenvolvimento de capacidades para compreender melhor e de forma mais concreta a questão migratória, para além do seu enquadramento como um “problema social” e a visão do outro como uma ameaça. Os discursos excessivamente críticos e negativos sobre a imigração constroem uma visão dos imigrantes como um grupo perigoso, distorcem os dados concretos

sobre o fenômeno e, ao reproduzir estereótipos estigmatizantes, reforçam a xenofobia.

O discurso político é um domínio onde prevalece a enunciação de asserções categóricas sobre objetos bastante controversos, em que a noção de verdade geralmente não cabe. Políticos costumam ser assertivos, expressam convicções fortes e relativizam raramente suas afirmações e suas evidências que são, em geral, subjetivas. Tal assertividade ocorre, com efeito, para estabelecer acordos com seus eleitores a respeito de objetos de discurso que mobilizam valores, afetos e visões de mundo. Com relação à imigração e, em particular, aos imigrantes, os políticos se engajam assertivamente para deixar claras as suas posições e, com isso, confortar seus eleitores. A imigração é um objeto de discurso complexo, capaz de abranger pontos de vista dos mais diversos: políticos, filosóficos, sociológicos, religiosos, econômicos etc. Sua discussão exige um grau de complexidade intelectual importante.

A imigração – e mais especificamente a migração – é um fenômeno antropológico. O imigrante é uma *pessoa* que, em razão da ligação que se faz dela com um tipo de *ato* (o de migrar de seu país para outro), é reduzido à condição e à identidade de *imigrante*. Em geral, discursos políticos encapsulam a discussão partindo dos imigrantes, no plural, como um grupo exótico que não pertence ao lugar em que está, ou seja, à nação, ao centro, ao *nós*. Tais discursos apelam para sentimentos de insegurança, de ameaça, de ódio e de medo e evitam discutir a questão migratória em sua complexidade, que envolve aspectos diversos, como o comércio mundial, as redes colaborativas, as associações familiares, os conflitos, entre muitos outros.

Uma representação social corrente dos imigrantes é de que estes constituem um grupo de pessoas perigosas, indesejáveis e inferiores¹. Essa representação é construída, na maioria das vezes, pela focalização de imigrantes em condições de precariedade e, não raramente, envolvidas em ilicitudes. A focalização de imigrantes bem-sucedidos, ocupando cargos de prestígio e de poder, é bem menos recorrente. O que se vê, em geral, são notícias de imigrantes-problema, imigrantes-miseráveis, imigrantes-pedintes, imigrantes-ilegais. Essa visibilidade parcial caminha junto com a invisibilidade mais geral desses grupos. Os imigrantes, em geral, não falam, não têm voz, são falados por outros (políticos, agentes sociais, autoridades, policiais, intelectuais etc.). Como eles não falam por si próprios, eles são objetos de representação de terceiros, num processo que inclui *estereotipagem* e *generalização*.

Ao estabelecer laços com eleitores, os políticos assumem um dialogismo com eles. Tal dialogismo ocorre num plano interdiscursivo, ou seja, eles dialogam com suas formações discursivas (Pêcheux, 1975), representando, em alguma medida, as posições ideológicas de seus eleitores. Como se trata de uma representação, o discurso dos políticos tende a assumir os pontos de vista *imputados* a seus eleitores potenciais. Esse discurso de representação é empático com seus eleitores, pois os políticos procuram se colocar no lugar deles, assumindo suas opiniões, seus valores, sentimentos e preocupações. A imigração é um dos objetos de discurso que um político pode assumir como pauta de sua representação.

Os políticos podem adotar duas posturas dialógicas antitéticas: um dialogismo empático e um dialogismo não empático. O dialogismo empático surge, de um lado, das vozes políticas que expressam pontos de vista próximos dos pontos de vista dos próprios imigrantes, ou seja, se colocam no lugar

I Ver: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. Revista USP, n. 119, Direitos humanos, 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/revistausp/revista-usp-119-textos-8-imigrantes-indesejaveis-a-ideologia-do-etiquetamento-durante-a-era-vargas/>.

dos imigrantes em seus discursos de justificação de suas posições políticas em defesa dos direitos dos imigrantes; representam de algum modo o seu pensar, o seu sentir e o seu fazer, recusando o reducionismo do imigrante a questões circunstanciais e a julgamentos prévios (imigrante indesejável, perigoso, inferior). Mas esse mesmo dialogismo pode empatizar com outros centros de referência, com pontos de vista que não sejam os do próprio imigrante, mas de instâncias que desenvolvem racionalizações múltiplas sobre a questão migratória (sociólogos, cientistas, pesquisadores etc.).

O dialogismo não empático ocorre, ao contrário, quando o político exprime pontos de vista que são distantes dos pontos de vista dos imigrantes, não se colocando, portanto, no lugar deles, e mostrando-se avesso ou indiferente à representação do seu pensar, sentir e fazer. Nesse caso, o imigrante se torna uma caricatura, estereotipado como inferior, indesejável, perigoso, invasor. O dialogismo não empático, em geral, também não procura empatizar-se com pontos de vista externos que buscam racionalizar a questão migratória. Isso ocorre porque, de modo geral, o ponto de vista não empático, na política, reduz seu dialogismo ao grupo de representados, ou seja, seus eleitores ideais. O dialogismo não empático com os imigrantes é empático com os eleitores que são contrários aos imigrantes.

A polaridade ideológica que caracteriza o discurso político torna a questão migratória um objeto de disputa tensiva e polêmica, cujas consequências, em geral, são negativas para a discussão da questão migratória, pois ela se torna um objeto a mais da luta político-ideológica. Em geral, percebe-se que, no espectro ideológico de direita, os discursos políticos assumem posturas não empáticas; já no espectro político de esquerda, os discursos políticos tendem a assumir posturas mais empáticas, seja pelo compromisso que assumem com as questões humanitárias, seja porque são mais convocados a assumir posturas progressistas.

Discursos políticos sobre a questão migratória e os migrantes: A estigmatização

Em seu discurso inaugural como presidente eleito do Peru, o professor e sindicalista Pedro Castillo afirmou que “os criminosos estrangeiros terão 72 horas para sair do país”. Segundo matéria do coletivo Migramundo^{II}, essa fala não é algo isolado na cena política peruana, país que atualmente é um dos que mais receberam venezuelanos migrantes. Estereótipos que representam os migrantes como perigosos e responsáveis por problemas de segurança pública são frequentes no discurso político peruano e na sociedade. O discurso político, em sua instância mais elevada, vem contribuindo para uma estigmatização importante dos imigrantes no Peru e em outros países. Um estudo mostra como esse discurso é sustentado em “mitos”, ou estereótipos sobre a população migrante:

A criminalização dos migrantes venezuelanos é um fenômeno que consiste na construção social da imagem das pessoas dessa nacionalidade como uma ameaça à sociedade. No Peru, pudemos verificar este fenômeno nos últimos anos e, em particular, durante as campanhas eleitorais. Este tipo de propostas e discursos políticos hostis ecoam as percepções negativas que circulam entre

II O Migramundo é um projeto jornalístico voltado à temática migratória, tendo como norte o entendimento da migração como um processo humano e um vetor de desenvolvimento – tanto social quanto político, econômico e cultural, além do combate à xenofobia. Para seus organizadores, eles têm como princípio ver a pessoa migrante como um sujeito de direitos, evitando termos depreciativos ou que possam gerar qualquer tipo de preconceito. Além disso, consideram a migração como um direito humano, sendo assim, portanto, suprapartidário. Ver: <https://migramundo.com>.

a população peruana^{III}.

O discurso político contribui, assim, para uma percepção negativa dos migrantes pela população. No caso do Peru, o foco está na migração venezuelana. Interpelada por discursos estigmatizantes que colocam o imigrante e a imigração como um bode expiatório dos problemas históricos do país, a população reforça seus pressupostos já avessos aos estrangeiros. Ela entende como legítima a visão e a percepção do imigrante como esse outro exótico e ameaçador, não se colocando no lugar dele como um lugar que pode pertencer a qualquer um em algum momento histórico (e não vê a si mesma no lugar de um refugiado ou de uma população que foge de um contexto de grande vulnerabilidade, ou ainda de alguém que busca um reagrupamento familiar etc.).

A estigmatização pela representação estereotipada de imigrantes tem aumentado em vários países, não sendo mais uma temática dos países desenvolvidos. Vários países da América Latina lidam com a imigração venezuelana, haitiana, entre outras, e vêm reproduzindo os discursos estigmatizantes. De países tradicionalmente representados como origem da imigração-problema, passaram também a ser países estigmatizadores de imigrantes.

Todos os países, em tese, têm uma parte de sua população que migra por razões muito diversas. Também em tese, todos os países possuem uma parte de sua população constituída de imigrantes, com diferentes estatutos. A recepção de imigrantes passa por percepções históricas plurais. De maneira geral, no Brasil, quando se trata de migrações norte/sul, ou seja, da Europa e América do Norte para a América do Sul, a percepção é mais positiva^{IV}. Porém, quando se trata de migrações de povos originários de países em conflito ou vivendo experiências de precariedade, como a Venezuela, o Haiti, países africanos, árabes etc., a percepção é negativa e a questão migratória é pensada e sentida como um problema de sociedade, especialmente de segurança pública. Vamos ver alguns casos.

Discurso sobre imigração na França

Dados mostram que a imigração na França diz respeito a 10% de sua população. A população é composta por 87% de pessoas nascidas na França e 2% de franceses nascidos no exterior. Os imigrantes, definidos como os residentes na França, constituem 10% da população. Destes, a metade é composta de imigrantes originários da África do norte, Marrocos, Tunísia e Argélia, um terço de países europeus, como Portugal, Espanha e Itália, o restante de países de diferentes continentes. Falar de explosão de imigração na Europa ou na França é um exagero, apesar de se ter observado algum crescimento desde 2012. Esse crescimento decorre, sobretudo, do aumento de refugiados que buscam asilo, originários de zonas de conflitos. Desde 2012, o número de pedidos de asilo subiu mais de 6 vezes na zona europeia, segundo a ONU.

III Disponível em: Propuesta de Política Pública n.º19: Mitos sobre la criminalidad y la migración venezolana al Perú. Acessível em <https://ciup.up.edu.pe/ppp/mitos-sobre-la-criminalidad-y-la-migracion-venezolana-al-peru/>

IV Ver: Emediato, Wander. Os enquadres discursivos do acontecimento migratório: narrativização, banalização e estigmatização. Revista de Estudos da Linguagem, v. 28, p. 597-618, 2020.

Já há algum tempo, a imigração na França é um dos temas mais mobilizados na política, especialmente pela direita mais radical e pela extrema-direita, que faz da imigração o seu cavalo de batalha para mobilizar eleitores. Os políticos de diferentes espectros ideológicos falam sobre o tema e assumem uma posição dentro uma polêmica pública que transforma a imigração na França em um tema social sensível (Emediato, 2023). Vejamos, através de exemplos, como a imigração é tratada nesses discursos políticos^V.

Na França, no espectro político de direita a imigração é pensada como um problema grave a ser combatido com o endurecimento de leis e restrições diversas. Eric Zemmour, jornalista e atual expoente da extrema-direita francesa, trata a imigração como um problema grave, relacionado, segundo ele, a uma visão conspiracionista que ele designa como “*grand remplacement*”, ou seja, uma teoria segundo a qual estaria em curso na França uma substituição dos franceses pelos imigrantes, especialmente árabes. O político do movimento “*Reconquête*” prega, para enfrentar essa *conspiração identitária*, a construção de muros nas fronteiras, a supressão de auxílios sociais aos imigrantes, o endurecimento das leis de residência e de pedidos de asilo.

Marine Le Pen, por sua vez, é líder do partido *Rassemblement National*, antigo *Front National* (FN), fundado por seu pai, Jean-Marie Le Pen. Para ela, é preciso controlar a imigração, proteger a nacionalidade francesa e a cidadania, endurecer as leis de imigração, extinguir a nacionalidade por direito de solo, reservando a nacionalidade francesa apenas aos que possuem algum vínculo familiar com franceses *de origem*. Nicolas Dupont-Aignan, que também já foi candidato à presidência, deseja endurecer as regras sobre imigração, suprimir o direito de solo, controlar as fronteiras e frear a imigração. Numa versão mais amena, todavia ainda contrária à imigração, Valérie Pécresse, antiga correligionária gaulista de Jacques Chirac, do RPR, hoje lidera o movimento *Soyons libres*. Pertencente à direita gaulista, republicana, defende o endurecimento das leis migratórias na França, a redução dos auxílios sociais e de saúde aos estrangeiros e considera que nas últimas décadas a França viveu um laxismo migratório.

Emmanuel Macron, ex-socialista, atualmente ocupa o centro na política francesa, ao criar seu próprio partido e movimento, o *Renaissance*. Eleito presidente, defendeu, durante as eleições presidenciais, a reforma do direito de asilo e um maior controle das fronteiras, assim como medidas para facilitar a expulsão de imigrantes ilegais. No entanto, não radicalizou o tema, adotando um ponto de vista moderado. Enquanto eu escrevia este artigo, o seu projeto de lei sobre a imigração foi aprovado pela assembleia nacional, endurecendo as regras de entrada de imigrantes e facilitando a expulsão de imigrantes ilegais.

No espectro político de esquerda, as opiniões divergem e não adotam um ponto de vista negativo sobre a imigração. Yanick Jadot, por exemplo, defende uma mudança positiva na política migratória, ressaltando o espírito de solidariedade e de ajuda para a inserção profissional dos imigrantes, com o fim da repressão policial e a regularização dos imigrantes já instalados na França. Anne Hidalgo, do Partido Socialista, também adota um ponto de vista positivo, visando a reforçar as políticas de acolhimento e recusando os discursos discriminatórios contra os imigrantes. Jean-Luc Mélenchon, candidato de extrema-

V Disponível em: <https://www.publicsenat.fr/actualites/non-classe/presidentielle-que-proposent-les-candidats-sur-l-immigration-201088>

esquerda à eleição de 2022, defende, na mesma linha, e de forma mais intensa, o acolhimento e a ajuda aos imigrantes. Denuncia uma “Europa fortaleza”, defendendo a intensificação dos laços da França e da Europa com os países do norte da África, facilitando uma política de cooperação europeia-mediterrânea. Postulando uma política “humanista”, a França deveria, segundo ele, facilitar a regularização dos imigrantes ilegais e as políticas de acolhimento e de assistência. Fabien Roussel, do Partido Comunista Francês vai na mesma linha da esquerda, criticando a *histeria* do debate discriminatório e defendendo uma política *humanista* de acolhimento e de assistência. Philippe Poutou e Nathalie Artaud, também filiados à esquerda, seguem a mesma linha de apoio e de defesa dos imigrantes.

Nota-se, portanto, que fica bastante claro que a empatização com os imigrantes aumenta nos partidos de esquerda e se reduz, significativamente, nos partidos de direita. Os primeiros adotam um ponto de vista solidário e humanista, voltado para a integração dos imigrantes e para políticas de acolhimento. Já os políticos de direita demonstram, em suas propostas, de forma generalizada, que veem a imigração como um problema e uma ameaça ao país, à identidade nacional, aos empregos e à coesão nacional, defendendo o endurecimento das leis migratórias e a expulsão de imigrantes. Não é, portanto, uma surpresa que o índice de franceses desfavoráveis à imigração aumente entre os eleitores dos políticos de direita citados e diminua entre os eleitores dos políticos de esquerda.

A polêmica da separação das famílias de imigrantes nos EUA: Um caso singular de empatização

A política da separação das famílias de imigrantes nos EUA, posta em prática pelo governo de Donald Trump, em 2018, abriu uma polêmica pública a respeito do assunto. Se, de um lado, ela exacerbou o conflito de opiniões sobre imigração, de outro lado, ela permitiu que pontos de vista empáticos circulassem, colocando a opinião pública americana, assim como de outros países, diante da questão dos valores. Tal debate permite, com efeito, o desenvolvimento de capacidades empáticas, ao permitir aos cidadãos confrontados com o problema colocarem-se no lugar dos imigrantes, pelo menos em relação a uma questão específica, como a relacionada com a família, os pais e os filhos. O reagrupamento familiar é um dos estatutos mais respeitados quando se trata de imigração, pois remete ao direito de familiares viverem juntos. Essa discussão envolve um valor importante que é o valor da família. A separação dos filhos de seus pais produziu uma intensa reação nos EUA.

Ao abordar o tema da separação das famílias, a ONU se posicionou em defesa dos direitos humanos. O ponto de vista dos direitos humanos é inerente à argumentação da ONU, em qualquer discussão que a interpele, já que foi essa instituição que aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Embora não seja um documento com base jurídica e legal, a Declaração de 1948 serve de fundamento para declarações e ações em nível internacional, além de ser a base de dois importantes tratados, estes com força legal, da própria ONU sobre os direitos humanos: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

É com base nos princípios dos direitos humanos que a porta-voz da ONU, Ravina Shamdasani, ao discutir a polêmica nos EUA sobre a separação das famílias de imigrantes, critica a ação governamental americana, exortando o governo de Donald Trump a não separar as crianças de suas famílias: “Pedimos às

autoridades americanas que adotem alternativas que evitem privar a liberdade e que permitam às crianças permanecerem com suas famílias”^{VI}.

A porta-voz do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU afirmou que separar famílias e deter menores de idade representa uma “violação grave dos direitos da criança”^{VII}, ressaltando que “as crianças nunca deveriam ser detidas por razões vinculadas a seu status migratório ou de seus pais”. O ponto de vista do representante da ONU vincula-se, assim, ao imaginário humanitário, que é uma das bases representacionais das posições da ONU. Os direitos humanos, como uma representação de justiça universal, se sobrepõem a todos, acima da soberania dos países e de seus interesses particulares. Na página da Unicef, por exemplo, pode-se ler o enunciado: *Os direitos humanos são universais, isto é, todos os 7,6 bilhões de seres humanos que vivem na Terra nasceram com esses direitos, e ninguém pode tirá-los deles*. Assim, o representante da ONU pode emitir conselhos e mesmo advertências aos países, sobre tratamentos julgados excessivos sobre os imigrantes – ou sobre qualquer outro problema que afete direitos civis – desviantes dos princípios humanitários e dos direitos humanos.

O ex-presidente dos EUA, Bill Clinton (Democrata), emitiu opinião sobre a polêmica da separação das famílias:

Neste Dia dos Pais penso nas milhares de crianças separadas dos pais na fronteira. Estas crianças não deveriam ser um instrumento de negociação. E reuni-los com as suas famílias reafirmaria a crença e o apoio da América a todos os pais que amam os seus filhos^{VIII}.

Bill Clinton, em sua página no twitter, enuncia em consonância com o ponto de vista da ONU, ressaltando o valor familiar, importante para os americanos e que funciona como uma espécie de *topos* que atrai para si os que compartilham a virtude da família, da união e do sentimento de amor dos pais pelos seus filhos. O post do ex-presidente foi publicado em homenagem ao dia dos pais.

Hillary Clinton, adversária de Trump na eleição de 2016 e esposa de Bill Clinton, acusou o presidente Trump de usar as crianças para fins políticos, afirmando que “Isso é uma crise humanitária e moral. Todo ser humano com um senso de compaixão e decência deveria ficar indignado”.

Entre os republicanos, o senador John McCain se posicionou contra a política de separação das famílias e exortou o governo de Trump a encerrar a ação que seria, para ele, uma afronta à decência e aos valores do povo norte-americano e da nação.

A atual política de separação familiar da administração é uma afronta à decência do povo americano e contrária aos princípios e valores sobre os quais a nossa nação foi fundada. A administração tem o poder de rescindir esta política. Deveria fazê-lo agora^{IX}.

VI Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/contraria-a-favor-veja-opinioes-sobre-a-politica-que-levou-a-separacao-de-familias-imigrantes-nos-eua.ghtml>

VII Também com base na Declaração dos Direitos Humanos, a ONU criou legislações e normativas sobre direitos das crianças e dos adolescentes.

VIII Disponível em: <https://twitter.com/BillClinton> de 17 de junho de 2018.

IX Disponível em: https://twitter.com/SenJohnMcCain/status/1008854185276735488?ref_src=twsr%5Et

A posição humanitária e centrada em valores positivos acompanha a maioria das falas públicas de atores políticos quando o contexto sinaliza uma polêmica pública e midiática, como foi o caso da ação de separação das famílias durante o governo de Trump. Mesmo os políticos mais radicais sobre a imigração tendem a enunciar essa posição, também se dizendo contra o princípio de separação das famílias, mas ressaltando ser um *mal necessário*. Trump, por exemplo, afirmou considerar também “horrible” tal separação, apesar de ordená-la. Outros atores sociais, como o procurador-geral dos EUA, Jeff Sessions, defendeu que a medida, “apesar de perturbadora”, era necessária para coibir a imigração ilegal. Na mesma linha, o ex-secretário americano de Trump, John Kelly, declarou que a medida poderia ter efeito coabitivo.

O que fica evidente nesse debate sobre separação de famílias é que as posições empáticas foram exibidas por diferentes atores políticos, democratas e republicanos, em razão de um valor importante que promoveu tal empatia. Ao se posicionar contra a separação das famílias, os atores sociais se deslocaram circunstancialmente do seu próprio lugar e se colocaram no lugar dos imigrantes cujos filhos foram separados dos pais, colocando-se, portanto, no lugar do seu *sentir*. Esse caso mostra que discutir a questão migratória passa por sua materialização em casos concretos que permitam o descentramento e a mobilidade empática.

Imigração e trabalho

Para além da questão identitária, muitas vezes colocada como prioritária – e que revela a xenofobia no seu estado mais cruel –, é a questão econômica, de fato, a mais relevante na questão migratória, ao lado dos migrantes das guerras e das perseguições políticas, que se vinculam à dimensão do asilo político. Se a questão migratória é complexa e multidimensional, o fator econômico deve ser tratado de forma primordial, seja no acolhimento às populações migrantes em busca de trabalho e sustento, seja na questão das políticas de cooperação econômica com os países onde esse tipo de migração é mais significativo.

Grande parte dos imigrantes deixa seus países de origem para buscar melhores condições de vida e de trabalho. A relação entre imigração e trabalho é um dos pontos mais controvertidos do assunto e mobiliza falas e ações políticas. De um lado, fala-se que os imigrantes ocupam, em sua maioria, postos de trabalho que não são atrativos para as populações nativas, ou seja, trabalhos braçais, domésticos, da construção civil, serviços (hotelaria, restauração), considerados menos remunerados e pouco qualificados pelos nativos. Ainda que o trabalho dos imigrantes seja percebido como “necessário” e contribua para preencher “lacunas” não preenchidas naturalmente pelos nativos, políticos mobilizam o tema e articulam ações contra o trabalhador imigrante.

É o caso do governador da Flórida, Ron DeSanctis (republicano), com sua mais nova lei que, segundo ele próprio, seria “a legislação mais forte contra a imigração ilegal” nos Estados Unidos. A lei dificulta a vida dos imigrantes sem documentação no estado e estabelece duras penas para quem os

[fw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1008854185276735488%7Ctwgr%5E0b35d7d3d4f8339868c1c43890ff5e365203f497%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fd2279182105582535202.ampproject.net%2F2309290141000%2Fframe.html](https://www.congressoemfoco.com.br/2018/09/20/ron-desantos-lei-que-proibe-imigrantes-na-floride/)

emprega e para quem os transporta em seus veículos. A lei de DeSantis determina que as empresas devem confirmar o status migratório de seus empregados por meio do sistema E-Verify – um site que permite verificar a empregabilidade de um imigrante do ponto de vista legal. Quem não cumprir a legislação irá enfrentar sanções severas, que podem incluir prisão, perda de licença e multas.

Nessa mesma linha agressiva de criminalização da imigração, duas declarações ocuparam o noticiário por sua radicalidade: a do governador do Texas, que adotou uma lei exclusiva do Estado para criminalizar os imigrantes que entram pelo Texas; e a de Donald Trump, que declarou: “Eles poderiam trazer doenças que se espalhariam em nosso país, eles trazem o crime [...] Eles estão destruindo o sangue do nosso país. Eles estão destruindo a estrutura do nosso país” (tradução nossa^X). A polêmica declaração foi considerada uma paráfrase de frase similar de Hitler em seu livro “Minha luta”.

No Brasil, discursos de ódio são frequentemente difundidos em redes sociais contra imigrantes haitianos e venezuelanos, fazendo referência à questão do mercado de trabalho, sem que o fluxo migratório desses países interfira de maneira significativa nos índices de emprego e desemprego. Tais discursos têm evidente base xenófoba e estão ligados, em geral, a grupos de extrema-direita, como mostra o trabalho realizado por Souza e Rebelato (2015)^{XI}. As autoras trazem em seu estudo postagens em redes sociais contra os imigrantes, num claro discurso de incitação ao ódio, permeado de índices de violência verbal, como no excerto abaixo:

A quantidade absurda de imigrantes que não possuem maneiras de se manter em nosso país, principalmente os haitianos é preocupante. Nossa nação está sofrendo uma grave crise econômica e esses povos continuam a invadir nossa terra, mais de 1000 haitianos já foram mandados para São Paulo, sem contar o de outras regiões, e o governo de São Paulo já pretende fornecer o bolsa família para estes imigrantes que roubam o emprego de milhares de brasileiros que já estão sofrendo com as taxas altíssimas de desemprego crescentes e recebem menos benefícios por parte do governo do que essa corja de imigrantes que chegam sem controle nenhum a nosso país (Souza e Rebelato, 2015, p. 85)^{XII}.

Vale destacar, no trecho acima, os modos de (des)qualificação genérica dos imigrantes, assim como suas formas de (in)determinação e denominação (*esses povos, estes imigrantes, essa corja de imigrantes*). A dificuldade desses sujeitos enunciadores de operarem um descentramento de si e uma empatização com os sujeitos imigrantes é visível e preocupante. Discursos políticos desse tipo não são raros, infelizmente, e difundem uma visão estigmatizadora dos estrangeiros que procuram se instalar em diferentes países em busca de trabalho, muitas vezes fugindo de conflitos que impedem a sua permanência em seus países de origem. O imaginário que sustenta tais discursos de ódio é o de que a “nossa nação” é um espaço fechado ao outro e que a cidadania e os direitos só se aplicam aos nativos, sendo ignorados e proibidos

X “They could bring in disease that's going to catch on in our country, but they do bring in crime. [...] They're destroying the blood of our country. They're destroying the fabric of our country.”

XI SOUZA, Elany A. de; REBELATO, Júlia Marques. Imigrantes no Brasil - discursos de ódio e xenofobia na sociedade da informação: como atribuir uma função social à internet? Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias. v. 1, n. 2, p. 74-97, Jul/Dez. 2015.

XII Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=966244823406058&id=902871299743411.

aos outros que não fazem parte do espaço nacional. Os outros (*esses povos, essa corja...*) são invasores, não pertencem ao *nossa* espaço, reforçando a noção de movimento exocêntrico: a *nossa nação* é o centro e o *dentro*, enquanto o outro é aquele que vem de fora, de um lugar (incompreendido) de onde não deveria ter saído. É o exótico invasor, o *bárbaro*.

As mídias e a imigração: A mediação do abstrato para o caso concreto

A busca pelo trabalho leva muitos migrantes a arriscarem suas vidas na tentativa de entrar nos países que consideram ser a solução para seus problemas. Para alcançarem esses países, muitos percorrem caminhos e rotas bastante perigosas. A travessia do México para o EUA é palco de tráfico humano e mortes, assim como a travessia da África para a Europa através de embarcações precárias, muitas delas terminando em naufrágios no mar Mediterrâneo. Segundo a ONU, 60.000 migrantes já morreram ou desapareceram durante esses trajetos, sobretudo pelo mar Mediterrâneo.

O contato das pessoas não migrantes com a realidade das pessoas migrantes passa, em geral, pelas mídias, sendo mais raro o contato concreto com imigrantes, sobretudo quando não se está vinculado a um movimento ativista. As mídias têm um papel importante na representação da questão migratória. Apesar da banalização que pode resultar dos tratamentos midiáticos da questão, a exposição de casos concretos permite ver e perceber as pessoas reais por detrás da abstração da noção de imigração. Em geral, as mídias de referência adotam o ponto de vista da *ética cidadã* (Emediato, 2010), focalizando os imigrantes em situações de vulnerabilidade e risco, o que pode favorecer a empatia de leitores com casos concretos. Esses casos, noticiados pelas mídias, podem servir de fonte para a mobilidade empática, na medida em que permitem um conhecimento mais próximo da realidade das pessoas. Por essa mediação, pode-se passar da abstração (a imigração como representação de atores políticos), para os casos concretos, em que as pessoas são focalizadas no contexto real de (i)migração e podem ter voz e alguma visibilidade.

Reportagens da BBC News da África trazem com frequência falas e relatos de imigrantes, assim como de parentes de vítimas das travessias, formando exemplaridades, como o caso do irmão de um homem que morreu no naufrágio de um barco com dezenas de migrantes, em Cabo Verde, tentando chegar à Espanha. Na reportagem, cerca de 60 pessoas teriam morrido no barco, que ficou à deriva no mar por mais de um mês. A matéria traz a fala do irmão da vítima, que relata: “Ele era um dos pilares da nossa família e era o sonho dele, para tentar sustentar a esposa e os filhos”. Mesmo após a tragédia, ele afirma que tentará fazer a mesma viagem que seu irmão fez.

Uma matéria que ficou na memória de muitas pessoas no mundo inteiro causou uma reação muito forte, ao trazer a imagem de uma criança morta numa praia da Turquia, vítima de uma travessia que resultou em naufrágio. A imagem viajou pelo mundo e foi amplamente difundida pelas mídias.



Policial paramilitar turco investiga o local onde apareceu o corpo de uma criança imigrante numa praia de Bodrum, na Turquia (Foto: AP)^{XIII}

A força da imagem reproduz uma realidade dramática e trágica, e o contato com ela, por sua carga afetiva e chocante, levou muitas pessoas, até então indiferentes às pessoas em situação de migração, a uma mobilidade empática. O corpo da criança tornou-se símbolo da chamada “crise migratória”.

Narrativas dos dramas de imigrantes são facilmente recuperáveis nas mídias jornalísticas. Em geral, os relatos mostram pontos de vista de familiares e amigos de migrantes que perderam a vida em travessias arriscadas. Em sua absoluta maioria, as narrativas evocam a *busca de um sonho*: trabalhar e sustentar a família, como neste relato:

Um dos meus irmãos, o Ibrahima, usou um dos telefones do médico para me ligar de Cabo Verde. Ele me disse que nosso outro irmão, Cheikhouna, havia se perdido no mar. Fiquei chocado. Éramos muito próximos, ele era um verdadeiro lutador. Ele era casado e tinha dois filhos. (...) No dia em que ele partiu, ele segurou minhas mãos e disse: “Irmão, tenho que ir”.

Uma reportagem, também da BBC News, traz a fala de um parente de imigrante morto, que descreve a revolta dos habitantes da cidade africana de origem, que teriam incendiado a casa do prefeito em protesto contra a falta de oportunidades em sua cidade, o que estimulava a imigração arriscada. Em geral, não se fala muito sobre a luta das populações nos países dos quais os imigrantes saem pela melhoria das oportunidades locais. Mas uma parte significativa da solução da “questão migratória” passa pela melhoria das condições de vida nesses países e pelo aumento da capacidade empática das populações que vivem nos países de melhor condição em relação a essas pessoas e esses países.

XIII Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/foto-chocante-de-menino-morto-vira-simbolo-da-crise-migratoria-europeia.html>.

Questão identitária e securitização da imigração

A questão identitária alimenta o medo da perda dos vínculos de identidade nacional ou regional, faz perceber o estrangeiro como uma ameaça à segurança, amplia o debate sobre securitização e fornece artilharia para o nacionalismo e a xenofobia. A base dessa questão é ideológica e imaginária e só pode ser superada por uma ação política e educativa capaz de desenvolver capacidades empáticas que permitam às pessoas perceberem o potencial de enriquecimento de suas identidades quando confrontadas às identidades dos outros, de se colocarem no lugar desses outros para melhor compreender a riqueza deles e de si próprias, ao invés de hierarquizarem as identidades sobrepondo umas às outras, numa atitude anti-humanista de dominação.

De maneira geral, os discursos de extrema-direita têm insistido na ameaça identitária da imigração e na securitização, sobretudo, na Europa. A “questão identitária” relacionada à imigração é complexa e se mistura, de maneira equivocada, com a securitização, ou seja, ela sustenta discursos sobre políticas de segurança interna e de conceituações de cidadania que colocam o estrangeiro, não raramente, como um (não)cidadão, o que traz impactos para as relações internacionais. Velasco (2014), analisando casos e relatos de pessoas barradas em aeroportos e submetidas a interrogatórios, mostra como a percepção dos estrangeiros e de sua identidade exótica desafia a transnacionalidade das relações sociais:

[...] a securitização da imigração na União Europeia (UE), ou seja, a identificação do imigrante como ameaça existencial, e sua relação com a nacionalidade como critério de cidadania, (é) hoje desafiado pela transnacionalidade das relações sociais. [...] há uma dimensão cotidiana, regular, de indivíduos barrados, estejam eles sem os documentos necessários para a entrada nos países europeus ou tenham eles todos os documentos, convites, bolsas, cartas de recomendação. [...] O mesmo Estado que estimula a mobilidade, porque ela é de seu próprio interesse num mundo de informação transnacional, contém essa mobilidade, regulando seu excesso^{XIV} (Velasco, 2014, p. 16).

A securitização ameaça as próprias bases do espírito transnacional que inspirou a globalização, a livre circulação de pessoas e o multiculturalismo. A volta dos discursos nacionalistas e extremistas, em defesa da identidade nacional e de aspectos culturais forjados num imaginário angelista de busca de uma pureza absoluta, confronta-se com o desafio da abertura das fronteiras, físicas e culturais, do ideal de pluralidade étnica e da cooperação entre os países, diante de desafios comuns, prioritários e urgentes, como a defesa do meio-ambiente, a luta contra a fome e a prosperidade global. Diante desses desafios, a defesa de identidades nacionais e culturais mais parece um retorno aos tempos remotos do absolutismo e da formação dos estados nacionais. Ainda que pareça um pensamento distante do século XXI, certos discursos políticos insistem no tópico da identidade ameaçada e na securitização e mobilizam eleitores para a defesa de uma origem mítica da nação, da região ou da raça, atitude avessa à alteridade exótica e à natureza mestiça da humanidade.

XIV VELASCO, S. Imigração na União Europeia: uma leitura crítica a partir do nexo entre securitização, cidadania e identidade transnacional [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014. 189p.

Conclusão

Buscamos levantar uma reflexão sobre como discursos políticos difundem representações estigmatizadoras da questão migratória, assumindo, via de regra, pontos de vista não empáticos que influenciam o modo como muitas pessoas pensam e veem a imigração *de dentro*, ou seja, enquanto cidadãos “legítimos”, percebendo os imigrantes como exóticos, oriundos de um movimento exocêntrico, excluídos, portanto, da cidadania. Refletir sobre os movimentos migratórios e sobre os imigrantes sob a perspectiva da empatia consiste em se colocar no lugar dos imigrantes e de sua realidade tangível, do seu sentir, do seu fazer e do seu pensar, e não como uma abstração, um debate ideológico ou uma significação imaginária, como a ameaça a uma identidade percebida como contínua, mas que, na realidade, é sempre descontínua e em permanente evolução. Sob tal foco, pode-se ter duas atitudes antitéticas sobre a questão, expostas abaixo.

IMIGRAÇÃO E MOBILIDADE EMPÁTICA

NÃO EMPATIZAÇÃO

- Ponto de vista centrado
- O imigrante é uma ameaça externa
- Políticas de repressão, controle e rejeição
- Impossível alteridade – ameaça identitária
- Nós vs. eles (disjunção)

EMPATIZAÇÃO

- Ponto de vista descentrado
- O imigrante é uma pessoa
- Políticas de acolhimento
- Possível alteridade
- Eu e eles (conjunção)

A atitude não empática é uma atitude de rejeição do outro, porque o outro é visto como uma diferença capaz de ameaçar a identidade do cidadão não migrante, seus empregos, sua segurança. Trata-se, pois, de uma atitude egocentrada, voltada para a defesa de seu território em razão de uma significação imaginária de pertencimento genético, cultural, linguístico, jurídico ou religioso. Tal atitude egocentrada constrói uma relação heterodialógica negativa com o outro-diferente de si, bloqueando a mobilidade empática. Trata-se de uma relação heterodialógica antagonística em que o imigrante é percebido como inimigo.

De outro lado, a atitude empática vai ao encontro do outro diferente de si, para se colocar no seu lugar, aproximar-se do seu sentir, do seu pensar e do seu fazer, diminuindo a distância através do descentramento. Tal mobilidade empática permite ver o outro numa relação heterodialógica positiva, ou seja, um tipo de relação em que se permite conhecer o outro, colocar-se em seu lugar e se enriquecer com a diferença. Discursos políticos (e midiáticos) empáticos podem favorecer a mobilidade empática dos cidadãos ao discutir os casos concretos e as possibilidades reais de interação e de acolhimento. Isso inclui os discursos políticos de atores sociais diversos, como os próprios políticos, as mídias e os cidadãos que fazem circular representações públicas positivas sobre o tema, sobretudo ao falar de casos concretos e não de representações imaginárias, como as ideologias, as significações identitárias e os apelos às emoções primárias, como o medo, o ódio, a insegurança etc.

Referências

CARNEIRO, M. L. T. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, n. 119, Direitos humanos, 2018.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**. Modos de organização. São Paulo: Contexto, 2006.

EMEDIATO, W. **Análise do discurso numa perspectiva enunciativa e pragmática**. Campinas: Pontes, 2022. 480p.

EMEDIATO, W. (org.). **Interações polêmicas e violência verbal em temas sociais sensíveis**. Campinas: Pontes, 2023.

EMEDIATO, W. Os enquadres discursivos do acontecimento migratório: narrativização, banalização e estigmatização. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 28, p. 597-618, 2020.

EMEDIATO, W. Argumentação na mídia. Avaliação e problematicidade ética. In: MACHADO, I. L.; MELO, R. (org.). **Análises do discurso hoje**. v. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna. 2010.

HAGÈGE, C. **L'homme de paroles**. Paris: Fayard, 1985.

RABATEL, A. **Pour une lecture linguistique et critique des médias**. Limoges: Lucas-Lambert, 2017.

SOUZA, E. A.; REBELATO, J. M. Imigrantes no Brasil - discursos de ódio e xenofobia na sociedade da informação: como atribuir uma função social à internet? **Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias**. v. 1, n. 2, p. 74-97, jul/dez. 2015.

WALTER, H. **L'aventure de langues en occident**, Paris: Éditions Robert Laffont, 1994.

VELASCO, S. Imigração na União Europeia: uma leitura crítica a partir do nexo entre securitização, cidadania e identidade transnacional [online]. Campina Grande: **EDUEPB**, 2014. 189p.

Artigo Original

Fluxo humano: um olhar sobre os refugiados no mundo

Human flow: a look at the refugees in the world

Fábio Ávila Arcanjo
Glaucia Muniz Proença Lara

Resumo: Este artigo toma como corpus o documentário Human flow (2017), dirigido pelo cineasta chinês Ai Weiwei. O filme leva o espectador a uma jornada, guiada pelo olhar do referido diretor, cujo foco é mostrar as precárias condições de vida dos refugiados. À luz das “tendências francesas em análise do discurso”, mobilizamos como dispositivo de análise a Semântica Global proposta por D. Maingueneau (2005), tomando como categorias de análise os temas, o vocabulário, a dêixis enunciativa e o modo de enunciação. As mencionadas categorias permitem-nos apreender, na materialidade verbal, as lutas de pessoas que se encontram em extrema situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Refugiados; Migrações; Documentário; Semântica global.

Abstract: This article takes as corpus the documentary Human flow (2017), produced by the Chinese director Ai Weiwei. The movie takes the viewer on a journey, guided by the director's gaze, whose focus is to show the precarious living conditions of refugees. In the light of the French trends in Discourse Analysis, we mobilized in our analytical device the Global Semantics proposed by D. Maingueneau (2005), taking as categories of analysis the themes, the vocabulary, the enunciative deixis and the mode of enunciation. The aforementioned categories allow us to apprehend, in the verbal materiality, the struggles of people who are in an extreme situation of vulnerability.

Keywords: Refugees; Migrations; Documentary; Global Semantics.

Introdução

Como se sabe, os movimentos migratórios não são um fato social novo, inscrevendo-se no longo tempo da maturação do território, da sociedade e da cultura dos diferentes países. Porém, foi nas últimas décadas (final do século XX/início do XXI) que a circulação de populações se intensificou e se diversificou no mundo de modo a constituir um dos maiores fluxos migratórios da história contemporânea. Isso tem levado não apenas as mídias e o setor político, mas também pesquisadores como Clochard (2007), a postularem uma “migração de crise”, resultante de uma série de guerras e de tensões econômicas, sociais, políticas e étnicas que vêm abalando o planeta.

De fato, o número de migrantes internacionais alcançou 281 milhões em 2020, de acordo com

dados do *World Migration Report/2020*^I, o que representa 3,6% da população mundial. Esse número é superior em 128 milhões à cifra de 1990 e mais que triplica a de 1970. Europa e Ásia são as regiões que mais acolhem (87 milhões e 86 milhões de migrantes internacionais, respectivamente, ou seja, 61% do contingente global de migrantes internacionais), seguidas da América do Norte, com quase 59 milhões (21% da população migrante mundial). Esses dados ilustram o evidente e rápido aumento dos fluxos migratórios na atualidade.

Nesse contexto, ganha destaque a figura do *refugiado*. Diferentemente do *migrante*^{II}, que se desloca por vontade própria (mesmo que seja, muitas vezes, para fugir da pobreza e da fome), o refugiado é aquele que muda de país, buscando escapar de conflitos armados, perseguições (política, étnica, religiosa etc.) ou violação de direitos humanos, como postula a Convenção de Genebra (1951). Assim, se os migrantes continuam recebendo a proteção do seu governo, os refugiados não podem voltar ao seu país de origem, tendo em vista a situação perigosa e intolerável que os obrigou a cruzar fronteiras internacionais para buscar segurança em outros países. Teríamos, assim, em linhas gerais, dois grandes tipos de migração: a voluntária e a forçada (Bartram; Poros; Monforte, 2014), ainda que muitos pesquisadores (Clochard, 2007; Bartram; Poros; Monforte, 2014; Akoka, 2018, entre outros) venham questionando essa dicotomia, que nem sempre funciona na prática, e proponham, ao contrário, um *continuum* entre os termos *migrante* e *refugiado* (e entre as categorias que representam).

É nesse cenário mais amplo que se insere o filme de 2017: *Não existe lar se não há para onde ir* – tradução em língua portuguesa para o título inglês *Human flow* (literalmente “fluxo humano”) – de Ai Weiwei^{III}. O cineasta chinês viajou por 14 países, conversando com refugiados e com pessoas que lidam direta ou indiretamente com esse público: representantes governamentais, integrantes de ONGs e de instituições, como o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) etc. É esse filme, integrante do gênero *documentário*, como se verá, que tomamos aqui como objeto de estudo.

É preciso lembrar que os debates públicos sobre as migrações contemporâneas têm-se limitado, frequentemente, a transformar os migrantes e os refugiados em números e/ou a privilegiar o que dizem os “locutores legítimos” em detrimento da fala dos próprios migrantes/refugiados. Essas duas situações contribuem para a inaudibilidade – e a consequente invisibilidade – desse público (Laacher, 2012). Não é por outra razão que eles são frequentemente rotulados de “sem voz” ou “sem fala”, já que tendem a compartilhar o sentimento de não serem ouvidos, necessitando, muitas vezes, de mediadores que os tornem “audíveis” para a sociedade em geral (Ducard, 2015; Maingueneau, 2020a). É aí, a nosso ver, que entram todos aqueles que se propõem a falar pelos migrantes e refugiados (não no lugar deles), emprestando-lhes sua “voz”. É o que faz Ai Weiwei, de forma mais ampla, mas também todas as demais pessoas que descrevem e comentam a situação dos refugiados em diferentes momentos e em vários dos países cobertos pelo filme.

I Disponível em: <https://worldmigrationreport.iom.int/wmr-2020-interactive/?lang=ES>. Acesso em: 26 ago. 2021.

II Utilizaremos, neste artigo, em consonância com os especialistas na temática das migrações, o termo migrante, que, segundo Calabrese e Veniard (2018, p. 11), é “relativamente neutro”. Isso nos permite também evitar a dicotomia emigrante/imigrante, já que tudo depende do ponto de vista que se aplica ao sujeito deslocado.

III Não existe lar se não há para onde ir (*Human flow*). Direção de Ai Weiwei. Produção: Participant Media. Distribuição: Paris Filmes. Distribuição internacional: Lionsgate, 2014, cor, 130 min.

Este artigo tem, portanto, como principal objetivo compreender o discurso dos/sobre os refugiados que se manifesta no documentário em foco, para, a partir dessa compreensão, contribuir para a ampliação dos espaços de fala desses sujeitos (e de seus mediadores). Isso nos permitirá conhecer, mais de perto, os “meandros” da experiência migratória: razões que levam ao deslocamento, dificuldades e percalços enfrentados no percurso e na adaptação a uma nova realidade, as formas e as condições de acolhimento, entre outros aspectos. Se cada relato é único e seu sujeito, singular, não podemos perder de vista que esses depoimentos, em seu conjunto, nos proporcionarão uma visão mais acurada das múltiplas situações de refúgio ao redor do mundo na atualidade, considerando que, por trás das estatísticas e/ou dos discursos oficiais, existem seres humanos que têm histórias para contar.

Essas histórias serão examinadas à luz das “tendências francesas em análise do discurso” (Maingueneau, 2002)^{IV}, sem perder de vista contribuições advindas dos estudos sobre cinema, uma vez que as “vozes” dos refugiados, que faremos ouvir ao longo deste artigo, inscrevem-se num texto filmico: o documentário. Assim, no próximo item, como forma de contextualização, falaremos do gênero discursivo documentário, procurando avaliar suas implicações no trabalho de Weiwei.

O gênero documentário e sua (re)construção no final de Ai Weiwei

Para Bakhtin (2011, p. 262, grifo do autor), “cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados”, que são os gêneros de discurso. É essa relativa estabilidade dos gêneros que permite pensá-los como um conjunto de regularidades, que podem, no entanto, sofrer variações, em maior ou menor grau, no escopo do “projeto de fala” (Charaudeau, 2012) que cada locutor mobiliza na interação com o outro.

Veremos, assim, como Ai Weiwei, sem perder de vista as regularidades do documentário, faz sua própria “releitura” desse gênero. Afinal, como assumem Canut e Sow (2014), referindo-se às obras artísticas que tratam dos fluxos migratórios africanos, as escolhas estéticas e estilísticas do locutor interferem na forma como são representadas as experiências migratórias, o que pode ser recuperado na escolha dos assuntos, na prioridade dada a certas situações em detrimento de outras, nos cenários, nas técnicas cinematográficas (o lugar da câmera) etc.

Definindo-se pelo contraste com o filme de ficção ou filme experimental de vanguarda, o documentário não deve ser visto, segundo Nichols (2014), como uma reprodução fidedigna da realidade, mas, sim, como uma representação, de certa forma particularizada, do mundo em que vivemos. O autor menciona normas e convenções utilizadas pelos cineastas que contribuem para uma particularização desse gênero. Podemos destacar algumas: comentário com voz de Deus, entrevistas, gravação de som direto, apreensão imagética de atores sociais em situações de cotidiano etc.

IV Para Maingueneau, tais tendências apresentam as seguintes características: 1) interessam-se por corpora relativamente restritos e mesmo por aqueles que apresentam um interesse histórico; 2) pautam-se não apenas pela função discursiva das unidades, mas também pelas suas propriedades como unidades da língua; 3) mantêm uma relação privilegiada com as teorias da enunciação; 4) concedem importância fundamental ao interdiscurso; 5) refletem sobre a inscrição do sujeito em seu discurso. Ao falar em “tendências” (francesas), o pesquisador busca, de certa forma, se “descolar”, da chamada Escola Francesa de Análise do Discurso, desenvolvida por Pêcheux e outros (cf. Maingueneau, 2002, p. 202).

Seriam seis os modos de organização do gênero documentário: 1) o *modo poético* – “enfatiza mais o estado de ânimo, o tom e o afeto do que as demonstrações de conhecimento ou ações persuasivas” (Nichols, 2014, p. 138); 2) o *modo expositivo* – “Agrupa fragmentos do mundo histórico numa estrutura mais retórica do que estética ou poética. [...] dirige-se ao espectador diretamente” (*ibidem*, p. 142); 3) o *modo observativo* – no qual o cineasta “adota um modo especial de presença na cena, em que parece ser invisível e não participante” (*ibidem*, p. 149).

Há ainda – e acreditamos que o trabalho de Ai Weiwei se municie de seus dispositivos – os modos: 4) *participativo* – em que “esperamos testemunhar o mundo histórico da maneira pela qual ele é representado por alguém que nele se engaja ativamente” (*ibidem*, p. 154). Nesse tipo de produção, há, comumente, a presença do diretor no enquadramento, fazendo perguntas, participando e conduzindo a cena; 5) *reflexivo* – “modo de representação mais consciente de si mesmo e aquele que mais se questiona” (*ibidem*, p. 166); e 6) *performático* – “Dirige-se para nós de maneira emocional e significativa em vez de apontar para nós o mundo objetivo que temos em comum” (*ibidem*, p. 171).

Em primeiro lugar, em *Não existe lar se não há para onde ir*, é possível vislumbrar, constantemente, a presença de seu diretor. Por mais que ele não ofereça testemunho e, na verdade, ouvimos pouco a sua voz, seu corpo está em total comunhão com os entrevistados. Há uma cena que merece destaque, quando o cineasta chinês é filmado brincando com palestinos em cena registrada na Faixa de Gaza. Mas não somente isso, muitas vezes, vemos Ai Weiwei perambulando por aqueles espaços, que, em diversos momentos, ganham efeitos de sentido de desolação e de desesperança. É como se ele funcionasse como uma ponte que leva o seu público para dentro da tomada, e sua participação, portanto, possui uma funcionalidade: ele seria um corpo estranho, embora integrado àquele lugar, e o *modo participativo* teria a função de convocar o espectador. Destaquemos outra passagem marcante que traz a presença do documentarista chinês:

(T1) – Eu lhe mostro o meu passaporte chinês. Sim, nós trocamos passaportes. Eu me torno sírio e você se torna chinês. Sim, eu espero que sim. Onde está meu passaporte? Então, você vai para a China e eu venho para...

– Para a Síria

– É isso. Tome o meu, que eu vou levar o seu.

– Qual é o meu novo nome?

– Mahmoud. Abdulla Mahmoud.

– Você fica com a minha barraca. O meu nome é Ai Weiwei e eu serei Mahmoud. Então, da próxima vez, você será Ai Weiwei [...]. Eu te respeito.

– E eu te respeito (Weiwei, 2017).^v

Em (T1), realiza-se uma marcada participação do cineasta, numa situação de interação pautada

V Para os excertos reproduzidos neste artigo, tomamos por base a tradução já feita em português de Portugal, atualizando-a, porém, para o português do Brasil. Além disso, para facilitar a remissão a esses trechos, nós os numeramos como T1, T2 e assim por diante.

pela cumplicidade. É interessante pensar no simbólico papel do passaporte: uma simples caderneta que é “trocada” pelos dois interlocutores como forma de atestar a igualdade estabelecida entre eles. Parece haver uma mensagem, segundo a qual não importa a nacionalidade, muito menos um documento que comprove determinado local de nascimento.

Ademais, percebe-se um mecanismo de identificação entre os sujeitos, com Ai Weiwei sendo uma espécie de avatar do público, que também é convidado a ser sírio e a ser chamado Mahmoud. Há, desse modo, a inscrição da reflexividade, que se dá atendendo a um processo de marcas da linguagem verbal (que enfatizam a necessidade da existência de um respeito mútuo, não importando o país de origem, as crenças e os valores cultuados) e por intermédio da enunciação filmica, que deixa rastros no fio do discurso.

Expliquemos melhor: a enunciação adentra o enunciado filmico, permitindo ao espectador ter acesso aos equipamentos de filmagem e aos processos de preparação dos entrevistados. Há uma cena, em especial, em que uma refugiada chora copiosamente ao rememorar a sua condição de apátrida. Em consequência disso, o documentarista chinês dá uma pausa, que é mantida em tela, para oferecer a ela um lenço e para tentar ampará-la. Esse instante de disjunção confere certa descontinuidade ao documentário, mas possui a funcionalidade de explicitar ao público o quão sensível é o tema tratado pelo filme. Se com o *modo participativo*, o espectador é convocado para a cena em que a interação se dá, com o *modo reflexivo*, ele toma consciência da gravidade daqueles relatos.

Por fim, destaquemos o *modo performativo*, que ocorre mediante um direcionamento emocional, que, no documentário em foco, passa, naturalmente, pelas falas dos refugiados e de outros atores, mas também pelos dispositivos cinematográficos, que exprimem a ideia de uma direção cujo foco é o público. No filme, encontramos movimentos de câmera que enfatizam os rostos e olhares dos entrevistados. Destacam-se, em diversos momentos, *closes*, *travellings* trazendo refugiados enfileirados, bem como enquadramentos que destacam o direcionamento do olhar dessas pessoas para a câmera. Há também olhares perdidos em meio a uma imensidão espacial bucólica e, em muitos casos, inóspita. Todos esses elementos visariam igualmente à convocação do público para uma eventual tomada de consciência diante daquelas vivências sofridas e desesperançadas.

O dispositivo de análise

Lembramos que a análise do discurso em suas “tendências francesas”, perspectiva teórica em que este trabalho se insere, não oferece ao pesquisador um dispositivo de análise já pronto. Cada analista, em função de seus objetivos, de suas questões de pesquisa, enfim, do material que tem em mãos, constrói, a partir dos princípios disponibilizados pela teoria, o seu próprio dispositivo de análise.

Nessa perspectiva, dadas as inegáveis similaridades entre o presente trabalho e aqueles desenvolvidos mais recentemente por Lara (2021a; 2021b) e por Lara e Brait (2022), em que são examinados relatos de sujeitos migrantes, utilizaremos como dispositivo de análise alguns planos da *semântica global* de Maingueneau (2005).

Por *semântica global*, deve-se entender o sistema de restrições que incide, de forma integrada,

sobre os vários planos do discurso, tanto na ordem do enunciado quanto na ordem da enunciação. São sete os planos propostos pelo autor: os *temas*, o *vocabulário*, a *déixis enunciativa*, o *modo de enunciação*, a *intertextualidade*, o *estatuto de enunciador e do destinatário* e o *modo de coesão* (Maingueneau, 2005, p. 79-102). Desses planos, reteremos os quatro primeiros que, segundo Lara (2021b), mostram-se mais produtivos para o exame de relatos orais, que ela toma, em sintonia com Bertaux (2005), como *récits de vie* (ou, em português, narrativas de vida). A autora explica essa escolha da seguinte maneira:

“Desenhada”, inicialmente, para a análise de um *corpus* escrito, compreendendo dois discursos religiosos importantes na França do século XVII: o humanista devoto e o jansenista, que mantêm entre si uma relação polêmica, a semântica global inclui sete planos no total [...] Ao mobilizá-la para o exame de discursos de menor prestígio (para não dizer, sem prestígio), orais e que não polemizam entre si, deparei-me com a necessidade de “reler” a proposta de Maingueneau. Por essa razão, optei pelos quatro planos citados [os *temas*, o *vocabulário*, a *déixis enunciativa*, o *modo de enunciação*] que constituem, para mim, os mais produtivos no exame das narrativas de vida [...], além de utilizá-los de maneira um pouco mais abrangente. Espero poder comprovar que esse dispositivo pode ser convocado para a análise de discursos oriundos de outros campos e sustentados por outros tipos de relação, sem acarretar incompatibilidades com o que propõe o autor, o que me leva, inevitavelmente, a assumir certas “liberdades” (e riscos) (Lara, 2021b, p. 65).

Passamos, na sequência, a discorrer brevemente sobre as quatro categorias (ou planos) elencadas(os) para nosso dispositivo de análise, começando pelos *temas*. Entendendo por tema aquilo que intuitivamente podemos exprimir como “do que isso fala?”, Maingueneau (2005) explica que os temas estão integrados semanticamente a um dado discurso por meio do sistema de restrições que o rege, dividindo-se em dois subconjuntos: os temas impostos (aqueles que não podem faltar a um dado discurso para que ele seja bem aceito) e os temas específicos (aqueles que são próprios a um dado discurso). De nossa parte, considerando, de um lado, que se trata de uma produção longa, de mais de duas horas de duração, com diversos depoimentos (de refugiados e mediadores) e, de outro lado, a própria complexidade da situação de refúgio (e a forma como ela é abordada na “trama” do documentário) torna-se difícil – para não dizer, impraticável – distinguir temas impostos de temas específicos. Buscaremos, então, agrupar os depoimentos por eixos temáticos, como explicaremos na próxima seção. São esses eixos que servirão de norte para as análises.

No que tange ao *vocabulário*, cabe-nos observar como, em função de seus usos, as palavras se comportam nos discursos, chamando umas às outras, polemizando, opondo-se; em suma, formando “redes”. Esclarecemos que o vocabulário será examinado de forma integrada aos demais planos, sobretudo ao plano dos temas/eixos temáticos. Assim, concordamos com Maingueneau (2005, p. 84) sobre o fato de que “a palavra em si mesma não constitui uma unidade de análise pertinente”.

Quanto à *déixis enunciativa*, o autor explica que, em sua dupla modalidade espacial e temporal [aqui-agora *vs.* lá-então], a déixis “define de fato uma instância de enunciação legítima e delimita a *cena* e a *cronologia* que o discurso constrói para autorizar sua enunciação” (Maingueneau, 2005, p. 93; grifos

do original). No presente artigo, em sintonia com a proposta de Lara (2021a; 2021b) e de Lara e Brait (2022), tomamos a dêixis enunciativa de forma mais ampla, de modo a (re)incluir a categoria de pessoa, pois, em se tratando de relatos que incidem sobre episódios da experiência migratória dos refugiados, as projeções de pessoa, sobretudo, a de um “eu” ou de um “nós” que (se) conta(m) ao outro (cineasta, público) são fundamentais.

O último plano da semântica global, mobilizado em nosso dispositivo de análise, é o *modo de enunciação*. Segundo Maingueneau (2005, p. 94-95), o discurso, seja ele oral ou escrito, institui “uma maneira de dizer específica”, que se manifesta no “tom” do texto (de crítica, de indignação, de melancolia etc.), bem como na escolha das palavras, dos argumentos etc. Por exemplo, os refugiados podem assumir, em seus relatos, um “tom” de lamento ou de tristeza, quando abordam as dificuldades que vivenciaram – ou vivenciam – no cotidiano do novo país, o que denotaria uma condição (um caráter e uma corporalidade) de fragilidade, de vulnerabilidade.

Ora, essa “maneira de dizer específica”, que remete a “uma maneira de ser”, será associada em trabalhos posteriores do autor (ver, por exemplo, Maingueneau, 2006; 2008; 2020b) à noção retórica de *éthos*, ou seja, à imagem de si que o orador constrói no/pelo discurso. Essa imagem está ligada às representações coletivas, aos estereótipos, avaliados positiva ou negativamente, que o destinatário associa ao “fiador” do discurso e que a própria enunciação contribui para reforçar ou transformar (Maingueneau, 2006).

Descritas as categorias que compõem nosso dispositivo de análise, passemos, na sequência, à análise dos relatos do documentário.

Examinando os relatos

Para viabilizar as análises, em meio aos diversos depoimentos exibidos em *Não existe lar se não há para onde ir*, propomos, a partir da recorrência dos temas, eixos temáticos que agrupem esses depoimentos. Fazemos isso não apenas pelos limites de espaço de um artigo científico, mas também para tornar as análises mais consistentes e menos repetitivas.

Além disso, ainda que os depoimentos sejam curtos, como seria impraticável, pelas razões já expostas, reproduzi-los todos ao longo do exame dos diferentes planos que compõem nosso dispositivo de análise, selecionamos alguns desses depoimentos a título de ilustração, tendo como critério principal sua representatividade em relação àquilo que está sendo comentado.

Em nosso gesto de leitura, que, vale enfatizar, está distante de esgotar as possibilidades de recorte do documentário de Ai Weiwei, consideramos três eixos temáticos principais que se repetem, portanto, ao longo das mais de duas horas de metragem. São eles: 1) a quebra de uma aparente tranquilidade e a fuga como consequência; 2) o sofrido deslocamento entre o país de partida e o país de chegada; 3) as dificuldades do presente e as angústias diante de um devir nebuloso e indefinido.

Esses três eixos temáticos pautam as narrativas tanto dos próprios refugiados quanto de seus mediadores. Cabe ressaltar, porém, que eles não estancam todas as vivências discursivizadas pelas lentes do cineasta chinês. Há, por exemplo, uma exceção marcante: a Faixa de Gaza, cujos moradores,

principalmente os mais jovens, não vivenciaram aquilo que nomeamos de “aparente tranquilidade”, nem se colocaram em situação de diáspora. Gaza, portanto, é um entrelugar, no qual seus moradores são alocados e relegados à própria sorte, conforme podemos observar no seguinte fragmento:

(T2) Gaza desapareceu para o mundo. Foi eliminada do mapa. Guerras são feitas aqui; temos cercos, mas ninguém pensa em nós. À nossa volta todos fecham as fronteiras: Egito, Israel e Jordânia não abririam suas fronteiras para nós, mesmo que estivéssemos morrendo. Estamos numa prisão, só que um pouco maior. É como uma cela de prisão, mas um pouco maior. Esta é Gaza e, apesar de tudo, nós sorrimos. O meu único sonho é viajar pelo mundo num navio de cruzeiro. Mas é um grande sonho. Impossível! (Weiwei, 2017).

Antes de partirmos para a análise dos excertos concernentes aos três eixos mencionados, julgamos pertinente analisar o vocabulário e o modo de enunciação de (T2), enfatizando que estamos diante de uma passagem cujo (sub)tema principal é a ausência de liberdade. Notemos como as entrevistadas – jovens moradoras de Gaza – trazem itens lexicais patêmicos (“desapareceu”, “eliminado”, “morrendo”; “prisão”), isto é, aqueles que suscitam emoções, tais como a indignação (diante de um quadro notório de injustiça) e a tristeza. Weiwei narra as vivências de pessoas jovens e cheias de sonhos, que, possivelmente, serão frustradas em função de um estado de coisas opressor.

Há desesperança e alheamento diante da vastidão do mundo, como se Gaza, mais do que estar na condição de entrelugar, fosse um não lugar. O trecho final da entrevista demonstra o paradoxo vivenciado naquela região. Uma das jovens gostaria de sair num cruzeiro, e notemos, Gaza localiza-se numa faixa litorânea, ou seja, seria natural o deslocamento de navios partindo do Mar Mediterrâneo, em algum porto daquele local. Contudo, não é possível ir de barco nem à Tel Aviv, que está a menos de 90 km de distância.

Elas sorriem, porém, ou, talvez seja mais correto dizer que elas constroem uma imagem de si de resiliência e de felicidade, com esse sorriso enunciado funcionando como um efeito situado entre a maneira de dizer e a maneira de ser. A noção de “resiliência”, segundo Machado (2021), foi desenvolvida pelo neuropsiquiatra francês Boris Cyrulnik. A autora explica que, para Cyrulnik, a “metáfora da resiliência” – emprestada de outros domínios, como a agronomia, por exemplo – simboliza, em psicologia, o processo de imprimir à vida um novo desenvolvimento, após um traumatismo, da mesma forma que, numa “terra resiliente”, a vida retorna com nova vegetação, após um incêndio ou inundação (Cyrulnik, 2015, citado por Machado, 2021, p. 153).

Assim, traumas ou experiências difíceis tornam certas pessoas resilientes, levando-as a se (re)erguerem após cada “tombo”, cada obstáculo, e seguir em frente, o que, evidentemente, implica uma boa dose de coragem, de bravura, mas não se resume a isso. É como as jovens moradoras de Gaza que, confinadas entre fronteiras de países que as ignoram (“ninguém pensa em nós”), ainda “ousam” sorrir.

Após esse parêntesis, é importante voltarmos o olhar para os três eixos temáticos que o documentário de Wei-Wei mobiliza. O primeiro eixo, que funciona como um ponto inicial na experiência migratória, é, como vimos, a quebra de uma aparente tranquilidade que desencadeia a imperativa fuga. É o que

podemos ver na fala de Ustaz Rafik, líder comunitário dos Rohingyas^{VI}.

(T3) Nós vivíamos em harmonia lá. Nós estávamos bem. Nós podíamos cultivar as nossas plantações lá. Em paz. Nós não queríamos ir para outro país. A terra dos nossos antepassados foi-nos tirada. O nosso gado foi-nos tirado. Não resta nada, foi tudo. Mulheres Rohingyas foram violadas, milhares foram violadas e assassinadas. Ainda assim, continuamos fiéis. Não queremos recorrer à violência contra eles. Porque Rohingyas são muçulmanos piedosos. E o Islã não nos permite recorrer à violência. Nossa fé ainda é forte (Weiwei, 2017).

No que tange ao vocabulário, a exemplo de (T2), o relato do líder comunitário dos Rohingyas é carregado de itens lexicais patêmicos que ilustram a injustiça sofrida por ele e por seus conterrâneos (“a terra foi nos *tirada*”; “não resta *nada*, foi tudo”; “mulheres *violadas e assassinadas*”^{VII}), contrastando com um cotidiano anterior de tranquilidade (“vivíamos *em harmonia*”, “*em paz*”). Nota-se, inclusive, uma espécie de graduação – propiciada pela repetição de “foi-nos tirada(o)” e pela oposição entre nada/tudo – que ilustra a forma como o povo Rohingya foi sendo completamente espoliado pelo inimigo: “A terra dos nossos antepassados foi-nos tirada. O nosso gado foi-nos tirado. Não resta nada, foi tudo”.

A resiliência é novamente enfatizada, com o incremento de uma relação de contraposição. No excerto anterior (T2), as moradoras de Gaza afirmam que, apesar de tudo, elas sorriem. Aqui, temos a presença do operador *ainda assim*, cujo efeito de sentido, a exemplo de *apesar de tudo*, traz a ideia de que todos os sofrimentos narrados encontram a barreira de uma resistência altiva (“continuamos fiéis”, “nossa fé ainda é forte”), que mobiliza a religiosidade do sujeito que (se) conta. Essa resistência é uma construção discursiva e, nesse sentido, não há o interesse pelo sujeito empírico, de carne e osso, mas, sim, pela mobilização de um *éthos* de resiliência.

Em relação à *dêixis enunciativa*, é mister observar que, em (T3), temos a presença do “nós”, que funciona, segundo Benveniste (1991), como um “eu” ampliado, com a *dêixis* emergindo no fragmento mediante um saldo temporal, espacial e, claro, (inter)subjetivo. Temos um “eu estava lá”, que traz, como vimos, duas vivências (*tranquilidade vs. violência*). A consequência é um “eu, aqui e agora” que rememora esses acontecimentos, dando testemunho da situação de incerteza do presente e de um futuro marcado pela indeterminação e pela fragilidade, mas sustentado (ainda) pela fé, que é adjetivada como *forte*. Trata-se, pois, de uma *dêixis* espaço-temporal (e pessoal) responsável pela construção da cena e da cronologia que legitimam a enunciação (Maingueneau, 2005).

Esses elementos remetem ao *modo de enunciação*, uma conjugação entre a maneira de dizer e a maneira de ser. É por meio desse conceito que podemos notar a emergência do *éthos*, conforme apontamos em linhas anteriores. Ustaz Rafiq constrói para si e para o seu povo, daí o emprego do “eu” ampliado, um *éthos* de pacífico e injustiçado e que, a despeito de todos os sofrimentos, segue resiliente.

VII Esclarecemos que os grifos neste e nos demais trechos relativos às análises são nossos.

Existem condições de emergência para a fala de Ustaz Rafiq, no sentido de ela não ser considerada um recorte isolado, até mesmo porque não se deve conceber a existência de enunciados isolados (isso seria, por definição, uma incoerência). Tendo isso em mente, constatamos um diálogo interno entre a fala de Ustaz Rafiq e outras passagens registradas por Ai Weiwei, como, por exemplo, a da rememoração testemunhal oferecida por um casal curdo.

(T4) Nós trabalhamos por 20-30 anos para construir a nossa casa aqui. Nós construímos a casa para nossos filhos, para o futuro da nossa família. Nós não construímos para o Estado ou para o Partido dos Trabalhadores do Kurdistão (PKK), ou para quem quer que fosse viesse fazer guerra e destruí-la. Nossa identidade, nossa linguagem, é o que nós queremos. Irmãos não devem discutir. Nós não queremos que as mães dos policiais chorem. Nós não queremos que as mães dos soldados chorem. As mães dos guerrilheiros não deveriam chorar (Weiwei, 2017).

Observamos, novamente, a presença de um modo de enunciação sedimentado no emprego do “eu” ampliado. Aliás, o “nós” se faz notar em grande parte dos enunciados construídos pelos entrevistados. O que se percebe, então, é uma estratégia de conferir subjetividade aos textos, mas uma subjetividade coletivizada, uma vez que eles não estão sós. De alguma forma, o “eu estava lá”, inscrito mediante um efeito de ampliação, significa o compartilhamento de vivências e sofrimentos, seja de forma mais restrita (“Nós trabalhamos por 20-30 anos para construir a *nossa* casa aqui”), seja de forma mais ampla (“*Nossa* identidade, *nossa* linguagem, é o que *nós* queremos”).

Outro ponto de conexão entre a fala de Ustaz Rafiq (T3) e a do casal curdo (T4) se dá pela inscrição do caráter identitário. Uma rápida consulta ao dicionário mostra que, na sua acepção atual, no âmbito da Sociologia, o termo *identidade* implica aquilo que assegura a continuidade do indivíduo, do grupo ou da própria sociedade, ao longo de um percurso existencial de permanente mudança, ruptura, crise (*Infopédia – Dicionários Porto Editora^{VII}*). Já Charaudeau (2015, p. 13-14), considerando que “a linguagem está no cerne da construção tanto individual quanto coletiva do sujeito” pondera que, se a identidade, por um lado, pode ser descrita como “uma espécie de reivindicação do ‘direito de ser eu mesmo’”, por outro, implica que o indivíduo pertence a uma coletividade, mais ou menos ampla, com seus valores e normas (*ibidem*, p. 15). É assim que, do ponto de vista identitário, há, em (T3) e em (T4), um *eu* que desliza para um *nós*, assegurando, assim, a continuidade entre a dimensão individual e a dimensão coletiva do sujeito, já que uma não existe sem a outra.

Raciocinando em termos de uma semântica global, vemos que essa percepção identitária é alicerçada no uso do vocabulário. Em (T3), há uma construção da imagem de si mediante a ideia de que os Rohingyas (etnia à qual pertence o entrevistado) seriam *muçulmanos piedosos*. No entendimento de Rafiq, há uma imagem homogeneizante assentada no argumento de que ser um muçulmano piedoso faz parte da essência daquele povo. Contudo, é importante nos atentarmos para o que não foi dito, como propõe Orlandi (1997). O fato de se enunciar que os Rohingyas seriam muçulmanos piedosos abre espaço para aventar a possibilidade de existência de muçulmanos alheios a essa característica e, se

considerarmos a existência de grupos como Boko Haram e Estado Islâmico, certamente, esse não dito também significa.

Em relação ao casal curdo (T4), o componente identitário é discursivizado por intermédio do raciocínio segundo o qual há uma espécie de “cisão” como consequência da guerra. Assim, ao dizer “*Nossa* identidade, *nossa* linguagem, é o que nós queremos”, o locutor dá a entender que esses elementos (a linguagem e a identidade) estão, de alguma forma, ameaçados ou comprometidos pela situação de guerra.

Na sequência, devemos, novamente, prestar atenção às fissuras provocadas por aquilo que não foi dito. Ao afirmar, via repetição, “Nós não queremos que as mães dos policiais chorem. Nós não queremos que as mães dos soldados chorem”, temos, de forma velada, a imputação de uma culpa e a construção de uma contraposição. Enunciar “nós não queremos...” suscita, tacitamente, o raciocínio de que alguém quer esses efeitos. E esse alguém se contrapõe ao “nós”, sendo, portanto, o “ele”, que é nomeado no proferimento destacado: o Estado ou o Partido dos Trabalhadores do Kurdistão (PKK).

O segundo eixo (o sofrido deslocamento entre o país de partida e o país de chegada) direciona-nos, de forma impactante, para as consequências da mencionada quebra de tranquilidade, como vimos no eixo temático 1. O que se tem, aqui, de forma acentuada, é, novamente, o *éthos* de resiliência, diante de obstáculos aparentemente intransponíveis. Isso pode ser comprovado na seguinte passagem:

(T5) Um contrabandista levou-nos do Irã para a Turquia. Porque não sabíamos o caminho. Nós estivemos um mês na Turquia, porque não podíamos atravessar o mar. Havia muitas mulheres jovens e muitas famílias conosco. Os contrabandistas levaram-nas para a floresta. Eles tinham armas. Nós não podíamos fazer nada. Algumas das mulheres foram violadas. Ninguém nos ajudou. Nem a polícia grega, nem as pessoas da ONU. Ninguém cuidou de nós ou nos perguntou alguma coisa (Weiwei, 2017).

(T5) coloca-nos diante de uma cena traumática. Há dois (sub)temas imbricados: a exploração do corpo feminino e a ausência de empatia. Em Bakhtin (2010), encontramos a ideia de uma *empatia estética* que, idealmente, deve ser seguida por um movimento exotópico. A primeira seria uma ação de entendimento da dor do outro, ressaltando a impossibilidade de um sujeito ocupar o lugar do outro, já que as vivências são individuais, o que corrobora a ideia de que a experiência traumática é marcada pela intransferibilidade. O movimento exotópico, por seu turno, pode ser caracterizado pela sensibilização e pela conscientização, haja vista a existência de um excedente de visão apreendido pelo sujeito que traça tal movimento.

Na passagem mencionada, não há excedente de visão, mas, ao contrário, repetição de um padrão, uma vez que os refugiados não obtiveram nenhum auxílio, além de as mulheres terem tido seus corpos explorados, em função de uma posição de absoluta inferioridade. Nada, portanto, mais distante dos movimentos de empatia estética e exotopia. Esse total desamparo pode ser observado em trechos como: “ninguém nos ajudou... ninguém cuidou de nós ou nos perguntou alguma coisa”.

Notemos o emprego da terceira pessoa que, vale enfatizar, marca a construção da imagem do outro,

que se dá em caráter de oposição. Primeiramente, temos a imagem de sujeitos que se enquadrariam na categoria “agentes da violência” (“eles tinham armas”, “algumas mulheres foram violadas”). Em segundo lugar, as mulheres são enunciadas a partir de um efeito de objetividade (*algumas das mulheres*), marca, novamente, da terceira pessoa. Isso pode ser entendido como um mecanismo de defesa, pois afirmar algo como “nossas mulheres foram violadas” pode, e essa é uma leitura nossa, ser insuportável. É como se houvesse ali, de forma velada, a inscrição da emoção da vergonha. É nesse sentido que se percebe o equacionamento entre a maneira de ser e a maneira de dizer.

Há, no mesmo fragmento, a presença da primeira pessoa do plural. Como vimos, a vivência é individual (*Eu estava lá*), todavia, não podemos desconsiderar aquilo que é da ordem da partilha. Esse *nós* compõe, assim, um quadro de várias vivências, que somadas, desenvolvem uma cena de interação marcada pela ausência de perspectivas. A fala de Ahmad Shuja, pesquisador associado do *Human Rights Watch*, simboliza o quão devastadora é a desterritorialização, isto é, a quebra de vínculo do sujeito com a sua terra natal:

(T6) Muitas destas pessoas não podem voltar para as suas aldeias, especialmente as do Paquistão porque foram refugiados por 30 anos e, em alguns casos, 40 anos. Eles já não têm nenhuma ligação com suas aldeias. Eles não podem voltar e reivindicar a terra que seus avós cultivaram (Weiwei, 2017).

Percebe-se, portanto, a inscrição de uma diáspora infinda, na busca por um devir idealizado que dificilmente poderá ser concretizado. Pensando no viés coletivo da identidade, em que as vivências somam-se para veicular aquilo que é da ordem da partilha, vemos que estamos diante de sujeitos esfacelados, vivendo numa errância concreta (o retorno interditado) e simbólica (o afastamento das raízes, ou seja, “da terra que seus avós cultivaram”). É como se a pessoa não tivesse mais uma identidade ligada ao país, aos antepassados, à sua terra natal, passando a dividir com tantos outros, em situação similar, uma “nova” identidade: a de refugiado, por mais vaga e inespecífica que ela seja. No caso, eles já não são mais paquistaneses, mas “refugiados, isolados, sem terra e sem teto”, ou seja, indivíduos completamente despossuídos (como mostra o qualificativo *isolados* e a sequência com a preposição *sem*), inclusive de uma identidade.

Charaudeau (2015) atesta a importância da questão do território, que funciona, para os indivíduos, como ponto de referência e ponto de orientação. O pesquisador se pergunta o que acontece quando, num mesmo território, coexistem distintos falares. Em nosso caso, a questão é outra, pois estamos tratando de um território, outrora lugar de identificação, que, por motivos religiosos e/ou políticos, tornou-se inóspito. O que acontece, portanto, com as pessoas que dele fizeram parte? O documentário em foco traça um gesto de leitura a partir dos três eixos contemplados em nosso artigo. Há, dessa forma, na vida dos refugiados, um movimento de perseguição, seguido de uma partida rumo ao indeterminado, culminando nas dificuldades de um presente cujo desenlace pode resultar naquilo que foi narrado por Ahmad Shuja (T6).

Para o terceiro eixo (as dificuldades do presente e as angústias diante de um devir nebuloso e

indefinido), separamos dois fragmentos que ilustram, de forma impactante, o sofrimento vivenciado pelos refugiados. Vamos a eles:

(T7) A Europa decidiu fechar a fronteira da Macedônia para os afegãos.

- O que você vai fazer? Qual o seu plano?

- Nós não temos planos.

- Você sabia que a fronteira foi fechada?

- Não. Não sabíamos. Soubemos agora por você. Ninguém nos deu essa informação. Eles disseram que iam fechar a fronteira nos próximos dois, três meses. Não esperávamos que fosse tão rápido. O que devemos fazer se estiver fechado? Nós não podemos voltar. Ninguém deixa o país simplesmente. Você somente se expõe às dificuldades da fuga para encontrar segurança. Para encontrar paz em algum lugar.

(T8) Eu gostaria de ver os líderes virem pra cá e dormirem aqui uma noite. Apenas uma noite, para ver se eles conseguiam dormir nestas tendas. Seriam capazes de aguentar o sofrimento? Cobras, lagartos, aranhas. Existe aqui todo tipo de animais. E doenças infecciosas, febre e diarreia. Toda vez que vejo um comboio, pergunto a Deus se seremos capazes de partir daqui um dia (Weiwei, 2017).

Analizando as duas passagens, é possível detectar, respectivamente, dois (sub)temas: a busca pela paz/segurança e o sofrimento experienciado, que é motivado justamente pelo primeiro (sub)tema. É como se os maus-tratos – especificados, em (T8), pela “rede” lexical: *animais (cobras, lagartos, aranhas) + doenças (infecciosas, febre, diarreia)* – funcionassem como um estágio, uma espécie de condição *sine qua non* para a busca da paz e da segurança, que, sabemos, é hipotética e pouco crível. Em (T7), o vocabulário leva-nos à incerteza em meio a um mundo, paradoxalmente, vasto e fechado. A câmera de Ai Weiwei oferece-nos o tempo todo essa sensação de infinitude (mediante os longos planos e os movimentos panorâmicos), ao mesmo tempo em que a fala dos refugiados suscita a clausura e a prisão.

Há, portanto, uma disjunção entre o registro imagético e o registro verbal. Esse último mostra-se marcado por termos que denotam a ausência de esperança quanto ao futuro, e isso, claro, implica o modo de enunciação, que revela o anímico de cada uma das personagens, mediante uma construção imagética de si pautada pela dor e por elementos patêmicos que expressam a tristeza e podem suscitar no espectador, no mínimo, a indignação.

A indignação, vale afirmar, embora possa ocorrer em (T7), quando os afegãos são caracterizados por um estado absoluto de falta – falta de planos, falta de informações, falta de ter para onde ir –, mostra-se mais evidente no segundo fragmento (T8), no qual, de forma sub-reptícia, deparamo-nos com a construção da imagem do outro. Há, aqui, uma contraposição entre os refugiados envoltos em condições sub-humanas e os líderes (“eles”) aparentemente vivendo em condições mais desejáveis. O modo de enunciação suscita um efeito de convocação, no sentido de expor o hiato existente entre aqueles que experienciam as dores da ausência de perspectivas e aqueles que, supostamente, representam os primeiros. Nota-se, na passagem, o já comentado deslizamento de um “eu” (“eu gostaria”, “vejo”,

“pergunto”) para um “nós” (“seremos capazes”) num claro efeito de inclusão de todos os refugiados que vivenciam a mesma situação degradante. Assim, esse “eu”, que vê e pergunta, fala, porém, em nome do “nós”, apontando, inclusive, a falta de um horizonte futuro: “Todos os dias nos questionamos de que lado é que vamos estar...”. Mantém-se, assim, para os refugiados, o *éthos* fragilizado e desamparado que constatamos em trechos já analisados.

Em outras palavras, o que está sendo exposto, em (T8) é a necessidade de “sentir na pele” aquelas vivências sofridas. Os “líderes” não poderiam oferecer testemunhos, pois isso é uma prerrogativa de quem vivencia o trauma. Entretanto, de alguma forma, eles poderiam mobilizar a *empatia estética*, que, seguida do movimento exotópico (o retorno de si marcado pela sensibilização e pela conscientização), poderia culminar no ponto central desse procedimento de construção imagética: a persuasão a respeito da condição de sobrevida dos refugiados e o consequente passo para uma mudança de conduta.

É factível pensar que as categorias da semântica global, de Dominique Maingueneau, funcionam como ressonâncias em relação aos desejos, anseios e angústias dos refugiados. Há uma tentativa de persuasão, tanto do espectador – e isso é uma ação mais diretamente relacionada ao trabalho de Ai Weiwei – quanto dos mencionados líderes, que se dá a partir dos temas abordados, da rede lexical e, claro, do modo de enunciação.

Conclusão

Findo o percurso que nos trouxe até aqui, julgamos ter cumprido, ao menos parcialmente, o objetivo de compreender e ampliar os espaços de fala dos refugiados (e de seus mediadores), para dar a conhecer mais de perto os “meandros” da experiência migratória. Isso pelas mãos e pelas lentes acuradas do cineasta chinês Ai Weiwei, que assina o documentário *Não existe lar se não há para onde ir* (*Human flow*), que tomamos como objeto de estudo.

As falas, no seu conjunto, quando consideradas em termos dos planos da semântica global, mostram, no geral, temas constantes (que recortamos em eixos: 1) a quebra de uma aparente tranquilidade e a fuga como consequência; 2) o sofrido deslocamento entre o país de partida e o país de chegada; 3) as dificuldades do presente e as angústias diante de um devir nebuloso e indefinido), mobilizando, sobretudo, um vocabulário axilogizado negativamente e um modo de enunciação que aponta para um *éthos* de vulnerabilidade que revela, paradoxalmente, a resiliência que caracteriza os refugiados: apesar de tudo, eles sorriem, firmam-se na religião e/ou têm a disposição de contar suas histórias, por mais sofridas que sejam. O caráter de testemunho “eu estive lá” desliza com frequência de um “eu” para um “nós”, de modo a incluir o outro.

O que fica evidente é que esses indivíduos completamente espoliados – inclusive da própria identidade –, que enfrentam circunstâncias adversas e perigosas na rota de fuga e, na chegada ao país de acolhida, têm que se submeter a condições sub-humanas para poder (sobre)viver, quando não se transformam em seres errantes, devido ao fechamento de fronteiras, estão muito longe da imagem de “invasores” ou daqueles que ameaçam a identidade e a segurança nacionais, como os debates públicos deixam entrever.

Ao contrário, segundo alguns pesquisadores, as migrações representam, a curto prazo, um custo nulo ou moderado e a médio e longo prazo um ganho econômico incontestável para os países de acolhida. Além disso, não há estatísticas confiáveis que permitam avaliar a relação migrante/refugiado *vs.* delinquência, embora, evidentemente, não se possa afirmar que o terrorismo atual não esteja ligado a uma parte da imigração e das questões internacionais (Blanchard; Dubucs; Gastaut, 2016; Emmanuelli, 2017). De qualquer forma, o documentário de Ai Weiwei sensibiliza o(a) espectador(a) para a triste realidade dos refugiados.

Referências

- AKOKA, K. Qu'est-ce qu'un réfugié. Des usages politiques des definitions juridiques. In: CALABRESE, L.; VENIARD, M. (éds.). **Penser les mots, dire la migration.** Bruxelles/Paris: Academia/L'Harmattan, 2018. p. 183-188.
- BAKHTIN, M. **Por uma filosofia do ato responsável.** Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Pedro & João, 2010.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BARTRAM, D.; POROS, M. V.; MONFORTE, P. **Key Concepts in Migration.** London: Sage, 2014.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I.** Campinas: Pontes/Ed. Unicamp, 1991.
- BERTAUX, D. **Le récit de vie.** Paris: Armand Colin, 2005.
- BLANCHARD, P.; DUBUCS, H.; GASTAUT, Y. **Atlas des immigrations en France.** Paris: Autrement, 2016.
- CALABRESE, L; VENIARD, M. Mots, discours et migration, une relation dialectique. In: _____ (éds.). **Penser les mots, dire la migration.** Bruxelles/Paris: Éd. Academia/L'Harmattan, 2018.
- CANUT, C.; SOW, A. Les voix de la migration. Discours, récits et productions artistiques. **Cahiers d'Etudes Africaines**, v. 213-214, p. 9-25, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etudafricaines/17578>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso:** modos de organização. Coordenação da equipe de tradução Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHARAUDEAU, P. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. Trad. de Clebsson Luiz de Brito e Wander Emediato de Souza. In: LARA, G. P; LIMBERTI, R. P. (orgs.). **Discurso e desigualdade social.** São Paulo: Contexto, 2015. p. 13-29.
- CLOCHARD, O. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. **EchoGéo**, v. 2, p. 1-8, sep./nov. 2007. Disponível em: <http://echogeo.revues.org/1696>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- CYRULNIK, B. Resiliência: continuar a nascer. In: CABRAL, S.; CYRULNIK, B. (orgs.) **Resiliência - Como tirar leite de pedra.** São Paulo: Casapsi Livraria e Editora Ltda., 2015. p.34-56.
- DUCARD, D. Dar a palavra: da reportagem radiofônica à ficção documental. In: LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (orgs.). **Discurso e (des)igualdade social.** São Paulo: Contexto, 2015. p. 109-128.
- EMMANUELLI, X. **Accueillons les migrants!** Ouvrons nos portes. Ouvrons nos coeurs. Paris: L'Ar-

chipel, 2017.

LARA, G. M. P. Brasileiros na Europa: três narrativas de sucesso à luz da Análise do Discurso Francesa. **Bakhtiniana** – Revista de Estudos do Discurso, v. 16, n. 3, p. 107-133, jul./set. 2021a. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/issue/view/2619>. Acesso em: 24 jan. 2022.

LARA, G. M. P. **Vivendo do outro lado do Atlântico**: histórias de brasileiros em Portugal. Coimbra: Grácio Editor, 2021b. 190p.

LARA, G. M. P.; BRAIT, B. Vozes e olhares de migrantes brasileiros na Europa. **Alfa**. n. 66, p. 1-25, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/13961/12785>. Acesso em: 27 maio 2022.

MACHADO, I. L. A life story forged by successive migrations: the case of Lucia. **Revista da ABRALIN**, v. 20, n. 3, p. 136-157, dez. 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1898>. Acesso em: 31 maio 2022.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. Org. Sírio Possenti e Maria Cecília P. Souza-e-Silva. Curitiba: Criar, 2006.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. Trad. Luciana Salgado. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto. 2008. p.11-29.

MAINGUENEAU, D. Faire entendre les sans-voix. **Argumentation et Analyse du Discours**, n. 24, abr. 2020a. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aad/4131>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MAINGUENEAU, D. **Variações sobre o ethos**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2020b.

NICHOLS, B. **Introdução ao documentário**. Trad. Mônica Saddy Martins. Campinas: Papirus, 2012.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

Artigo Original

Migração e direito ao trabalho: uma análise discursiva da série “Ser Brasil - Migrantes e Refugiados”

Migration and the right to work: a discursive analysis of the series “Ser Brasil – Migrantes e Refugiados”

Marluza Terezinha da Rosa
Jocenilson Ribeiro

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a noção de valor trabalho no contexto de migração e refúgio no Brasil contemporâneo. O corpus é constituído por cinco recortes extraídos da Série “Ser Brasil - migrantes e refugiados” (2021), dirigida por André Constantin. O estudo é orientado pelo aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso de orientação francesa em diálogo interdisciplinar com outras literaturas centradas nos estudos de migração e refúgio, decolonialidade e interseccionalidade. As análises apontam para o descompasso entre a noção de valor trabalho na política neoliberal e o papel do Estado sob os princípios dos direitos humanos.

Palavras-chave: Migração; Discurso; Valor trabalho; Neoliberalismo; Empreendedorismo.

Abstract: The aim of this article is to analyze the notions of labor value in the context of migration and refuge in contemporary Brazil. The corpus is composed of five excerpts taken from the series “Ser Brasil – migrantes e refugiados” (2021), directed by André Constantin. The study is guided by the theoretical-methodological contribution of French-oriented discourse analysis in interdisciplinary dialogue with other literatures focused on migration and refuge studies, decoloniality and intersectionality. The analysis points to the mismatch between the notion of labor value in neoliberal policy and the role of the state under the principles of human rights.

Keywords: Migration; Discourse; Labor value; Neoliberalism; Entrepreneurship.

Considerações iniciais

Muito já se discutiu sobre as migrações, suas características em países diferentes, os modos de nomeá-las, as tentativas de compreendê-las como possibilidades de pensarmos o nosso tempo, o contemporâneo. Com os movimentos migratórios, multiplicam-se os estudos sobre a figura do migrante, que se apresenta como *atopos*, sem lugar, nem cidadão nem estrangeiro, mas também inclassificável (Bourdieu, 1998; Di Cesare, 2020). Todavia, a problemática das migrações ou das pessoas em deslocamento também evoca toda uma outra ordem de questões, sobre as fronteiras e limites, sobre os modos de subjetivação em um modelo neoliberal de sociedade, sobre as (im)possibilidades de se fazer laço social, sobre o ser cidadão e, consequentemente, sobre o ideal moderno de Estado-nação.

Neste estudo, a dinâmica migratória abre espaço para que possamos compreender, discursivamente, a própria construção da migração como fenômeno sócio-histórico. Desse modo, refletir sobre esse fenômeno implica pensar a partir das e por entre as fronteiras (inclusive, as teóricas e disciplinares). Em outros termos, essa dinâmica, tal como a concebemos, excede o simples gesto de cruzar uma fronteira territorial, pois potencializa interrogar os limites de nosso conhecimento sobre o outro e os campos de conhecimento a partir dos quais tentamos analisar sua vinda. A chegada e a permanência de imigrantes e refugiados no Brasil é foco deste trabalho, que se volta à produção audiovisual intitulada *Ser Brasil – migrantes e refugiados* (doravante *Ser Brasil*).

Dirigida por André Constantin, *Ser Brasil*¹ é uma série de nove episódios curtos, com aproximadamente quatro minutos cada um (1^a temporada), difundida pela OIM (Organização Internacional para as Migrações) do Brasil, nas plataformas digitais YouTube e GloboPlay. Tornada pública em 2021, a referida série coloca em pauta a relação entre migração, trabalho, exploração do trabalhador migrante, (des)emprego e empreendedorismo. Reunindo depoimentos de pessoas que migraram ao país, a produção da série teve o apoio da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério da Economia brasileiro, assim como do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) e da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Interessa-nos, nesta pesquisa, analisar a construção discursiva do *valor trabalho*, relacionada aos modos de subjetivação do migrante/refugiado na referida série.

Esse olhar para o funcionamento discursivo do midiático no/pelo sócio-histórico torna imprescindível que consideremos os moldes da formação social neoliberal vigente, na qual o Estado é convocado a atuar como gestor populacional e defensor das chamadas liberdades individuais. Essa formação intervém na produção e na circulação dos discursos, nas normas sociais e institucionais, nos valores morais e na constituição dos sujeitos. Este estudo, portanto, sustenta a hipótese de que o *valor trabalho*, para além de um direito humano fundamental, molda-se à visada neoliberal, que define o migrante/refugiado pela “moral da ação heroica” (Silva *et al.*, 2021), especialmente quando este se adapta (ou se assimila) aos valores do novo país ou quando “aprende a ser refugiado”, nos termos de uma das imigrantes que participam da série.

Para perseguirmos essa hipótese, primeiramente, abordaremos a relação entre direitos humanos, migração e trabalho, visto que esses parecem ser os nós que se emaranham e sustentam a proposta de *Ser Brasil*, ainda que de forma latente. Em um segundo momento, discorreremos sobre a relação entre migração e trabalho nos moldes neoliberais do Brasil contemporâneo. Esse trajeto nos respaldará na análise de cinco recortes da série em questão, possibilitando que exploremos o *valor trabalho* como forma (única?) de atribuir legitimidade, por meio do ideário de utilidade, à migração e, consequentemente, às pessoas migrantes.

Migrar e trabalhar como direitos humanos

I Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5ji7Z1cQxKc>. Acesso em: 14 abr. 2023.

Conforme o Artigo 23 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*^{II} (1948), “Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”. Também na Constituição brasileira de 1988 (Art. 6º), dentre os principais direitos sociais, está o trabalho. No que concerne à migração, o direito de migrar é parte dos debates no âmbito do Direito Internacional, previsto em legislações diversas, como a Convenção de Genebra (1951), em um cenário mais amplo, ou a Lei de Migração (Lei nº 13.445/17) (Brasil, 2017), no caso do Brasil, que prevê, em seu Art. 3º, “XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social”.

Todavia, essa aparente obviedade da compreensão de migração e trabalho como direitos fundamentais suscita questionamentos, na medida em que a própria concepção de “Direitos Humanos” merece ser tomada para além de seus efeitos de transparência. Discursivamente, tomamos a ideologia enquanto mecanismo de produção de evidências (Orlandi, 2017) e, nessa leitura, o olhar para os direitos (e deveres) dos cidadãos potencializa a reflexão sobre os efeitos ideológicos que funcionam na percepção jurídica de questões como a migração e o direito ao trabalho. Para compreender esses efeitos, recorremos ao estudo de Bragato (2014), que nos permite entender que os direitos humanos não são dados, tampouco universais, uma vez que “são apresentados como um desdobramento natural do pensamento liberal e das lutas políticas europeias da Modernidade, cujo liberalismo clássico e suas ideias de liberdade individual e igualdade formal são consideradas o núcleo duro destes direitos” (Bragato, 2014, p. 204-205).

Nesse sentido, em diálogo com o pensamento da autora, podemos notar que não é apenas o discurso jurídico que, pela via do jusnaturalismo, na concepção de uma essência do ser humano, ampara a definição do que se possa entender por direito ou dever, mas a própria circunscrição liberal e eurocêntrica de um modelo de formação social, no qual alguns homens são livres e estes têm, entre seus direitos, “a propriedade, a segurança e a resistência à opressão”. Essa visada é compreendida pela autora como base das teorias dominantes sobre os direitos humanos que, por assim serem, “não conseguem ver além dos aspectos liberais da constituição dos direitos do homem” (Bragato, 2014, p. 226).

Reforçando os ideais da modernidade e, por conseguinte, do liberalismo clássico, a leitura das migrações e de sua relação intrínseca ao trabalho se insere nessa concepção. No manual intitulado “Migração, direitos humanos e governação”^{III} (2018), por exemplo, dá-se destaque especial à “migração laboral”, à importância desta para os países de saída e de chegada, bem como a outros aspectos decorrentes das condições de trabalho, como o trabalho forçado ou o trabalho infantil.

O trabalho, para além de sua compreensão como um direito, também é elemento-chave no cenário migratório, seja por justificar certas migrações: “devido à falta de oportunidades”; seja por embasar a permanência nos países de chegada: “por contribuir para sua economia” ou por “ser mão de obra qualificada”. Em síntese, tolera-se mais facilmente o imigrante que trabalha, preferencialmente

II Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 08 mar. 2023.

III Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_722396.pdf. Acesso em: 08 mar. 2023.

aquele para quem as condições de trabalho importam pouco, pois precisa trabalhar, como afirma uma das imigrantes que participam, com seu depoimento, da série *Ser Brasil*. Esse fato, de trabalhar em qualquer lugar, de apenas “querer trabalhar”, reforça o imaginário do imigrante útil e não-dependente, pois tem “algo a oferecer”, alimentando a “sociedade de troca em que vivemos” (SOUZA, 2020). Nesse caso, o que pode oferecer é sua força de trabalho.

Como afirma o Oficial de meios de vida, que participa da série *Ser Brasil*,

A população refugiada [...] são pessoas que têm vários perfis educacionais, profissionais. Muita gente vem com uma profissão, mas tem que recomeçar. Essas capacitações, essas formações profissionais, elas são extremamente relevantes, porque a partir delas as pessoas, muitas vezes, conseguem encontrar o seu caminho (depoimento que compõe o episódio 2)^{IV}.

Mais do que um direito, assim, o trabalho passa a ser um dever do imigrante, no qual ressoa também uma necessidade de qualificação, de capacitações, como veremos posteriormente no Recorte 2; dever de contribuir para os locais que, supostamente, estão lhe dando acolhida, hospitalidade, possibilidades de recomeçar, de encontrar seu caminho. Migração e trabalho, desse modo, enquadram-se, não tanto por se caracterizarem como direitos fundamentais, mas por se materializarem como necessidades básicas: a violação dos direitos é o que suscita, muitas vezes, a urgência/necessidade de migrar; a precariedade das condições de migração é o que suscita a submissão a (e a necessidade de) empregos não menos precários. Uma vez na condição de imigrante, é impositivo não só que se trabalhe, mas que se trabalhe mais e melhor, de forma capacitada e qualificada.

Além de se entrelaçarem, migração e trabalho amarram-se a uma memória discursiva (Pêcheux, 1999; Courtine, 1999; Patriota, Turton, 2004; Rosa, 2020) acerca dos trabalhadores imigrantes no Brasil do século XIX, ditos pioneiros, reconhecidos pela valorização do rigor, do trabalho, da disciplina; imigrantes que se afirma terem trazido (da Europa, evidentemente) o progresso para os setores agrícola, industrial e comercial brasileiros. Trata-se dos “bons imigrantes”, à sombra dos quais os migrantes da atualidade buscam se significar, aprender a ser: *si somos bolivianos, peruanos o venezolanos, que estamos en Brasil, estamos aquí, pero tenemos que demonstrar que somos capaces*^V (depoimento que compõe o Episódio 4).

Assim como muitos dos sujeitos cujos relatos compõem a série *Ser Brasil*, esses imigrantes do passado trabalharam na indústria têxtil, seja se submetendo a condições insalubres como muitas que existem ainda hoje, seja atuando para a manutenção da exploração da mão de obra de outros trabalhadores, como apontam Costa e Chiaretti (2022). Esse modo de trabalho e de exploração do trabalhador, incluindo-se o trabalhador imigrante, mantém-se no Brasil desde o período colonial.

Migração, trabalho e neoliberalismo

IV “Série Ser Brasil: Migrantes e Refugiados (Episódio 2)”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I7UcABcgJ2A>. Acesso em: 14 abr. 2023.

V “Série Ser Brasil: migrantes e refugiados (Episódio 4)”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R5JcFpqKeQ>. Acesso em: 14 de abr. de 2023.

Quando se trata de compreender o tema no que tange ao funcionamento social, histórico e ideológico, há que se enfatizar as vicissitudes de uma formação social neoliberal como a contemporânea, cuja palavra de ordem, a noção de liberdade, não só se restringe às dimensões econômica e individualista, tal como no liberalismo clássico, mas se mostra como única forma possível de racionalidade. Dito diferentemente, não se trata apenas de pensar os modos de subjetivação ancorados no modelo da empresa, mas também de entender que esse modelo se estende até gestar o que se comprehende como a “essência” do humano em seus direitos e deveres.

Neste estudo, tomamos o neoliberalismo como versão contemporânea do capitalismo, em uma formação social de base colonial-capitalista, como a brasileira. Na releitura de Althusser proposta por Modesto (2021), o conceito de modo de produção vai ser fundamental para a compreensão dessa formação social, e “a constituição do modo de produção vai se dar na unidade entre *forças produtivas*, de um lado, e *relações de produção*, de outro (Modesto, 2021, p. 06, grifos do autor). Ainda nos termos de Modesto (2021),

devemos chamar atenção para o fato de haver sempre um modo de produção que domina, organizando materialmente aquilo que reconhecemos como “sociedade” [...]. Em nossa formação social é o modo de produção capitalista o modo de produção que domina, sustentado pela ideologia de direito e pelo funcionamento do Estado-de-direito (ALTHUSSER, 2008; PÊCHEUX, 2010). Resta-nos, contudo, ponderar que esse modo de produção, apesar de suas feições modernas a partir das demandas tecnológicas da globalização, reproduz sistematicamente as políticas materiais da colonização (Modesto, 2021, p. 06).

A reflexão do autor nos auxiliará na abordagem do *valor trabalho* e da precarização das relações trabalhistas, tal como apresentados na série *Ser Brasil*. Ainda no que concerne à teorização sobre o neoliberalismo, Safatle, Silva Júnior e Dunker (2021) afirmam que ele possui formas específicas de gestar/gerenciar os modos de subjetivação e os modos de sofrimento psíquico, mais notadamente no que concerne à exploração do trabalhador nesse modo de produção. Em sentido semelhante, Costa e Chiaretti (2023, p. 06) acrescentam, a partir do pensamento de Dardot e Laval, que, “nesta conjuntura histórica e social constituída pelo neoliberalismo, surge uma espécie de recobrimento da figura do trabalhador pela configuração do ‘sujeito empreendedor’ em face, dentre outras determinações históricas, da destituição simbólica das figuras do patrão e do empregado”. Assim, tal como visto por Silva *et al.* (2021, p. 77), diferentemente do liberalismo, no neoliberalismo não se trata do Estado mínimo, mas de “um Estado forte o suficiente para garantir apoio jurídico e policial à gestão social como setor lucrativo”. Além disso, o Estado deve atuar de modo a garantir que os indivíduos possam agir “unicamente motivados por seus interesses próprios” (Silva *et al.*, 2021, p. 83). Esse ideário neoliberal se condensa, contemporaneamente, no chamado empreendedorismo e no incentivo de diversas ordens a empreender.

No que tange às migrações, o papel do Estado neoliberal enquanto gestor, bem como o alcance da noção de propriedade, contida nos interesses próprios dos indivíduos, demandam estudos mais demorados, mas antecipamos que esses modos de gestão, muitas vezes violentos, podem contribuir a promover, segundo Rosa e Nogueira (2017, p. 187), “um sem-lugar no discurso [...] o que se traduz num

silenciamento da dimensão subjetiva”.

Em um primeiro momento, pode-se compreender que a visada neoliberal atravessa constitutivamente o olhar endereçado às migrações e à alteridade, por um lado quando se individualiza todo o processo, escamoteando os diferentes vetores que levam alguém a migrar e construindo a imagem idealizada do migrante por meio de uma “moral da ação heroica”, especialmente quando este se adapta (integra-se ou se assimila) aos valores do país de destino. Em termos discursivos, podemos considerar que esse primeiro movimento atualiza um já-dado na memória discursiva, o de que o migrante, na condição de trabalhador, pode deixar de representar um risco social. Por outro lado, tal visada também se faz presente quando a noção de propriedade – nosso/meu país, nossa/minha cidade, nossos/meus recursos, nossos/meus empregos – justifica a exclusão e o aniquilamento do outro/alter. Esse segundo movimento atualiza outro já-dado, o de que o migrante deve ser expurgado ou “fagocitado”, pois vem roubar o que nos/me pertence. Eis a razão de ser recorrente a formulação linguística: “o imigrante vem roubar/retirar nossos empregos”. No primeiro caso, o migrante-herói, que age “motivado por seus interesses próprios”, é exaltado; no segundo, seus próprios interesses conflitam com o que é próprio do outro, de modo que esse migrante é visto como invasor/usurpador do que não é seu por direito de propriedade.

Aí deve entrar o Estado, com seus dispositivos jurídico e policial, pois cabe a ele contribuir com a gestão dessas populações, primeiramente, construídas pelo próprio Estado enquanto tais, visto que “a população migrante” não é um dado natural. Conforme Ribeiro (2022):

Na medida em que o Estado descreve o corpo do estrangeiro, legisla sobre ele e lhe impõe regras mediante a lógica do biopoder, define-o segundo a língua do Estado (FOUCAULT, 1999). Há assim distintos modos de concebê-lo, variando conforme a ética na qual se ancoram os processos de subjetivação na história e na política. É preciso ainda dizer que a língua do Estado, às vezes, se confunde com a língua do direito e esforça-se para diferenciar-se da língua política que insiste em definir o estrangeiro mediante seus jogos discursivos (Ribeiro, 2022, p. 47-48).

Vale, portanto, refletir sobre a ambivalência desses jogos que, muitas vezes, se opõem a ou compõem nosso próprio paradoxo ao encarar o imigrante, aquele que o “eu” nomeia como estrangeiro, o *alter* (alteridade). Essa ambivalência expressa-se, como sugerimos anteriormente, em dois já-ditos, já vistos, já postos como verdade: (a) o (i)migrante “útil”, concebido pela força de trabalho; e (b) o migrante “inútil”, concebido como uma ameaça. Ambos coexistem no discurso neoliberal. O primeiro não deixa de ser imigrante, não se nacionaliza nas palavras e no olhar do *ego-nacionalista*, mas é necessário na cadeia produtiva, na locomotiva das fábricas ou nas minas de carvão, por exemplo. Ele faz o que o *egógalatra* não faz, mas dele precisa tirar lucros e outras vantagens. Já a segunda categoria de sujeito migrante está diuturnamente sob vigilância, controlado, subjugado e, às vezes, como o primeiro, dominado. Ele é visto como um latente e ameaçador terrorista, um possível invasor. Talvez sua pior definição, no discurso neoliberal, esteja atrelada ao fato de esse grupo responder com o corpo, o *logos* ou seu silêncio, resistindo politicamente às distintas formas de dominação; e o subemprego é uma eficaz maneira de dominar o trabalhador porque lhe suga as forças, o tempo e a mínima liberdade de pensar sobre si e ter consciência

de sua condição.

Essa maneira de conceber o imigrante no discurso não é nova; ela mantém, na dispersão histórica dos discursos e das práticas, certa regularidade com o passado longínquo. Segundo estudos de Román (1979) e de Baslez (1984), na Grécia Antiga havia uma categoria de estrangeiros aceita e muito “útil” para a economia local. Tratava-se dos metecos ou de estrangeiros residentes em Atenas, que se dedicavam ao comércio, ao trabalho artesão, ao serviço militar, e até podiam exercer a filosofia, a pedagogia e as artes. Além de recolher os impostos normais, por serem estrangeiros, eram obrigados a pagar altas taxas para permanecerem na *pólis* e exercerem suas funções. Os bárbaros e outros indivíduos concebidos como invasores, guerreiros e ameaçadores, sequer eram vistos como *xénos* residentes, porque não se configuravam na ética da expressão da língua grega. Eram os povos que não falavam grego, a língua dos atenienses, nem compartilhavam de seus símbolos culturais, modos de vida e organização político-econômica (Baslez, 1984; Ribeiro, 2022).

Evidentemente quando falamos do imigrante contemporâneo, não há como compará-lo com a concepção de estrangeiro da Grécia Antiga, posto que os próprios conceitos de Estado-nação, de fronteiras, de bens simbólicos e culturais, de liberdade e direito político são outros. No entanto, quando pensamos a questão na esteira do discurso, na formulação dos enunciados, é possível flagrar uma certa regularidade na divisão do sujeito entre migrante e não migrante. Isso só é possível quando acionamos o *papel da memória* (Pêcheux, 1999) no funcionamento dos discursos e na manutenção de certas práticas. Logo, o que ressoa é que “o estrangeiro é autorizado a residir, desde que trabalhe para o nós”; no discurso neoliberal, “desde que nos seja útil, não uma ameaça, e não nos demande nada”, vivendo sob o efeito ideológico de que é o único responsável por seu sucesso ou infortúnio, visto que é “livre” para empreender.

Sobre o utilitarismo do imigrante nos ditos territórios nacionais, Bauman (2017), em *Estranhos à nossa porta*, chama a atenção para o fato de que, das últimas décadas do século XX aos dias de hoje, os políticos, a política neoliberal, os grupos de ideologia de direita, a extrema direita e os fascistas alimentaram a lógica da separação entre “eles” e “nós”, mas, ao mesmo tempo, utilizaram-se desses corpos tanto para explorá-los quanto para culpabilizá-los pela crise humanitária e bélica que os mais ricos promoveram. No cenário brasileiro, em que a hierarquização entre estrangeiros já está presente no imaginário popular, cabe indagar sobre as especificidades que, para além das demandas neoliberais (como força produtiva) e da regulação pelo Estado (como população a ser gerida, escrutinada, interiorizada, contida), atravessam o processo de ingresso e permanência de pessoas refugiadas no país, sabendo-se que esses sujeitos não desfrutam do mesmo status, nas relações sociais e históricas, de outros estrangeiros, notadamente aqueles vindos de países desenvolvidos e/ou não marcados pela raça como designador sócio-histórico de diferença.

Nesse sentido, Hall (1995) argumenta que a noção de raça consiste em uma construção discursiva, na medida em que não se sustenta no plano biológico ou genético, mas na esfera do que desliza e produz sentidos nas sociedades humanas. Para o autor,

há sempre um certo deslizamento do sentido, há sempre uma margem ainda não encapsulada na linguagem e no sentido, sempre algo relacionado com raça que permanece não dito, alguém

é sempre o lado externo constitutivo, de cuja existência a identidade de raça depende, e que tem como destino certo voltar de sua posição de expelido e abjeto, externo ao campo da significação, para perturbar os sonhos de quem está à vontade do lado de dentro (Hall, 1995, n. p.).

Ressoam nas palavras do autor tanto o retorno do recalcado, tal como lido na perspectiva psicanalítica freudo-lacaniana, quanto o lugar do estrangeiro – externo, expelido, estranho, abjeto – que vem marcar não só o debate sobre a racialidade, mas também sobre as migrações. A construção do lugar do outro/alter como abjeto e a inserção do sujeito nesse lugar pode engendrar formas diversas de sofrimento psíquico, de conflito e de cruzamento entre o “lado de dentro” e o “lado externo” que, nas palavras de Hall, é-lhe constitutivo.

Ao analisar as especificidades do atravessamento entre raça, classe e gênero, Vergès (2020, p. 25) também aponta para “a existência de uma indústria na qual racialização, feminização, exploração, riscos à saúde, invisibilidade, subqualificação, baixos salários, violência, assédio sexual e sexista se combinam”. Nos termos da autora, trata-se da

economia do *desgaste* dos corpos racializados, do esgotamento de forças, na qual pessoas são designadas pelo capital e pelo Estado como aptas a serem usadas, a serem vítimas de doenças, debilidades e deficiências que, se são reconhecidas pelo Estado após tantas lutas, não chegam a servir para um questionamento da própria estrutura que as provoca. O desgaste dos corpos [...] é inseparável de uma economia que divide os corpos entre aqueles que têm direito a uma boa saúde e ao descanso e aqueles cuja saúde não importa, que não têm direito ao descanso (Vergès, 2020, p. 125-126).

De fato, os relatos que abrem cada episódio da série Ser Brasil denunciam situações degradantes, como violência no trabalho rural ou o chamado trabalho análogo à escravidão no meio agrícola e nos ateliês de costura, bem como exploração do trabalho infantil. Muitos dos imigrantes afirmam nunca terem pensado nem em vir ao Brasil, nem em trabalhar nas condições em que atuavam.

Ser Brasil – migrantes e refugiados

O título da série se mostra enigmático: não se trata de ser brasileiro, nem de ser/estar no Brasil, mas de ser o próprio país – *Ser Brasil*. As possibilidades de ser, como mencionado no momento introdutório deste estudo, giram em torno da esfera trabalhista, ancorando-se no imaginário de que todo imigrante seria um possível “migrante laboral”. Analogamente enigmático, o projeto do qual a série faz parte intitula-se “Proteja o Trabalho” (e não o trabalhador), o que nos conduz a indagar acerca de quem deveria protegê-lo e de quem. “Proteja o trabalho”, quando em relação com as informações apresentadas na série sobre a legislação trabalhista brasileira, parece fazer ressoar, na memória discursiva, um dos já-ditos que mencionamos previamente, ou seja, o de que o imigrante seria um provável usurpador dos postos de trabalho ou um inútil, uma possível ameaça de quem seria necessária certa proteção.

Levando em consideração suas condições de produção e circulação, a série *Ser Brasil* foi inicialmente

difundida no canal GloboPlay, acessível apenas para seus assinantes. Na plataforma YouTube, continua sendo divulgada no canal da OIM, que possui 1,13 mil inscritos; no canal da ONU Brasil, com 147 mil inscritos; e no canal Transe Lab, com 579 inscritos^{VI}. A série foi lançada em 2021, logo, durante a pandemia de COVID-19, momento de grande dificuldade para os trabalhadores no Brasil, imigrantes ou não.

Os nove episódios do que se anuncia como 1^a temporada da série totalizam aproximadamente 32 minutos. Todos iniciam com relatos de imigrantes que experienciaram situações de violação de seus direitos como seres humanos e trabalhadores. Esses relatos são feitos em espanhol, em português e, por vezes, em um misto de ambas as línguas^{VII}, o que aponta para o espaço intervalar ou entre-línguas (Coracini, 2006, 2009; Mattos, Stübe, 2021) no qual os imigrantes se encontram. Cada episódio termina com uma fala oficial, proferida por algum representante institucional, que fornece orientações e informações, por exemplo, sobre como denunciar situações de trabalho análogo ao de escravo, sobre a legislação brasileira acerca do trabalho infantil, sobre como emitir carteira de trabalho digital ou outros documentos etc. A estrutura dos episódios sugere uma sequência temporal entre um *antes*, quando os imigrantes estavam em condições precárias de trabalho, e um *depois*, quando ou foram resgatados de tal situação, ou atuam como empreendedores, como um “chefe de si mesmo” (Dias, 2021).

Essa visão binária do tempo e do próprio fenômeno sócio-histórico-cultural da migração (antes e depois de decidir migrar, antes e depois de atravessar a fronteira, antes e depois de conseguir trabalho etc.) pode ser lida como sendo tão reducionista quanto a própria concepção de empreendedorismo que sustenta o enredo da série. Para Dias (2021), trata-se de uma “aparente liberdade”, já que esse ser “livre” pode significar, inclusive, “livre (de direitos trabalhistas, por exemplo)” (Dias, 2021, p. 46). Nessa tônica, compreendemos, conforme apontam Costa e Chiaretti (2022), que a visada/virada empreendedora mostra-se como uma “suposta autonomia” em contraposição ao trabalho precarizado. Além disso, por se caracterizar como uma produção audiovisual institucionalizada, como mencionamos na introdução deste estudo, amparada por ONU/ACNUR, OIM, OIT e SIT, a série parece partir da concepção de Estado como gestor (produtor e organizador) da população migrante laboral, defendendo a livre iniciativa, o trabalho autônomo, supostamente liberto da precarização, e a qualificação da mão de obra, como veremos mais pontualmente no Recorte 2, discutido a seguir.

Desse modo, entendemos que, nesse texto/tecido midiático, enredam-se aos dizeres dos entrevistados discursos de diversas ordens, como o jurídico, o humanitário e o político, enquanto discursos institucionais agenciados pelo Estado. Para realizar uma escuta desses atravessamentos, dessa “heterogeneidade irredutível [como] um remoer de falas ouvidas, relatadas ou transcritas (Pêcheux, 2016, p. 23-24), veremos, primeiramente, alguns recortes que apresentam as condições de trabalho que circulam na ordem do já-dito, já ouvido acerca do serviço na indústria têxtil feito por imigrantes.

RECORTE 1: *Da Bolívia a gente que vem é direto a trabalhar, não tem conversa. Eles chegam já*

VI Números verificados em 08 de março de 2023.

VII Sinalizamos em itálico os recortes em que português e espanhol se mesclam nos relatos dos (i)migrantes, apontando para o que pode ser lido como um espaço intervalar, entre-línguas.

a trabalhar, direto sentar en una máquina. Quando a gente chegou, eles tavam fazendo pirataria né, eles tavam fazendo moletones de adidas e nike. No mesmo local era a moradia e a oficina de costura. Eles não pagavam mensual, eles pagavam só seis mês. (depoimento que compõe o Episódio 1)^{VIII}.

Chegar *direto* a trabalhar e sentar-se *direto* a uma máquina de costura dizem da submissão do corpo do trabalhador imigrante à maquinaria invisível que lhe suga tempo e forças. Os imigrantes chegam e, em condições precárias, produzem o que o Estado e as proprietárias das grandes marcas entendem como pirataria, reproduzem esse discurso, enredando-se em suas malhas. Esse trabalhador não autônomo, que depende da oficina como lugar de moradia enquanto espera o pagamento semestral, parece ser duplamente indesejado: enquanto imigrante e enquanto produtor de artigos falsificados, pirateados. Assim como nas oficinas de outrora, repetem-se as longas jornadas de trabalho e a confusão dos espaços: mora-se onde se trabalha, trabalha-se onde se vive. Contudo, cabe o questionamento se, enquanto chefe de si mesmo ou empreendedor, essas condições não permanecem muito semelhantes: trabalha-se de casa, monta-se seu próprio ateliê, em sua própria casa, como poderemos ver no Recorte 5, mais adiante.

No Episódio 4, que trata da aprendizagem profissional, o depoimento de um dos brasileiros faz ressoar as condições difíceis em que trabalham os imigrantes no Brasil, ainda que seu objetivo seja dizer outra coisa na retórica publicitária (“Imigrante, faça um curso profissional! Capacite-se no sistema ‘S’ de sua cidade!”), em que se pode indagar quem é “a gente”, que recomenda ao refugiado fazer cursos de profissionalização. Para o entrevistado:

RECORTE 2: A educação, a profissionalização é a chave para libertar os imigrantes dos riscos e das amarras do trabalho degradante, do trabalho exploratório. A gente inclusive recomenda que todos os imigrantes refugiados que estiverem nos ouvindo, que busque cursos de profissionalização aí na sua cidade e aí eu deixo aqui como uma dica as entidades do chamado sistema “S”, o Senac, o Senai, Sescoop, Senar, ah Sebrae, Sesc. (depoimento que compõe o Episódio 4)^{IX}.

Os sintagmas “trabalho degradante”, “trabalho exploratório” e “dos riscos e das amarras” produzem, na ou a partir da língua, o efeito do funcionamento das relações de trabalho entre o imigrante e seu suposto empregador e as condições a que o primeiro é exposto no exercício de trabalhar no Brasil. Chama nossa atenção a construção “libertar os imigrantes”, acionando, na memória discursiva do trabalho escravo no Brasil colonial, os sentidos de liberdade, libertação, manumissão ou alforria (árabe: *al-urriâ*). Ao mesmo tempo, essa expressão ativa nossos saberes atuais em torno da expressão *trabalho análogo à escravidão*.

O discurso jurídico, no entanto, após a promulgação da Lei Áurea (13/05/1888), que decreta a “abolição da escravatura em todo o território brasileiro”, ou dito de outro modo, promove a “libertação

VIII “Série Ser Brasil migrantes e refugiados (Episódio 1)”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=II3_d4quDOA. Acesso em: 14 abr. 2023.

IX “Série Ser Brasil migrantes e refugiados (Episódio 4)”: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R5JcFpqKeQ>. Acesso em: 14 abr. 2023.

dos escravos”, autoriza as palavras “analogia”, “parece com” – é como se fosse, mas não é escravidão, porque a escravidão acabou. Logo, não há imigrantes e/ou refugiados em regime de escravidão, ainda que seja possível a existência de um trabalho análogo ao de escravo, o que nos conduz a refletir sobre o Recorte 3, a seguir.

RECORTE 3: *En allí estuvimos trabajando desde las seis y media de la mañana hasta las diez y media de la noche [...] nunca pensé tampoco que era ilegal trabajar así. Era textil, era como, como se llama? Hacíamos polos, regatas, bermudas, de acuerdo por prenda. Si tú hacías más prendas, más podrías ganar. En cambio si no hacías mucho que digamos no ganabas nada.* (depoimento que compõe o Episódio 3)^X.

O que se considera, na atualidade, trabalho análogo à escravidão subjaz não-dito no depoimento acima. Jornada exaustiva (*allí estuvimos trabajando desde las seis y media de la mañana hasta las diez y media de la noche*), por exemplo, é uma das condições que o Código Penal Brasileiro, em seu Art. 149, define como análoga à de escravo (Brasil, 2017). O desconhecimento e a suposta elucidação da ilegalidade, quando a pessoa entrevistada afirma nunca ter pensado ser ilegal trabalhar daquela forma, reforçam o discurso jurídico como componente que embasa o episódio. Assim, a série *Ser Brasil* atualiza no midiático o discurso institucional do Direito, que compreende o trabalho como um direito a ser exercido sob certas condições.

Conforme afirmamos na primeira seção deste estudo, com base na leitura de Orlandi (2017), a ideologia funciona nesse campo enquanto mecanismo de produzir evidências, uma vez que, *obviamente*, as condições de trabalho são “degradantes” e “exploratórias”, embora essa evidência linguístico-discursiva não seja assim tão óbvia para o trabalhador imigrante. Nessa leitura, outro efeito ideológico elementar concerne à percepção, aparentemente natural, de que as questões referentes à migração e ao trabalho dizem respeito (única e legitimamente) ao campo jurídico, que se torna um lugar de verdade sobre a relação entre migração e trabalho. É ele que determina se o trabalho realizado pelo (i)migrante é análogo ao de escravo ou não, com base na concepção moderna, eurocêntrica e liberal de liberdade e de escravidão, estando fora de sua ordem funcionar de outro modo.

Retomando a leitura de Modesto (2021), é possível compreender que ressoa no recorte um modo de produção em que a força do trabalhador é submetida a relações de produção específicas: *Si no hacías mucho, que digamos, no ganabas nada.* Nesse sentido, reforça-se o que o autor defende como sendo, contemporaneamente, um modo de produção capitalista que reproduz políticas colonizadoras.

Contudo, na lógica jurídica, que vê os direitos do homem sob a ótica liberal (Bragato, 2014) ou neoliberal, a “saída” da condição de exploração se dá a partir do absurdo do sujeito que liberta a si mesmo, à Barão de Münchhausen, transformando a si mesmo em empreendedor e, logo, rompendo com a relação historicamente contraditória entre as figuras do patrão e do empregado (Costa; Chiareti, 2022), do explorador e do explorado. O engodo do chefe de si mesmo se sustenta sobre o efeito ideológico da

X “Série Ser Brasil migrantes e refugiados (Episódio 3)”: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fNv3ir1uX2U>. Acesso em: 14 abr. 2023.

não-contradição e, consequentemente, sobre a ilusão da dissolução das relações de exploração: ao se transformar em empreendedor, e não mais em trabalhador/empregado, é como se os conflitos na esfera trabalhista se diluíssem.

Contra o que juridicamente se instaura como trabalho degradante e análogo ao de escravo, outro conjunto de relatos constrói o que parece se apresentar como a “libertação” dessas condições, a saber, o empreendedorismo que, conforme pontuamos anteriormente, funciona como efeito, produzindo uma liberdade aparente, uma autonomia suposta, uma vez que determinada pelo modo capitalista neoliberal de gerir as forças produtivas em relações de produção específicas. Vejamos o Recorte 4:

RECORTE 4: *[...] comecé a fazer curso de empreender, ehhh, empreendedorismo gastronómico para refugiado. Eran veinte, escolheram veinte de nacionalidades diferentes. Durante cuatro meses donde a gente non solamente recibió conocimiento sobre negocios, ni ideias de negocios, sino también de la ley de trabajo, de como son las lei aquí en Brasil. (depoimento que compõe o Episódio 2)^{XI}.*

Na substituição das posições de patrão e empregado em prol da construção de um indivíduo empreendedor, ganham destaque dois elementos: a capacitação para os negócios e o conhecimento das leis no Brasil. O modo de subjetivação do migrante/refugiado, então, passa por essas esferas, na medida em que o livre empresário se constitui pela submissão ao regime legal do país de chegada, no qual se vai exercer a profissão para a qual se está em preparação. Como podemos notar, o curso para empreender, “empreendedorismo gastronômico”, não é apenas direcionado a um campo específico de trabalho, mas também a um grupo específico de imigrantes, os refugiados, o que nos permite remontar à concepção de que esse sujeito só pode ser aceito como sujeito de direito se conduzido a ver a si mesmo como indivíduo útil na maquinaria social. Ora, o refugiado não é *a priori* um migrante laboral, pois as razões (juridicamente reconhecidas) que o fizeram emigrar são outras, de modo que cabe às instituições e ao Estado agenciá-lo enquanto tal. Há também determinados domínios de circulação referendados aos refugiados como possíveis áreas de atuação profissional, como o ramo gastronômico, abordado no Recorte 4, acima, e a indústria têxtil, abordada nos recortes 1, 3 e 5, a seguir.

RECORTE 5: Actualmente, ahora, estoy emprendiendo. Trabajo individual en casa. Y pienso formarme en modelaje. (depoimento que compõe o Episódio 4)^{XII}.

O recorte em questão inicia com a repetição de um marcador temporal, reforçando a relação entre antes e depois supramencionada: agora, atualmente, está-se empreendendo, o que pressupõe um tempo anterior, um antes, em que isso não acontecia. A ilusão de não submissão se alimenta pelo fato de não se presentificar mais, nesse formato, a imagem do chefe explorador e do trabalho realizado no “chão de fábrica”, uma vez que esse trabalho, hoje, é individual e em casa, o que sugere que a atividade se daria

XI “Série Ser Brasil migrantes e refugiados (Episódio 2)”: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I7UcABcgJ2A>. Acesso em: 14 abr. 2023.

XII “Série Ser Brasil migrantes e refugiados (Episódio 4)”: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R5JcFpqKeQ>. Acesso em: 14 abr. 2023.

no conforto do lar. Em diálogo com a leitura proposta por Costa e Chiaretti (2023, p. 09), no entanto, concordamos que parece se tratar de uma “horizontalização que apaga as práticas de submissão à lógica do capital, produzindo como efeito de sentido uma suposta autonomia”. Isso implica uma condição irrevogável: a inserção do sujeito no “jogo da concorrência” e a constante otimização de suas “capacidades competitivas” (Franco *et al.*, 2021).

Na asserção da (i)migrante de que planeja se formar em modelagem, ressoa o imperativo pela capacitação, para estar “à altura” de um mercado fortemente competitivo. Resssoa ainda a demanda, vinda do outro – os brasileiros, as instituições, o Estado – de que o migrante refugiado precisa se profissionalizar, a fim de que seja aceito entre nós, o que reforça os já-dados, inscrevendo-se na memória discursiva, conforme evocado nas seções anteriores deste estudo. Na condição de imigrante, entre a exploração explícita e a promessa de liberdade, o empreender parece ser o percurso menos difícil de validação/integração pelo trabalho, tendo em vista um modo de subjetivação no qual a precarização social, como imigrante e/ou mulher e/ou sul-americano, soa natural e familiar.

Considerações finais

Notadamente no período da pandemia, quando da difusão da série *Ser Brasil*, as condições de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil foram amplamente debatidas. Outras formas de precarização se tornaram visíveis, como o fenômeno da *uberização* do trabalho e as extenuantes rotinas em que vida pessoal e profissional não mais se distinguiam, batizadas eufemicamente de *home office*. Todavia, a promessa de salvação do trabalho precário pela possibilidade de empreender escamoteia o fato de que, talvez, o empreendedorismo seja, na formação social neoliberal, apenas mais um fio das “redes de opressão concretas e subjetivas que tecem a teia da exploração e das discriminações” de que trata Vergès (2020, p. 49).

Na série *Ser Brasil*, a imagem do migrante-herói, que age motivado por seus interesses próprios, é exaltada, enquanto a precariedade das condições de trabalho é ressignificada pela iniciativa empreendedora. Logo, ao mesmo tempo em que o trabalho é defendido como um direito humano, também é mostrado como possibilidade de o migrante/refugiado ser digno e íntegro – de onde o gesto simbólico de integrar. Em outros termos, o trabalho aparece como condição *sine qua non* da tolerância ao outro/alter.

Na noção de trabalho como valor, reside também o cruzamento e a contradição entre discursos de diversas ordens, tais como o jurídico, o qual reafirma os direitos humanos, ainda que ancorado em uma concepção liberal; o discurso institucional das prestadoras empresariais de serviços (o sistema S) que se propõem a capacitar ou qualificar/adequar o migrante ao trabalho; o funcionamento do Estado de Direito, em que o sujeito de direito é regido/regulado pelas leis do Estado. Esses diferentes fios compõem também os dizeres dos entrevistados da série *Ser Brasil*, a maioria migrantes e refugiados, para quem parece soar evidente/natural que a política neoliberal passe a reger seus corpos, suas ações e suas escolhas. Em outros termos, integrado a essa sociedade do consenso neoliberal, o migrante/refugiado também reafirma esses discursos outros, em que ser empreendedor e chefe de si mesmo desliza discursivamente para reconstruir a própria vida no outro país, encontrar seu caminho ou construí-lo, com seu próprio

esforço, de acordo com seus próprios interesses, valorizando sua formação e qualificação. O mito do migrante/refugiado empreendedor, como um *self made man*, todavia, silencia os mecanismos de controle e gestão engendrados nesse processo de subjetivação, pelo neoliberalismo e pelo Estado.

Referências

BRASIL. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de Migração.** Diário Oficial da União, Brasília, 25 de maio de 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 16 nov. 2018.

BRASIL. **Código penal.** Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017b. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf. Acesso em: 14 abr. 2023.

BASLEZ, M. F. **L'étranger dans la Grèce Antique.** Paris: Les Belles Lettres, 1984.

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta.** Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 7.

BOURDIEU, P. Prefácio. Um analista do inconsciente. In: SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998, p. 09-12.

BRAGATO, F. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade. **Revista Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí, SC, v. 19, n. 1, p. 201–230, 2014. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/5548>. Acesso em: 08 mar. 2023.

CORACINI, M. J. **A Celebração do Outro.** Campinas: Mercado de Letras, 2006.

CORACINI, M. J. Língua e efeitos de estranhamento: modos de (vi)ver o outro. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada** (Impresso), v. 9, p. 475-498, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/sNjFJvpVBvp5gN47WdVLndf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 mar. 2023.

COSTA, G.; CHIARETTI, P. Costuras discursivas sobre trabalho em facções têxteis na cidade. **Árboles y Rizomas**, v. 5, n. 1, p. 1-20, jan.-jun., 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usach.cl/ojs/index.php/rizomas/article/view/5742>. Acesso em: 16 out. 2023.

COURTINE, J. J. O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURKY, Freda. (Org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso.** Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999, p. 15-22.

DIAS, C. O objeto discursivo na análise do discurso: (novas) questões sobre o digital. In: SOARES, T. B; CRUZ, M. S; COITO, R. F. (Org.). **Novas Fronteiras em Análises do Discurso:** objetos outros. Campinas: Pontes, 2021, v. 1, p. 37-58.

DI CESARE, D. **Estrangeiros residentes:** uma filosofia da migração. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

FRANCO et al. O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In: SAFATLE, V; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 47-75.

HALL, S. Raça, o significante flutuante. **Z cultural**, ano VI II. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br>.

[br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/](http://raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/). Acesso em: 08 mar. 2023.

MATTOS, L. A.; STUBE, A. D. Migração, sujeito e entre-línguas: perder-se no labirinto da palavra. **Revista da ABRALIN**, v. 20, n. 3, 2021, p. 310-330. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1945/2498>. Acesso em: 08 mar. 2023.

MODESTO, R. Os discursos racializados. **Revista da ABRALIN**, v. 20, n. 2, 2021, p. 1-19. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851/2289>. Acesso em: 08 mar. 2023.

ORLANDI, E. **Eu, tu, ele**. Campinas: Pontes, 2017.

PÊCHEUX, M. **Papel da Memória**. In: ACHARD, P. et al. (Orgs.). Papel da Memória. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 49-50.

PÊCHEUX, M. Abertura do colóquio. In: CONEIN, B. et al. (Org.). **Materialidades discursivas**. Campinas: EDUNICAMP, 2016, p. 25-29.

PATRIOTA, K. R. M. P.; TURTON, A. N. Memória discursiva: sentidos e significações nos discursos religiosos da TV. **Ciências & cognição**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 13-21, mar. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cc/v1/v1a03.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2023.

RIBEIRO, J. **Xenofobia e intolerância linguística**: discursos sobre estrangeiridade e hostilidade brasileira. Campinas: Pontes, 2022.

ROMÁN, C. G. Los metecos atenienses: un punto de vista sobre las clases sociales en la antigua Atenas. In: MOSSÉ, C., VIDAL-NAQUET, P. **Clases y lucha de clases en la Grecia antigua**. Madrid, 1979, p. 129.

ROSA, M. T. La construction de l'image des migrants au Brésil : interroger les dispositifs victimaire et médiatique. In: TAUZIN-CASTELLANOS, I. (Org.). **De l'émigration en Amérique latine à la crise migratoire**. Morlaàs: Cairn éditions, 2021, p. 209-222.

ROSA, M.; NOGUEIRA, T. Intimidade e alteridade: a experiência do refúgio e a clínica psicanalítica. **Calibán Revista Latino-Americana de Psicanálise**. Tema: Intimidade. V. 15, n.1, 2017, p. 186-199. Disponível em: http://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/Caliban_Vol15_No1_2017_-port_p186-199.pdf. Acesso em: 08 mar. 2023.

SAFATLE, V; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. Introdução. In: SAFATLE, V; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 09-13.

SILVA, D. P. da. et al. Matrizes psicológicas da episteme neoliberal: a análise do conceito de liberdade. In: SAFATLE, V; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 77-122.

SOUZA, J. Prefácio. O remédio para o ódio contra os pobres. In: CORTINA, A. **Aporofobia, a aversão ao pobre**: um desafio para a democracia. São Paulo: Contracorrente, 2020, p. 09-13.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: UBU, 2020.



UFSC



Artigo Original

Ser-estar entre línguas e culturas: vivendo como um migrante no Brasil

Being between languages and cultures: living as a migrant in Brazil

Eliane Righi de Andrade
Francesca Mariannick Gomez

Resumo: Este artigo propõe-se a discutir recortes de uma autonarrativa escrita por uma migrante beninense formada em Letras no Brasil. A partir dos recortes colhidos, empreendemos uma análise de cunho discursivo, buscando representações que a narradora faz de si e do outro, brasileiro, que emergem de seu dizer, com intuito de compartilhar experiências vividas por ela e que podem ser estendidas a outros migrantes que vivem em condições semelhantes. Metodologicamente, combinamos o recurso da autonarrativa para seleção do material com o dispositivo da Análise do Discurso de linha francesa para entender e compartilhar algumas memórias e dificuldades vivenciadas por um migrante entre línguas e culturas.

Palavras-chave: Migrante; Autonarrativa; Estudos do discurso; Identidades.

Abstract: This article proposes to discuss excerpts from a self-narrative written by a Beninese migrant who has graduated in Languages in Brazil. From the excerpts collected, we undertook a discursive analysis, seeking representations that the narrator produces about herself and the other (Brazilian), which emerge from her saying, with the purpose of sharing her experiences as a migrant which can be extended to others who live in similar conditions. Methodologically, we combine the resource of self-narrative for selecting discursive material with the device of French Discourse Analysis to understand and share some memories and difficulties of a migrant living between languages and cultures.

Keywords: Migrant; Self-narrative; Discourse studies; identities.

Introdução

Este artigo tem como objetivo trazer algumas considerações sobre as representações identitárias de migrantes que vivem no Brasil, particularmente de um deles: uma migrante beninense, que foi estudante de Letras (português e inglês) em uma universidade no Brasil, pelo programa internacional PEC-G. A proposta desta pesquisa partiu da constatação de que é possível produzir conhecimento científico por meio da análise de autonarrativas, em diferentes áreas do conhecimento, contribuindo, no caso da pesquisa que empreendemos, com os estudos de identidade de grupos minoritários, por meio da análise de narrativas de si.

Em nosso caso, tomamos a produção da autonarrativa da migrante como ponto de partida desse



Artigo publicado por Fragmentum sob uma licença CC BY-NC 4.0.

estudo, por acreditar que, por meio de suas escritas relatando suas afecções e experiências no contato com o outro, brasileiro, podemos apreender um pouco sobre sua vivência entre línguas e culturas, sobre as imagens que faz de si e do outro, entendendo como se deram e se dão os processos identitários no país para o qual migrou e como ela se faz sujeito, sendo atravessada por línguas e culturas diversas e por diferentes formações discursivas. Como afirma Payer (1999), de um ponto de vista discursivo, em relação à constituição subjetiva do migrante:

há mais de uma formação discursiva ligada de modo constitutivo à fala desse sujeito. A figura típica (e a própria formação discursiva quando se mostra fechada) funciona então como a ponta de um iceberg, foco visível de oposições discursivas de um material que, em um outro nível (submerso), estaria mais opacificado, misturado. Mostrar a multiplicidade de lugares a que se liga a linguagem do sujeito imigrante, neste sentido, dando visibilidade a ela, significa dar lugar, no discurso, ao emaranhado simbólico do material discursivo presente na história da imigração (Payer, 1999, p. 117).

Essa multiplicidade também se aplica às culturas em que esse sujeito está envolto. A cultura, como um sistema de práticas que é realizado por grupos sociais, “enquanto se movimentam num espaço familiar” (Cox; Assis-Peterson, 2007, p. 32), ressoa em sua construção identitária imersa na diversidade cultural e linguística e, em seus dizeres, podemos apreender algumas marcas dessa subjetividade em construção, daí o discurso ser o espaço fundamental em que língua, história e memória se articulam para pôr a falar o sujeito e fazer emergir seus modos de existência. A memória que a migrante organiza, discursivamente, em sua narrativa revela que, embora legalmente no país, suas memórias estão perpassadas pelas experiências de ser migrante e pelos deslocamentos, tanto espaciais quanto subjetivos, por ser tomada sempre como estrangeira pela sociedade.

Nessa escrita de si, a migrante põe-se a construir uma narrativa com intuito de melhor se dizer e de dar ao outro, brasileiro, a possibilidade também de conhecer um pouco da sua vida de migrante e da vida de muitos migrantes no Brasil, portanto, articulando a memória individual à memória de grupo. Como descreve Foucault (2003), em seu texto *A vida dos homens infames*, toda vida é passível de ser (re)contada, pois a história não é composta somente das narrativas daqueles que tiveram fama e constam dos manuais de História, mas também – e principalmente – das pequenas narrativas e práticas cotidianas vividas pelos “anônimos” e que foram sendo repassadas pelas gerações. Neste ponto, embora não seja objeto deste artigo, articulamos nosso trabalho de pesquisa com a visada decolonial, propondo que outras histórias sejam contadas, outros saberes sejam priorizados, e não só os validados pela História enviesada das culturas e dos povos hegemônicos.

Assim, o objetivo principal deste estudo foi o de pinçar representações da identidade de migrantes entre línguas e culturas e reconhecer representações de si (migrante) e do outro (brasileiro e de sua cultura), por meio da autonarrativa produzida por essa enunciadora migrante, discutindo e compartilhando características que a marcam subjetivamente: além de viver num país estrangeiro, é negra e mulher, características que não podem ser ignoradas em nossa sociedade em que gênero e raça

são considerados marcadores identitários definidores do sujeito.

Uma breve localização teórica

Segundo Akotirene (2019), gênero, classe social e etnia – principalmente – indicam que há a presença de uma interseccionalidade entre marcadores identitários que “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisgenderopatriarcado (Akotirene, 2019 p. 14). Ainda que não seja um estudo sobre mulheres negras, a autonarradora fala a partir desse lugar de migrante, mulher e negra, que é inseparável nas narrativas que constroem as identidades formatadas do Brasil em sua condição de ex-colônia.

Podemos afirmar, ainda, que a língua, entre os outros marcadores citados, também condiciona o espaço que o sujeito pode ocupar na sociedade e no discurso. Segundo Pinto (2011), em relação às línguas que constituem o sujeito, é essencial que tenhamos em mente que:

a língua é um elemento das redes de poder instauradas nos processos coloniais de racialização. Usar uma ou outra língua, falar de uma forma ou de outra, falar ‘melhor’ ou ‘pior’, equivale a ocupar ou interpelar uma posição nas relações raciais” (Pinto, 2011, p. 73).

Assim, historicamente, como uma representante do povo beninense, a narradora da qual trazemos alguns relatos de vida vivenciou também as experiências de uma história de aniquilamento cultural e linguístico pelo processo de colonização francesa que seu país-território vivenciou, tendo em sua constituição um misto de línguas africanas locais, como fom e mina, que foram desprestigiadas na escola, em nome da língua oficial francesa que lhes foi imposta. Tanto é que, embora fale algumas das línguas de seus ancestrais africanos, não as escreve, remetendo à tradição oral dessas línguas nativas e ao fato de que a língua oficial francesa se impôs à sua cultura e ambiente linguístico.

Se o exercício da narrativa faz o sujeito falar de si e de sua história de vida por meio das línguas que o constituem, a memória é um outro conceito que está atrelado a essa prática. Acessamos, então, nossos arquivos de leitura, arquivos estes que foram revisitados sob a luz do momento atual, das condições específicas de produção dos discursos, interpretando os enunciados trazidos pela autonarrativa de uma migrante beninense, mas trazendo à tona outros percursos sobre estudos de migração sob a ótica dos estudos do discurso na relação com a formação da memória e das identidades em deslocamento.

Buscamos, primeiramente, refletir na perspectiva discursiva sobre essa (con)fusão de línguas que convivem na constituição subjetiva do migrante e que constitui sua memória. Segundo Payer (1999, p. 117-118):

Ao lado da diluição do lugar, funciona no discurso também uma diluição da língua, da língua enquanto sistema linguístico fechado em suas regras, dada a participação de mais de uma materialidade linguística no material simbólico que o constitui. Por essa diluição se introduz o material discursivo que consideramos característico desse sujeito, como efeito da junção contraditória das distintas materialidades discursivas presentes na história. Se não se trata de

“uma língua”, una e discreta, tem-se aí a materialidade de uma memória discursiva da língua, que apresenta em seus traços os índices da historicidade nela inscrita.

Assim, é como se a narradora tivesse desenvolvido sua própria língua - e cultura, acrescentamos - pois “[e]m meio às diferentes memórias de línguas fundamentalmente constitutivas, como inscrever-se em uma linguagem límpida que não carregue de um lado ao outro os ruídos da dissolução dos lugares que são dados a esse sujeito ocupar? (Payer, 1999, p. 117).

Outra reflexão que, neste estudo, nos retorna a partir de estudos de Revuz (1998), é o modo como as línguas vão se imbricando na constituição subjetiva, porém, numa certa “hierarquia” interna, remontando a história de vida de cada um e as memórias atreladas a ela. Embora possamos aprender outras línguas, a primeira língua irá ocupar, sempre, um “estar-já-aí”, segundo a mesma autora (Revuz, 1998, p. 215), pois:

[e]ssa língua chamada “materna” pode não ser a da mãe, a língua “estrangeira” pode ser familiar, mas elas não serão jamais da mesma ordem. (...) Esse estar-já-aí da primeira língua é um dado ineludível, mas essa língua é tão onipresente na vida do sujeito, que se tem o sentimento de jamais tê-la aprendido, e o encontro com uma outra língua aparece efetivamente como uma experiência totalmente nova (Revuz, 1998, p. 215).

Dessa forma, é necessário pensar nos processos de formação de memória para abarcar essa relação com as línguas e culturas que compõem a identidade do sujeito, entendendo, porém que, como afirma Candau (2016, p. 25-26), “a identidade (cultural ou coletiva) é certamente uma *representação*. (...) [O]s indivíduos percebem-se – imaginam-se, como diria Benedict Anderson – membros de um grupo e produzem diversas representações quanto a origem, história e natureza desse grupo”. O autor ressalta, ainda, a estreita ligação entre identidade e memória, uma vez que a existência do sujeito está articulada a “uma narrativa de identidade, um discurso de apresentação de si” (Candau, 2016, p. 70).

Para Candau (2016, p. 71), a relação identidade, memória e narrativa garante a existência simbólica de um sujeito, pois:

[O] ato de memória que se dá nas narrativas de vida ou nas autobiografias coloca em evidência essa aptidão especificamente humana que consiste em dominar o próprio passado para inventariar o não vivido. (...) O narrador parece colocar em ordem e tornar coerente os acontecimentos de sua vida que julga significativos no momento mesmo da narrativa: restituições, ajustes, invenções, modificações, simplificações, sublimações, esquematizações, esquecimentos, censuras, resistências, não ditos, recusas, “vida sonhada”, ancoragens, interpretações e reinterpretações constituem a trama desse ato de memória que é sempre excelente ilustração das estratégias identitárias que operam em toda narrativa.

Tomamos, então, os estudos de memória de Nora (1993), que afirma que a memória está sempre “pendurada” em lugares, sejam eles reais ou simbólicos. Construímos lembranças daquilo que, geralmente,

escapa da história “oficial”. Criamos as memórias daquilo que entendemos de grande importância e que, posteriormente, ressignificamos. Dessa forma, conseguimos guardar algo daquilo que a história colocou de lado, por não lhe atribuir relevância. Segundo o autor ainda, “a passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história” (Nora, 1993, p. 17) e divulgá-la em nome de trazer à tona uma história enterrada. Ele entende esse movimento como uma resistência às histórias silenciadas de “etnias, grupos, famílias, com forte bagagem de memória e fraca bagagem histórica” (Nora, 1993, p. 8), história entendida aqui como aquela que é a oficial e deseja-se rememorar e comemorar em nome da construção de uma memória única.

Segundo Nora (1993, p. 17), cabe, ainda, a cada grupo “redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever da memória faz de cada um o historiador de si mesmo”. Pensando desta forma, trazer à tona a narrativa do migrante faz com que ele atrela a memória individual à memória de grupo, produzindo um arquivo da história desses sujeitos, cuja existência é despercebida na maioria das vezes.

Pollak (1989, p. 4), em seus estudos sobre a construção de arquivos de memória, fala de modo semelhante sobre as memórias subterrâneas das culturas minoritizadas e dominadas que, ao privilegiarem os “excluídos” e “marginalizados”, opõem-se à “memória oficial” e revitalizam as vozes da periferia. Esse fato faz questionar a memória oficial, aquela que está atrelada a uma representação identitária nacional, já que esta identidade funciona como um imaginário homogeneizador que não tem correspondência no mundo real e prioriza as imagens dos grupos hegemônicos de um país. Para o autor, essa nova perspectiva de memória coloca a necessidade da empatia pelos grupos desfavorecidos num primeiro momento, mas é responsável, posteriormente, pela criação de uma abordagem metodológica outra, que pode ser atrelada ao pensamento decolonial na relação com o funcionamento das matrizes coloniais do poder¹ vigentes (Quijano, 2007; Mignolo, 2017).

No campo discursivo, a memória envolve, como atesta Pêcheux (1999, p.52), os “sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas e da memória construída do historiador”, sentidos estes que excedem a memória individual e inscrevem sentidos outros aos enunciados, a partir do “peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória”. Nesse momento, Pêcheux (1999, p.55) articula o conceito da opacidade do discurso, ou seja, dos efeitos que a memória toma nos trajetos de interpretação dos dizeres, em suas condições diversas de produção.

Para concluir nossas reflexões sobre memória e memória discursiva, a partir da interpretação dos autores citados, podemos afirmar que a construção da memória é um processo de ressignificação de sentidos estabilizados num passado, o qual se (re)atualiza a partir de onde se fala, de quando se fala e de quem fala. Relacionando essa característica da memória com o objeto de nossa análise – as narrativas de uma vivente migrante “anônima” – podemos afirmar que esses relatos possibilitam a visibilização de histórias que não foram contadas, dando novos sentidos às histórias individuais e do grupo ao qual a migrante tem um certo pertencimento por se sentir, como a maioria dos migrantes pobres, em uma

¹ Os autores referem-se aos domínios do poder colonial (do homem branco e europeu) sobre o gênero e a sexualidade, sobre o conhecimento (uma epistemologia única que é validada), sobre a subjetividade (um modelo exclusivo de existência baseado no capitalismo) e sobre a definição de etnias (raça como um marcador social e identitário) (Mignolo, 2017, p. 5).

situação social precarizada, o que os remete a uma posição marginalizada, um estar “fora” na sociedade brasileira. Nesse sentido, a autonarrativa é um recurso metodológico que favorece a emergência dessas histórias, que não remetem somente ao pessoal, mas àquelas histórias de vida que são compartilhadas por pessoas que vivem situações de incompreensão, solidão e desassistência, como no caso do sujeito migrante em questão, que reúne, ainda, além dessa condição, os marcadores de gênero (mulher) e raça (negra) que são desprestigiados na sociedade brasileira.

É nessa busca de ruídos, de fragmentos e de indícios na materialidade linguística do discurso, coletada nos relatos de memórias de línguas-culturas^{II}, que nos propomos a embrenhar neste trabalho. Para isso, é necessário fazer conversar a prática autonarrativa com o dispositivo de análise que utilizaremos para interpretar os recortes que trouxemos da narrativa produzida: a Análise de Discurso de linha francesa, o que apresentaremos brevemente a seguir.

Metodologia: articulação da autonarrativa com o dispositivo da AD para análise

Ao entendermos que a pesquisa que traz a autonarrativa como recurso para coleta de material em uma análise discursiva é passível da produção de conhecimentos científicos sobre o sujeito que fala e sobre o grupo que, de alguma forma, nele se representa, relacionamos nosso estudo com um conjunto de pesquisas que tomam a autobiografia como uma “metodologia com potencialidades de diálogo entre o individual e o sociocultural, pois ‘põe em evidência o modo como cada pessoa mobiliza seus conhecimentos, os seus valores, as suas energias, para ir dando forma à sua identidade, num diálogo com os contextos’ ”, como afirma Abrahão (2003, p. 113) – apoiada em Moita (1995) –, estudiosa da autonarrativa como método e recurso para pesquisa.

Josso (2020, p. 51), em seus estudos utilizando abordagens (auto)biográficas, afirma que, por meio da narrativa, o sujeito adquire um conhecimento não só sobre (e de) si, mas de e sobre o outro e, por isso, é um tipo de recurso bastante usado para estudos de pessoas em situação de migração, pois tais processos de deslocamento incluem “transições pessoais” para outros territórios, em que a alteridade se apresenta como um desafio. A autonarrativa se destaca por ser uma forma de conhecimento entre “nativos” e “estrangeiros”, estimulando a “dignidade das pessoas” – no caso, dos migrantes – para “recuperar suas vidas”, como afirma Josso (2020, p. 48) – baseada em estudos de Gomez (2012) –, em meio a ações de solidariedade de quem os acolhe.

Na posição de analistas de discurso, portanto, o uso da autonarrativa nos dá segurança como fonte rica de material de análise, pois, como comenta Abrahão (2003, p. 82), os relatos fazem “emergir o contexto das relações macro-sócio-político-culturais e econômicas – que perpassa a situação de interação na qual a História de Vida adquire sentido” e em que o sujeito é compreendido como “espaço de enunciação” (Abrahão, 2003, p. 82), no qual suas histórias de vida são (re)contadas, em determinadas condições de produção, como enfatizariámos na visada discursiva.

Para compreendermos como foi constituído o corpus de análise do qual dispomos, neste artigo,

II Este termo foi concebido pela estudiosa Coracini (2007) para definir um espaço do sujeito entre línguas e culturas, o que acreditamos refletir a posição social e discursiva do sujeito migrante em relação aos lugares que ocupa ou deseja ocupar no contato com as línguas e povos para onde se desloca.

de alguns recortes para a discussão, é preciso explanar que a pesquisa foi desenvolvida em duas etapas: na primeira, houve a proposta e posterior produção da autonarrativa pela migrante, amparada por temas motivadores, tais como relatos de infância e de viagem, de forma a relacionar a existência presente do sujeito a um passado que é ressignificado a partir do momento em que faz a narrativa, ou seja, num a posteriori. Dessa forma, como afirmamos anteriormente, constrói-se uma memória que é, ao mesmo tempo, individual e coletiva, pois representa vivências de um sujeito compartilhadas por muitos migrantes nesse contexto. Na segunda etapa, promoveu-se uma análise de cunho discursivo sobre recortes discursivos da narrativa, de modo a produzir efeitos de sentido, demarcados por regularidades no dizer. Essas regularidades ampararam a criação de eixos temáticos^{III} que caracterizavam certas representações sobre o ser sujeito migrante num país como o Brasil, imagens do povo que acolhe e desacolhe, marcado por uma origem colonial, mas que, muitas vezes, são “esquecidas” pela classe branca hegemônica.

Traremos a seguir alguns comentários da análise de dois recortes do eixo denominado “um ser-estar entre línguas e culturas: être^{IV} entre línguas e culturas” que marca alguns posicionamentos da narradora num entre-espacó linguístico e cultural, em que destaca suas experiências de vida e de existência. O jogo de palavras (ser/estar) remete ao uso frequente, na autonarrativa, de uma forma pela outra no dizer da narradora.

A seleção de recortes do texto autonarrativo e a categorização daqueles em eixos, levou em conta, além da regularidade no tema, reincidências no campo composicional, tais como a posição enunciativa assumida, o uso de dêiticos, a natureza vocabular, revelando a presença de certas formações discursivas do sujeito, entre outras características que emergiram da análise da materialidade linguística. Perscrutando tal materialidade em consonância com a produção de sentidos num tempo e espaço histórico, entendemos a língua como discurso, o que significa que podemos tomá-la como expressão das formações sociais e ideológicas do sujeito, as quais condicionam sua constituição identitária.

Assim, entendemos com Pêcheux (1999) e Gregolin (2006) que a materialidade linguística faz emergir, no fio do discurso, traços da memória discursiva do migrante (interdiscurso) e essa memória está atrelada ao contexto histórico social ao qual este sujeito se insere, que, em nosso caso, é determinado pelo fato de ser negra, mulher e estrangeira. O processo analítico decorre da interpretação do conjunto de enunciados em seus elementos linguísticos e não linguísticos, que “se insere em uma rede de outros enunciados e, por isso, relaciona-se com enunciados anteriores [...] e posteriores” (Gregolin, 2006, p. 26). Assim, “[o]s discursos são atravessados por uma divisão entre dois espaços discursivos: a) o da manipulação das significações estabilizadas, normalizadas; b) o das transformações do sentido” (Gregolin,

III Pelas regularidades discursivas captadas pelo estudo da materialidade linguística chegamos a quatro eixos: o primeiro, “sentir-se num fora, dentro: a hospitalidade”, que apoiamos no estudo de Derrida (2000). O segundo foi nomeado como “o país estrangeiro idealizado: o Brasil como uma heterotopia do lugar de origem”, baseando-nos nos estudos de Foucault (2013) sobre a constituição de um contraespaço (heterotopia); o terceiro nomeamos como “uma vida em constante deslocamento”, referindo-nos aos deslocamentos físico e subjetivo constantes; e, finalmente, o quarto eixo, “um ser-estar entre línguas e culturas: être entre línguas e culturas”, do qual trazemos alguns recortes para a discussão.

IV Forma infinitiva do verbo *être* no francês que tem como traduções possíveis para o português as formas infinitivas “ser” e “estar”, marcando, assim, uma duplidade de sentidos. O jogo de palavras remete ao uso frequente pela narradora de uma forma pela outra, em determinados contextos em seu relato, o que interpretamos como uma metáfora do ser/estar entre línguas.

2006, p. 32), os quais buscamos trazer na análise de cunho discursivo.

Análise de recortes do eixo: “um ser-estar entre línguas e culturas: être entre línguas e culturas”

Nesta breve apresentação de alguns resultados de análise, trazemos alguns recortes que lidam com o constante deslocamento espacial e subjetivo da narradora, o qual emerge em diversos trechos de seu relato que foram selecionados para a análise. Neles, a narradora se apropria das línguas que conhece e das culturas que a definem como sujeito para construir um espaço identitário seu, com a presença de palavras, expressões e sentenças nas diferentes línguas que constituem a narradora, indicando um “pertencimento” que se dá entre línguas e que se estende às culturas. O uso do infinitivo em francês no título (*être*) remete à língua que a constituiu primeiramente na educação formal – mas não sua língua materna – e é tomado para indicar a significação dupla do verbo naquela língua (ser/estar), o que também acontece no inglês (com o verbo *to be*), língua que a narradora também fala e da qual também traz alguns elementos linguísticos.

Assim, com esta nomeação do eixo temático, sugerimos um gesto de interpretação na relação com o sujeito que narra: o fato de ser alguém (ter uma existência e que esta tem um lugar no mundo), mas também de estar alguém, já que vive, como migrante, num país e numa cultura dominante que lhe impõem certas condições. Portanto, queremos indicar um momento do sujeito, um “estar” nesse lugar e língua do país que o recebe, mas também, não podemos esquecer, o de habitar uma identidade “provisória” que também se movimenta para um outro modo de existência. Não há como não ser um pouco o outro e incluir em si as marcas que o subjetivaram ao longo de sua vida. É desse entrelugar que os recortes abaixo falam.

Recorte 1: Cheguei no Brasil e me apresentei a todos como Francesca. Sim, omito meu nome Mariannick por vontade própria, pois acho que Francesca é um nome mais fácil para os brasileiros de pronunciar melhor do que Mariannick que tem uma pronúncia mais perto do francês. Assim, eu que era chamada por quase todo mundo no Benim de Mariannick virei a ser a Francesca dos brasileiros. Eu sou na verdade, a Mariannick dos beninenses; a Fran dos brasileiros; a Frances dos haitianos; a Axwéfa (mina [outra língua africana falada no Benim pelas comunidades] para “casa em paz”) da minha avó paterna; Xwéfa (fcngbé, para “casa em paz”) da minha mãe; Nico, da minha madrinha; e Franzinha, da Cris e da Dudinha. Assim, quando minha vó me chama de Mariannick, já sei que tem algo que não está no lugar certo; minha mãe me chama de Mariannick, já sei que está acontecendo algo de não ordinário. Pior é quando minha mãe me chama de Francesca. Esse fato me faz me sentir não ter mais o lugar que tinha na minha família. Não me sinto mais beninense, não me sinto, culturalmente e afetivamente falando, ligada ao meu país. É como se minha mãe me considerasse brasileira, já que estou aqui... realmente me sinto yovótometizada^V. É tão bom quando ela me chama de Xwéfa, sinto o carinho dela comigo.

V Yovotome é uma palavra no idioma fom constituída dos elementos morfológicos yovô = (povo) branco, tome = país; yovótome significa literalmente “o país do branco”, referindo-se a terras do homem branco, lugar para o qual os beninenses migram para buscar uma vida melhor.

Fomos apresentados aqui a uma Francesca (a narradora) sob a forma de vários “nomes”, que revelam o imbricamento de diferentes vivências, que constituíram identidades também multifacetadas. Se, como afirma Candau (2016, p. 68), o nome próprio é o que garante a existência de um sujeito, conferindo-lhe uma identidade, a narradora marca em seu discurso a existência de vários “eus” que se constituem a partir de onde fala, com quem fala e nas diferentes situações de vida. A forma mais intimista, Franzinha, refere-se à forma de tratamento aqui no Brasil quando a narradora é endereçada pela jovem criança (Dudinha), de quem cuida quando trabalha como babá, e pela mãe da menina – a qual também se dirige com uma forma próxima de tratamento, Cris, apesar das relações de trabalho que se estabelecem. Em relação ao uso de formas diminutivas no tratamento tanto a quem se dirige (Dudinha) quanto a si mesma como enunciadora (Franzinha), tais formas no português podem remeter a várias possibilidades de sentido. Entendemos que aqui revela-se uma relação carinhosa e afetiva entre os sujeitos, de certa cumplicidade, onde a narradora busca um laço social com a criança e sua família que extrapola o vínculo de cuidadora doméstica, revelando, talvez, o desejo de pertencimento, o qual vê ameaçado nas relações familiares no Benim, como veremos na análise a seguir.

Embora no Benim se apresente como Mariannick, ao ser chamada por esse nome no convívio com a família, o eu narrador remonta, em suas memórias no espaço íntimo e familiar de sua casa naquele país, a momentos em que era convocada pela avó ou pela mãe para que desse atenção a elas. Nos dias atuais, com a distância entre mãe e filha, causada pela vinda da narradora para o Brasil, a forma até então inusitada, Francesca, passa a ser uma forma de tratamento da mãe para a filha, que se, por um lado, parece-lhe um certo enaltecimento, por outro, a narradora entende como uma forma de distanciamento afetivo e de afastamento com o seu país, pois “é como se minha mãe me considerasse brasileira, já que estou aqui”, como se já não tivesse, portanto, mais intimidade com ela, pela formalidade com a qual é tratada (não mais como a “Xwefá” nem mesmo “Mariannick”). Notamos que, neste momento do dizer, a narradora usa um dêitico referente a lugar e se vê num “aqui” (Brasil) em oposição ao “lá”, o Benim, sugerindo, nessa relação, que já não é mais a mesma que deixou seu país.

Há um misto de perda e ganho de novos processos de identificação. A narradora não se sente mais a “Nico” da madrinha do Benim; também não se sente mais a Xwéfa da mãe, ou a Axwéfa, da avó paterna, nomeações que recebeu, respectivamente, de línguas de herança de sua mãe (fom) e da família de seu pai (mina). Interessante perceber que essas duas nomeações em idiomas africanos diferentes remetem ambas ao sentido de “casa em paz”, estado que parece ter-se “perdido”, de algum modo, pelo fato da narradora hoje não estar mais “em casa” (de não ser mais a Xwéfa da mãe ou a Axwéfa da avó), indicando talvez que não haja mais “paz em casa”, pois a enunciadora não está mais lá, o que revela um deslocamento não só espacial, mas também subjetivo dela e dos que lá ficaram.

Se “perdeu” esse lugar afetivo junto aos beninenses e seus familiares, ganhou, por outro lado, outros espaços discursivos no país que passou a habitar. Além de ser a Franzinha, num determinado contexto social brasileiro, como dissemos anteriormente, Francesca Mariannick – nome composto, mas com o qual a narradora não se apresentou aos brasileiros, pois preferiu ser somente Francesca, já que era um nome mais “fácil” para ser pronunciado pelos moradores daqui – responde também por Fran, forma abreviada do primeiro nome, soando como uma forma mais coloquial no português brasileiro, o

que pode indicar certa “aproximação” linguístico-cultural, já que sonoramente se afasta um pouco do nome afrancesado Mariannick. Assim, Francesca Mariannick não se sente mais tão “beninense”, mas afasta também os laços com a cultura francesa, que carrega no nome, desejando, talvez, sentir certo pertencimento em relação ao brasileiro, com o uso do apelido Fran. A narradora, entretanto, não parece se ver como brasileira, pois quem a considera “brasileira” é a mãe, não ela mesma (é como se minha mãe me considerasse brasileira). E ela, como se sente?

No segmento discursivo final do recorte ela diz se sentir “yovótometizada” e esse termo precisa ser analisado, pois retoma, em sua memória, muitas das experiências de criança e adolescente da narradora. No fcngbé (língua fom), yovô significa “branco” e tome, país, portanto, yovótome significa literalmente, em fom, “o país do branco”. Segundo o relato da narradora – que, como discutimos anteriormente, é um misto de memória e criação imaginária de um tempo passado –, o termo yovótome referia-se, inicialmente e de forma genérica, ao território europeu, que era entendido como a terra do homem branco. Nota-se, porém, que o termo, para os beninenses em geral e para a narradora em particular, extrapolou o sentido de “país do branco”, passando a indicar um lugar simplesmente fora das fronteiras com o Benim, para onde as pessoas se dirigiam para buscar trabalho e uma vida melhor. A narradora indica que qualquer lugar fora desses limites era, então, para ela, yovótome (que, curiosamente, em sua narrativa foi grafado em letra maiúscula, como se representasse um nome próprio em seu imaginário de criança). Assim, teria não somente o sentido de “país do branco”, mas também o de uma heterotopia (Foucault, 2013, p. 20), ou seja, um contraespaço em que se constrói uma utopia localizada, nesse caso, um país idealizado para o qual as pessoas desejam migrar para melhorar suas condições de vida.

Observando seu uso no recorte, a narradora apropria-se do vocábulo yovótome do idioma fom e cria, no português, seguindo as regras de derivação de palavras nessa língua, o adjetivo feminino yovótometizada, misturando, em sua formação, a estrutura morfológica do português com o léxico de sua língua materna fom. Com ele, a narradora define o status identitário em que se encontra: para sua mãe, é vista como se fosse uma estrangeira, assumindo o lugar do branco no imaginário daquela. Porém, para a narradora, esse lugar de branco também não lhe é oferecido no Brasil, porque, como sabemos, ela não é uma mulher branca, mas negra e vivendo num estado provisório no país enquanto estuda. Ou seja, ela não é mais do Benim, mas também não é do Brasil. É a diferença identitária que se marca no discurso, não a diversidade, fazendo com que ela ocupe um espaço discursivo e social ainda não “rotulado”, não reconhecido por ninguém.

Retomando o recorte, mesmo para os haitianos, que são migrantes como ela, a narradora é uma outra ainda, a Frances. Com essa nomeação, a narradora se aproxima daquele povo por ter a mesma língua oficial e por seu país ter igualmente passado por um processo de colonização francesa, com a aculturação forçada da língua e cultura. No entanto, ela não é do Haiti também. Embora vivendo num mundo dito globalizado, as fronteiras nacionais ainda são fortes referências identitárias para seus habitantes e marcadores socioeconômicos.

A narradora se vê, assim, como um sujeito imerso na diversidade tanto linguística quanto cultural, mas é definida identitariamente também pela cor, gênero e país de onde vem. Em relação à nomeação, no Brasil, são usados apelidos e nomes carinhosos para se dirigir a pessoas próximas: a migrante teve “direito”

a isso. No seu país de origem, o Benim, nomes na língua francesa – a oficial – são dados a crianças ao nascer, acompanhados de nomes nas línguas africanas que lhes dão uma certa identidade de origem, atrelada a essas culturas locais. A isso também a narradora teve direito. Estando no Brasil e carregando suas várias “identidades” vividas – de filha da sua mãe, afilhada da sua madrinha, neta da sua avó, colega de seus colegas beninenses, negra, mulher, africana, migrante no Brasil, babá de crianças brasileiras, colega de seus colegas brasileiros – a migrante parece se sentir dividida e multifacetada. Contudo, com as diferentes posições enunciativas que ocupa no discurso e os diversos processos identitários que a perpassam como sujeito entre línguas e culturas levam-na a criar um modo de existência singular, que é compartilhado na autonarrativa que escreve: um modo de ser sujeito que é cheio de conflitos e dúvidas, embora seja uma vivência ímpar, pois não há uma estabilidade identitária ilusória na qual ela possa sustentar uma sensação de pleno pertencimento.

Emergem, ainda, em seu discurso, indícios dessa língua-cultura que surge da mistura das várias vivências linguísticas e culturais desse sujeito entre-espacos. No recorte abaixo, trazemos outros momentos dessa experiência.

Recorte 2: Mesmo assim, por razão que não consigo explicar direito, tenho e sinto saudades de não ter que provar nada a ninguém, de fazer as coisas boas e perfeitas, só porque eu quero e não para não ser rejeitada ou desvalorizada ou ainda humilhada. Tenho saudades de querer mostrar o melhor de mim e não o quanto estou quebrada. Saudades de ser Mariannick, a forte. Saudades de não pagar aluguel e de não me preocupar com renovar meu visto cada ano. Saudades de não ter medo de ser rejeitada, porque não tem cabelo liso ou porque sou preta (chocolate) de pele. Saudades de não me sentir meprisada, porque não sou de família rica e porque sempre me coloco do lado do coitado [...] Saudades de não me sentir mendiga cada vez que preciso achar um lugar para morar, de uma carona para casa, de alimento para me sustentar. Na verdade, já tive experimentado uma vida muito pobre, uma vida de classe média e também uma vida de rica... Talvez eu tenha saudades do lar. Mas a saudade não para aí. Eu aceitaria ficar um dia no meu país apenas para comer essas comidas típicas que amo tanto, para comprar essa pomada boa para minha pele e para meus cabelos, para pegar meus livros que deixei na estante no meu quarto no Benim, saudades do Titigweti English Club^{VI}. Saudades de plantar tomates, cana de açúcar, capim-limão, de cuidar das minhas árvores de graviola e de goiaba.

Como indicamos no primeiro recorte, viver entre línguas e culturas traz ao sujeito uma situação de “insegurança”, pois não se consegue “enquadra” a valores que são compartilhados por um grupo ao qual não se tem pertencimento, dando a sensação, muitas vezes, de solidão. Ser responsável por si mesma também é uma situação vivida pela estudante, pois não tem família no Brasil e tem passado por muitas mudanças de casa durante os anos da faculdade, causadas principalmente pela situação financeira precária. Então, dentro da própria cidade em que vive, há um deslocamento constante, tornando ainda mais difícil estabelecer relações mais sólidas com os vizinhos ou colegas de faculdade.

Viver nas condições que lhe são impostas como estrangeira migrante também lhe causam

VI Titigweti English Club(TEC) é um clube para estudantes universitários de inglês no Benim, que reúne alunos das Universidades de Abomey-Calavi e do Benim.

desconforto (sinto saudades de não ter que provar nada a ninguém), mas principalmente lhe causam a sensação de ser “inferior”, já que tem de se submeter o tempo todo às regras do outro (brasileiro) de convivência e responsabilidade (pagar o aluguel; renovar o visto a cada ano). Dessa forma, a narradora retoma a autonomeação Mariannick, numa tentativa de tomar as rédeas de seu destino: ela não deseja ser a Fran, a Franzinha ou a Francesca: ela quer ser quem ela de fato reconhece em si mesma, a Mariannick, procurando estabilizar uma imagem forte de si, imagem, porém, que é ofuscada no Brasil pelo fato de ser “preta”, além de ser migrante e de ser mulher, o que indica uma vivência marcada pelo racismo, pois ela é “rejeitada” pela cor, pelo tipo de cabelo, pela classe econômica que ocupa, marcadores identitários que a sociedade branca brasileira também lhe impõe.

Linguisticamente, destacamos dois momentos que corroboram com nossa hipótese de que o sujeito cria uma língua sua nesse entre-espacó. A narradora usa o termo *meprisada*, não existente no português ou no francês, mas que tem origem nessa “bilíngua”, como afirma Bandia (2006, p. 356), fenômeno que acontece quando um falante hibridiza duas línguas concomitantemente no seu dizer, o que não configuraria, de fato, um bilinguismo, mas a criação de um “código” que se caracterizaria como uma terceira língua e uma terceira cultura, composta de elementos das outras que o constituem. Linguisticamente o termo “*meprisada*”, um neologismo no português, criado a partir do termo francês “*méprisée*”, mas com as flexões nominais de gênero e número do português, além do sufixo do particípio passado que lhe remete a uma forma adjetiva, pode significar algo como não (ser) amada. A tradução mais apropriada para o termo em português seria, talvez, desprezada, mas que parece não ter conseguido dar conta daquilo que a narradora gostaria de expressar. Ou seja, por mais imerso que o sujeito esteja em várias línguas, por seu caráter simbólico, a(s) língua(s) sempre falta(m) ao sujeito... Esse sujeito, então, (re)cria uma possível forma de se expressar que tem a ver com seu modo de experienciar as línguas e as culturas em hibridação.

O mesmo parece ocorrer no uso da forma “tive experimentado”, em destaque no recorte. A narradora, que também estudou inglês em seu país como língua estrangeira e realizou sua graduação no Brasil também no inglês, faz uso de uma locução verbal inusitada no português, mas que poderia fazer sentido se pensada a partir da língua inglesa. Teríamos então o uso do tempo verbal composto Past Perfect, indicando possivelmente uma ação que ocorreu num passado, mas que traz marcas no presente, como uma experiência que a constituiu subjetivamente e que continua a constituí-la. Embora de naturezas diferentes, observamos que há a presença de uma língua outra, não nomeada, que vive neste sujeito migrante e que não nos parece um “código provisório” das línguas que a constituem – algo que poderíamos associar ao pidgin – mas efetivamente uma terceira língua que se constrói a partir de quem ela é, de suas vivências entre línguas e culturas.

As interferências de línguas que se interpõem no discurso da narradora de modo involuntário, inconsciente, nos lembra a dificuldade que temos de estabelecer limites entre as línguas, entre eu e o outro, pois elas indiciam as fissuras do sujeito, os momentos em que ele escapa das amarras para ser um outro que é desconhecido. Hooks (2008) expressa essa relação afirmando que,

[c]omo o desejo, a linguagem rompe, recusa-se a ser encerrada em fronteiras. Ela mesma fala

contra a nossa vontade em palavras e pensamentos que se intrometem, até mesmo violam os mais secretos espaços da mente e do corpo (Hooks, 2008, p. 857).

Finalmente, percebemos no final do recorte, que o sujeito busca imaginariamente criar um “contraespaço”, talvez para conseguir sobreviver às condições adversas, reunindo, nesse lugar imaginário, aquilo que poderia lhe dar a sensação de uma satisfação provisória (livros de sua estante no Benim; creme para pele negra, os alimentos que gosta; o contato com as árvores de seu quintal; a socialização com os colegas estudantes da língua inglesa em seu país). Tudo isso para ter um sentimento de pertencimento, de poder ter uma existência mais digna, menos “infame”, talvez como diria Foucault (2003), ou simplesmente de ser reconhecida pelo outro, brasileiro, em sua alteridade.

Embora a narradora projete em seu relato os conflitos dessa vivência no Brasil, parece-nos que viver no Benim não é uma opção futura para ela: a narradora diz que “aceitaria ficar um dia no país dela” para poder matar as saudades, o que nos parece ressaltar que o Benim também não é o lugar ideal de se viver, pois a realidade lhe impõe outras limitações (principalmente econômicas). Por isso, talvez a narradora busque em sua criação de “Yovótome”, algo que parece impossível a qualquer sujeito do desejo realizar: uma satisfação completa, uma utopia, impossível de ser materializada. O mesmo pode ser dito em relação às línguas: qualquer língua nos impõe limites de tudo expressar, simplesmente porque, como sistema simbólico que é, não dá conta de uma totalidade, já que a língua está articulada à cultura, aos valores compartilhados, ao próprio modo de ser sujeito, que implica também a existência de um inconsciente que não é controlado pelos poderes instituídos. Se, por um lado, não há fluência em qualquer língua que dê conta dessa falta constitutiva – a que todos nós estamos submetidos pela natureza simbólica das relações e das linguagens que criamos – por outro, aos migrantes, especificamente aqueles que não são privilegiados pela cor branca, pelo gênero masculino e pela condição econômica alta, também lhes é atribuída uma “falta” do campo do imaginário por representarem algo que não queremos ver em nós mesmos: a diferença. Daí subestimarmos o estrangeiro e sua vivência errante e o colocarmos num espaço de exceção.

Algumas considerações finais

Ao nos propormos um estudo sobre as representações de si e do outro que o migrante constrói em sua autonarrativa, identificando por meio dela imagens que estão associadas ao imaginário brasileiro sobre o migrante e do próprio migrante sobre si mesmo e sobre o outro, brasileiro, percebemos o grande desafio que seria lidar com a autonarrativa como uma fonte de produção de conhecimento. Primeiro, porque escrevê-la predominantemente em português era difícil para a migrante, que tinha a língua portuguesa como uma língua estrangeira e suas memórias, muitas vezes, “pediam” outras línguas. Depois, precisávamos olhar para aquela narrativa de modo menos afetado pelas emoções e que fosse relevante também para contribuir com reflexões para aqueles que vivem na mesma situação entre línguas e culturas que ela, muitas vezes, na impossibilidade de dividir essas aflições ou mesmo a solidão com o outro, pois para o migrante falamos diferente e somos e agimos também de forma diferente. Por outro lado,

entender esse outro “estrangeiro” é um desafio por parte do brasileiro, porque exige também um olhar para si mesmo, para suas feridas coloniais. Assim, em sua narrativa, podemos enxergar um pouco daquilo que tanto estranhemos no outro e que, muitas vezes, estigmatizamos: a diferença. Falar sobre si foi, para essa migrante, um modo de resistência e de existência singular, constituída entre línguas e culturas.

Em relação às línguas que caracterizam a migrante, o português foi escolhido para relatar suas experiências, no entanto, outras línguas, quer seja a materna (fom), a “estrangeira” que a colonizou (francês) e outras (como o inglês, que fizeram parte hoje de seus estudos na graduação), se entrelaçam em sua constituição subjetiva. Por isso, foi difícil “barrar” a presença delas na narrativa, por mais que tentássemos nos colocar na ordem do discurso da academia. Essa interferência foi notada e trazida nos recortes selecionados.

O eixo temático do qual trouxemos alguns exemplos para a discussão enfatiza algo que observamos como regularidade ao longo da narrativa da migrante: o constante movimento subjetivo, paralelamente ao deslocamento geográfico: ora dentro de seu próprio país (outras cidades), ora longe dele (no Brasil, que faz parte dessa jornada); ora numa língua em que se constituiu sujeito ainda na tenra infância (fom e mina), ora numa língua em que recebeu educação escolar (o francês) ou estudou como língua estrangeira (o inglês). Parece haver uma busca associada à descoberta de si, o que a faz deslocar-se nas línguas, no espaço e, por que não dizer, também no tempo, na rememoração de fases de sua vida, ao longo de sua história. Essa busca, embora seja um desejo, não se dá sem obstáculos, pois ir em busca do Outro, do Yovótome, aquele lugar idealizado e utópico, pode também causar sofrimento, angústia, rejeição e frustração, por não ser o que se imaginava. Daí a fuga para uma suposta identidade estável.

A narradora (re)constrói uma narrativa de si, em que busca compartilhar experiências que a tornam alguém com uma história digna de ser contada, pois, como migrante, vive nas bordas da sociedade brasileira, que ignora a alteridade, esquecendo-se de que foi constituída a partir de vários outros, numa mistura de etnias, culturas e identidades. Falando de si a narradora rejeita a posição de anonimato e resiste contra a discriminação que lhe é imposta, não só por ser migrante, mas por ser negra e mulher. Como forma de exprimir sua identidade multifacetada, a narradora se projeta na ordem do discurso, revelando uma língua que lhe é singular, marcada pelas vivências linguísticas, sociais e culturais, que deixa traços também em sua materialidade.

Há um desejo ambíguo do sujeito de pertencimento à língua e cultura do Outro – do povo que o acolhe mediante certas condições – mas também de continuar sendo o sujeito que tem uma história beninense a compartilhar, memórias que a fazem ser quem ela é, com suas línguas e valores. Assim, a narradora é Francesca Mariannick Gomez que, embora migrante, carrega todas as nuances produzidas em suas vivências no Benim,

identificando-se, inclusive, com seu panegírico^{VII} – que a constitui ancestralmente – mas é

VII Panegírico (no idioma fom “akó”) é uma sequência de versos de exaltação, próprio a um grupo de pessoas ou família e que define, de uma certa forma, esse grupo e sua história, dando-lhe uma identidade entre outros grupos. A narradora comenta em outros trechos de sua narrativa sobre o panegírico da coletividade Gomez, a qual pertence, no Benim. Trazemos o link para uma breve visita a ele. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1AoUDKAz19-DKUQCR6gxteWHHkX3VjzbG/view?usp=drivesdk>. Acesso em 20 jan. 2023.

também a mulher negra que vive no Brasil as “mazelas” de ser subjugada historicamente num país hostil aos não brancos e não homens, que guarda uma herança colonial e racista em que as matrizes de poder discriminam e oprimem. Daí representar muitas outras vozes que precisam ser ouvidas para permitir que memórias outras sejam (re)construídas.

Referências

- ABRAHÃO, M. H. M. B. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. **História da Educação**, ASPHE/FaE/EFPel, Pelotas, n.14, p. 79-95, set 2003.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BANDIA, P. African Europhone Literature and writing as translation. In Hermans, T. (ed.). **Translating others**. Manchester: St. Jerome Publishing, 2006, p. 349-361.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.
- COX, M. I. P.; ASSIS-PETERSON, A. A. de. Transculturalidade e transglossia: para compreender o fenômeno das fricções linguístico-culturais em sociedades contemporâneas sem nostalgia. CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (orgs.). **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas: Mercado de Letras, 2007, p. 23-43.
- CORACINI, M. J. **A celebração do outro**: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilingüismo e tradução. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.
- DERRIDA, J. Hostipitality. **Angelaki**. Journal of the theoretical humanities, v.5, n. 3, p. 3-18, Dec. 2000.
- FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 edições, 2013.
- FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: **Ditos e escritos IV: estratégias, poder-saber**. Rio de Janeiro, Forense universitária, 2003, p. 203-222.
- GOMEZ, L. A mestiçagem entre o enraizamento e a transmigração: pensar a narrativa autobiográfica como espaço de encontro. In: SOUZA, E. C; BRAGANÇA. I. F.de S. (orgs.). **Memória, dimensões sócio-históricas e trajetórias de vida**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2012, p. 173-192.
- GREGOLIN, M. R. AD: descrever - interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, P. (org.) **Estudos do texto e do discurso – mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz Editora, 2006, p. 19-34.
- HOOKS, B. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n.3, p. 857-864, setembro-dezembro, 2008.
- JOSSO, M.-C. Histórias de vida e formação: suas funcionalidade em pesquisa, formação e práticas sociais. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 05, n.13, p. 40-54, jan./abr. 2020.
- MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, Jun. 2017.

MOITA, M. C. Percursos de Formação e de Trans-Formação. In: NÓVOA, A **Vidas de Professores**. Porto: Porto Editora, 1995, p. 111-140.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n.10, p. 7-28, 1993.

PÊCHEUX, M. et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes Editores, 1999.

PINTO, Joana Plaza. Da língua-objeto à práxis linguística: desarticulações e rearticulações contra hegemônicas. **Línguagem em Foco**, v. 2, p. 69-83, 2011.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUIJANO, A. Coloniality and modernity/rationality. **Cultural Studies**, v. 2, n. 2-3, p. 22-32, 2007.

REVUZ, C. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SINORINI, I. (org.). **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras/Fapesp, 1998, p. 213-230.

Artigo Original

O que ficou para trás: o luto da língua

What left behind: the mourning of the tongue

Luan Alex de Mattos
Angela Derlise Stübe

Resumo: Este texto discute a dimensão da perda e do luto em situações de mudança de língua em decorrência da migração e se orienta por uma pergunta: “Que perdas acontecem e se marcam no processo de migração e mudança de língua?”. Buscando sustentar essa discussão, trabalhamos com uma abordagem discursiva, psicanaliticamente orientada e amparada nos saberes da desconstrução. Pudemos compreender que no processo de migração, mudanças atravessam o sujeito. As perdas que se dão nesse movimento de mudança vão para além da dimensão linguística, mas nela se apoiam para se re-marcarem, e o não poder dizer se faz presente.

Palavras-chave: Língua; Luto; Migração; Psicanálise.

Abstract: This text discusses the dimension of loss and mourning in situations of language change as result of migration and is guided by a question: “What losses happen and are marked in the process of migration and language change?” Seeking to support this discussion, we work with a discursive approach psychoanalytically oriented and supported by the knowledge of deconstruction. We could understand that in the process of migration, changes cross the subject. The losses that occur in this movement of change go beyond the linguistic dimension, but based on it to remark and the not being able to say is present.

Keywords: Language; Mourning; Migration; Psychoanalysis.

Introdução

Situar-se entre-línguas, em nosso entendimento, pré-condição e possibilidade de todo sujeito falante (Derrida, 1996), é estar em uma posição marcada pela desestabilização, pelos deslocamentos e pela perda. Quando pensamos sobre as situações de migração, essa perda torna-se ainda mais presentificada. Se a língua carrega traços da cultura e sustenta o discurso – pois é sua materialidade –, colocar-se na posição de imigrante pressupõe/determina o abandono de certas possibilidades de dizer e certas formas de fazer laço, uma vez que o discurso é, como o compreendemos, laço social (Lacan, [1969] 1992 p. 40). O migrante, ao deixar o seu país de origem, “deixa para trás” determinados elementos que colaboram em seu processo de constituição enquanto sujeito e que sustentam o imaginário, que constrói para si, de uma identidade.

Chegando ao país de destino, por vezes, é a *língua dita materna* (Derrida, 1996) que acaba por ser “esquecida”. As necessidades de dizer se fazem outras, pois agora é outra a posição a partir da qual o falante se enuncia. É a partir da língua que o falante irá se inserir na cultura do país de destino. Nesse deslocamento físico, mas também de posições subjetivas, algo se perde, elementos vários que até então ajudavam o sujeito a construir o seu ideal de identidade.

Isso posto, questionamo-nos: que perdas acontecem e se marcam no processo de migração e mudança de língua? Para nos aproximarmos de uma resposta para essa inquietação, propomos uma pesquisa que se estrutura a partir de uma Análise de Discurso psicanaliticamente orientada e que dialoga com a Desconstrução (Dunker; Paulon; Mílan-Ramos, 2017). Temos como objetivo geral discutir a dimensão da perda a partir de mudanças de língua em situações de migração. Como objetivos específicos buscamos: compreender o Luto em Freud; apontar perdas possíveis a partir de situações de migração; e discutir a totalidade da língua enquanto um ideal inatingível.

Buscamos discutir a dimensão da perda em sujeitos na posição de imigrante – uma perda que é em um nível real, mas também simbólica e imaginária, fazendo com que, por vezes, o falante se sítue diante de um desamparo e tenha que elaborar um luto que pode não reconhecer como tal.

Este texto é construído como desdobramento de uma dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), intitulada “*A emergência do sujeito no espaço entre línguas: interpelações discursivas em sujeitos na posição de imigrante*” (Mattos, 2021) e aprovada no Comitê Ética em Pesquisa (CEP)¹. A citada pesquisa integra um projeto maior, intitulado “*Ser-estar-entre-línguas-culturas: língua, identidade e formação de professores*”.

Para a construção da dissertação, trabalhamos com imigrantes haitianos residentes no município de Chapecó e realizamos quatro entrevistas *on-line* para discutir os modos como, em situações de não monolingüismo, o sujeito se constitui. Do material colhido naquelas entrevistas, trabalhamos no presente texto com algumas Sequências Discursivas (SD's) que nos interessam por, em nosso entendimento, serem atravessadas por algo que aponta um luto que se institui diante do processo migratório. Ressaltamos, mais uma vez, que a perda não se dá apenas em uma dimensão linguística, sendo extensível e estendida a elementos outros da relação do sujeito com o Outro e com o mundo.

No presente artigo nos valemos de uma carta escrita por Freud para Raymond de Saussure, datada de 1938, e de um texto cujo título é *Luto e Melancolia*, publicado em 1916. Ademais, partimos de recortes extraídos das entrevistas acima citadas, para discutir a mudança subjetiva propiciada por situações de mudança linguística, seja ela uma “perda” da língua materna ou a inserção em uma nova língua. Para isso, o texto é dividido em duas partes principais (para além da seção inicial - Estratégias para produção de conhecimento - e as Considerações finais), quais sejam: “Luto pela possibilidade de dizer”, na qual propomos uma discussão a partir do texto de Freud e da supracitada carta enviada a Saussure, e “Perda do ideal monolingue”, na qual nos voltamos para os enunciados de nossos entrevistados para discutir a dimensão do luto em situações de deslocamento linguístico e inserção em línguas outras.

I Parecer de nº 34857420.7.0000.5564.

Estratégias para produção de conhecimento

O presente texto é construído a partir de uma abordagem discursiva que articula a teoria da desconstrução, de Derrida, e a psicanálise, notadamente a partir da leitura de Freud por Lacan. Entendemos que em nossa construção ambas teorias funcionam de modo inter-relacional, afetando-se mutuamente, de modo a dar conta do manejo de nosso *corpus* e de nossos objetivos. Nessa perspectiva, é apontado por Dunker, Paulon e Mílan-Ramos (2017, p. 134, aspas dos autores) que:

[...] uma condição para a aproximação entre a psicanálise e a análise de discurso é considerar as transformações contemporâneas no interior das ciências humanas, com a eleição de fenômenos coletivos. Assim, a psicanálise surge como uma estratégia de leitura mais interessante do que sua antiga utilização categorial, privilegiando a tradução de conteúdos e a aplicação de teses genéricas sobre as razões, motivos ou causas. Em outras palavras, a psicanálise passa de uma hermenêutica específica para uma tática de leitura, que incorpora a memória e a história como textualidade, a transferência do pesquisador e o texto como “outro”.

Nesse movimento de mudança, a psicanálise se aproxima por si mesma das possibilidades de análise de discurso, seja na análise de discurso lacaniana, seja nas trocas com outras teorias e práticas, como se dá em nosso caso. A psicanálise é também aquilo que Derrida nunca esquece, uma vez que mantém com ela um vínculo originário. Sem a psicanálise não há, não teria havido Derrida (Major, 2002).

Nosso texto se estrutura a partir de dois eixos principais. Em um primeiro momento, buscamos nos aprofundar no conceito de luto, tal como postulado por Freud e, para isso, trabalhamos em uma perspectiva mais teórica. Voltamo-nos para o texto de 1916 (*Luto e melancolia*) e para um trecho de uma carta – doravante faremos referência a ela como A carta – escrita por ele (Freud) em 1938, na qual confidencia a Raymound de Saussure a perda de sua língua materna. Isso não significa, por outro lado, que estejamos propondo uma seção estritamente teórica. A carta de Freud, ainda que publicada em livro, é tomada como *corpus* de análise, assim como as transcrições das entrevistas que serão analisadas adiante. Analisamos, a partir desses textos – *Luto e melancolia* e A carta –, como a dimensão do luto é passível de ser aplicada a situações de “perda da língua”.

Em seguida, analisamos recortes discursivos outros. Falando de modo específico acerca do *corpus* trabalhado nesse segundo eixo do texto, convém salientar que o mesmo se constitui a partir de recortes do *corpus* da pesquisa de mestrado supracitada. Para a constituição do mesmo realizamos quatro entrevistas *on-line* com imigrantes haitianos que, no momento da pesquisa, residissem em Chapecó. Neste artigo, valemo-nos de algumas SD's, isoladas das citadas entrevistas para o desenvolvimento de nossas análises. Os enunciados que compõem essas SD's já aparecem no texto da dissertação referido anteriormente, outrossim, com outro recorte – não se fazendo idênticas as SD's utilizadas no texto sobredito - e com um novo enfoque de pesquisa. Se naquela pesquisa buscamos compreender como se dá o processo de constituição do Sujeito em situações de não monolingüismo, ou situações de entre-línguas, aqui, buscamos compreender mais acerca da dimensão do luto com relação à língua.

Por considerarmos que, ainda que os enunciados sejam próximos daqueles que aparecem no texto da dissertação, por terem um novo recorte, eles são novos, novas SD's, novas leituras acerca das SD's. Neste texto, as mesmas são grafadas a partir de 01: “**SD01**: ...eu trabalhei com venezuelano...”. Ao final de cada SD apresentada no texto, grava-se “E03”, fazendo referência ao Enunciador 03 por nós entrevistado (neste texto foram incluídas SD's extraídas da entrevista do *Enunciador 03*. Esse movimento não é deliberado e talvez diga das inquietações suscitadas pelos elementos trazidos pelo enunciador durante a entrevista). Por fim, a paginação no final de cada SD faz referência à localização do enunciado na transcrição da entrevista por nós realizada.

A partir daí, as análises e as discussões são desenvolvidas articulando *corpus* e teoria em um movimento pendular, tal como proposto por Petri (2013). A constituição do corpus já aponta para um primeiro gesto de análise, uma vez que ele é estruturado e os recortes são selecionados a partir de nossa pergunta de pesquisa e da relação transferencial (Dunker; Paulon; Milán-Ramos, 2017) do pesquisador com o texto – produzido a partir da transcrição das entrevistas.

Luto pela possibilidade de dizer

Em *Luto e Melancolia*, de 1916, Freud apresenta uma correlação entre o processo do luto pela perda de objeto – e possibilidades outras de perda – e o estado de melancolia. Nesse texto, Freud, em verdade, fala pouco sobre o luto, tomado como um contraste para se refletir sobre esse estado patológico do psiquismo (Souza Jr., 2021), e centra seu desenvolvimento mais sobre a dinâmica da melancolia. Compreendemos que isso se dê, pois, em última instância, o luto é um processo natural pelo qual os sujeitos passam diante de uma perda. A melancolia é entendida, outrossim, como um quadro patológico.

Na melancolia, há um desânimo profundo, perda do interesse pelo mundo externo e da capacidade de amar, inibição de atividades e perda de autoestima, culminando em culpabilização e auto-recriminação. Para Freud, com exceção da perda de autoestima, os outros elementos podem também ser reconhecidos no processo normal de luto.

O que nos interessa aqui não são os efeitos do luto propriamente, uma vez que não entendemos que o sujeito enlutado apresente necessariamente todos esses “sintomas” ou que a conclusão de todos os lutos se dê de igual modo. O que nos importa é a definição apontada por Freud no início do texto. O luto é, para o autor, “de modo geral, a reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal de alguém, e assim por diante” (Freud, [1916] 2010, p. 249).

Nesse “assim por diante”, reconhecemos a perda da língua, não apenas a partir de uma interdição deliberada, mas também a partir da perda de elementos outros que mobilizam o uso da língua como possibilidade. Essa perda da língua materna já é apontada por Weissmann com relação a Freud.

A autora, no texto *Migração/exílio* e a perda da língua materna (2017), discute a dimensão da perda da língua materna em situações de migração forçada e exílio. Um dos elementos que traz para discussão é o próprio exílio de Freud.

Em 1938, após o cerco nazista se intensificar, Freud deixa Viena e parte com a família para a

Londres. Em carta a Max Eitington, no dia 6 de junho de 1938, ele se mostra bastante animado com o novo país e relembra sua casa de veraneio em Grinzing por conta das janelas de seu novo quarto, que dão para o jardim. Dias depois, em 11 de junho do mesmo ano, em carta para Raymond de Saussure, o otimismo de Freud frente à nova moradia já se esvai.

Alguns dias depois da emigração, em 11 de junho de 1938, Freud escreveu para o psicanalista suíço Raymond de Saussure: “[...] talvez lhe tenha passado despercebido o único ponto que o emigrante sente de forma tão particularmente dolorosa. É – inevitável dizer – a perda da língua na qual vivíamos e pensávamos, aquela que nunca conseguiremos substituir por outra, apesar de todos os esforços de empatia. É com dolorosa compreensão que observo como formas de expressão, não obstante familiares, me falham em inglês e até com Isso [Es] tenta resistir a abrir mão da escrita gótica familiar” (Freud, 2000, p. 19 apud Weissmann, 2017).

Se Freud perde^{II} a língua na qual vivia e pensava, não é forçoso compreender que ele perde, junto com sua língua, uma parte constitutiva de si, uma parte de seu Eu. Contudo, podemos refletir se o que ocorre não é o movimento inverso, se pela perda dessas referências de si, constitutivas de uma identidade, não ocorre paralelamente a perda – ou supressão? – da língua.

Essa língua, que Freud entende perder, é o alemão. Melman (1992) faz uma diferenciação entre a língua que o falante sabe e aquelas que ele apenas conhece. Para o autor, a língua que se sabe é a língua materna, e dizer isso, dizer que é materna, é apenas apontar que ela é, de fato, a língua na qual o falante se autoriza a falar como mestre – talvez uma língua que favoreça o aparecimento do sujeito (Milner, 2016; Revuz, 2011).

Implica-se nessa dimensão de perda da língua a perda da possibilidade de dizer e se dizer na sua língua – que em verdade é sempre língua do outro –, mas se perde também algo mais. Essa carta, com a qual Weissmann trabalha, integra um conjunto de textos outros de Freud. Cartas que configuram em seu todo uma espécie de diário e são publicadas com esse nome (no Brasil a obra está traduzida como *Diário de Sigmund Freud, 1929-939 – crônicas breves*). No final de seu diário e de sua vida, dois eventos se sobrepõem. A sua doença, significativamente agravada, e o avanço da Segunda Guerra fazem com que seu luto pela perda da língua seja reatualizado e traga marcas desses sofrimentos outros.

O luto, por outro lado, comporta uma possibilidade de mudança subjetiva. Para Allouch (2011), “a psicanálise tende a reduzir o luto a um trabalho; mas há um abismo entre trabalho e subjetivação de uma perda. O ato é capaz de efetuar no sujeito uma perda sem compensação alguma, uma perda as secas^{III}” (Allouch, 2011, p. 9, tradução nossa). Assim, compreendemos com o autor que muito embora o luto, pela perda que for, seja um processo, há algo aí de uma possibilidade de mudança subjetiva através da reincorporação da libido investida no objeto perdido.

Assim é que o luto é também o presente do indicativo, em primeira pessoa, do verbo *lutar*.

II Alinhados com Weissmann (2007) e Freud (2000), por vezes, faremos, nesta seção, referência à perda da língua. Nas considerações finais deste texto, a problemática será retomada.

III Original: “el psiconálisis tiende a reducir el duelo a un trabajo; pero hay un abismo entre trabajo y subjetivación de una pérdida. El acto es capaz de efectuar en el sujeto una pérdida sin compensación alguna, una pérdida a secas” (Allouch, 2011, p. 9).

Daquele que diz: “eu luto”.

Mudança subjetiva. Mudança que passa pela relação com a língua.

Perda do ideal monolíngue

A língua funciona como condição de possibilidade identitária para todo e qualquer falante. Nela, fundamentamos nossa possibilidade de dizer e sermos ditos. Para Derrida (1996), essa única língua a partir da qual falamos nunca é nossa propriamente, vindo sempre de um outro lugar (Derrida, 1996, p. 14), o que não quer dizer que ela seja uma língua estrangeira. A língua é sempre língua do Outro.

Derrida (1996) trata a língua materna em torno de um monolingüismo que, entretanto, é plural e marcado sempre por um porvir. Promessa de uma língua una, que há de vir de outro lugar (Derrida, 2006). Ideal monolíngue como um pilar que sustenta Babel: é ideal, mas também é lei.

Cada vez que eu abro a boca, cada vez que falo ou escrevo, eu prometo. Que eu o queira ou não: a fatal precipitação da promessa deve-se dissociar dos valores da vontade, da intenção, ou do querer-dizer que lhes são razoavelmente amarradas. O performativo dessa promessa não é um speech act entre outros. Ele está implicado por toda outra performatividade; e essa promessa anuncia a unicidade de uma língua por vir [...]. Ela é a monolíngua do outro. O de não significa tanto a propriedade, mas sim a origem: a língua é para o outro, vinda do outro, a vinda do outro^{IV} (Derrida, 1996, p. 126, tradução nossa).

Almejado, o monolingüismo buscado pelo sujeito nunca é mais do que promessa. Promessa de um outro Uno e não cindido? De uma mãe-Outro – na medida em que entendemos a mãe como protótipo do Outro da criança (Fink, 1998) – não castrada e não faltosa?

Nas situações de migração, forçada ou não, essa busca de uma língua Una em que o sujeito possa (se) dizer é ainda mais presente. De acordo com Weissmann (2017, p. 187):

Na migração, a grande perda remete aos referentes do contexto e da cultura que dão sustentação e apoio a aqueles que fazem parte do social. O migrante perde essas referências e começa um comprido périplo de busca entre a cultura, a língua e os referentes do lugar de origem e a novidade dos novos apoios sociais que a migração oferece, sem que isso seja garantia de que o sujeito conseguirá se estruturar como um sujeito intercultural inserido e atravessado pelas diversas culturas que o marcaram.

Essa perda de referência e a busca por novas não se dá sempre de igual modo. Dentro de uma comunidade constituída por imigrantes e na relação com esses, parece-nos haver uma maior possibilidade de sustentação desse imaginário (nesse caso, apontamos as antigas migrações e a manutenção de

IV “Chaque fois que j’ouvre la bouche, chaque fois que je parle ou écris, je promets. Que je le veuille ou non: la fatale précipitation de la promesse, il faut ici la dissocier des valeurs de volonté, d’intention ou de vouloir-dire qui lui sont raisonnablement attachées. Le performatif de cette promesse n’est pas un speech act parmi d’autres. Il est impliqué par tout autre performatif; et cette promesse annonce l’unicité d’une langue à venir [...] Elle est la monolangue de l’autre. Le de ne signifie pas tant la propriété que la provenance: la langue est à l’autre, venue de l’autre, la venue de l’autre” (DERRIDA, 1996, p. 126).

determinadas variantes de línguas europeias em território brasileiro, bem como na manutenção de determinadas tradições culturais que, ainda que sofram transformações, colaboram na manutenção dessas referências). Outra possibilidade se dá na medida em que o sujeito falante é totalmente inserido na cultura e na língua do Outro, em uma estabilização forçada.

Tais efeitos podemos interpretar no corpus por nós analisado, especialmente na Sequência Discursiva 01, recortada da entrevista do Enunciador 03, que trabalha em uma agroindústria da cidade de Chapecó e, nesse espaço de trabalho e socialização, entra em contato não apenas com brasileiros e imigrantes haitianos, mas também com imigrantes venezuelanos. Há aí algo que é de outra ordem, uma confluência de línguas e possibilidades se presentifica. Há uma abertura para o *diferente do diferente*. Nesse encontro com um outro, desconstrói-se o imaginário de uma língua una.

SD01: ...eu trabalhei com venezuelano. Na verdade eu não/ eu pode/ eu posso entender algumas coisas em espanhol mas/ eu não falo muito bem espanhol. Mas quando a pessoa ta falando da pra mim entender um pouco/ Mas ele também não fala português. As vez eu preciso conversar com ele em português, mas/ ele não me entende^V (E03, p. 09).

Enunciador 03 vem para o Brasil e aqui se sustenta e se organiza enquanto sujeito social e historicamente situado a partir de uma ideia: diferentemente do Haiti, país com duas línguas oficiais, no Brasil, fala-se apenas uma, o português. Ilusão e ideal monolíngue que se esfacela quando, em algum momento, o falante se depara com a multiplicidade do dizer alicerçada em diferentes códigos linguísticos. Se o enunciador acreditava que a partir do português poderia dizer a todos e por todos ser compreendido, essa ilusão se desconstrói diante do outro e da impossibilidade da totalização da língua.

A identidade não é assegurada pela língua (Melman, 1992, p. 37), uma vez que o sujeito está sempre em exílio. Na migração, essa constituição de uma identidade estável é ainda mais prejudicada. A língua é sempre outra, e nesse caso em que se confluem o espanhol, o crioulo, o francês e o português, a não coincidência é evidenciada e a diferença se re-marca. Não há possibilidade de um dizer sem falhas, pois entre aquilo que o enunciador busca dizer e aquilo que o seu interlocutor ouve, algo sempre se perde e também sobra. Nisso que se pode perder ou sobrar, instaura-se um efeito de luto, uma possibilidade de mudança subjetiva.

Uma vez que há aí algo que se perde, entendemos que seja a ilusão de totalização da língua. Tal efeito também podemos interpretar na SD02:

SD02: Ele também, no caso ele for falar espanhol comigo eu não vou entender tudo também. O espanhol tem/ pessoa que fala o espanhol certo mas tem também que fala um jeito diferente/ não da pra entender muito bem. Por isso que eu vi que esse problema não acontece só com/ os

^V O leitor irá perceber uma diferenciação na redação das SD's recortadas da fala de nossos enunciadores. Se, por vezes, utiliza-se barra e outras usa-se a vírgula na escrita da transcrição é para diferenciar os modos – e tempos – de pausa do enunciador. Em síntese, quando utilizamos a barra, buscamos apontar uma pausa fonética. A vírgula é utilizada no espaço entre-palavras, que não se reconhece necessariamente como uma pausa do enunciador, e aponta para a necessidade (ainda que não intencional [pois atravessados também nós pela língua do Outro]) de uma adequação sintática por parte dos autores.

imigrante haitiano mas com imigrante venezuelano também/ porque/ uma vez eu perguntei pra ele/ ele tá a quanto tempo aqui no Brasil e ele falou que/ já vai fazê dois ano mas não consegue fala o português direito/ ainda// (E03, p. 09).

A partir desse estrato da entrevista realizada com E03, entendemos que há algo de uma perda, não apenas com relação ao uso da língua enquanto possibilidade, mas também com relação à língua enquanto possibilidade em si. Para E03, há um “*espanhol certo*”, e é ao afastar-se desse ideal linguístico que a fala do sujeito se faz incompreensível, ou, ao menos, que “não dá pra entender muito bem”.

E01 aponta aí um desencontro linguajeiro. Entre o falar do outro e o entender daquele que ouve, há algo que se perde. A partir da SD02, compreendemos que E03 marca que esse não entendimento entre-línguas não é propriamente aí localizado. Ainda que ele não vá entender tudo (SD02), esse não entendimento se dá em razão de o colega de trabalho venezuelano falar de um *jeito diferente*. Nessa perspectiva, o problema no desencontro dos significantes estaria no outro.

O colega, morando há dois anos no Brasil, não fala o português direito e, por isso, não é entendido. Se tomamos esse enunciado como uma verdade e assumimos que de fato é isso o que ocorre, finda-se a análise. Propomos, por outro lado, ir um pouco além. A projeção é um mecanismo de defesa egoico que atribui ao outro características e singularidades do próprio sujeito, no intuito de manter um funcionamento psíquico mais estável. Não tomamos como evidente que E03 trabalhe a partir de mecanismos projetivos, mas propomos a interpretação de seu dito, como uma perspectiva adicional, na medida em que compreendemos que a estrutura de verdade do texto é incompleta (Dunker; Paulon; Mílan-Ramos, 2017, p. 110).

Parece, mais uma vez, que há algo da pequena diferença entre o Eu e o outro desestabilizando o sujeito. A partir do apontamento de uma falta na língua do outro, que E03 reconhece e significa como um *jeito diferente* (SD02), contrapondo-se ao *espanhol certo* (SD02) – e que entendemos como uma busca por uma língua pura e purista e, portanto, amparada na gramática –, há um desvio com relação àquela língua que falta em E03. Há de fato um deslize do espanhol para o português, já que é do espanhol que E03 vem falando, mas há também com relação ao português uma falta. Ora, é acordado que o falante tenha de enunciar em português brasileiro – ambos, haitianos e venezuelanos – e, quando essa língua falta e o falante tem de se resguardar em sua língua outra, há, nesse caso, um desacordo ou uma quebra desse contrato linguístico.

Entendemos que haja, nesses termos, o reconhecimento de uma (*in*)familiaridade com relação a esse outro cuja falta se marca quando busca se dizer na língua do outro. A fala dele, que se afasta de um “*certo*” relembra o enunciador que nem tudo pode ser dito e que a língua – a do outro (como materna-estrangeira) e a sua (como materna ou estrangeira) – irá falhar.

Falha da língua, falta da língua. A língua, tendo constitutivamente a falta como marca, marca a inserção do Sujeito no campo do simbólico, do seu assujeitamento ao Outro. A partir daí algo se perde. Não há mais a completude dual e imaginária, havendo, desde aí, a necessidade de elaboração dessa perda fundamental que é a possibilidade de o sujeito vir a ser enquanto tal. Elaboração, se quisermos, de um luto fundamental, processo da constante mudança subjetiva, já que não há identidade rígida, e

instituição do sujeito na linguagem, cisão do sujeito.

Considerações finais

A inserção do sujeito falante no campo do simbólico é marcada pela perda, constitutiva de sua posição no mundo. Se sua entrada nesse campo traz consigo possibilidades novas e ricas ao falante, por outro lado ocasiona perdas que lhe são bastante frustrantes e dolorosas. Retomando Lacan ([1953] 1982) e Lacan e Granoff (1973), compreendemos que a inserção no simbólico e, portanto, no campo palavra dita pelo falante – a palavra pela qual ele é dito o precede – coincide com a triangulação da relação mãe-criança.

Se a relação da criança com a mãe ou com quem para a criança desempenha a função materna se sustenta no registro do imaginário, a assunção ao simbólico depende da ocorrência de um terceiro termo, a saber, o pai ou alguém/algo que incida sobre a relação mãe-criança colocando aí um ponto de basta, triangulando a relação, fazendo-se Outro para a mãe e colocando a criança no processo de alienação e separação. O que se perde no contato com o simbólico é a ilusão da completude e da totalização.

Há aí uma perda fundamental e fundante para o sujeito. Esse luto pela “perda da língua materna” vai, se não se repetir, reatualizar-se ao longo da vida do sujeito falante com relação à perda de possibilidades outras de dizer. Nas situações de migração, o luto se reatualiza e se faz, mais uma vez presente, sem deixar de, por outro lado, propiciar a mudança subjetiva enquanto possibilidade para aquele que fala e se insere na língua – sempre – do outro.

Ainda que em nossa discussão tenhamos focado na relação do imigrante com a(s) sua(s) língua(s) e perdas outras tenham tido menos destaque, não é por essa razão que elas não se dão – sabemos que muito pelo contrário. Há, no momento da vida em que nossos enunciadores são entrevistados, um distanciamento da família, de amigos, do próprio país e de pessoas e elementos outros que certamente colaboram na produção de um luto e consequente – pois o trabalho do luto sempre assim promove – mudança subjetiva no sujeito. Se essas perdas não foram discutidas no texto, é em razão de não aparecerem na fala dos enunciadores.

As entrevistas, realizadas entre agosto e setembro de 2020, foram propostas tendo como objetivo investigar a relação do falante com suas línguas. A partir de uma questão aberta, os falantes poderiam falar livremente. Outrossim, 2020 também foi o ano em que a pandemia da COVID-19 (Werneck; Carvalho, 2020) teve as políticas de contenção e prevenção de contaminação mais presentes e incisivas, havendo fechamento de estabelecimentos comerciais, escolas e também de fronteiras entre países.

Como já apontado anteriormente (Mattos, 2021), os entrevistados, no espaço virtual da entrevista – que é espaço de investigação, mas também de escuta –, falaram mais sobre suas dinâmicas relacionais com o francês e o crioulo haitiano. Acreditamos que o isolamento social e a separação dos entrevistados de pessoas que lhes são caras e que nesse período estavam no Haiti possam ter provocado nos entrevistados esse “retorno” a uma época outra. Assim, não é no encontro com o outro falante que o luto se faz presente.

Os enunciadores não falam do luto da inserção na língua do outro, permitem-se – se – dizer a

partir desse lugar de pessoa enlutada e vivenciar esse luto, rememorando seu país, sua escola, o contato com os avós...

Acreditamos, também, que não tenham falado de lutos que vivenciam em razão de sua condição como imigrantes haitianos no Brasil, pois houve um interesse outro no desenvolvimento da pesquisa, que os levou a falar da inserção nessas línguas outras, e também em razão de estarem vivenciando o luto, a perda, o medo.

Um tema e expressão que aparecem durante a construção do texto é a “perda da língua materna” ou da perda da língua. Não nos parece, à primeira vista, que essa seja a melhor forma de dizer desse rompimento de laço com a língua e da não possibilidade de dizer. Entendemos que haja aí algo muito mais potente que faz com que essa língua seja suprimida. Essa língua potente e que por isso *afeta* o sujeito das formas mais diversas faz com que, por vezes, o falante não consiga dizê-la, dizer nessa língua dita materna. Isso não implica, de modo algum, que compreendemos uma perda da importância dessa língua para as possibilidades de subjetivação do sujeito falante, pelo contrário. O fato de não poder dizer aponta justamente para o fato de que ela ainda se encontra presente no campo simbólico e psíquico do sujeito. Presente com tanta potência, tanta força, que pode acabar sendo suprimida, pois não é mero código. Não há exclusão do psiquismo, não há perda. Pode haver, e aí cabem mais estudos, a possibilidade de repressão desse elemento subjetivante.

Ainda assim, a língua suprimida aparece. Marca-se no esquecimento de palavras na língua do outro, nas trocas, nos deslizes. Marca-se na singularidade fonética e fonológica daquele que, enunciado na língua do outro, mostra marcas de “sua” língua, aquela língua que, ainda que venha sempre de um Outro lugar, é a primeira na qual o sujeito falante é inserido, língua na qual ele se autoriza a falar como mestre. Língua que, por outro lado, pode silenciá-lo. Língua de elaboração, mas também de repressão. Língua de luto, mas também língua de luta.

A língua materna, com a importância e potência que tem para aquele que nela enuncia e por ela é atravessado, não nos parece ser algo que apenas *se perca*. Caso isso ocorra, há razões significativas para que isso se dê. Considerando o que tem sido exposto, acreditamos que, em razão de algo que escapa ao sujeito e o confronta com o Real, há aí algo que aponta para um não poder dizer. Para Milner (2016), há algo na língua materna que a impede de ser contabilizada com as outras. Há uma potência e singularidade que fazem dela única, uma vez que se aproxima de *lalíngua* – esse conceito/significante lacaniano que aponta para o não todo da língua – e, portanto, do inconsciente. Assim, entendemos que mais estudos nesse sentido se façam necessários.

Referências

- ALLOUCH, J. **Erótica del duelo en tiempos de la muerte seca.** 1 Ed. Buenos Aires: El cuenco de plata, 2011.
- COURTINE, J. **Análise de discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- DERRIDA, J. **Le monolinguisme de l'autre.** Paris, França: Galilée, 1996.

DUNKER, C. I. L.; PAULON, C. P.; MÍLAN-RAMOS, J. G. **Análise Psicanalítica de Discursos: Perspectivas Lacanianas**. 2. Ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2017.

FINK, B. **O sujeito Lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FREUD, S. Luto e Melancolia (1916). In: **Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud**, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, [1917-1915] 2010.

LACAN, J. (1953). Le symbolique, l'imaginaire et le réel. In: **Fragments 3**. Paris: Bulletin intérieur de l'école lacanienne de psychanalyse, p. 107-139, 1987.

LACAN, J.; GRANOFF, W. Le fétichisme : Le symbolisme, l'imaginaire et le Réel. In: **Fragments 3**. Paris: Bulletin intérieur de l'école lacanienne de psychanalyse, p. 73-105, 1987.

MAJOR, R. **Lacan com Derrida**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATTOS, L. **A emergência do sujeito no espaço entre línguas:** interpelações discursivas em sujeitos na posição de imigrante. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). PPGEL, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uff.edu.br/handle/10803/29030> Acesso em: 18 out. 2023.

MELMAN, C. **Imigrantes**: incidências subjetivas das mudanças de língua e país. São Paulo: Escuta, 1992.

MILNER, J. C. **O amor da língua**. Trad. P. S. de Souza Jr. Campinas, SP: Editora Unicamp. 2016.

PETRI, V. Funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do dispositivo experimental da análise de discurso. In: DIAS, C.; PETRI, V. (org.) **Análise de Discurso em Perspectiva:** teoria, método e análise. Santa Maria: UFSM, p. 37-48, 2013.

REVUZ, C. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, I. (Org.) **Linguagem e identidade**: Elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP. Fapesp, p. 213-230, 2001.

WEISSMANN, L. Migração/exílio e a perda da língua materna. In: **Cadernos de psicanálise (círculo psicanalítico/rj)**. n.º 37, p. 185-206, 2017. Disponível em: <[v39n37a11.pdf \(bvsalud.org\)](http://v39n37a11.pdf (bvsalud.org))>. Acesso em 04 jun. 2021.

WERNECK, G. L.; CARVALHO M. S. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. *In: Cad. Saúde Pública*, v.36 n°5. Disponível em: < [scielo.br/j/csp/a/pz75jtqNC9HGRXZsDR75BnG/?format=pdf&lang=pt](https://doi.org/10.1590/0102-3111v36n05a01) >. Acesso em: 02 fev. 2020.



UFSC

Artigo Original

Who is a refugee? The motive of double standard in French and Dutch-speaking media during the war in Ukraine

Quem é refugiado? O motivo do duplo padrão nos meios de comunicação de língua Francesa e Holandesa durante a guerra na Ucrânia

Laura Calabrese
Cécile Balty
Valériane Mistiaen
Amandine Van Neste-Gottignies

Abstract: The invasion of Ukraine and the displacement of the population that followed triggered an unprecedented reaction of solidarity from European governments. Contrary to previous discussions about refugees, a large consensus emerged concerning the EU's duty towards displaced Ukrainians. According to many observers, this solidarity contrasted with the handling of the 2015 crisis caused by the Syrian war. In European media outlets, many voices denounced the double standard in the treatment of the two groups involved, while others justified the difference between European and non-European refugees. Comparisons between the current war and the migratory exodus of 2015 structured the social conversation in the first weeks after the invasion. This article aims at studying the discursive moment of the war in Ukraine with a focus on the debate which compared the reception of Ukrainians in the present day and of other refugees in 2015. The goal is twofold: first, to objectify the initial intuition that Ukrainians were unanimously considered as deserving refugees; second, to examine the explicit and implicit arguments that underlaid this dominant framing. To achieve this goal, a large corpus of media discourse covering two languages (French and Dutch) and three European neighbouring countries (Belgium, France and the Netherlands) was collected and analysed through Corpus Linguistics.

Keywords: Ukraine, Media Discourse, “Double Standard”, Refugee, Discourse Analysis, France, Belgium, The Netherlands, Corpus Linguistics

Resumo: A invasão da Ucrânia desencadeou uma reação de solidariedade sem precedentes por parte dos governos europeus. Este artigo almeja estudar o momento discursivo da guerra na Ucrânia, com foco no debate que comparou a recepção de ucranianos nos dias atuais com a de outros refugiados em 2015. O objetivo é duplo: primeiramente, confirmar a intuição inicial de que os ucranianos foram unanimemente considerados refugiados merecedores; em segundo lugar, examinar os argumentos que fundamentaram esse enquadramento. Para atingir esse objetivo, um amplo corpus de discursos midiáticos, abrangendo três países europeus vizinhos (Bélgica, França e Países Baixos), foi recolhido e analisado através da Linguística de Corpus.



Palavras-chave: Ucrânia; Discurso Midiático; Refugiado; Linguística de Corpus.

Introduction

The invasion of Ukraine and the displacement of the population that followed triggered an unprecedented reaction of solidarity from European governments. Contrary to previous discussions about refugees, a large consensus emerged concerning the EU's duty towards displaced Ukrainians^I. For the first time, the Council of the European Union unanimously decided to apply a 2001 directive that grants "temporary protection" to refugees fleeing the war in Ukraine^{II}. This, in turn, sparked a heated debate about the exceptionality of the measures. According to many observers, this solidarity contrasted with the handling of the 2015 crisis caused by the Syrian war. Whether it was regular people commenting on online forums, politicians from all the political spectrum, high-ranking civil servants, journalists, academics or the civil society at large, discussions about this difference took place. At some point, the 2015 migration episode became the benchmark for assessing the governments' responses to other migration issues.

In European media outlets, many voices denounced the double standard in the treatment of the two groups involved, while others justified the difference between European and non-European refugees. In March 2022, a journalist of the Belgian magazine *Moustique* asked, "Why are Ukrainians welcomed better than other refugees?"^{III}, while during the same month the Dutch newspaper *Handelsblad* stated that "since the outbreak of the war in Ukraine, the Danish newspapers are currently discussing the issue of the double standard even more fiercely than in the Netherlands". Lay citizens began talking about the labelling of displaced people in social media, and non-profit organisations started campaigning for equal treatment towards all migrants. The slogan "*All* refugees welcome"^{IV}, which calls for equal reception of refugees no matter the country they come from, appeared on stickers all over the European capital, echoing the one that had circulated after the Syrian war "*Refugees welcome*". While non-profit organisations welcomed the European stance as an "historical event" and "a positive step towards migration justice", they also deplored "the variable application of international law according to geopolitical interests"^V, claiming that the 2001 European directive could have been activated earlier for refugees fleeing the conflicts in Syria, Iraq, Libya and Afghanistan. The controversial statements of politicians in the media

I See, for instance, the parliamentary debates and decisions about the humanitarian aid to Ukraine, Retrieved at: <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20220516IPR29637/ukraine-debates-on-infrastructure-food-security-culture-and-humanitarian-aid> Accessed on 14/1/2023.

II Council Directive 2001/55/EC of the 20th of July 2001 on the minimum standards for giving temporary protection in the event of a mass influx of displaced persons, and on the measures for promoting a balance of efforts between Member States in receiving such persons and bearing the consequences thereof, Retrieved at: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A32001L0055> Accessed on 14/2/2022.

III All examples are translated into English.

IV Citizen Platform Facebook Event -BelRefugees- Burgerplatform, Bloc #AllRefugeesWelcome à la Manifestation contre le Racisme, Retrieved at: https://www.facebook.com/events/4837832019586732/?active_tab=about Accessed on 14/4/2022.

V In an opinion piece signed by twelve of the main Belgian non-profit organisations published on March 3 2022, Retrieved at: <https://www.amnesty.be/infos/actualites/article/directive-europeenne-protection-temporaire-activee> Accessed on 1/5/2022.

also fueled the discussion, such as when Kiril Petkov, the Bulgarian Prime Minister, said: “These are not the refugees we are used to [but] Europeans. They are intelligent, they are educated”^{VI}. In the institutional field, Josep Borrell, High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy and Vice-President of the European Commission, stated that the right word for displaced Ukrainians was not “migrant” but “exiled”. As he said, “We can expect 5 million migrants. Not migrants. We cannot call them migrants. They are exiled, those people are fleeing war” (the original statement in French)^{VII}. As we show in this article, the comparison between the current war and the migratory exodus of 2015 shaped the social conversation in the first weeks after the invasion.

This discussion echoed another debate that had taken place at the acme of the reception crisis in 2015, which had revolved around the lexicon of migration (d’Haenens, Joris & Heinderyckx, 2019; Calabrese & Veniard, 2018; Krzyzanowski, Triandafyllidou & Wodak 2018). Driven by a press article published by Al Jazeera in 2015^{VIII}, many social actors advocated for the use of “refugees” instead of “migrants”, instating the idea that the first label was more positively connoted than the latter, which referred mainly to people who made the choice of leaving their countries in search for better working conditions. As a social event, the migration crisis proved to be extremely reliant on discourse. The debates about language were a full-fledged component of the discussion, in so much as labels were seen as having an impact on social representations. Lay discourses about the labelling of Ukrainian refugees echoed the ones held seven years before, but they displayed a novel feature i.e., the debate was not lexical because a large consensus emerged on how to name Ukrainians; it revolved, instead, around the consensus *per se*.

Among the many arenas where the social conversation about Ukrainian refugees took place, we chose to work on a media corpus because the media represents all kinds of social discourse while also structuring social debates, putting on the agenda the topics we should discuss as a society and providing political, expert and layman input on the matter (McCombs & Shaw, 1972). The goal of this article is twofold: first, to objectify the initial intuition that Ukrainians were unanimously considered as deserving refugees; second, to examine the explicit and implicit arguments that underlaid this dominant framing. To achieve this goal, a large multilingual corpus of European media (French, Belgian and Dutch) was collected and analysed through Corpus Linguistics.

Before delving into the analysis of the corpus, section 1 contextualises the debate by explaining the subtleties of the legal and institutional categorisation of refugees in order to understand that most of the conversation revolved around a lay conception of categories. After explaining the corpus collection and the methodology in section 2, section 3 tackles the denominations used to name displaced Ukrainians compared to other migrants. Section 4 explores the arguments given by social actors to justify their own categorisation of displaced people compared to previous migratory episodes.

VI Maya E., Réfugiés: d’Ukraine ou du Moyen-Orient, un double traitement médiatique et politique ?, **TV5 Monde**, 3 March 2022, Retrieved at: <<https://information.tv5monde.com/info/refugies-d-ukraine-ou-du-moyen-orient-un-double-traitement-mediaticque-et-politique-44706>> Accessed on 2/6/2022.

VII Twitter page of the European External Action Service, 7 March 2022, Retrieved at: <https://twitter.com/eu_eas/status/1500781024929796103> Accessed on 2/6/2022.

VIII Barry, M. Why Al Jazeera will not say Mediterranean ‘migrants’, 20 August 2015, **Al Jazeera**, Retrieved at: <<https://www.aljazeera.com/features/2015/8/20/why-al-jazeera-will-not-say-mediterranean-migrants>> Accessed on 2/6/2022.

Do words really matter?

Adopted by the EU in the context of the former Yugoslavia war in 2001, the temporary protection measures had never been activated before the Ukrainian war. Although the implementation of the directive was discussed in 2015 to protect Syrians, no consensus was reached among the European states (Gakis, 2022). In 2022, the activation was decided unanimously only a few days after the beginning of the Russian invasion. The rapidity at which the member states of the European Union came to an agreement contrasts with the lack of joint decisions taken in 2015.

This mechanism is an emergency procedure that provides immediate and temporary protection “to alleviate pressure on national asylum systems and to allow displaced persons to enjoy harmonised rights across the EU”^{IX}. This temporary protection is valid for one year and can be automatically extended up to three years. Potential beneficiaries can apply for international protection at any time.

Contrary to the classic procedure set up to obtain international protection (refugee status or subsidiary protection), this emergency procedure provides collective protection without going through the complex administrative process of individual applications. Even though the procedure provides a lower degree of protection than refugee status or subsidiary protection (Gakis, 2022), it guarantees rapid access to rights including residence, access to the labour market and housing, medical assistance, and education for children.

Compared to asylum seekers, beneficiaries of temporary protection have two important additional rights. On the one hand, they have an automatic right to work in the host Member State; on the other hand, they have the right to move freely within the Union. On this basis, they can choose the Member State in which they want to enjoy the rights attached to temporary protection. From the point of view of the receiving countries, such a “solidarity mechanism”^X allows the efforts to be balanced between Member States.

Based on these facts, many social scientists have observed that there was a difference in the treatment of Ukrainians in regard to other refugees (Corneloup, 2022; Vertongen & Costa Santos, 2022; Rodier, 2022; Van Neste-Gottignies, 2022). These differences concerned the nature of the protection (immediate, collective, and automatic), the extensive rights attached (free movement, free choice of the host state and direct access to the labour market), and the way in which this solidarity mechanism between Member States was set up (quickly and by unanimous vote). However, this does not necessarily mean that Ukrainians will be favoured when their temporary protection ends because unlike refugee protection, this procedure is intended to be temporary.

Under the temporary protection regime, Ukrainians are not recognised as refugees but rather as “displaced persons”. Nevertheless, they were broadly labelled *refugees* in the media and in political discourse, which sparked controversy when compared to other people on the move. This discursive moment is intertextually linked with the previous debate on how to name Syrian migrants (Calabrese,

IX Council of the EU, Press release: Ukraine: Council unanimously introduces temporary protection for persons fleeing the war, 4 March 2022, Retrieved at: <<https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2022/03/04/ukraine-council-introduces-temporary-protection-for-persons-fleeing-the-war/>> Accessed on 4/11/2022.

X *Ibidem.*

2018), which revealed that for most speakers (journalists, politicians, civil servants and common people) the labels used to qualify displaced people are crucial in that they are seen as accurately conveying the status they have or should have. In the lexical field of migration, all categories contain the idea of movement, but they also convey the idea of forced or chosen migration and, in the end, the idea of legitimate or illegitimate movement (the economic migrant versus the political refugee). This is a discursive effect rather than a semantic one. If the words *refugee* or *exiled* were deemed more precise than *migrant* to label Ukrainians, it is because their discursive meaning projects more positive representations. Whereas *refugee* has a legal meaning related to the Geneva Convention of 1951, it is also used as a common language denomination as it conveys the meaning of inevitability and a lack of choice. Contrarily, the word *migrant* captures the meaning of a South-North transfer for economic reasons (Mistiaen, 2023; Akoka, 2020; Holmes & Castañeda, 2016). While nowadays the UNHCR talks about “mixed migration” to convey the difficulty of these categories^{XI}, the idea remains that the label “refugee” has a more positive connotation (Vallée, 2022).

A copious amount of literature in linguistics has clearly stated that there is no right word to name social actors or phenomena (Krieg-Planque, 2018; Longhi 2015; Mondada, 1995). However, speakers do use linguistic categorisation to take a stance, particularly in the field of migrations, where politicians benefit from fuzzy meanings and polysemy to promote their agendas (Mistiaen, Calabrese & De Cleen, 2023 forthcoming). In this context, categorising people on the move becomes an effective way to make a rapid argumentation. Studying the categorization of people on the move allows to observe how social actors try to influence collective representations as well as local policies, through naming and using the linguistic repertoire at their disposal and/or by expanding it.

Corpus and methodology

The corpus is composed of newspapers articles published in three European countries, France, Belgium and The Netherlands, in two different languages, French and Dutch. As three of the six founding members of the EU, these countries host various European institutions and share a collective memory. The broadsheets selected show the largest circulation in their respective country or linguistic community. The corpus was collected in the GoPress database^{XII} using the keyword *Ukraine* from February 28, 2022, four days after the beginning of the Russian invasion in Ukraine, until March 21, 2022.

The corpus contains 6,464 articles and 5,061,026 words. It has been partitioned by language and by country. The Dutch-language corpus (DLC) is a bit larger in terms of articles and in terms of words than the French-language corpus (FLC). *De Volkskrant* has the most articles and *NRC Handelsblad* the least. Nevertheless, the partition by country (Belgium is split into Flemish and Francophone media) shows a similar distribution in terms of words and articles (see Table 1).

XI UNHCR, Asylum and Migration, 2022, Retrieved at: <<https://www.unhcr.org/asylum-and-migration.html>> Accessed on 4/11/2022.

XII <https://www.gopress.be/info/fr>.

Newspaper	Country	Number of words	Number of articles
Le Figaro – FI	FR	612,363	795
Le Monde – LM	FR	729,311	675
<i>Total France</i>		<i>1,341,674</i>	<i>1470</i>
Le Soir – LS	BE	652,573	916
La Libre Belgique – LB	BE	328,095	515
<i>Total Francophone Belgium</i>		<i>980,669</i>	<i>1431</i>
TOTAL French-language corpus		2,322,343	2901
De Morgen – DM	BE	589,956	914
De Standaard – DS	BE	845,762	970
<i>Total Flemish Belgium</i>		<i>1,435,718</i>	<i>1884</i>
NRC Handelsblad – NRC	NL	408,811	473
De Volkskrant – DV	NL	894,154	1206
<i>Total The Nederland</i>		<i>1,302,965</i>	<i>1679</i>
TOTAL Dutch-language corpus		2,738,683	3563
TOTAL		5,061,026	6464

Table 1. Corpus description

Once the corpus was cleaned, tagged and uploaded into the TXM software^{XIII}, we used Corpus Linguistics (mainly the concordance and co-occurrences tools) to identify and statistically quantify the denominations used to name people fleeing Ukraine. Corpus Linguistics allows us to zoom in and out from the lexical item (in the present case, the denominations) to the co-text, the paragraph, the article and the whole corpus. As a result, it facilitates the back and forth between quantitative and qualitative analysis (Baker *et al.*, 2008, p. 284-285; Gabrielatos & Baker, 2008, p. 7).

First, the lexical tables were examined in order to extract all the words used to refer to people on the move, such as *refugee*, *migrant*, *asylum seeker*, etc. Second, these lexical items were checked in context (in the concordance tool) to make sure they were used to designate people on the move and not, for instance, institutional proper nouns, such as the United Nations High Commissioner for Refugees. Third, this first list of occurrences was filtered according to whether they referred to Ukrainians or not, thus allowing us to confirm that many denominations featured in the corpus are not used to label Ukrainian migrants but instead people with a different nationality.

Finally, the co-occurrences of these denominations were analysed to circumscribe their discursive meaning. The concordance tool was used to analyse the denominations in their own context and to identify the way different social actors negotiate the meaning of *refugee* to justify the inclusion of Ukrainians in this category. As the corpus is bilingual, all analyses led on TXM were run separately, as recommended by Hermand (2015). All examples have been translated into English and annotated by outlet, country and publication date.

XIII <https://txm.gitpages.huma-num.fr/textometrie/>.

Results

In both the FLC and the DLC, the most common denomination used to refer to people on the move is “refugee” (*vluchteling*^{XIV}, 1945 occurrences in the DLC; *réfugié*, 1156 occurrences in the FLC), followed to a lesser extent by “displaced person” (*personne déplacée* in French, 18 occurrences and *ontheemd* in Dutch, 38 occurrences). The French shortening of “displaced person”, *les déplacés* (which is a nominalisation of the adjective “displaced”), is also significantly mentioned in the FLC (38 occurrences).

While most denominations are simple lexical items, the corpus features a few (complex) nominal syntagms, such as *oorlogsvluchteling* (“war refugee”) or *demandeur d’asile* (“asylum seeker”). As expected, the denominations “asylum seeker” (*asielzoeker*, 91 occurrences in the DLC; *demandeurs d’asile*, 47 occurrences in the FLC) and “migrant” (61 occurrences in the DLC and 57 in the FLC) are barely used, especially when compared to other media corpora related to previous reception crises (Mistiaen, 2023; Mistiaen, 2021; Berry, Garcia-Blanco & Moore, 2016; Baker *et al.*, 2008; Baker & McEnery, 2005). “Exiled”, a term often used to erase the dichotomy between *migrant* and *refugee* (Aprile, 2018, p. 108), is only found in the FLC (25 occurrences).

	TOTAL FR		TOTAL NL	
	Total occurrences	Referring to Ukrainians	Total occurrences	Referring to Ukrainians
Réfugié - Vluchteling (“refugee”)	1156	1006	1945	1843
- Réfugié de guerre - Oorlogsvluchteling (“war refugee”)	9	8	62	52
- Réfugié de la guerre (“refugee of the war”)	7	7	0	0
Déplacé - Ontheemd (“displaced”)	110	38	54	38
- Déplacé interne (“internally displaced”)	4	4	0	0
- Personne déplacée (“displaced person”)	18	18	0	0
Exilé - Banneling (“exile”)	46	25	4	0
Nouvel arrivant - Nieuwkomer (“newcomer”)	13	12	33	16
Migrant (“migrant”)	57	4	61	4
Demandeur d’asile - Asielzoeker (“asylum seeker”)	47	3	91	15
Demandeur - Zoeker (“seeker”)	61	1	8	0
Immigrant (“immigrant”, present participle)	0	0	13	6
Travailleur immigré - Arbeidsmigrant (“work (im)migrant”)	2	0	8	4
Emigrant - emigrant (“emigrant”, present participle)	2	0	1	1
Kennismigrant (“knowledge migrant”)	0	0	4	1
Bootvluchteling (“boat refugee”)	0	0	2	0
Immigré (“immigrant”, past participle)	15	0	0	0

XIV Italics are used to indicate terms in the original language in the corpus, in French or Dutch. The English translation of the terms are mentioned in inverted commas.

Émigré (“emigrant”, past participle)	10	0	0	0
Gelukzoeker (“fortune seeker”)	0	0	31	0
Kandidaat-asielzoeker (“candidate asylum-seeker”)	0	0	6	0

Table 2. Most mentioned denominations used to name people fleeing Ukraine in the DLC and the FLC, in absolute frequencies

As shown in Table 2, other denominations mentioned less often, but still linked to migration, are found in the corpus. As a matter of fact, these denominations, such as “fortune seeker” (*gelukzoeker*), “work migrant” (*travailleur immigré/arbeidsmigrant*), “immigrant” (*immigré*), “emigrant” (*émigré*), “knowledge migrant” (*kennismigrant*) or “boat refugee” (*bootvluchteling*), do not refer to Ukrainians.

In the following subsections, the co-occurrences of denominations used to refer to people on the move are analysed to circumscribe their discursive meaning, focussing first on denominations referring to Ukrainians (3.1.) then on other denominations (3.2).

3.1. Ukrainians are first and foremost refugees

The fact that “refugee” (*vluchteling* and *réfugié*) is by far the most frequent denomination used to refer to Ukrainians fleeing their country shows that they are unanimously labelled as such. As already stated, the special status they benefit from is different from the refugee status. Thus, most occurrences of the word “refugee” in this context do not refer to the legal meaning of the term, but rather to a broad understanding of who deserves the protection from the State.

In the Dutch- and French-language corpora, the most frequent co-occurrence of “refugee” is the adjective “Ukrainian”, followed by a range of words belonging to the lexical field of reception: “reception” (*opvang, accueil*) and its derivatives, the numeral adjective “thousand”, the nouns “million” (*million*) and “influx” (*afflux*) in the FLC. Even though numeral adjectives appear frequently in the context of migration and have been denounced as fearmongering by non-profits as well as academics (Reisigl & Wodak, 2000), numbers are also polysemous. In fact, they can be understood as either provoking fear or raising awareness, as is the case in the following example:

- (1) “More than one and a half million Ukrainians have fled the country in ten days. This is the fastest growing refugee crisis in Europe since World War II”, said United Nations High Commissioner for Refugees Filippo Grandi (*De Volkskrant*, NL, 2838).

The quote from UNHR head officer Filippo Grandi, which appears several times in the corpus in both languages, stresses the exceptional nature of this migration wave and justifies the measures taken to welcome displaced persons.

In the FLC, the term “protection” has a score of 19 in co-occurrence with *réfugié*. It is used in the following nominal syntagms: the official status “temporary protection” (*protection temporaire*), “automatic protection” (*protection automatique*) and “special protection” (*protection spéciale*). This shows that the term “refugee” is mostly used as a hypernym to refer to people who have obtained protection

from the host state or who deserve to obtain it. In the DLC, the words *Polen* (“Poland”) and *grens* (“border”) also score relatively high in co-occurrence with *vluchteling*, explaining that many refugees cross the border to shelter in Poland.

In both corpora, Ukrainian refugees are subject to a great deal of solidarity, with co-occurrents such as *solidarité/solidariteit, hulp*.

Cooccurrent	Frequency	CoFrequency	Score	Mean d	Query	Cooccurrent	Frequency	CoFrequency	Score	Mean distance
Oekraïense	4150	404	176			ukrainiens	837	200	209	.1
oovana	374	123	120			accueil	375	102	113	2.1
oovanen	110	62	79			accueillir	253	70	78	1.9
vanden	182	66	68			Haut-Commissariat	33	29	54	2.7
uit	8542	353	53			millions	1096	86	48	3.2
Polen	1065	100	43			000	1396	88	42	2.2
Svrische	148	40	35			des	31501	542	37	2.5
milieoen	1378	103	35			aux	5135	156	34	1.8
vluchtelinaen	1728	103	27			HCR	37	20	30	2.5
hulp	652	62	27			les	34992	549	27	2.5
ooavanoen	102	29	27			milliers	339	38	27	2.7
voor	18972	513	26			unies	192	30	26	2.5
tiideliike	181	35	26			afflux	73	22	26	1.6
Afahaanse	36	20	26			Nations	201	30	25	3.0
duizend	464	51	25			million	202	28	23	3.2
oovanaplekken	52	22	25			fuvant	100	21	21	1.1
bieden	370	45	24			Haut	20	13	21	2.5
aren	955	70	24			accueille	67	18	20	3.7
Filippo	15	14	23			Poloane	693	42	19	4.9
onderdak	114	27	22			protection	382	32	19	4.1
DiCaprio	12	12	21			svriens	44	15	19	.1
aastaezinnen	54	19	19			centaines	264	27	18	3.1
Nederland	1374	78	19			statut	297	28	18	3.0
VN	241	33	19			Commissariat	12	10	18	1.1
snelst	34	16	19			arrivés	141	20	16	1.5
2015	217	31	19			arrivent	111	18	16	.7
Poolse	529	46	19			solidarité	323	25	14	4.6
solidariteit	283	33	17			aaatrides	7	7	14	2.0
UNHCR	44	16	17			arrivée	312	24	14	2.7
æzinnen	207	28	16			Kihl	12	8	13	4.2
Naties	174	26	16			Lorraine	27	10	13	4.5
Grandi	32	14	16			pour	15957	248	12	3.7
						Grandi	9	7	12	2.0
						déjà	2012	56	11	3.9
						accueillis	43	10	11	1.8

Figure 1. Strong co-occurrents of *refugee* in the DLC (score higher than or equal to 15 – left side) and in the FLC (score higher than or equal to 11 – right side)

To sum up, most occurrences of “refugee” refer, in both corpora, to the reception of a large number of Ukrainians who either crossed the Polish border to find safe harbour or arrived in the destination country.

The co-occurrents table also reveals a pervasive contrast between the 2015 crisis and the current war. As the corpus was collected with the keyword “Ukraine” during the first three weeks after the invasion, the mention of “Syrian” and “Afghan” refugees as well as “2015” was not expected and, thus, confirms that the comparison between the two events has structured this discursive moment:

(2) (...) interior ministers opened the door wide to all refugees (possibly millions) from Ukraine. They receive a temporary residence status and with it the right to shelter, pocket money and care and education for the children. Afghan and Syrian refugees have received a considerably less warm welcome in recent years (*De Morgen*, BE, 01/03/2022).

(3) This is like the Syrian refugee influx to Greece in 2015/2016 but multiplied by a

101 Who is a refugee?

factor of 10 (*De Volkskrant*, NL, 11/03/2022).

As shown in these examples, the comparison with the 2015 migration crisis serves two different purposes. It is used to either denounce the double standard in the reception of refugees (example 2) or to emphasise the fact that the present migration event is far worse than the previous one (example 3).

When we replicated the analysis of the co-occurrences of “refugee” according to the country, we found the exact same results: “reception”, numerical adjectives and “Poland”. The other co-occurrences of “refugee” specifically refer to proper names (politicians) and local places.

The co-occurrences of the noun *Ukrainians* are divided into two lexical fields. Not surprisingly, the first one refers to the lexical field of “refugee” (various forms of the verbs “to flee” and “to welcome”, *protection, temporaire, solidarité*), while the second one is the lexical field of “heroism” (*résistance, courage, vechten, verdediging, grens*), referring to Ukrainians who stayed in Ukraine to defend/protect/fight for their country. This second observation shows the agentivity of the Ukrainians and differs from the passivity of the frame of victimhood that prevailed during the Syrian exodus (Chouliaraki & Zaborowski, 2017).

Cooccurrent	Frequency	CoFrequency	Score	Mean distance
Russen	2712	152	46	4.0
hun	5537	225	44	3.5
verzet	403	50	31	3.0
vechten	596	56	28	2.7
de	119859	2053	26	3.4
Svriërs	108	25	22	4.6
miljoen	1378	75	22	1.0
land	3171	121	22	4.4
devluchte	56	19	21	.0
vlucht	333	34	18	3.3
ontvlucht	78	19	18	2.9
Afghanen	79	19	17	6.3
verdedien	298	31	17	4.7
vandaen	182	25	17	3.0
reizen	148	22	15	4.2
miljoenen	272	28	15	1.2
natie	114	19	14	4.9
bloed	167	21	13	2.4
Bura	66	14	12	5.1
verblijfsveraunnina	56	13	12	3.5
kunnen	4683	127	12	4.0
Polen	1065	48	11	4.2
komst	106	16	11	2.9
veel	3697	106	11	2.1
Aoel	20	9	11	3.4
bieden	370	27	11	3.4
Iraki	14	8	11	3.5
weerstand	113	16	11	3.5
hebben	6450	157	11	3.9
terechtkunnen	16	8	10	5.0
komen	1960	67	10	4.3
bewuste	34	10	10	3.4
oevlucht	168	18	10	2.5
vluchten	322	24	10	3.7
zich	6040	147	10	4.0
rood-zwarte	7	6	10	4.3
zouden	1474	55	10	3.8
volk	432	27	10	3.6
willen	1641	58	9	3.6
voor	18972	361	9	3.8
arens	955	41	9	3.8
honderdduizenden	73	12	9	.0
nu	5725	137	9	3.6
alleen	2212	69	9	3.4
blindheid	9	6	9	5.0
zelf	1620	56	9	2.6
vluchtende	46	10	9	.0
vluchtelinaen	1728	58	9	5.2
hier	1508	53	9	4.5

Cooccurrent	Frequency	CoFrequency	Score	Mean distance
les	34992	911	90	2.2
aux	5135	212	48	1.5
leur	3735	170	44	4.9
Russes	1247	92	40	2.8
des	31501	651	33	2.9
sont	6464	193	26	2.7
résistance	346	40	25	2.0
aider	391	39	22	3.7
fuvant	100	23	21	.8
protection	382	38	21	5.1
Les	5118	151	20	1.9
solidarité	323	33	19	4.4
accueil	375	35	19	3.2
ont	7011	181	18	2.5
arrivés	141	22	17	.8
millions	1096	53	15	3.6
courage	122	19	14	3.6
temporaire	179	22	14	4.4
000	1396	55	12	1.7
oavs	4953	124	11	5.2
se	8505	185	11	3.5
séjour	82	14	11	4.3
fuent	67	13	11	1.5
LAMQUIN	54	12	11	4.9
réellement	55	12	11	3.8
visa	70	13	11	4.5
gue	16775	314	11	3.6
fui	195	19	11	2.9
Calais	36	10	10	3.0
exil	96	14	10	5.2
Poloane	693	34	10	5.9
centaines	264	21	10	2.6
accueillir	253	20	9	2.0
battre	204	18	9	2.9
originaire	61	11	9	.8
asile	186	17	9	5.9
résidents	24	8	9	5.0

Figure 2. Strong co-occurrences of Ukrainian in the DLC (score higher than or equal to 9 – left side) and in the FLC (score higher than or equal to 9 – right side)

Aside from the denomination “refugee”, other lexical items are used to refer to Ukrainians: “displaced person”, a few occurrences of “exile” (only in the FLC) and “newcomer”. In the FLC, *déplacé* and *personne déplacée* either refers to internally displaced persons in Ukraine or to Ukrainians fleeing their country. In both corpora, “displaced person” shows strong co-occurrences with words of quantity (such as “million”, “influx” and “flow”), “Ukrainian” and “refugee” (score 6 in the DLC and score 3 in the FLC). Even though they do not have the same meaning, “displaced person”, “exile” and “newcomers” are used as co-referents. While “displaced persons” focusses on the arrival or the journey rather than on the reception process, “exiled” has a romantic connotation referring to the heroic fleeing of war (Aprile, 2018, p. 108-111). As for “newcomer”, it is an administrative label used in The Netherlands and in Dutch-speaking Belgium to refer to the integration track of migrants or refugees (Mistiaen, 2021).

We can conclude that Ukrainians are mainly labelled “refugees” by politicians and media actors, even though they have benefitted from a temporary protection rather than the refugee status. Moreover, other denominations are used as co-referents as long as they have the same positive connotations.

3.2. Migrants and asylum seekers are not Ukrainians

This section tackles the denominations related to migration that are not specifically used to refer to Ukrainians, mainly “migrant” and “asylum seeker”.

In the corpus, out of the 118 occurrences of “migrant” (61 in the DLC and 57 in the FLC), only 14 (4 in the DLC and 10 in the FLC) refer to “Ukrainians”.

Query [word = "migrant.*"]				
Cooccurrent	Frequency	CoFrequency	Score	Mean distance
kaopen	10	4	11	.8
verveelvoudaina	3	3	10	4.0
terouduwen	4	3	9	2.0
arens	955	9	9	3.4
vluchtelinaen	1728	10	7	3.1
duwen	60	4	7	3.0
vliedtua	74	4	7	2.2
vecht	97	4	6	6.0
Duidelijker	2	2	6	2.5
oeraaporteerde	2	2	6	.0
heenvluchten	2	2	6	3.5
invulden	2	2	6	2.0
iennen	2	2	6	2.0
Jodenbreestraat	2	2	6	3.5
ontworpeld	2	2	6	.5
Oorloosvluchtelinaen	2	2	6	4.5
poetsvrouwen	2	2	6	3.5
schrijversdroom	2	2	6	3.0
Sefardische	2	2	6	1.5
thuisvoelden	2	2	6	2.5
vreemdelingenhaat	2	2	6	1.5
bioloeden	3	2	6	4.0
Afhaanse	36	3	6	.0
uit	8542	17	6	3.8
Turkse	145	4	6	.0
derdelanders	4	2	5	4.0
hardvochtia	4	2	5	2.5
niet-Oekraïense	4	2	5	2.5
aanoeihouden	47	3	5	.0
ernstiger	5	2	5	2.5
oetraceerd	5	2	5	3.5
Illeale	5	2	5	.0
Tideliike	5	2	5	3.0
oelukzoekers	6	2	5	.5
rubberboot	6	2	5	4.5
spirit	6	2	5	2.0
vondst	6	2	5	2.5
uitaestorven	7	2	5	1.5
Enschede	8	2	5	1.0
Ponelle	8	2	5	3.0
papieren	75	3	5	1.3
omdat	2078	8	5	3.8
bouwvakkers	10	2	5	4.0
deinst	10	2	5	4.0

Query [word = "migrant.*"]				
Cooccurrent	Frequency	CoFrequency	Score	Mean distance
des	31501	45	9	2.1
Béziers	12	3	7	3.7
accueillir	253	5	6	3.0
dihad	2	2	6	3.0
ressemblera	3	2	6	4.0
réfugiés	1035	7	6	3.4
Robinson	4	2	5	3.0
mettez	7	2	5	3.5
emorunté	8	2	5	1.5
2015	250	4	5	5.0
traversées	11	2	4	.5
instrumentalisation	12	2	4	.5
03	13	2	4	3.0
01	15	2	4	2.0
pressent	20	2	4	1.5
entiers	22	2	4	2.5
nationalités	22	2	4	1.0
loué	23	2	4	2.5
BMW	28	2	4	1.5
asile	186	3	3	4.7
honorais	39	2	3	4.0
Méditerranée	42	2	3	.5
particulièrement	235	3	3	.7
moderne	47	2	3	2.5
réfugié	48	2	3	1.0
véhicule	50	2	3	1.0
monrant	57	2	3	1.5
répartition	59	2	3	.5
terres	63	2	3	2.5
avaient	740	4	3	2.0
les	34992	32	3	4.1
drame	73	2	3	1.5
vaste	81	2	3	1.0
Moven-Orient	82	2	3	4.0
interview	89	2	3	4.5

Figure 3. Co-occurrences of migrant in the DLC (score higher than or equal to 5 – on the left) and in the FLC (score

higher than or equal to 3 – on the right)

In both corpora, the co-occurrences tables of “migrant” display the words contributing to build their discursive meaning. In the DLC, “migrant” is clearly used to refer either to non-Ukrainian citizens living in Ukraine at the beginning of the war, to historical Ukrainian migration during the Soviet era, or to other nationalities (“third country nationals”, *derdelanders*; “non Ukrainian”, *niet-Oekraïense*).

In the FLC, “migrant” appears in a rather systematic structure: *migrants Africains* (“African migrants”), *migrants Syriens en 2015* (“Syrian migrants in 2015”), *migrants en Méditerranée* (“migrants in the Mediterranean”), *migrants du Moyen-Orient* (“migrants from the Middle East”), *migrants venus d’Afrique ou du monde arabe* (“migrants from Africa or the Arab world”), *migrants économiques* (“economic migrants”). In this context, in which Ukrainians are not labelled “migrants”, diverse voices wonder where the differences between those former groups and Ukrainians lies. In example (4), a journalist from the right-wing French newspaper *Le Figaro* contrasts the current war with the migrant crisis of 2015, showing again the prevalence of the comparison between those two events:

(4) We are far, far away from the attitudes of 2015-2016 marked by the closure of borders and the categorical refusal of Poland, Hungary or Romania to welcome any Syrian refugee or migrant. We are also far from the reluctance to open the ports to NGO ships and the few hundred migrants, often sub-Saharan, who boarded them (*Le Figaro*, FR, 12/03/22).

Similarly, *immigrant* occurs 6 times out of 13 occurrences to name Ukrainians in the DLC, whereas its equivalent in the FLC *immigré* has 15 occurrences, and none of them refer to Ukrainians. Both words have been specialised to refer to contemporary economic migration in European countries. Example (5) condemns the differential treatment through a denunciation of the lexical equivalence refugee=deserving/migrant=undeserving. What is more, in this excerpt, the journalist quotes a former refugee in France who explains the situation through racial lenses:

(5) However, it is the refugee issue that most crystallises the feeling of double standards. “The West is much more welcoming to Ukrainian refugees”, Aref says. Europe, Germany in particular, welcomed more than a million Syrian refugees between 2015 and 2016. Since then, the doors have almost closed again, as Europeans consider Syrians to be more “migrants” than “refugees”. “We are Arabs and Muslims, therefore rejected; Ukrainians are white and Christian, therefore accepted. We are perceived as terrorists; they are perceived as resistance fighters” (*Le Figaro*, FR, 08/03/2022).

While “asylum seeker” occurs 91 times in the DLC (*asielzoeker*) and 47 times in the FLC (*demandeur d’asile*), it barely refers to people fleeing Ukraine, as confirmed by the analysis of the co-occurrences. As a matter of fact, Ukrainians are explicitly said “not to be asylum seekers”:

(6) Ukrainians are not asylum seekers; State Secretary Erik van der Burg (Asylum) stressed last Friday after the council of ministers. Unlike war refugees from Syria, for

example, they - courtesy of the association treaty the country signed with the EU in 2017- are allowed to travel freely across Europe. That also means that Ukrainians, provided they have passports, can stay in the Netherlands for the first 90 days without a visa (*De Volkskrant*, NL, 01/03/2022).

(7) Officially, Ukrainians are not asylum seekers. The Temporary Protection Directive, which was activated for the first time, automatically gives them a series of rights: a one-year stay; to look for a job; to access the integration income of the PCSW... (*La Libre Belgique*, BE, 14/03/2022).

In these examples, politicians and journalists use “asylum seeker” according to its legal meaning, to argue in favour of their facilitated entry into the EU and the absence of a long and heavy administrative process. Contrary to the word “refugee”, which is used in its common acceptation, the speaker here needs to appeal to the legal meaning to legitimise European immigration policies.

So far, the analysis of the denominations and their co-occurrences have shown that Ukrainians are unanimously (and almost exclusively) labelled “refugees”. It has also illustrated that the comparison between the current migration event with the 2015 migration crisis has structured political and media discourse, whether it is to pinpoint the difference in treatment between Ukrainian and Syrian refugees, to denounce the better treatment of Ukrainians, or to justify the policies in place. On the other hand, other labels are dedicated to different groups of people on the move, mainly “asylum seekers” and “migrants”. While the former is used in its legal sense, the latter is a common label with no legal definition that mostly refers to economic migration. What we want to explore now is the underlying representations and narratives supporting this lexical choice.

Who is a deserving refugee?

The motive of the double standard forces social actors to justify the label “refugee” or the deservingness of Ukrainians. In that sense, the comparison has an argumentative nature, as it serves the purpose of replying to the accusation.

It is extremely difficult to identify discursive patterns other than lexical in a large corpus, e.g., textual segments that featured a dialogical commentary justifying the deservingness of Ukrainian refugees. Therefore, we used the results yielded by the co-occurrences of “refugee” to identify phrases involving a comparison. More specifically, we targeted segments where the word “refugee” was collocated to “Syrian”, “Afghan”, “2015”, “migrants” and “asylum seeker”. We obtained 77 textual segments^{XV} featuring, as we expected, a comparison systematically used to justify a differential treatment, to denounce a double standard or to just stress the difference. The textual segments were then coded into an analysis grid and classified according to the dominant argument. The subsequent qualitative analysis focusses on the dialogical arguments legitimising the deservingness of Ukrainians that are either promoted or denounced in the social conversation.

XV Because some articles are published in different journalistic sections, some of these textual segments appear several times, for a total amount of 118 textual segments. Besides, other comparisons are also implicitly found or mentioned with other words and, thus, do not appear in these 77 segments.

In the corpora, one of the most pervasive arguments is that of proximity, whether it is based on culture (example 8), values (9) or geography (10). This category of arguments is found across the full gamut of the political spectrum and stem from different social actors, mainly politicians (9), but also high-ranking civil servants and journalists (10).

(8) “They are Europeans by culture, they are very close to us, very neighbourly” (*Le Monde*, FR, 2022-03-09)

(9) “The Ukrainians are the true defenders of our European and democratic values”, he insists (Clément Beaune, the Secretary of State for European Affairs) (*Le Figaro*, FR, 08/03/2022)

(10) “The war is right at the border. We are the first host country, it’s [a] humanitarian [endeavour]”, explains Laszlo Breznovics, president of an association of Hungarians from Ukraine close to Mr Orban’s party, to justify this difference in treatment with refugees arriving from Syria or Afghanistan (*Le Monde*, FR, 28/02/2022)

(11) “Temporary Ukrainian refugees: yes. Illegal migrants and fortune seekers: no. Vlaams Belang could not make its position clearer on the posters the party is spreading on social media these days” (*De Morgen*, BE, 05/03/22).

(12) “I am shocked that some journalists are debating whether Ukrainians are closer to us than Syrians and Afghans. Are there really special categories of refugees based on the colour of their eyes and skin, and does one deserve more help than the other? That is appalling” (*De Morgen*, BE, 12/03/22)

The dialogical nature of the argument is less visible in example (8) but becomes more apparent in (9) where the speaker mentions “the true defenders of European values” (referring implicitly to those who are not), in (11) where the far-right Flemish political party expresses their hostility to previous migratory policies (“illegal migrants and fortune seekers: no”), and in (12), where a journalist quotes previous discourses featuring the comparison.

While cultural and geographical proximity is justified for some, as is the case of a Dutch journalist (13), it is denounced by others (14):

(13) What the question deeply revolves around: is it wrong and reprehensible to care more about people who are close to you - geographically, linguistically, culturally, religiously - than about people with whom you feel less kinship? [...] Perfectly human and nothing wrong with that, as long as skin colour is not a factor. [...] (*NRC Handelsblad*, NL, 03/03/2022).

(14) Selective empathy

Finally, the Ukrainians are European. The media were quick to report on politicians and journalists describing this refugee population as unusual because they are “educated” and come from “civilised” regions, signs of selective empathy that is sometimes based on dubious biases (*Le Soir*, BE, 09/03/2022).

When we look deep into the argument of cultural and geographical proximity, we can see that it reveals a common experience of war recorded in the collective memory, which is particularly visible in the FLC. Indeed, the word “Europe” often collocates with “war” (co-occurrence score of 30) and, more interestingly, with “gates” (score 13) and “borders” (score 6), reflecting the metaphor “at the gates of Europe”/“close to the border”.

Requête	Contexte gauche	Pivot	Contexte droit
0763	moment où la guerre retentit à nouveau en	[Europe], à nos portes	“ Je revis douloureusement tout cela, nous dit -il,
1841	un président en exercice et cette guerre en	[Europe], à nos portes	. Pour ces deux raisons, le président n'est pas un
2254	par la population. » Les gouvernements d'	[Europe] centrale ont ... aux réfugiés en se souvenant de certains épisodes de leur propre histoire	
2424	faisant valoir la primauté des intérêts de l'	[Europe] face à l'agres...	. Si cette décision a un sens pour la France, elle
1217	peut qu'empirer. Autre surtout de l'	[Europe] provoqué pa...	, la défense commune revient au centre des priorités. La Commission
1220	peut qu'empirer. Autre surtout de l'	[Europe] provoqué pa...	, la défense commune revient au centre des priorités. La Commission
2085	bout. Depuis le 24 février, l'	[Europe] vit au rythme...	. Elle vibre, même. Spontanément solidaires des Ukrainiens, dont
1358	l'État ukrainien et maintenir une pression aux	portes de l'Europe]	portes de l'Europe] . En mer, le rapport de force entre Russes et Ukrainiens
1742	Européens voient se profiler une crise migratoire aux	portes de l'Europe]	et une catastrophe humanitaire en Ukraine. « Je pense que nous
1762	ceux qui sont persuadés que la guerre aux	portes de l'Europe]	l'obligé à rester président « jusqu'au dernier quart d'heure
2155	guerre est une réalité en Ukraine, aux	portes de la Roumanie...	. Nous pouvons être fiers de la réactivité dont nous avons collectivement
0134	500 à 2.000 soldats russes aux	portes de l'Europe]	. Ils sont nombreux, les experts et expertes en géopolitique,
0326	distancie des actes belliqueux qui se jouent aux	portes de l'Europe]	. « Je l'ai déjà exprimé mais je le répète :
1819	physiquement le fait que la guerre est aux	portes de l'Europe]	. Vous vous sentez plus proches des pays de l'Est.
1923	taxe » Dans un contexte de guerre aux	portes de l'Europe]	et d'inflation potentiellement importante, notamment des prix de l'énergie
1973	proches d'une guerre qui a lieu aux	portes de l'Europe]	». Du côté des associations mobilisées pour organiser l'accueil des
1974	avec les réfugiés ». La guerre aux	portes de l'Europe]	changé les manières de voir et les politiques dans bien des
1998	discours macronien. Finalement, la guerre aux	portes de l'Europe]	représente un porte-voix bien plus puissant. C'est « l'Europe
2181	se termine dans un contexte de guerre aux	portes de l'Europe]	. Après la crise sociale des « gilets jaunes » et la
2222	« Prise au sortant » Une guerre aux	portes de l'Europe]	, une pandémie qui n'est pas encore finie ... Le contexte
2257	ont germé. Acculé par la guerre aux	portes de l'Europe]	, le locataire de l'Elysée a été contraint d'attendre le
2351	atmosphère retardée en raison de la guerre aux	portes de l'Europe]	. Lundi, M. Macron a encore multiplié les échanges diplomatiques
2369	On ne peut pas avoir une guerre aux	portes de l'Europe]	sans conséquences sur l'économie. Le rôle de l'Etat,
2577	500 à 2.000 soldats russes aux	portes de l'Europe]	. Ils sont nombreux, les experts et expertes en géopolitique,
2769	distancie des actes belliqueux qui se jouent aux	portes de l'Europe]	. « Je l'ai déjà exprimé mais je le répète :

Figure 4. Concordances of the repeated segments formed with Europe, gates and/or borders

The comparison with the Second World War has an important place in the corpus, with some examples featuring an analogy with Hitlers' annexation of Eastern European territories (the proper name *Hitler* occurs 281 times). In example (15), the comparison is made by the former Belgian State Secretary for Asylum and Migration Sami Mahdi, while in examples (16) and (17), a journalist from *De Standaard* and *Le Monde* unfolds the analogy:

(15) Mahdi wants “emergency villages” to accommodate Ukrainian refugees [...] Mahdi realises that the current approach, in which cities, municipalities and parties host Ukrainians, will not suffice. He makes a comparison with the refugee problem during World War II. “I am concerned, which is why I want to switch to a federal phase”. The secretary of state is thinking aloud about building emergency villages in different provinces to collectively house the flow of war refugees, including a lot of families (*De Standaard*, BE, 09/03/22).

(16) Our leaders also fear the mistakes of World War II. The appeasement policy of the 1930s was blind to Hitler's agenda and tolerated the remilitarization of the Rhineland, the annexation of Austria to Nazi Germany and the annexation of the Czechoslovak Sudetenland to avoid war. Wasn't the West equally naive with the Russian annexation of Crimea in 2014? The Warsaw Uprising against the Nazis failed due to the lack of support from the Allies. Will Kiev face a similar fate? Shouldn't we adopt clear positions now so as not to be judged by historians later? (*De Standaard*, BE, 04/03/2022).

(17) And now Ukrainians, victims of a war of aggression the likes of which the continent has not seen since 1945, are resurrecting the typically European figure of the post-Second World War “refugee”, a victim of Nazi barbarism or Soviet oppression.

[...] Fortress Europe suddenly opens its doors wide. To do this, a directive conceived in Brussels in 2001, in the aftermath of the wars in ex-Yugoslavia, to deal with a “massive influx of displaced persons from third countries”, was exhumed. This text, which was never applied due to the lack of a majority vote by the States, was activated unanimously this time (*Le Monde*, FR, 14/03/2022).

The reference to another historical conflict strengthens the proximity logic between Ukrainian and European populations: The Cold War (118 occurrences in FLC, 284 in DLC). Beyond the reference, some articles even refer to the war in Ukraine as the “New” Cold War:

(18) Unacceptable conditions in Washington, and increasingly in Europe, in a climate of a new Cold War, which is becoming more pronounced as Russian missiles fall on Kiev (*Le Figaro*, FR, 10/03/2022).

(19) If Putin remains in power in Moscow, a new Cold War between the West and Russia threatens, with economic contacts kept to a minimum (*De Volkskrant*, NL, 15/03/2022).

By referring to the logic of the blocs, the figure of the common enemy is reactivated, i.e., Putin’s Russia. In the DLC, the war in Ukraine is referred to as “Putin’s war” (95 occurrences) or “the Russian war in/against Ukraine” (36 occurrences).

As we have seen, arguments justifying the deservingness of Ukrainian refugees are very diverse and unfold in a continuum from the racialist statements of far-right politicians to culturalist remarks, to an overall sentiment of proximity (regional, cultural, historical) and finally to a shared experience of war, a common enemy and a historical memory. At the opposite end of the continuum, the universalist argument pleads for a broader understanding of refugee protection and hopes for a shift in the European migration model:

(20) To state the difference in treatment between Syrians and Ukrainians should not prevent us from welcoming the step that has just been taken in the European history of asylum. The reasons why the fate of Ukrainians specifically moves Europeans cannot be summed up in an affinity of skin colour or religion. The proximity is not only geographical. The progress of international refugee protection is first and foremost a European story (*Le Monde*, FR, 14/03/2022).

(21) Let’s show solidarity with “those other” refugees too [...] (*De Morgen*, BE, 18/03/2022).

(22) In 2015, Syrian refugees were also initially welcomed with flowers and teddy bears. It is to be hoped that the direct confrontation with war on our own continent will lead to a more generous attitude towards refugees elsewhere in the world. Europe can contribute more generously to reception in Asia, Africa and the Middle East, and take in more recognised refugees from United Nations camps. Hopefully, this new refugee crisis will also lead to an impetus for a better European migration policy, distributing refugees across the continent (*De Volkskrant*, NL, 03/03/2022).

Conclusion

The goal of this article was to study the discursive moment of the war in Ukraine, with a focus on the comparison between the reception of Ukrainians and the migrant crisis in 2015. We chose to study this debate in a large corpus of media discourse covering two languages (French and Dutch) and three neighbouring European countries (Belgium, France and The Netherlands). Even though the social conversation unfolded in very different arenas, the media were chosen because they organise collective debates, by giving the floor to a variety of speakers and arguments while setting the agenda on topics that matter. The corpus, covering the first three weeks after the invasion of Ukraine and collected using the name of the country as a keyword, yielded the following results.

First of all, we confirmed the intuition that there was a consensus for categorising Ukrainians as refugees instead of migrants or asylum seekers. Most occurrences of the word *refugee* in this context do not refer to the legal meaning of the term, but rather to a broad understanding of who deserves the protection from the State. In this context, the discursive meaning of the term is that of people in neighbouring countries fleeing war to find safe harbour. These refugees are framed as heroes who deserve the great deal of solidarity they are offered.

Second, we show that the whole episode of the Ukrainian war was framed within other historical events that have affected Europe: WWII, the Cold War and the 2015 migration crisis. The analogy with these events clearly structured the social conversation about the Ukrainian war. It serves, therefore, a discursive purpose, that of either justifying an exclusive or, on the contrary, an inclusive view of reception policy. The interdiscourse of European history (WWII and the Cold War) is quite present and visible through numerous evocations of the past and, in particular, the reference to a common enemy. This activates a common historical memory and shared representations that make this group of displaced persons closer to Europeans. The experience of these events was an interpretative framework for the war in Ukraine which could explain the consensual reaction of European countries.

Regarding the comparison with the migration crisis of 2015, which is very present in the collective memory, it provided the lexicon of the deserving and the undeserving refugee. Contrary to 2015, when the social debate revolved around the “right terms” to name people on the move, here the discussion focuses on a comparison between the statuses granted to migrants during the two crises (international protection *versus* temporary protection). In this discursive frame, the denunciation of a double standard was followed by a series of arguments to justify the exceptional protection granted to Ukrainians, which unfolded in an ideological continuum. They went from culturalist statements to arguments of cultural proximity. Nevertheless, if we consider the academic literature concerning the crisis of 2015, the Syrian refugees were considered the prototypical deserving refugee among other migrants, for which a different standard was applied in the eyes of the policy makers and mainstream media (Akoka, 2020; De Cleen *et al.*, 2017). Despite this, in 2022, Syrians were presented as those who, at the time, were considered undesirable. We might wonder what purpose this trope serves in social discourse, and hypothesise that its goal was to denounce the numerous divides in contemporary societies in terms of class, race and North-South fracture, rather than specifically addressing the treatment of Syrian refugees.

Finally, apart from some country-specific differences (the names of politicians, places, specific organisations, etc.), a common discourse runs through European media. We can conclude that the way of naming Ukrainians fleeing the war, the debates around the double standard, the arguments underlying this conversation and the references to past wars participate in the construction of a common European discourse.

References

- Akoka, K. **L'asile et l'exil: une histoire de la distinction réfugiés/migrants**. Paris: La Découverte, 2020.
- Aprile, S. Des exilés de 1789 aux exilés d'aujourd'hui. In: Calabrese, L. and Veniard, M. (Eds.), **Penser les mots, dire la migration**: Louvain-La-Neuve: Academia, p. 107-112, 2018.
- Baker, P.; Gabrielatos, C.; Khosravinik, M.; Krzyzanowski, M.; McEnery, T. & Wodak, R. A useful methodological synergy? Combining critical discourse analysis and corpus linguistics to examine discourses of refugees and asylum seekers in the UK press, **Discourse Society**, n.19, p. 273-306, 2008.
- Baker, P. & McEnery, T. A corpus-based approach to discourses of refugees and asylum seekers in UN and newspaper texts, **Journal of language and politics**, n. 4(2), p. 197-226, 2005.
- Berry, M., Garcia-Blanco, I. & Moore, K. Press coverage of the refugee and migrant crisis in the EU: A content analysis of five European countries. [Project Report]. Geneva: United Nations High Commissioner for Refugees, 2016. Retrieved at: <<http://www.unhcr.org/56bb369c9.html>> Accessed on 10/1/2023.
- Calabrese, L. Faut-il dire migrant ou réfugié ? Conflit lexico-sémantique autour d'un problème public, **Langages**, n. 210, p. 105-122, 2018.
- Calabrese, L. & Veniard, M. **Penser les mots, dire la migration**. Louvain-La-Neuve: Academia, p. 9-31, 2018.
- Chouliaraki, L. & Zaborowski, R. Voice and community in the 2015 refugee crisis: A content analysis of news coverage in eight European countries, **International Communication Gazette**, n. 79, p. 613-635, 2017.
- Corneloup, S. Sur la protection temporaire des personnes déplacées en provenance d'Ukraine, **Revue critique de droit international privé**, vol. 2, n. 2, p. 439-442, 2022.
- d'Haenens, L.; Heindryckx, F. & Joris, W. Images of Immigrants and Refugees in Western Europe: Media Representations. **Public Opinion and Refugees' Experiences**, Leuven: Leuven University Press, p. 39-56, 2019.
- De Cleen, B.; Zienkowski, J.; Smets, K.; Dekie, A. & Vandevordt, R. Constructing the "refugee crisis" in flanders. Continuities and adaptations of discourses on asylum and migration. In: Barlai, M.; Fähnrich, B.; Griessler, C. & Rhomberg, M. (ed.). **The migrant crisis: European perspectives and national discourses**. Zurich: Lit Verlag, p. 59-78, 2017.
- Gabrielatos, C. & Baker, P. Fleeing, Sneaking, Flooding. A corpus Analysis of Discursive Constructions of Refugees and Asylum Seekers in the UK Press, 1996-2005. **Journal of English Linguistics**, 36(1), p. 5-38, 2008.
- Gakis, S. L'activation de la directive « Protection temporaire » : l'apport d'un instrument *sui generis* à

la protection des personnes déplacées, **Revue trimestrielle des droits de l'Homme**, vol. 132, n. 4, p. 771-794, 2022.

Hermand, M.-H. Traitement de données issues d'un corpus écrit multilingue. Approche agile pour l'analyse du discours euro régional, Colloque Jeunes Chercheurs du Laboratoire ICAR, 2015. Retrieved at: <https://www.shs-conferences.org/articles/shsconf/pdf/2015/07/shsconf_icodoc2015_01009.pdf> Accessed on 16/1/2023.

Holmes, S. M. & Castañeda, H. Representing the “European refugee crisis” in Germany and beyond: Deservingness and difference, life and death, **American Ethnologist**, n. 43(1), p. 12-24, 2016.

Krzyzanowski, M.; Triandafyllidou, A. & Wodak, R. The mediatization and the politicization of the ‘refugee crisis’ in Europe. **Journal of immigrant & refugee studies**, n. 16, p. 1-14.

Krieg-Planque, A. Lutter au sujet du langage fait partie du combat idéologique, **Agir par la culture**, n. 53, 2018, Retrieved at: <<https://www.agirparlaculture.be/alice-krieg-planque-lutter-au-sujet-du-langage-fait-partie-du-combat-ideologique>> Accessed on 14/3/2020.

Longhi, J. Stabilité et instabilité dans la production du sens : la nomination en discours, **Langue française**, n. 4(188), p. 5-14, 2015.

McCombs, M. & Shaw, D. The Agenda-Setting Function of Mass Media, **Public Opinion Quarterly**, n. 36(2), p.176-187, 1972.

Mistiaen, V. Naming people on the move according to the political agenda: a study of Belgian Media, **Discourse & Communication**, n. 15(3), p. 308-329, 2021.

Mistiaen, V. **Beyond migrant and refugee dichotomy: a discursive analysis of media discourse in French and Dutch**. PhD thesis in information and communication sciences. Brussels: Université libre de Bruxelles, 2023, forthcoming.

Mistiaen, V.; Calabrese, L. & De Cleen, B. The representation of the migrant crisis in Belgian media. The localized coverage of an international issue. In: Fabian, A. (Ed.). **Discourse on refugees and migrants in the press coverage of European countries - a contrastive approach**. Heidelberg: Springer Nature/J.B. Metzler, 2023, forthcoming.

Mondada, L. Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation, **Tranel**, n. 23, p. 273-302, 1995.

Rea, A.; Mazzola, A.; Martiniello, M. & Meuleman, B. **The Refugee Reception Crisis in Europe. Polarized Opinions and Mobilizations**. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 2019.

Reisigl, M. & Wodak, R. “Austria first”. A discourse-historical analysis of the Austrian “anti-foreigner-petition” in 1992 and 1993. In: M. Reisigl & R. Wodak (Eds.). **The semiotics of racism, approach to Critical Discourse Analysis**. Vienna: Passagen Verlag, p. 269-304, 2000.

Rodier, C. Réfugiés d’Ukraine : le « deux poids, deux mesures » de l’Europe, **Esprit**, n. 5, p. 22-25, 2022.

Siblot, P. Nomination et production de sens: Le praxème, **Langages**, n. 31(127), p. 38-55, 1997.

Vallée, O. « Mise en crise » du discours du Haut-Commissariat pour les réfugiés: enjeux et formes de politisation de la cause des réfugiés. **Mots. Les langages du politique**, p. 83-98, 2022.

Van Neste-Gottignies, A. **Que dit-on aux demandeurs d'asile ? La communication dans l'univers des centres d'accueil en Belgique**. PhD thesis in information and communication sciences. Brussels:

Université libre de Bruxelles, 2022.

Vertongen, Y. L. & Costa Santos, A. L'accueil des réfugié·es ukrainien·nes en Belgique, **La Revue Nouvelle**, n.c6(6), p. 59-64, 2022.

Wihtol de Wenden, C. Les incomunications de l'Europe sur la crise de l'accueil des migrants et des réfugiés, **Hermès, La Revue**, n. 77(1), p. 191-197, 2017.



UFSC

Artigo Original

“É muito difícil de acreditar”: sentidos, práticas e violências na integração local a refugiados no Brasil

“It’s very hard to believe”: meanings, practices and violence in the local integration of refugees in Brazil

Bruno Deusdará
Priscila Xavier

Resumo: Nesta pesquisa, por meio da Análise Cartográfica do Discurso, mapeamos reportagens veiculadas em alguns dos principais sites jornalísticos, que noticiaram o brutal assassinato do congolês Moïse Kabagambe, em janeiro de 2022. No estudo, buscamos compreender os efeitos de sentido e as relações de credibilidade/verdade que os veículos transmitem aos discursos das personagens e a isenção de responsabilidade da mídia diante dos relatos dos entrevistados. Também pretendemos articular as práticas discursiva e de produção, observando como uma comunidade transfere suas ideologias e como sustenta esses textos. Tais critérios são importantes na busca do diálogo e do intercâmbio conceitual (Deusdará, Rocha, 2021).

Palavras-Chave: Linguística; Cartografia; Discurso; Refúgio; Moise.

Abstract: In this research, through Cartographic Discourse Analysis, we mapped reports published in some of the main journalistic websites, which reported the brutal murder of the Congolese Moïse Kabagambe, in January 2022. In the study, we sought to understand the effects of meaning and the relations of credibility /truth that the vehicles convey to the speeches of the characters and the media's exemption from responsibility in the face of the interviewees' reports. We also intend to articulate discursive and production practices, observing how a community transfers its ideologies and how it sustains these texts. Such criteria are important in the pursuit of dialogue and conceptual exchange (Deusdará, Rocha, 2021).

Keywords: Linguistics; Cartography; Discourse; Refuge; Moise.

Considerações iniciais: breve panorama dos refugiados no Brasil e no mundo

Neste artigo, problematizamos os circuitos de produção e circulação de sentidos atribuídos ao fenômeno do refúgio e o lugar social conferido às pessoas em situação de deslocamento forçado, no debate midiático. Com efeito, o interesse pela investigação do discurso midiático tem o propósito de interrogar a cristalização de sentidos em circulação sobre o refúgio e, ao mesmo tempo, contribuir com a diversificação dos contornos construídos em torno do tema. Pretendemos, assim, oferecer uma



contribuição aos desafios vivenciados pelos grupos de refugiados no contexto da integração, a partir da ótica proporcionada pelos pesquisadores do campo do discurso.

Ao interrogar os sentidos cristalizados, buscamos compreender quais são as linhas de força que se instauram e consolidam nesse debate e de que forma as cenas reiteradas sustentam ou pretendem neutralizar a complexidade do fenômeno e os desafios enfrentados. Entendemos que, apesar da ênfase atribuída às cenas e às narrativas de travessia de fronteiras (cf. Arantes; Deusdará; Brenner, 2016), os desafios presentes nas políticas e nas práticas de integração local são diversos e implicam a todos, seja os que se encontram em atuação, seja os que indiretamente se posicionam acerca dos direitos sociais. Em nossa aproximação às redes de acolhimento no contexto da extensão universitária, temos observado, por um lado, um profundo desconhecimento dos direitos e das circunstâncias concretas vivenciadas no contexto da integração local e, por outro, a predominância de uma perspectiva eurocêntrica.

Para este estudo, analisaremos os textos em circulação sobre o brutal assassinado do congolês Moïse Mugenyi Kabagambe, no Rio de Janeiro, considerando a ampla repercussão que o caso teve e o modo como deram tratamento os paradoxos presentes na barbárie promovida no contexto em que as expectativas se dirigiam ao acolhimento e a garantia de proteção internacional diante de conflitos no país de origem. Interessa, desse modo, observar de que maneira essa dimensão paradoxal e o conjunto de aspectos que ela envolve encontram-se efetivamente problematizados ou silenciados na materialidade verbal em circulação. Adicionalmente, tal qualidade de investigação se propõe a sustentar a dimensão de cientista social implicada na prática dos analistas do discurso (Rocha; Daher; Sant'anna, 2002).

Discursividade e relações sociais: processos em (inter)delimitação

Nosso engajamento em relação ao fenômeno do refúgio tem possibilitado, por um lado, sustentar a dimensão de cientistas sociais implicada na formação de pesquisadores em análise do discurso (Rocha; Daher; Sant'anna, 2002), na medida em que a inserção no referido campo nos convoca a articular uma perspectiva crítica acerca dos estudos da linguagem com um conjunto diversificado de saberes oriundos de outros territórios disciplinares. Assim, propomos um itinerário de produção de materialidades diversas, que abrangem relatos concretos de observação das aulas de português para refugiados e discussões sobre os desafios na produção de material didático (Soares, 2019; Neves, 2018; Silva, 2018), a legislação (Land, 2018), o debate midiático (Deusdará; Figueiredo, 2020).

O que desejamos montar é o itinerário de uma cartografia, cuja perspectiva se funda na afirmação da indissociabilidade entre produção linguageira e social (Deusdará; Rocha, 2021), recusando a clássica visão de que a linguagem representaria um mundo anterior e independente dela.

ao fazer referência a esse mundo, a linguagem congela o tempo, altera distâncias, oferecendo-nos um retrato – sempre parcial – de um dado momento, o retrato de uma realidade passada e/ ou de uma nova paisagem que não coincide com as coordenadas geográficas de tudo o que pode ser verificado no “mundo ao vivo” (Rocha, 2014, p. 624).

Com base nessa perspectiva filosófica da linguagem-intervenção, dois princípios teóricos se articulam. De um lado, o primado do interdiscurso (Maingueneau, 2005), “reversibilidade essencial entre as duas faces, social e textual, do discurso” (Maingueneau, 1989, p. 56). Em relação à noção de interdiscurso, Maingueneau (2005) avança na proposta de Mikhail Bakhtin, indicando que o interdiscurso é um primado de análise das práticas de linguagem. Para ele, o interdiscurso se compõe de, ao menos, três planos. O plano mais geral é o do universo discursivo, aquele que define o conjunto de discursos que interagem em uma mesma conjuntura (Maingueneau, 2005). Esse universo discursivo é subdividido em campos do discurso, aqueles que remetem aos diferentes tipos de discurso, a saber: o religioso, o filosófico, o literário, o jurídico, entre outros. Com efeito, cada campo discursivo estabelece em seu interior um conjunto de interfaces entre diferentes posicionamentos. Assim, as margens de interação entre os diferentes posicionamentos caracterizam o espaço discursivo aquele que se define pela relação e pela gestão das diferentes formas de construção do sentido.

De acordo com a proposta de Maingueneau (2005), essa noção deve ser considerada como um primado de concepção das práticas de linguagem, uma vez que, segundo ele, os textos não devem ser pensados como realidades autônomas. Ao contrário, os textos já são, de saída, efeitos de recortes diversos nesse universo de discursos que interagem em uma determinada conjuntura. Assim, a materialidade textual deve ser pensada, antes de tudo, como resultado de um conjunto de operações diversas e complexas sobre esse universo discursivo. Ao buscar compreender a contribuição para o estudo do fenômeno do refúgio desse tipo de perspectiva, observamos reiteradas manifestações de que seria preciso, no contexto da integração local desses grupos, atuar tanto na recusa de certas vozes, como aquelas que associam refugiado a “fugitivo” – um debate que se sustenta desde a reivindicação por designações –, quanto na promoção de uma inserção qualificada nos debates cotidianos em torno do uso de equipamentos públicos e no exercício de direitos sociais. A exemplo dos diversos questionamentos e pedidos de ajuda, podemos apenas mencionar os desafios presentes na inserção das infâncias no espaço escolar. Não se trata de apenas fornecer suporte no ato de matrícula e na inserção linguística das crianças, é preciso propor diálogos constantes com uma cultura escolar que envolve um conjunto de práticas pedagógicas e de convívio cotidiano que demandam reconhecimento e ação por parte das famílias.

Para Deusdará e Rocha (2021), de modo semelhante, a noção de prática discursiva deve ser alcançada à posição de princípio teórico, uma vez que a referida noção é instrumento fundamental para a desmontagem da concepção filosófica de representação, concebendo a produção de linguagem como simultânea e articulada com a produção social. Nesse sentido, a noção de prática discursiva fornece elementos suficientes para sustentar que toda produção textual interfere na dimensão social.

Neste artigo, privilegiamos, conforme se observará na sequência, um acesso às vozes em embate, buscando compreender de que modo os relatos em torno da violência cometida colocam perspectivas em confronto. O que se deseja compreender é de que modo se constroem sentidos sobre as fragilidades a que estão submetidas as pessoas em condição de refúgio.

Uma aproximação ao fenômeno do refúgio em dados

Considerando a ênfase habitualmente atribuída às narrativas de deslocamento, uma reflexão crítica acerca da temática deve envolver, entre outros elementos, um conjunto de dados e referências que possibilitem dimensionar o fenômeno em escala mundial, observando não apenas os fluxos reais de deslocamento, mas também os desafios que se impõem no contexto da integração local dos grupos populacionais.

A esse respeito, observa-se que, em maio de 2022, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)^I anunciou que, em função das violações de direitos humanos, cerca de 100 milhões de pessoas estão submetidas aos circuitos de deslocamento forçado, seja cruzando as fronteiras dos países de origem, seja movimentando-se em direção a campos de refugiados nas fronteiras dos países mais pobres do mundo. Em relação a esse quantitativo populacional, é importante destacar que é a primeira vez que a organização registra esse dado, classificando-o como uma das maiores crises de deslocamento forçado desde a Segunda Guerra Mundial. Dito de outro modo, uma em cada 78 pessoas no planeta foram obrigadas a se deslocar.

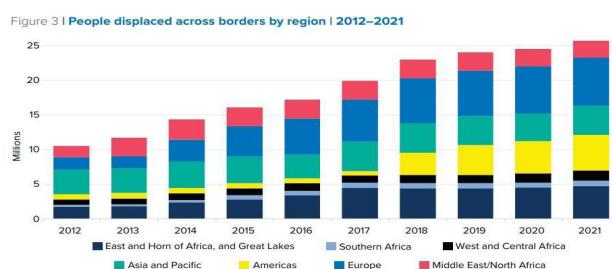
Esse movimento é influenciado, principalmente, por conta da guerra entre Rússia e Ucrânia, países do Leste Europeu. Segundo o ACNUR, os refugiados são acolhidos, predominantemente, por países europeus de alta renda, além de contarem com o *status* de proteção temporária pela União Europeia Estados-membros da União.

Em contrapartida, até o fim do ano passado, período antes da guerra entre Rússia e Ucrânia, o mundo já registrava quase 90 milhões de refugiados, de acordo com dados do relatório “Tendências Globais Deslocamento Forçado em 2021”^{II} (tradução livre), da ACNUR. Desse total, 83% deles foram acolhidos por países com rendas consideradas baixas ou médias.

Um dos principais movimentos se deu no contexto de deslocamentos dos grupos de venezuelanos. Os dados apontam para mais de 5,4 milhões de refugiados e imigrantes venezuelanos que buscam acessar a proteção internacional, principalmente, aos países da América Latina, o que representava, naquele período, cerca de 20% da população global.

No referido relatório, o Alto Comissariado aponta que de 2012 até o ano passado houve um aumento de 11% no número de pessoas que pediram asilo em países latino-americanos, conforme se observa na figura abaixo.

Figura 1 – By region of asylum, The UN refugee Agency
By region of asylum



I THE UN REFUGEE AGENCY. Refugee Data Finder. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/refugee-statistics/insights/explainers/100-million-forcibly-displaced.html>>. Acesso em: 27 out. 2022.

II UNHCR (THE UN REFUGEE AGENCY). Global Trends Forced Displacement in 2021. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/62a9d1494/global-trends-report-2021>>. Acesso em: 27 out. 2022.

Fonte: UNHCR (Global Trends Report 2021)^{III}

Somente no ano de 2022, 3.772 pessoas foram reconhecidas como refugiadas no Brasil, de acordo com dados da ACNUR Brasil^{IV}. Desse total, 75% das decisões de mérito foram dadas aos venezuelanos. Somente entre janeiro e junho de 2022, mais de 1.700 refugiados, de 121 nacionalidades diferentes, pediram abrigo em solo brasileiro.

De 1985 até agora, mais de 65 mil pessoas foram reconhecidas como refugiadas no país. Além de venezuelanos, sírios e congoleses ocupam as primeiras colocações da lista, respectivamente, nas segunda e terceira posições. No entanto, mais de 9 mil imigrantes aguardavam a conclusão do processo, com uma média de espera que dura cerca de 4 anos.

Com efeito, a obtenção da condição de refugiado é parte de um processo global de busca pela integração local, com acesso a direitos sociais, equipamentos públicos e demais serviços que qualificam as condições de trabalho e de vida no contexto da integração local. Em contrapartida, os relatos em circulação na esfera midiática sustentam impasses que reforçam a efetiva fragilidade das condições de integração, indicando que a opção para esses imigrantes tem sido a de assumir postos de trabalho em situações insalubres, exploratórias e com baixa remuneração, ainda que muitos deles tenham qualificação profissional para o exercício de outras oportunidades profissionais. É preciso, adicionalmente, destacar que tais circunstâncias de precarização vivenciadas no mundo do trabalho não se restringem à população de refugiados, mas se estendem aos cidadãos brasileiros que se situam nas regiões periféricas. Diante de tal ordem de reflexões, temos buscado afirmar uma agenda coletiva que se amplia e assume contornos diversificados na direção de políticas públicas inclusivas e garantia de direitos sociais aos variados grupos.

Apenas para se ter um exemplo do tipo de divulgação que se pode realizar desses impasses e desafios coletivos mencionamos que, em entrevista ao jornal BBC News Brasil^I, a coordenadora da Cáritas Arquidiocesana do Rio (órgão ligado à Igreja Católica, com apoio da ACNUR, que auxilia refugiados na cidade carioca), Aline Thuller, afirma que muitos deles chegam com qualificações, mas que os imigrantes, principalmente africanos, como é o caso dos congoleses, se deparam com uma realidade antes não vivenciada: o racismo.

Muitos deles tinham uma boa condição, eram pedagogos, fotógrafos, trabalhavam com informática... Mas, por causa do racismo e da xenofobia, é muito difícil conseguirem uma oportunidade que não seja um trabalho pesado, que exija força física, e não seja mal remunerado [...] O racismo é uma coisa que eles não conheciam e que vão descobrir aqui, infelizmente.

Na mesma reportagem, a assistente social destaca um caso recente, em que uma empresa tinha vagas

I BBC NEWS BRASIL. Qualificados, mas com trabalho braçal: como congoleses 'descobrem racismo' no Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60227394>>. Acesso em: 27 out. 2022.

III UNHCR (THE UN REFUGEE AGENCY). Global Trends Forced Displacement in 2021. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/62a9d1494/global-trends-report-2021>>. Acesso em: 27 out. 2022.

IV ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. Painel interativo sobre as decisões de refúgio no Brasil. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/>>

disponíveis de emprego – oferta à qual a Cáritas respondeu com encaminhamento de diversos africanos, principalmente congoleses, para concorrer aos cargos. No entanto, segundo Aline, “eles [recrutadores] não contrataram nenhum dizendo que eles precisavam ter boa aparência. Fico me perguntando: que aparência eles tinham de ter para conseguir aquele emprego?!”.

Em contrapartida, aqueles que conseguem ingressar no mercado de trabalho são submetidos às duras jornadas de trabalho, além da remuneração aquém do previsto.

Ou acham que são coitados que precisa, de trabalho e pagam R\$ 35 por uma faxina que normalmente custa R\$ 200 ou oferecem casa e comida mas não dão salário. É uma exploração travestida de ajuda [...] As pessoas dificilmente fazem essas propostas para brasileiros, mas acham que podem fazer esse tipo de coisa com os refugiados.

Segundo Aline, por conta da dificuldade financeira para se estabelecer em outras regiões da cidade, 99% dos congoleses que chegaram ao Brasil nas últimas duas décadas vivem nas periferias fluminenses.

Dessa forma, os dados fornecidos pelo ACNUR se associam aos relatos em circulação na esfera midiática, compondo um quadro bastante complexo, no qual a necessária regulamentação jurídica da condição de refugiado não se mostra como suficiente para assegurar as condições de uma plena integração local. O que se pode observar é que a regularização da condição jurídica evitaria alguns constrangimentos, mas não deixa de demandar uma rede complexa de práticas relativas tanto à inserção no mundo do trabalho, quanto às diversificadas intervenções para a promoção de inserção comunitária qualificada.

O caso Moïse Kabagambe como analisador das tensões em jogo na integração local

Antes de apresentarmos este item, cabe um comentário de ordem pessoal: trata-se daquele tipo de relato que preferíamos não ser necessário fazer. Mencionamos o caso do brutal assassinato do jovem congolês, no dia 24 de janeiro de 2022. Os relatos obtidos na imprensa indicam que a brutalidade do tratamento que recebeu teria sido disparada por uma cobrança por dois dias de trabalho não remunerados, na orla da Praia da Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio. Desse modo, a brutalidade emerge como uma espécie de reação a uma cobrança – o que já configura elemento de uma outra injustiça, proveniente de relações de trabalho precárias.

Entre os aspectos que configuraram a cena em questão, a brutalidade do ato parece ter motivado uma amplificação do evento, produzindo uma rede de textos em circulação que passaram a enfatizar outros aspectos, anteriores ao evento. Nesse conjunto de matérias jornalísticas, houve certo destaque à vinda do refugiado congolês ao Brasil como uma possibilidade “para fugir da guerra e da fome” na República Democrática do Congo.

Com efeito, a entrada em cena da perspectiva da mãe de Moïse, Lotsove Lavy Ivone, de 43 anos, permitiu que se construísse uma nova dimensão espaço-temporal. Trata-se de uma suspensão do marco temporal do refúgio e a permanência da guerra: “Fugimos do Congo para que não nos matassem. Mas

mataram meu filho aqui". Como se vê, os indicadores espaciais "do Congo" e "aqui" marcados pela ameaça e pela execução da morte.

Refugiado político no Brasil, o rapaz deixou a República Democrática do Congo junto aos irmãos. A vida do congolês era semelhante à de milhares de brasileiros: o exercício de atividades precarizadas, com diárias remuneradas a valores mais baixos, sem a garantia de direitos trabalhistas e com a insegurança sobre o pagamento dos próprios valores negociados em condições desfavoráveis.

Nesse quadro de relações precárias de trabalho, o conflito comparece como elemento constante de exercício de força. No caso em discussão, o conflito os marcos da tensão e se institui como violência. O brutal assassinato é perpetrado por homens negros que vivem relações semelhantes de espoliação, em quiosques e barracas da orla da Barra da Tijuca, área nobre da Zona Oeste do Rio. A brutalidade do caso trouxe comoção nacional e internacional.

Além da sessão de agressões, Moïse foi amarrado pelos criminosos, em plena via pública. Imagens das câmeras de segurança divulgadas pela Polícia Civil mostram os transeuntes que param para observar a cena, mas sem nenhum tipo de ação. O açoite aos escravizados que, antes, acontecia em praça pública, nos tempos modernos, acontece em um dos bairros mais nobres do Rio.

A morte do congolês foi uma espécie de "espetáculo" para quem, mesmo diante das fortes cenas, compareceu ao quiosque para consumir produtos. O funcionário do estabelecimento continuou atendendo aos clientes normalmente e de forma tranquila.

De acordo com a Rádio BandNews FM^{II}, uma testemunha disse, em depoimento, que os agressores de Moïse afirmaram que o congolês estaria recebendo um "corretivo" por ter roubado pessoas na praia. Ela presenciou as agressões quando foi ao quiosque comprar um refrigerante e que, no momento, os criminosos pediram para que ela não olhasse o ataque.

Com a repercussão do caso, um dos acusados pelo crime foi às redes sociais tentar justificar o injustificável:

Ninguém foi na intenção de tirar a vida dele [...] A gente fomos (sic) defender o senhor do lado e, infelizmente, aconteceu a fatalidade dele perder a vida. Foi tanto que eu mesmo liguei pra SAMU (sic), o rapaz que também tava envolvido também tentou prestar socorro a ele, fazendo massagem cardíaca, dando água pra ver se ele reanimava, mas ele não reagiu. Fica claro aqui que ninguém queria tirar a vida dele porque ele era negro, jamais! Entendeu?! Ninguém queria tirar a vida dele porque era de outro país, entendeu?! Venho pedir desculpa aqui à família, aos parentes, tentei me entregar a primeira vez, fui na Defensoria Pública, mas não tinha nada contra mim ainda. Me mandaram pra casa de volta. Tô indo lá de novo pra se entregar (sic) [...].

Nessa alocução, percebem-se traços de uma fala espontânea atravessada por vozes do campo jurídico. Na descrição proposta, o ataque brutal é apreendido como uma ação reativa: "defender o senhor do lado". Os traços que sugerem a presença de vozes do campo jurídico são diversos, destacando-se

II RÁDIO BANDNEWS FM. Agressores de Moïse Kabagambe alegaram que jovem estaria recebendo 'corretivo'. Disponível em: < <https://www.band.uol.com.br/bandnews-fm/rio-de-janeiro/noticias/agressores-de-moise-kabagambe-alegaram-que-jovem-estaria-recebendo-corretivo-16477540>>. Acesso em: 18 out. 2022.

inicialmente a pretensão de indicar ter havido “tentativa de prestar socorro”.

Outra indicação que parece relevante acerca da presença de vozes do campo jurídico reside no debate acerca da motivação para o crime. Se o debate em circulação na esfera midiática configurava sentidos relativos ao racismo e à xenofobia, um debate com essa perspectiva se observa em: 1) “Fica claro aqui que ninguém queria tirar a vida dele porque ele era negro, jamais!”; e 2) “Ninguém queria tirar a vida dele porque era de outro país, entendeu?!” . Com a entrada em cena da recusa da perspectiva explicativa presente em “porque ele era negro” e “porque era de outro país”, estabelece-se um diálogo que pretendaria afastar os agravantes implicados na prática do racismo e da xenofobia.

Após essa alocução nas redes sociais, esse acusado também realizou contato ativo com jornalistas para tentar minimizar sua participação no crime, justificando que não tinha intenção de matar o congolês. Na sequência, no entanto, em depoimento à polícia, justifica a raiva alegando que o congolês estava bêbado e incomodando clientes e trabalhadores há dois dias. Segundo ele, o quiosque não devia diárias ao refugiado.

Outra perspectiva entra em cena no debate, vocalizada pelo Procurador de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil. Em entrevista ao G1^{III}, afirmou que “existe uma tentativa de transformar ele [Moïse] na pessoa que gerou o resultado da própria morte”.

Com efeito, a alegação acerca das diárias a serem pagas também é negada pelo dono do quiosque Tropicália, que só foi notificado pela Polícia Civil para prestar esclarecimentos três dias após o registro da morte da vítima. Aliás, nove meses após a morte de Moïse, não se sabe ao menos o nome do proprietário do estabelecimento.

As investigações só começaram a ter notoriedade após a repercussão na imprensa, cerca de cinco dias depois do crime, além da pressão familiar e de órgãos defensores de políticas públicas para negros e refugiados. Todo processo ainda corre sob sigilo.

A reportagem publicada pela BBC News Brasil^{IV} aponta que a Embaixada do Congo pediu respostas ao governo brasileiro sobre a morte de Moïse: ele foi o quinto congolês assassinado brutalmente no país no intervalo de seis anos. No entanto, os esclarecimentos nunca chegaram. Em nota ao periódico, o Itamaraty apenas expressou “indignação com o brutal assassinato e espera que o culpado ou culpados sejam levados à Justiça no menor prazo possível”.

Na mesma matéria, a BBC Brasil conta a história de Lina, uma refugiada congolesa que está no país há sete anos. No entanto, a mulher afirma que não se sente mais segura no Brasil e acredita que será obrigada a fugir novamente, devido ao crescimento da hostilidade contra congoleses no país.

Na reportagem, Lina afirma que teve a casa invadida e que o marido foi ameaçado de morte. A família se mudou para outro bairro, onde, dias depois, um amigo, também africano, foi morto. “O que

III PORTAL G1. À polícia, presos negam intenção de matar Moïse; um deles diz que agrediu para ‘extravasar a raiva’ porque ele estava ‘perturbando’. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/02/a-policia-presos-negam-intencao-de-matar-moise-um-deles-diz-que-agrediu-para-extravasar-a-raiva-porque-ele-estava-perturbando.ghtml>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

IV BBC NEWS BRASIL. ‘Brasil recebe, mas não acolhe’: violência, preconceito e pobreza fazem com que congoleses pensem em deixar o país. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60267870>>. Acesso em: 27 out. 2022.

aconteceu com o Moïse já aconteceu com outros. Muita gente acha que a situação vai piorar ainda mais [...] muitos estão pensando em sair do Brasil”.

O Brasil não era o principal destino dos congoleses. Mas esse rumo mudou após o fechamento de fronteiras e as dificuldades impostas para o refúgio em países como os Estados Unidos. Para o congolês Bas’Ilele Malomalo, que é professor de Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab) e pesquisador de movimentos migratórios africanos no Brasil, essa não é a primeira migração congolesa para o país: “70% da população escravizada que veio para cá saiu da parte da África onde está o Congo [...] Nossos avós moldaram o Brasil e ajudaram a construir a identidade nacional”.

No entanto, ao chegarem em solo brasileiro, muitos (e inclusive crianças) se deparam, segundo Aline Thuller^V, com o racismo e a xenofobia:

Ouvem que o refugiado está vindo pra roubar nossas vagas de trabalho, pra roubar nosso lugar no hospital, no SUS [Sistema Único de Saúde]. Eles vivem a xenofobia. E também tem aquilo de que o refugiado é foragido, que fez algo de errado no país de origem. Essa associação do refugiado com um foragido é muito presente [...] As vivências são muito difíceis. Crianças que perguntam: “por que me chamam de macaca, tia? Estão me chamando de macaca”.

As páginas jornalísticas e as relações de poder

Com isso, no texto jornalístico, os repórteres dão voz a outras vozes, como uma forma de demarcar a fala do autor daquele discurso, criando, a partir disso “ilusões de fidelidade da palavra do outro, de objetividade na reprodução no dizer do outro e de neutralidade por parte de quem fala” (Baalbaki, Deusdará, 2011).

Dessa forma, nesta pesquisa, analisamos os discursos reportados em duas matérias jornalísticas, utilizadas como base para este projeto, intituladas “Veja o que se sabe sobre a morte do congolês Moïse Kabagambe”, do Jornal Folha de São Paulo, e “Moïse Kabagambe: O que se sabe sobre a morte do congolês no Rio”, do Portal G1.

Com títulos praticamente idênticos, os noticiários são escritos em forma de questionário, traçando uma espécie de linha do tempo sobre os fatos acerca do crime. Os textos são escritos no formato conhecido no jornalismo como “ping pong”, que se caracteriza por ser uma entrevista em que o repórter e a personagem ficam frente a frente, são feitas uma série de perguntas intercaladas com as respostas do entrevistado.

No entanto, no caso dessas matérias, percebe-se que a voz dos questionamentos não é do jornalista em si, mas do próprio leitor que busca se inteirar do caso e, consequentemente, as respostas são dadas pelos próprios veículos de comunicação.

V PORTAL G1. Assistente social que viu Moïse Kabagambe crescer lamenta morte de congolês: ‘É muito difícil de acreditar’. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/01/assistente-social-que-viu-moïse-kabamabe-crescer-lamenta-morte-de-congoles-e-muito-difícil-de-acreditar.ghtml>>. Acesso em: 27 out. 2022.

O objetivo da matéria é mostrar para o leitor que aquela mídia está a par de todos os acontecimentos que envolvem a morte do congoles. É uma tentativa de passar credibilidade e, para isso, são utilizados como personagens órgãos importantes, como a Polícia Civil, informações do Instituto Médico Legal (IML), o detalhamento das imagens das câmeras de segurança e relatos de parentes.

Dessa forma, abaixo, está o quadro que relaciona a sequência de fatos narrados pelo Jornal Folha de São Paulo com as vozes reportadas em um trecho do discurso e os termos *dicendi*, usados para fazer referência ao modo como o interlocutor se expressa.

QUADRO 1 – Vozes reportadas e termos dicendi

Vozes reportadas	Termos <i>dicendi</i>
Uma testemunha	"Relatou"
Uma testemunha	"Relatou [à polícia]"
[Com testemunhas]	"De acordo com"
[O único que permaneceu no local foi Aleson]	"Segundo [os depoimentos] Aleson"
Aleson	"Disse [à polícia]"
Uma outra testemunha	"Confirmou [o relato]"
O funcionário do quiosque Tropicália	"Mentiu"
Ele	"Disse"
Ele	"Retificou"
O depoimento do dono do quiosque	"Indica"
Ele	"Disse"
Ele	"Relatou"
Os agressores	"Afiram"
Eles [os agressores]	"Disseram"
Os suspeitos	"Afiram"
Brendon	"Afirmou"
Ele	"Afirmou [tem a consciência tranquila]"
Aleson	"Afirmou"
Fábio	"Disse"

Fonte:elaborado pelos autores.

A partir desse quadro, é possível perceber que o veículo utiliza modalizadores para introduzir ou remeter a responsabilidade das falas aos seus respectivos enunciadores. Segundo Baalbaki e Deusdará (2011):

A ocorrência dessa estratégia dá-se quando o enunciador citante indica que está se apoiando em outro discurso, utilizando-se, para tal, de mecanismos discursivos próprios, ou seja, de elementos modalizadores, tais como: segundo x, de acordo com x, como diria x. (BAALBAKI; DEUSDARÁ, 2011, p. 131)

Desse modo, as vozes atribuídas aos órgãos competentes recebem o tom de certeza e credibilidade, ao passo que o jornalista [e o veículo] se isenta da responsabilidade pelo que foi dito/divulgado. Inclusive,

até mesmo os discursos dos suspeitos e de testemunhas recebem esse tom de veracidade, conforme é observado a seguir.

Quadro 2 – Credibilidade e isenção jornalística

Vozes reportadas	Termos <i>dicendi</i>
Familiares do congoles	“Disseram”
Hoje [o pai] trabalha na diplomacia	“ <u>Segundo [a família]</u> ”

Fonte: elaborado pelos autores.

Em contrapartida, ao se referir à família do refugiado, apesar de utilizar os mesmos modalizadores, o discurso recebe o tom de incerteza:

Quadro 3 – Incredibilidade quanto ao discurso das vítimas

Vozes reportadas	Termos <i>dicendi</i>
Testemunhas	“Confirmaram [que os agressores usaram pedaços de madeira e um taco de beisebol]
Laudo do Instituto Médico Legal (IML)	“Indica”
O documento	“Diz”
A defesa do dono do quiosque	“Afirma”
O dono do quiosque	“Negou”
Sua defesa	“Segundo”

Fonte: elaborado pelos autores.

No entanto, há uma mudança nessa tonalidade quando a matéria jornalística traz o posicionamento da família sobre a intimidação que eles sofreram de policiais militares:

Quadro 4 – Mudança de tonalidade quanto à “interferência” policial

Vozes reportadas	Termos <i>dicendi</i>
A família do congoles	“Diz”
[Dois policiais militares] compareceram aos estabelecimento três vezes desde o crime	“ <u>Segundo os parentes</u> ”
Os familiares	“De acordo com”
A família da vítima	“Conforme”
Os agentes voltaram a pedir documentos e fazer perguntas sobre o que havia acontecido e o que o grupo fazia ali	“De acordo com relatos”
A Delegacia de Homicídios da Capital	“[que] Investiga”
A Delegacia de Homicídios da Capital	“Analisou [imagens]”
12 pessoas	“[já] Foram ouvidas”
Três homens	“Foram presos”

A polícia	"Apreendeu"
Uma barra de madeira	"Tinha sido [descartada]"
Eles [três homens presos]	"Deverão [responder por homicídio duplamente qualificado – com impossibilidade de defesa e uso de meio cruel"]
O processo	"Corre [em sigilo]"
A juíza	"Decreto"
A polícia	"Segundo"
Fábio Pirineus da Silva	"Confessou"
Aleson Cristiano de Oliveira Fonseca	"Admitiu", "disse"
Brendon Alexander Luz da Silva	"Aparece [no registro das agressões imobilizando Moïse no chão]"

Fonte: elaborado pelos autores.

Já na matéria publicada pelo Portal G1, quase não há diferenciação nos traços semânticos, sejam eles referentes aos órgãos de investigação, familiares, suspeitos ou testemunhas. Inclusive, há uma preferência do jornalista pelo uso de verbos que corroboram certeza nas falas, o que pode indicar, para quem lê a notícia, que aquele veículo esteve, de fato, com os autores do discurso.

Quadro 5 – Preferência pelo tom de certeza para realçar a credibilidade jornalística

Vozes reportadas	Termos <i>dicendi</i>
O congolês	"Foi"
Ele	"Trabalhava"
A família	"Segundo"
Moïse	"Foi"
A família	"Diz"
O congolês	"Foi cobrar"
O congolês	"Foi espancado"
Imagens	"Mostra" (sic)
Um dos envolvidos	"Diz"
Um dos envolvidos	"Segundo ele"
Ele [Moïse]	"Teve [um problema]"
Ambas [imagens]	"Estão sendo [analisadas]"
Imagens	"Mostram"
Sessão de agressões	"Começa"
O primo da vítima	"Segundo"
O gerente	"Continuou trabalhando"
Ivana Lay	"Está inconformada"
Ivana Lay	"Disse"
Ela	"Disse"
Testemunhas	"Disseram [que Moïse apanhou de 5 homens]"

Fonte: elaborado pelos autores. .

A única incerteza apresentada ao longo da matéria é com relação à tipificação do crime: Três homens foram presos pela morte de Moïse na terça-feira (1). Eles deverão responder por homicídio duplamente qualificado – com impossibilidade de defesa e uso de meio cruel. O processo corre em sigilo.

Conclusão

Nesta pesquisa, buscou-se fazer uma aproximação crítica acerca do tema do refúgio, tanto no Brasil quanto no mundo, mostrando não apenas a difícil realidade desse público, mas também apontando desafios, como racismo e xenofobia, os quais esses imigrantes precisam enfrentar diante de uma nova realidade em um novo território.

Além disso, é possível perceber a ausência de políticas públicas eficientes para essa população. Embora as fronteiras brasileiras estejam abertas para receber todos, imigrantes e estrangeiros, as oportunidades são destinadas para uma minoria. Outra questão elencada é a violência, seja trabalhista ou urbana, à qual esse público, principalmente os africanos, é submetido.

A apresentação das reportagens jornalísticas possibilitou a produção de uma leitura crítica, orientada para a desmontagem da superfície textual, a qual mostrou, em um dos veículos de mídia, a diferença de credibilidade dada diante das falas de órgãos do governo e da própria família da vítima.

Referências

- AGAMBEN, G. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Trad. de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.
- ARANTES, P. C. C.; DEUSDARÁ, B.; BRENNER, A. K. Língua e alteridade na acolhida a refugiados: por uma micropolítica da linguagem. **Fórum Linguístico**, v. 13, p. 1196, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2016v13n2p1196/32092>. Acesso em: 26 dez. 2022.
- DEUSDARÁ, B.; FIGUEIREDO, N. A. O refúgio como tema humanitário ou econômico: sentidos em interdelimitação na mídia. **Revista E-scrita**, v. 11, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RE/article/view/3965> Acesso em: 26 dez. 2022.
- DEUSDARÁ, B.; ARANTES, P. C. C. Sentidos do refúgio em documentos oficiais. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 20, p. 52-73, 2019.
- DEUSDARÁ, B.; ARANTES, P. C. C.; BRENNER, A. K. ‘É um problema de todo mundo’: conceitos, métodos e práticas no ensino de português para refugiados. **Fórum Linguístico**, v. 15, p. 3226-3240, 2018.
- DEUSDARÁ, B.; ARANTES, P. C. C.; ROCHA, D. Cruzando fronteiras: a promoção de direitos com refugiados nas práticas de ensino de línguas. **Revista Gragoatá**, p. 268-288, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33472/19459>. Acesso em: 26 dez. 2022.
- LAND, A. C. **O refúgio entre a lei e a mídia**: análise discursiva da construção da imagem de refugiado(a) na lei 9.474/1997 e em notícias online do jornal Folha de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Letras).

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Trad. de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Trad. de Freda Indursky *et al.* Campinas, SP: Pontes, 1989.

NEVES, R. L. **Línguas em contexto de refúgio**: uma análise dos sentidos atribuídos ao acolhimento por refugiados(as). Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ROCHA, D. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 619-632, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/cMYCwn43CZP6wBxmXvRzF5L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 dez. 2022.

ROCHA, D.; DAHER, M. C. F. G.; SANT'ANNA, V. L. A. Produtividade das investigações dos discursos sobre o trabalho. In: Maria Cecília Pérez de Souza e Silva; Daniel Faïta. (Org.). **Linguagem e Trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. 1ed. São Paulo: Cortez, 2002, v. 1, p. 77-91.

SILVA, L. C. M. da. "E é uma improvisação treinada, previamente treinada": sentidos do trabalho com refugiados em entrevista com professora voluntária. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SOARES, M. M. P. **Acolhimento Linguístico em curso**: português com refugiados. Tese (Doutorado em Letras). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Artigo Original

Narrativas do acolhimento? Efeitos de sentido, silenciamento e o sujeito migrante

Narratives of the reception? Effects of meaning, silencing and the migrant subject

Camila Lucena

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos de sentido possíveis da palavra acolhimento no contexto do ensino de línguas em situação de migração e refúgio venezuelano no Brasil. Considerando os discursos sobre a acolhida escolar, selecionei profissionais da educação e alunos migrantes/venezuelanos para analisar como cada grupo fala sobre esse processo. Entre esses discursos ocorrem as ressonâncias interdiscursivas (Serrani, 1997) que são entendidas como funcionamentos parafrásticos de significação que acontecem nos discursos. Através do discurso sobre, observo o atravessamento da subjetividade do sujeito migrante/refugiado através da materialidade significante do outro, o nacional, que entende a acolhida como caridade.

Palavras-chave: Migração; Acolhimento; Ensino de línguas; Venezuelanos.

Abstract: This paper aims to analyze the possible effects of meaning of the word reception in the context of language teaching in a situation of migration and Venezuelan refuge in Brazil. Considering the discourses about school reception, I selected education professionals and migrant/venezuelan students to analyze how each group talks about this process. Among these discourses occur the interdiscursive resonances (Serrani, 1997) that are understood as paraphrastic workings of signification that occur in the discourses. Through the discourse about we have the crossing of subjectivity of the migrant/refugee subject through the signifying materiality of the other, the national, who understands the welcome as charity.

Keywords: Migration; Reception; Language Teaching; Venezuelans.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos de sentido possíveis da palavra acolhimento no contexto do ensino de línguas em situação de migração e refúgio venezuelano no Brasil. O termo está presente no nome do projeto federal brasileiro de recepção dos migrantes venezuelanos, a Operação Acolhida, no imaginário construído sobre o Brasil enquanto terra acolhedora e também nas políticas linguísticas que pensam a relação entre migração, educação e ensino de línguas, condicionando a integração desse sujeito pelo acesso ao ensino de língua portuguesa e o chamado português como língua de acolhimento (PLAc). Assim, analiso como foi essa chegada, buscando investigar como a comunidade

pedagógica tem lidado com os estudantes migrantes e refugiados.

Em seguida, apresento uma discussão mais específica sobre o *discurso sobre* e o *discurso do* na escola, com o objetivo de complementar, juntamente com esse olhar inicial etnográfico, como os sujeitos imigrantes/refugiados são considerados nesse processo de escolarização.

Inicio a discussão a partir de Payer e Celada (2016), que pensam o ensino de línguas a partir da perspectiva da Análise de Discurso (AD), distinguindo o *ser sujeito da linguagem* do *ser sujeito da língua de estudo*. Partindo daí, percorro um caminho teórico para pensar nas formas de inscrição do sujeito em uma língua, o papel do(a) professor(a) e da escola no contexto migratório.

Em seguida, convoco as noções de paráfrase, polissemia, ressonâncias interdiscursivas para analisar os *discursos sobre* que ecoam acerca dos(as) imigrantes e refugiados(as) venezuelanos(as) na escola, entendendo que existem incidências discursivas-políticas que vêm de outros lugares, outras condições de produção, que são atualizadas, retomando e construindo novos sentidos. Por fim, faço essa análise a partir de duas professoras, a professora regente e a diretora da escola, que atuaram diretamente nesse acolhimento.

O discurso sobre

Nesta seção, o objetivo é levantar discussões sobre a atuação da escola em contextos de migração. Os(As) imigrantes e refugiado(as) venezuelanos(as) entram no país e chegam na escola sendo subjetivado pelo outro. Esse outro, o nacional do país de chegada, na figura do Estado, da mídia e da escola falam sobre o(a) imigrante e o(a) refugiado(a) atravessados(as) por já-ditos sobre o(a) venezuelano(a), sobre a Venezuela, sobre o imaginário político que esse país carrega, ressignificando-os(as) em formações discursivas (FD) dicotônicas, mas que se cruzam no ato de falar e produzir sentidos sobre o outro.

Interessa-me, pois, falar a respeito do *discurso sobre* esse sujeito, o entendendo como “uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos” (Orlandi, [1990] 2008, p. 44). Segundo Orlandi, esse discurso é polifônico e “é no discurso sobre que se trabalha o conceito de polifonia. Ou seja, o *discurso sobre* é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (do discurso de)” (Orlandi, [1990] 2008, p. 44). Ao retomar essa noção em 1996, Mariani afirma que o *discurso sobre* atua na institucionalização dos sentidos “no efeito de linearidade e homogeneidade da memória” (Mariani, 1996b, p. 64).

Os discursos sobre são discursos intermediários, pois ao falarem sobre um discurso de (‘discurso-origem’), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o falar sobre transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor. (Mariani, 1996b, p. 64)

Esses lugares de autoridade são ocupados por distintas entidades como mídia, Estado, ONGs e a escola. O *discurso sobre* já circula muito antes da chegada desses sujeitos no Brasil e são atualizados especialmente pela mídia, pela operação acolhida (Estado) e pelas leis que vão colocar a escola como um lugar de acolhimento e de integração, mas, de igual modo, assume a posição de mais um lugar onde o

discurso sobre vai ecoar:

o poder discursivo [...] das instituições envolvidas em seu processo de acolhimento [...] torna-se mais incisivo: se não há espaço para confrontos, réplicas ou polêmicas, os sentidos da formação discursiva política dominante se instalam e se disseminam com maior facilidade (Mariani, 1996b, p. 64-65).

Com maior facilidade, mas não sem os embates, confrontos, que é o que apresento adiante. O *discurso sobre* é constituído por regularidades significativas que falam de outros lugares e que voltam muito na forma de representações, isto é, dizeres estabilizados que convocam um imaginário sobre o outro “[...] daquele que ouve os ‘rumores’ do que é social e constrói uma narrativa capaz de produzir ‘efeitos de real’” (Petri, 2009, p. 2).

O discurso sobre tem ainda características próprias de um discurso que produz efeitos de sentidos contraditórios, pois, ao mesmo tempo em que ele funciona na recuperação de uma memória (organizando elementos próprios do discurso de), ele corre o risco de reduzir essa memória a um acúmulo de informações sobre o passado (ibidem, p. 9).

Ao recuperar efeitos de sentidos contraditórios, os *discursos sobre* revelam falhas que permitem a réplica acontecer. Ou seja, abrem-se espaços para outras FD e outras memórias discursivas para o confronto.

Pensar, analisar e problematizar a escola e as práticas de ensino não é uma tarefa simples para um(a) professor(a), uma vez que este(a) se encontra no centro desse processo, e a autocrítica envolve sofrimento e, por vezes, sentimentos de fracasso, atravessando o professorado brasileiro quase como uma doença crônica. Sabe-se que a responsabilidade pela Educação Pública, estrutura e direcionamentos, depende do Estado que, há muito tempo no Brasil, não coloca a educação como prioridade, atuando ano após ano em um processo de sucateamento, abrindo espaço para a entrada da iniciativa privada e para a desresponsabilização das gestões públicas, sobrecrecendo os sistemas educacionais e culpabilizando os(as) servidores(as), sendo os(as) professores(as) um dos principais alvos.

É possível observar nos últimos anos uma crescente violência para com os(as) professores(as) e a escola, através de projetos como a “escola sem partido” e “filme e denuncie seu professor” – ameaças e uma constante precarização física e emocional desse profissional.

É nesse contexto que chega o(a) imigrante e refugiado(a) venezuelano(a) nas escolas da rede pública, em sua maioria, exigindo da gestão escolar uma reorganização, um exercício de pensar esses sujeitos na escola, métodos de ensinos e estratégias de acolhimentos. O que apresentarei nas próximas páginas de forma alguma tem como objetivo culpabilizar o(a) professor(a) ou a escola como entidades individuais. Esse gesto de análise destina-se a uma reflexão para professores(as), escola, Estado e sociedade de modo geral; reflexão que se produz a partir da compreensão de que os discursos que são encontrados na escola são consequências da formação social atual, de atravessamentos político-ideológicos pelos quais foi sendo dita-trabalhada a chegada dos(as) imigrantes e refugiados(as) no Brasil. No caso deste trabalho,

especificamente dos(as) venezuelanos(as).

O desejo é chamar atenção e mostrar como os discursos estão atravessados por ressonâncias interdiscursivas (Serrani, 1997), pelo político e ideológico, o que me leva a pensar em como criar um ambiente escolar verdadeiramente acolhedor e digno, que possa se estender para a sociedade como um todo. Por vezes, a análise pode parecer dura, mas aqui entendo a escola como um dos lugares discursivos de acolhimento, com sujeitos atravessados pelo social, político e ideológico e objetivo pensar em como fazer desse acolhimento menos opressor.

Ao pensar em ressonâncias interdiscursivas, Serrani (1997, p. 43) parte da noção de paráfrase como “funcionamento parafrásticos das unidades linguísticas no discurso”. Isto é, determinadas materialidades linguísticas que recuperam sentidos através das relações parafrásticas de sintagmas, verticalidade do discurso, que, pertencentes a FDs específicas, atualizam sentidos na horizontalidade discursiva. Logo, entre um sintagma e outro, ressoam os significados, o que a autora chama de ressonâncias de significação.

Serrani (1997, p. 47) propõe que “para que haja paráfrase a significação é produzida por meio de um efeito de vibração semântica mútua”. Isto é, os já ditos ressoam no interior de dado discurso em sua relação com o interdiscurso, retomando, atualizando e também provocando deslizes e relações entre FDs distintas. Essa ressonância interdiscursiva de significação se dá através de unidades específicas da língua, como itens lexicais, sintagmas, *etc.*, e modos de dizer, com destaque para repetição que cria uma estabilidade de sentidos. Nas palavras da autora, “ressonâncias interdiscursivas de significação que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido” (Serrani, 1997, p. 16).

Em 1982, ao trazerem a perspectiva da paráfrase, Pêcheux e Léon já a entendem como vinculada às noções de substituição, sinonímia e de transformação. Logo, os sentidos se dão a partir de dois fenômenos distintos, mas interligados: o da repetição e, por consequência, a confirmação; e o da negação, e, por consequência, a transformação. Isto é, “o da identidade, da repetição, assegurando a estabilidade da forma lógica do enunciado” e o da “diferença discursiva, da alteração do sentido induzido pelos efeitos de espelhamento de deriva” (Pêcheux; Léon, [1982] 2011, p. 172).

Entendo, assim, que as relações parafrásticas dão forma material aos sentidos no processo discursivo. Isso, claro, devido a seu funcionamento em FDs e condições de produção específicas. “O jogo de paráfrases é que dá as distâncias (relativas) dos sentidos na relação de diferentes formações discursivas. Pelas paráfrases, os sentidos (e os sujeitos) se aproximam e se afastam. Confundem-se e se distinguem” (Orlandi, 1990, p. 41).

Para Orlandi (1990), quando se considera a linguagem pode não ser fácil conseguir distinguir o mesmo do diferente. Porém, “nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados” (Orlandi, 1990, p. 37). Afinal, as falhas são possíveis de acontecer no real da língua e a ruptura de acontecer no real da história. Contudo, é possível recuperar, a nível de interdiscurso, os já ditos que ressoam entre os discursos e se materializam através da paráfrase discursiva e, propõe Orlandi, da polissemia.

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer.

Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco” (Orlandi, 1990, p. 36).

Ao destacar o mesmo e o diferente, é possível observar a tensão da produção discursiva do *discurso sobre* o imigrante e o *discurso do* imigrante. Diante disso, Orlandi (1990) apresenta a distinção entre criatividade e produtividade. Para a autora, a “criação” é relativa e o que podemos observar é a produtividade dos discursos, que retomam aquilo que já foi dito, discursos já cristalizados que ressoaram em outras condições de produção em outras FDs. “Produz a variedade do mesmo” (Orlandi, 1990, p. 37). A criatividade implicaria a ruptura com o cristalizado, surgindo desse modo, o diferente.

A paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer (Orlandi, 1990, p. 38).

Entendo, assim, que *o discurso sobre* atua na perspectiva da criatividade do mesmo, enquanto *o discurso de* tentar trazer a polissemia para essas relações discursivas. Tenta furar a bolha dos *discursos sobre*, da variedade do mesmo, para, nessas condições de produção, fazer ecoar sentidos outros sobre o ser venezuelano(a). Será interessante observar como isso acontece na escola e como pouco a pouco *o discurso de* vai mudando *os discursos sobre* na escola. Porém, neste trabalho, focarei no *discurso sobre*.

Logo, acompanhei esse processo através de duas professoras de uma escola municipal da cidade de Igarassu, ou seja, como esses processos de identificação das práticas de ensino, no dia a dia dos(as) alunos(as) imigrantes e refugiados(as) venezuelanos(as) na escola. Isto é, o processo de inscrição na ordem de uma língua outra, em um espaço outro.

Como “inscrição da ordem”, entendo com Celada (2013) que seja a inscrição do sujeito a qualquer ordem de funcionamento linguístico, tais como práticas de escrita, de leitura, de escuta, oralidade dentro do processo de ensino em ambiente escolar. No caso dos(as) imigrantes e refugiados(as), essa inscrição ocorre com as diversas modalidades da língua estrangeira do local de destino, como também novas formas de “inscrição na ordem” da sua língua, ainda que essa não esteja/seja o foco direto da escolarização. Porém, essa língua, ou melhor, as práticas linguísticas e discursivas do sujeito são perturbadas, acontecem ruídos, ainda que haja tentativas de interdição.

Por isso, reforço aqui que esse processo de inscrição do sujeito acontece no espaço do entremedio que, segundo Celada (2002, p. 28), significa “relação à qual um sujeito *entre-línguas* fica exposto em processos de ensino-aprendizado, de modo geral”. *Entre-línguas, entre-culturas, entre-lugares*, uma jornada de arriscar-se e de sobreviver, sendo estas características da jornada do migrante. Destaco aqui que isso também se dá fora da educação, mas o objetivo aqui é perceber isso na escola.

Nesse movimento de inscrição, ocorrem processos de identificação que, segundo Payer e Celada (2018), estão entrelaçados aos de subjetivação. Enfatizo aqui que esses processos acontecem com todos os

sujeitos envolvidos nas práticas de ensino: professor(a) e alunos(as), uma vez que, nesse contexto, existe uma relação tensa entre ideologia, alteridade e ensino-aprendizagem. Professores(as) também estão sob aprendizado com o(a) aluno(a) estrangeiro(a), arriscando-se na língua e na complexidade que envolve o dia a dia do outro.

Nesse entremeio, entre posições subjetivas diversas, os(as) imigrantes e refugiados(as) vão construindo movimentos de identificação, formas de se inscrever na língua para tornar-se sujeito dela. A inscrição da qual falo não tem a ver com a ideia de domínio total de uma língua, ou uma falsa totalidade que acredito não existir nem mesmo para os(as) nativos(as), considerando que existem várias modalidades de uma língua e, no caso do português, que o seu total domínio, embora desejado, não é de fato alcançado por muitos(as) brasileiros(as). Logo, quando menciono a *inscrição na ordem* da língua, quero enfatizar que não se resume apenas à organização de caráter normativo da língua. “O próprio sentido do significante ‘inscrição’, aqui mobilizado, não leva à ideia de totalidade, e sim à de estrutura” (Payer; Celada, 2018, p. 25). É preciso que esse movimento ocorra no sujeito, pois só assim ele estaria “qualificado” a ocupar determinadas posições. Segundo Payer e Celada (2018, p. 22), “subjetivar-se como sujeito na língua seria estar qualificado”. A qualificação não diz respeito ao domínio gramatical, mas sim às formas de compreender os fatos discursivos, a relação da língua com o seu simbólico.

A seguir, começo a apresentar o *discurso sobre* a partir dos relatos da professora e diretora. Para tanto, divido a seção em três momentos de análise: o primeiro marcado pela caracterização do(a) venezuelano(a); o segundo pela interdição; e o terceiro pela imposição.

A caracterização do(a) venezuelano(a)

Nestas primeiras Sequências Discursivas (SDs^I), observo uma insistente busca pela definição do outro. Porém, esse outro não é um qualquer, é um(a) venezuelano(a) que vem de um país em crise política e econômica, sobre o qual existe um imaginário de precariedade e de abandono. Esse imaginário, ecoa em estruturas parafrásticas que atualizam sentidos para *o ser venezuelano*, também na escola, atravessando a forma de enxergar esses alunos. Vejamos algumas SDs abaixo:

SD1(R1): *Quando eles chegaram, estavam tímidos e inseguros. São bastantes carentes e pegajosos comigo e com a assistente.* Não ficavam muito tempo fora de sala e nem interagia com os alunos Brasileiros. Isso também por conta do espaço da escola. Eles só têm o corredor para brincar, pois não deixamos ficar no pátio por motivos de segurança. Mas aos poucos ganharam confiança. Os alunos brasileiros também vinham atrás para conhecer os meninos venezuelanos e para falar em espanhol.

SD1(R2): *Depois desse começo tímido, agora eles estão agitados. Brigam muito entre eles. Deve ser coisa de venezuelano né...essa agitação e sentimento de posse pelo lugar em sala de aula, pelo lápis,...deve ser coisa deles.* Tento ensinar que não é assim que funciona as coisas. Que eles estão em um outro país e têm que aprender os

I O relato da professora e da diretora, por serem longos, serão divididos em recortes. Sendo assim, tem-se, em uma mesma SD, mais de um recorte para ser analisado em distintos tópicos. Exemplo: SD1(R1) e SD1(R2) fazem parte do mesmo relato, portanto a SD1, constituídas de recortes diferentes, R1 e R2.

costumes daqui... É difícil, percebo que eles *trazem brigas internas da ONG para a escola. Outro dia chamei os pais e fiz uma reunião. Isso não pode acontecer.* Sobre a situação do país, sei que está em crise por motivos políticos que gerou falta de trabalho e de comida. Alguns pais falam que não tinham comida. Até me assustei com uma aluna minha que tinha 11 anos, mas com cara de 5 anos devido à magreza. O pai falou que era a fome que estava acabando com a filha dele, com a família, por isso estão aqui.

SD1(R3): *Os Pais participam bastante sim. Sempre vem trazer e buscar os filhos e perguntam como eles se comportaram. Alguns que eu conheço mais, sei que tem até uma formação superior ou técnica. Tem uma mãe enfermeira, uma professora, um pai engenheiro, etc.* Com os pais brasileiros eu não tenho contato, porque minha turma é composta apenas por venezuelanos. A diretora pode falar sobre isso. Alguns questionaram a vinda dos alunos venezuelanos para esta escola. É lei, eles não podem reclamar quanto a isso.

SD2(R1): *As crianças venezuelanas se comportam de modo estranho quando tem comida nas festinhas da escola. Querem pegar tudo e levar para a família... mi papá y mamá,, dizem eles.* Aí a gente explica que tem hora pra comer e se sobrar eles podem levar, mas dividindo em igual partes para todos. *Deve ser coisa deles...o que eles passaram lá na Venezuela. A crise estava muito forte e a fome desesperadora como alguns pais falam.* Aqui eles têm esse apoio e devem agradecer muito. *Às vezes chegam exigindo, cheios de direitos e explicamos que também não estamos em uma situação boa.*

Na SD1(R1), “*são bastantes carentes e pegajosos*” é uma repetição comum de dizer para se referir a esse grupo de crianças de 0 a 12 anos da sala multisserieada. Nessas SDs acima, observa-se o relato da professora e diretora em um momento de escuta guiada por perguntas semiestruturadas, mas também pude perceber isso em outros momentos durante minha observação em sala de aula. Essa caracterização da carência parece vir desse lugar de precariedade que se criou sobre a Venezuela. Ora, se o país está em crise e eles(as) fugiram dessa situação, a carência está aí justificada. Logo, o deslizamento para o sentido de pegajosos foi usado para definir o toque e o contato próximo das crianças venezuelanas. É uma outra forma de falar da carência, da timidez inicial na escola nova. Mas não seriam assim todas as crianças? Contudo, nesse momento, a necessidade de definir o outro e de ratificar lugar de precariedade e do fracasso venezuelano parece ser maior.

É interessante notar que esse discurso sobre a carência das crianças é reconhecido pela escola como uma consequência do espaço já que existia uma limitação no local, afinal, como o pátio tinha o acesso proibido, por questão de segurança, todos os(as) alunos(as) ficavam durante o recreio em suas salas. E a sala dos(as) venezuelanos(as), como ficou conhecida, sendo a última de um pequeno corredor, anexo ao corredor principal. Realmente, não seria favorável à interação e contribuiria para esse sentimento de isolamento e “carência” que as crianças, segundo o discurso da escola, pareciam sentir.

A SD1(R2) mostra a evolução dessas crianças, antes tímidas, agora, agitadas. Há o destaque para as brigas entre elas e para o enunciado “*deve ser coisa de venezuelano*” e “*o sentimento de posse pelo lugar e pelo lápis...deve ser coisa deles*”. Deslizando sentidos possíveis para esses enunciados, entendo que eles(as)

partem do sentido da precariedade para explicar o desejo da posse, pois já que eles(as) perderam tudo e viviam de modo difícil, eles(as) querem ter e possuir, porém esse direito é negado. Eles(as) estão no Brasil, estão ganhando esses materiais, mas não significa que são deles(as), ou melhor, não são, pois surge a negação “*tento ensinar que não é assim que funciona as coisas*”, que funciona como uma alerta, para os(as) imigrantes e refugiados(as), de que eles(as) não possuem nada e tampouco podem possuir.

Esse discurso da falta e da carência aparece também na SD2(R1). O sentimento de posse com a comida, o desejo de levar para os pais e as mães, nunca são tomados como uma característica da infância, mas dos(as) venezuelanos(as). O “deve ser coisa deles” e, logo depois, a justificativa da precariedade da Venezuela retornam também aqui na fala da diretora. É interessante notar como aos(as) venezuelanos(as), inclusive, crianças, são negados o direito de reclamar e de não gostar de algo. Afinal, eles(as) estão sendo ajudados(as) e devem agradecer, se adaptar e não questionar.

Porém, é igualmente interessante notar que, mesmo com esses sentidos de carência, da falta de tudo, é possível perceber uma contradição no discurso da escola. Como se pode analisar na SD1(R3), se reconhece que os pais e as mães são presentes, frequentam a escola e se importam com o comportamento dos(as) filhos(as). Quando eles(as) foram chamados(as) para resolver um conflito interno do convívio na ONG, os pais e as mães compareceram, mostrando-se presentes mais uma vez. Percebe-se até um espanto ao notar que são pessoas com formações (“*sei que têm até uma formação superior*”). Logo, essas pessoas não vieram do abandono, da falta – pelo menos não foi sempre assim. Lembro-me, inclusive, de uma situação em que a diretora comenta que os pais e as mães venezuelanos(as) queriam conversar todos os dias sobre os(as) filhos(as) e que ela nem tinha mais o que dizer. Então, ainda que exista uma retórica para caracterizar “o ser venezuelano”, não se fortalece, pois vão surgindo exemplos, falhas que não correspondem a esse cenário interdiscursivo de ressonâncias que vem de outros lugares, com um viés político que menospreza tudo o que é da Venezuela.

Esse discurso da caracterização do venezuelano e da falta se completa com a interdição do “ser venezuelano” de fato. Pois, apesar de existir essa tendência de tentar caracterizar o outro a partir de falhas, não se permite que o outro exerça sua identidade, sua individualidade, e aquilo de coletivo que o determina, como a língua. Vejamos a seguir.

A Interdição

SD1(R4): Eles só têm o corredor para brincar, *pois não deixamos ficar no pátio por motivos de segurança*. Mas aos poucos ganharam confiança. *Os alunos brasileiros também vinham atrás para conhecer os meninos venezuelanos e para falar em espanhol. Mas a gente tenta ao máximo para que eles falem e se adaptem ao português. Em sala falo que é proibido, mas não é bem assim...quer dizer, escuto quando eles falam em espanhol, mas peço para que falem novamente em português. Eles têm que aprender. Estão no Brasil.*

SD2(R2): Aqui, por se tratar de alunos menores, inicialmente, decidimos reunir essas crianças em uma turma multisseriada. São crianças de 4 a 12 anos, alfabetizadas e

não alfabetizadas na língua espanhola. *Nossa missão é fazer com que eles aprendam o português e as operações básicas da matemática, acostumá-los como se dá a educação brasileira e a dinâmica da escola, antes de aloca-los em turmas regulares com os alunos brasileiros.*

SD2(R3): Alguns alunos já tinham estudado no Brasil, em Roraima. *Mas a maioria não tinha tido a experiência da educação brasileira.* Então tem sido um desafio integrar essas crianças na comunidade escolar. *Muitos no começo tinham vergonha de falar qualquer coisa, por isso optamos pela turma multisseriada.* Deu mais segurança por estar entre os seus, a mesma língua também. *A interação com os brasileiros fica por conta da curiosidade das crianças locais em conhecer os estrangeiros. Como aqui não podemos deixá-los no pátio, eles não têm um lugar bom pra brincar. O corredor e a sala se tornam espaços de brincadeira no momento da merenda.*

SD2(R4): Eu não falo espanhol e creio que seria melhor se eu falasse sim. *Mas as línguas são semelhantes...dá pra entender. E a gente incentiva muito o uso do português. Na sala tentamos fazer com que o espanhol fique fora, mas claro que não dá...ai a professora chama a atenção.*

Nas SDs acima, trago mais uma vez a referência à limitação do espaço da escola que atua como esse primeiro movimento, atrapalhando a integração dos(as) venezuelanos(as), e que vai além, atrapalhando, também, o desenvolvimento de todas as crianças, venezuelanas e brasileiras. É o resultado da falha da gestão pública que não oferece à escola um local seguro para que as crianças desenvolvam o brincar e o socializar. Elas estão restritas ao corredor; os(as) venezuelanos(as) ainda mais, no corredor anexo, na última sala. Junto a essas limitações físicas, vêm as limitações simbólicas.

A interdição da língua, do sujeito e da sua possibilidade de oferecer algo aos outros são o retrato de uma sociedade *monolinguística*, que não se reconhece como latina. A proibição do espanhol mostra o caráter extremamente homogêneo e limitante da educação brasileira. Aos(Às) venezuelanos(as), é proibida a livre manifestação da sua língua. O português torna-se a língua protagonista dentro de uma sala de aula onde há somente alunos(as) venezuelanos(as), pois “*a gente tenta ao máximo para que eles falem e se adaptem ao português*” afinal “*eles têm que aprender*”. *Estão no Brasil*”, conforme observado na SD1(R4).

Nota a urgência de adaptação para integrá-los(as) com os(as) alunos(as) brasileiros(as) SD2(R2) “*acostumá-los à a educação brasileira e à dinâmica da escola, antes de alocá-los em turmas regulares com os alunos brasileiros*”. Como se o espanhol, a história e a memória pudessem ser neutralizados antes da integração. Porém, apesar desse contexto, os(as) alunos(as) brasileiros(as) apareciam na sala de aula dos(as) venezuelanos(as) e rompiam com esse monolinguismo, indicando o caminho a seguir, mostrando como a curiosidade faz surgir momentos de aprendizagem. Ainda que recebessem alertas impositivos para falar em português, as crianças brasileiras não se davam por satisfeitas e perguntavam como se falava determinada palavra na língua do outro, o espanhol; brincavam e aprendiam, como vemos nas SD2(R3): “*A interação com os brasileiros fica por conta da curiosidade das crianças locais em conhecer os estrangeiros. Como aqui não podemos deixá-los no pátio, eles não têm um lugar bom pra brincar. O corredor e a sala se tornam espaços de brincadeira no momento da merenda*”.

A interdição do modo de falar do(a) imigrante e refugiado(a) é uma regularidade significativa no discurso da escola. Professores(as) e gestão, sem um direcionamento e preparo para lidar com esse grupo, acreditam que essa é a forma que devem agir para favorecer o acolhimento. Contudo, essa imposição da escola vem de um lugar histórico, iniciado com o projeto de nacionalização do Brasil e de invisibilidade ou silenciamento da diversidade do(a) imigrante e refugiado(a) (Payer, 1999), que são atualizados nas ressonâncias interdiscursivas através dos discursos da professora e diretora. Logo, ser sujeito da linguagem parece ser insuficiente. Foca-se *no ser sujeito da língua*, enquanto o ideal seria ser *sujeito das línguas*.

Observo acima que, apesar de reconhecer o interesse dos(as) alunos(as) brasileiros(as) pela língua espanhola e pelos(as) venezuelanos(as), isso é desencorajado, afinal, o objetivo da escola é ensinar o português. Como disse anteriormente, isso vem de uma memória nacionalista no Brasil, na qual existia o receio da perda da identidade brasileira devido às grandes migrações do século XX. É como se o colonizador sentisse o perigo ao perceber que, naquele espaço, outra língua, outra cultura e outra forma de pensar pudessem ganhar espaço; no caso atual, o modo de pensar venezuelano e de seu temido socialismo. Afinal, é possível observar que, desde sempre, o ensino formal buscou promover a prática do monolinguismo tanto ao excluir as possibilidades de ensino de outras línguas, como ao considerar apenas uma variedade específica do português nas escolas, a da norma culta padrão, excluindo os outros modos de falar português. Ainda que a escola veja o interesse das crianças brasileiras, condiciona isso para o lugar do exótico, corta-se esse desejo e estimula uma não heterogeneidade. São modos parafrásticos de falar que culminam com o discurso nacionalista, homogeneizante do ensino no Brasil.

Porém, a heterogeneidade não é o que se busca nas escolas brasileiras, muito menos em tempo de discursos ultranacionalistas. Há muito tempo no Brasil, o discurso da educação coopera para um assimilacionismo da língua, da cultura e do jeito certo de existir. Quando se considera uma língua estrangeira, os professores(as) foram levados(as) a crer que para aprender uma língua estrangeira é preciso abandonar a língua materna, pois esta iria atrasar o aprendizado, e que os(as) alunos(as) não atingiriam um nível de perfeição de um nativo(a), que nunca sairiam da interlíngua, sendo esse o objetivo maior dessas ressonâncias interdiscursivas que recuperam discursos com viés monolinguístico no ensino de línguas.

Como afirma Coracini (2007, p. 158):

Nós, professores e alunos, não estamos preparados para compreender que ensinar uma língua estrangeira é oferecer experiências de estranheza, provocar situações de estranhamento nas quais, por um momento, não somos capazes de nos reconhecer e, por vezes, de reconhecer o outro (e, portanto, de compreendê-lo).

Essas experiências de estranhezas, por mais que tentam ser afastadas, não deixam de existir nas aulas de línguas. Elas sucedem como funcionamentos da polissemia dos sentidos, que trazem novos discursos. Novos porque são os dizeres dos sujeitos silenciados, que não são autorizados a falar, mas que furam a bolha aos poucos dizendo quem são, de onde vem e o que querem. Isso faz mudar o imaginário da escola sobre os(as) venezuelanos(as). Passam a compreender que eles(as) não são tão vulneráveis ao

ponto de aceitarem tudo e atuarem como sujeitos nacionais como a sociedade receptora deseja. Eles(as) rompem com determinados imaginários, fazendo surgir uma admiração e um reconhecimento, ainda que com surpresa e espanto. Isso veremos a seguir, após alguns anos de contato com esse público no dia a dia escolar.

Durante a minha estadia, percebi a criação, por parte da escola, de momentos para expor a cultura dos(as) migrantes, como em eventos na cidade ou na escola. São interessantes estratégias de sensibilização da comunidade escolar e local, porém, os momentos de valorização da cultura do outro devem ir além, como uma prática diária de sala de aula. O objetivo seria desenvolver uma identificação simbólica com a língua, para que ocorra, por exemplo, uma inscrição na língua e o(a) imigrante e o refugiado(a) possam se reconhecer sujeito da língua, sabendo se adaptar, compreendendo, a partir de uma relação transferencial para a língua estrangeira que diz respeito a esse estado de conforto em um certo domínio da língua. “Os alunos não apenas interagem, mas se fiskam, se interpelam, se impulsionam.” (Celada, 2011, p. 35).

Porém, essa ideia de aquisição na educação brasileira diz muito sobre um modelo de abandono do seu passado, de acordo com o que Pêcheux e Gadet ([1981] 2004, p. 35) observam, em *A Língua Inatingível*, ao abordarem essa regra do jogo universal, do histórico modelo político, burguês, capitalista e neoliberal, que direciona o desenvolvimento como renúncia do passado: “Para se tornar cidadãos, os homens devem, pois, livrar-se das particularidades históricas que os entreva: seus costumes locais, suas concepções ancestrais, seus preconceitos e sua língua materna.” Em meu entendimento, ocorre uma supervalorização do ser sujeito da língua, no singular, e um apagamento do ser sujeito da linguagem ou de línguas. É um movimento que valoriza a ideia de monolinguismo, não só na língua, mas na cultura e na política.

A Imposição

Como foi visto acima, focar apenas na estrutura da língua e, no caso dos(as) imigrantes e refugiados(as), no português, é interditar o sujeito de linguagem, cortando os possíveis movimentos de identificação. Uma violência simbólica a nível da linguagem. Infelizmente, observo que isso acontece, uma vez que existe uma pressão para a aquisição do português quando os(as) imigrantes e refugiados(as) chegam ao Brasil. Nas escolas, a imposição é grande e os estímulos nem sempre são positivos. Isto é, existe o estímulo natural dentro do ambiente escolar, o contato com os colegas brasileiros(as), funcionários(as) da escola, professores(as), material didático e a paisagem linguística que se dá majoritariamente em português. Porém, quando acontecem práticas de ensino direcionadas, produção de texto, atividades, contato com os(as) professores(as), o(a) aluno(a) é pressionado(a) a desenvolver tudo o que lhe é solicitado em português, sendo lembrado que não se encontra em um nível esperado de aquisição dessa língua.

O sujeito da linguagem encontra-se limitado e pode desenvolver até barreiras para se tornar *sujeito da língua*. A inscrição na ordem da língua portuguesa de modo forçado interdita o(a) venezuelano(a) e o(a) brasileiro(a) também, uma vez que este(a) não é estimulado(a) a aprender uma nova língua, no caso o espanhol.

A imposição acontece de modo direto com ordens para falar em português ao tentar falar com

o(a) professor(a), na interação entre alunos(as) e na concepção de acolhimento presente nos dizeres sobre os(as) venezuelanos(as) na escola. Vejamos abaixo:

SD1(R5): *Acho que a integração, entre eles, os brasileiros e a escola, está sendo boa. Eles estão fazendo amigos, muitos brincam à tarde com eles na ONG ou na Igreja. Outro dia também levei uma aluna, que participa da escola dominical, à praia. Ela não conhecia. É bom também que a gente dá uma educação religiosa, sabe, porque o contato com eles vai além da escola.*

SD1(R6): *Acolher é aceitar a presença dessas pessoas novas e ensiná-los como viver no Brasil.* É diferente...*alguns costumes e comportamentos têm que ficar de lado. Não podemos ser muito bonzinhos não, tem que ter ordem. Olha outros países como os EUA, lá tem lei e eles não entram. Aqui eles entram, mas têm que aprender a viver segundo as nossas regras.* É isso...*receber né, ensinar, integrar na escola, dá educação com afetividade e proporcionando uma interação.* Essa interação ainda não acontece muito com essa turma, porque eles estão só entre venezuelanos, mas semestre que vem cada uma estará em um ano aí a interação vai acontecer.

SD2(R5): Os pais são participativos e sempre estão na escola em contato conosco. *A recepção de alguns pais brasileiros é que não foi boa. Ficaram com medo de doenças e de que faltassem coisas para os filhos. Aí é toda uma conversa que eu tenho que ter com a famílias, explicar que é Lei e que faz parte da missão cristã acolher os precisados. Eles aceitam mais ou menos.*

SD2(R6): *Acho que acolher é isso que estamos fazendo dentro do possível. Receber essas pessoas, com respeito e compreensão, mas também mostrar como as coisas funcionam. Os direitos e deveres que um brasileiro tem e que eles vão ter que se acostumar porque estão vivendo no Brasil. Todo mundo faz tudo dentro do possível. As meninas da cozinha se comunicam por sinais...aí gritam por ajuda quando não entendem nada. Termina que todo mundo aprende uma palavra ou outra em espanhol, mas o importante para eles é treinar o português. A gente estimula até as crianças brasileiras falarem: em português quando um venezuelano fala em espanhol, mas eles gostam das palavras em espanhol.*

No discurso da escola, encontro o reconhecimento da necessidade de acolhimento, os direitos dos(as) imigrantes e refugiados(as), mas vinculados a uma necessidade do português acima de tudo, como promessa de habitar este país. Desse modo, ao descrever o que seria acolhimento, os sintagmas discursivos “estão no Brasil”, “é preciso se acostumar”, “o ter que”, etc., recuperam um passado migratório brasileiro que ainda ecoa e se atualiza com os deslocamentos recentes. Esses dizeres da escola, um dos supostos lugares de acolhimento, fazem parte de uma rede de ressonâncias interdiscursivas. Estas acontecem a partir da relação entre paráfrases que ressoam significados interdiscursivos.

A meu ver, a noção de ressonância permite incluir, na própria conceituação de paráfrase, o sujeito da linguagem, pois ela sempre ressoa para alguém, tanto da dimensão dos interlocutores empíricos projetados no discurso (projeção para a qual é fundamental o domínio das formações imaginárias), quanto para a dimensão do sujeito, no sentido foucaultiano do termo, ou seja, o do

lugar de exercício da função enunciativa em uma formação discursiva (...). As paráfrases, então, tal como as estou entendendo aqui, ressoam significativamente na verticalidade do discurso e concretizam-se na horizontalidade da cadeia, através de diferentes realizações linguísticas (Serrani, 1997, p. 47).

São essas paráfrases que atualizam uma prática do estado brasileiro de rejeição ao plurilinguismo, estimulando a necessidade de adaptação a um modelo consolidado como padrão que está presente nos discursos e nas práticas da escola para com esse público de imigrantes e refugiados(as). Muito se discute a falta do Estado nessas ações, recursos e direcionamentos. Porém, do ponto de vista sustentado neste trabalho, o Estado atua simplificando lugares, ao mesmo tempo que se exime de responsabilidades maiores. É preciso que a escola seja de fato um lugar de acolhimento e integração, não apenas um depósito e um sistema de reprodução de ressonâncias interdiscursivas passadas. No entanto, é preciso também falar do abandono e de como algumas escolas tentam se adaptar para tentar promover uma mudança positiva.

É latente o atravessamento de ressonâncias político-discursivas nos discursos da escola. O acolhimento aparece condicionado a certas condições como aprender o português, se adaptar aos costumes brasileiros e se anular como um sujeito de outro país. Nos termos da SD1(R6) acima, “*acolher é aceitar a presença dessas pessoas novas e ensiná-los como viver no Brasil.*” Para isso, no entanto, “*alguns costumes e comportamentos têm que ficar de lado*” e “*tem que ter ordem*”.

Logo, noto uma divisão muito forte entre eles(as) e nós. Eles(as) que devem aprender, nós que devemos ensinar e não temos nada a aprender. Essa posição não é exclusiva da escola, já que o objetivo aqui é mostrar que são discursos que vêm de outros lugares, que indicam ainda uma resistência brasileira reforçada na mídia, nas redes sociais do governo e nos documentos oficiais, como as leis. Ainda que essa recepção seja diferente a depender da nacionalidade, é possível recuperar práticas semelhantes, em um passado não tão distante, no qual os(as) europeus(as) foram também interditados(as) e proibidos(as) por lei de manifestar a sua língua. Esse sentido de *acolher* é herança dessa época e, apesar da separação temporal, ainda estamos repetindo as mesmas práticas, ainda que os discursos tentem sugerir algo diferente.

Atualmente, com uma guinada ultranacionalista pela qual está passando o Brasil, esses discursos encontram um campo fértil para crescer. Afinal, busca-se uma ordem, sentido presente na SD1(R6) “*não podemos ser muito bonzinhos não, tem que ter ordem. Olha outros países como os EUA, lá tem lei e eles não entram*”. Os EUA funcionam nesses dizeres como uma entidade onipresente. É o modelo que se admira, que fomos ensinados a admirar, é o capitalismo dando certo, e a Venezuela dando errado com o socialismo. Essa dualidade aparece entre os sentidos que essas ressonâncias discursivas trazem.

Outro ponto a se destacar é o atravessamento do discurso cristão. As crianças frequentam igrejas na comunidade e são estimuladas a se comportarem como tal, como podemos ver na SD1(R5) “*bom também que a gente dá uma educação religiosa, sabe, porque o contato com eles vai além da escola.*” Assim, como na SD2(R5), na qual, para convencer e apaziguar as reclamações dos(as) pais e mães brasileiros(as), a escola atua retomando o discurso cristão “*aí é toda uma conversa que eu tenho que ter com a famílias,*

explicar que é Lei e que faz parte da missão cristã acolher os precisados. Eles aceitam mais ou menos.”

Logo, analisando as condições possíveis para o acolhimento presente nessas SDs acima, comprehendo que ele só vai acontecer a partir de uma série de condições. Para que o acolhimento ocorra, é preciso que eles(as) deixem os costumes de lado, que eles(as) aprendam o português, que abandonem o espanhol e abandonem quem são; além disso, não podem reclamar, porque afinal “[...] acolher é isso que estamos fazendo dentro do possível. Receber essas pessoas, com respeito e compreensão, mas também mostrar como as coisas funcionam”. A parte adversativa desse enunciado, já mostra o que é mais importante para a prática da escola: mostrar como as coisas funcionam para que sejam acolhidos. É o eco da imposição do *tem que* repetida, ratificada, como condição para o acolhimento.

Conclusão

Através do *discurso sobre*, analisei o atravessamento da subjetividade do sujeito migrante/refugiado através da materialidade significante do outro, do nacional, que tenta extrapor (Payer, 2016) os sentidos trazidos e realocá-los em discursos que não são novos, mas ditos de outras formas, tentando fazer com que o sujeito migrante/refugiado ocupe lugares esperados pela sociedade de acolhida, o que significa dizer que não são lugares necessariamente de direitos, mas vistos desde o ponto de vista da caridade. Sendo assim, esse acolhimento não indica necessariamente um acolher; às vezes, indica até mais um desacolhimento, uma vez que, em nome desse suposto “acolhimento”, o(a) migrante/refugiado(a) se vê obrigado a abandonar sua língua, sua memória e suas raízes, entendendo que somente se adequando, tal como nativo, é que conseguirá ser aceito. Nesse contexto, para o desenvolvimento do PLAc é necessário que exista o cuidado de que o ensino de português seja visto como um facilitador e não como uma necessidade fundamental para sua acolhida no país de chegada. É dever do Estado defender os direitos dos indivíduos que foram forçados a sair de seus países, portanto, é importante organizar programas para que essa juventude participe da vida educativa e se adapte ao ambiente escolar de maneira acolhedora, sem se despir de sua identidade.

Referências

- CELADA, M. T. Em transferência – efeito de uma reflexão no campo das línguas estrangeiras, com foco no espanhol. Em: RODRIGUES, Eduardo A., SANTOS, G. L. dos; BRANCO, L. K. A. C. (orgs.). **Análise do discurso no Brasil.** Pensando o impensado sempre. Campinas: RG, 2011. p. 441-465.
- CORACINI, M. J. **A celebração do outro:** arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilingüismo e tradução. Campinas: Mercado de Letras, 2007.
- MARIANI, Bethânia. Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito. **Gragoatá**, Niterói, n. linguagem, língua e discurso, 1996.
- ORLAND, E. P. **Eu, tu, ele:** discurso e real da história. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- ORLANDI, E. P. **Língua e Conhecimento Linguístico:** para uma história das idéias no Brasil. 2. ed.

São Paulo: Cortez, 2013.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Editora Pontes, 2013.

ORLANDI, E. **Terra à vista - discurso do confronto:** velho e novo mundo. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, [1990] 2008.

ORLANDI, E. **Discurso e Texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

PAYER, M. O. **Memória da língua. Imigração e nacionalidade.** Tese de doutorado. IEL, Unicamp, 1999.

PAYER, M. O. O trabalho com a língua como lugar de memória. **Synergies Brésil**, n° 7, p. 37-46, 2009.

PAYER, M. O.; CELADA, M. T. Sobre sujeitos, língua(s), ensino. Notas para uma agenda. In: PAYER, M. O.; CELADA, M. T. (orgs.). **Subjetivação e Processos de Identificação.** Sujeitos e línguas em práticas discursivas – inflexões no ensino. Campinas: Pontes Editores, 2016.

PAYER, M. O. A condição humana de imigrantes à deriva. corpos, línguas e diluição do sujeito. In: GRIGOLETTO, E.; NARDI, F. S. (orgs.). **A Análise de Discurso e sua história:** avanços e perspectivas. Campinas: Pontes, 2016. p. 343-358.

PAYER, Maria Onice. Processos, modos e mecanismos da identificação entre o sujeito e a(s) língua(s). **Gragoatá**, Niterói, n. 34, 2013.

PÊCHEUX, M.; LÉON, J. Análise Sintática e Paráfrase Discursiva. In: ORLANDI, E. (Org.). **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes, [1982] 2011. p. 163-173.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET & HAK (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso.** 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014.

PETRI, V. A produção de sentidos “sobre” o gaúcho: um desafio social no discurso da história e da literatura. **Conexão Letras.** v. 4, n. 4, 2009.



UFSC

Resenha da Tese

Tese dá voz a migrantes venezuelanos no Brasil e mostra representações e imaginários sociodiscursivos construídos sobre eles pela mídia

Eduardo Assunção Franco

Se ainda existia alguma dúvida de que a Análise do Discurso pode ser uma ótima ferramenta de pesquisa para analisar problemas sociais, a pesquisadora Maíra Ferreira Sant'Ana (POSLIN/UFMG) ajudou a dissipá-la. Com sua tese “A migração de venezuelanos para o Brasil: representações sociais e imaginários (socio) discursivos em narrativas de vida e textos jornalísticos” (SANT'ANA, 2022), ela comprovou que isso pode ser feito com clareza e competência.

Na verdade, um pouco antes dela, sua orientadora, a professora Doutora Gláucia Muniz Proença Lara, do POSLIN/FALE/UFMG; e a professora Doutora Rita Pacheco Limberti, da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras da UFGD, haviam lançado os livros “Discurso e (des) igualdade social” (2015) e “Representações do outro: discurso (des) igualdade e exclusão” (2016). Eles demonstraram como a Análise do Discurso, escudada em textos de e sobre sujeitos em situação de vulnerabilidade, como é o caso dos migrantes e refugiados, é de suma importância para dar voz, dentro e fora do ambiente acadêmico, para esses sujeitos expressarem suas lutas, denunciarem toda forma de opressão e buscarem seus direitos de cidadãos. “A história também pode ser contada de um outro ponto de vista, o do dominado”, escrevem as autoras (2016).

Outros fatores contribuíram para que Sant'Ana optasse por essa temática para sua pesquisa. Primeiro a sua sensibilidade enquanto pesquisadora, já que em 2018, o mundo enfrentava uma forte crise humanitária de migrações. Também foi fundamental o contato que teve com venezuelanos quando atuou, a partir de 2019, como professora voluntária da disciplina “Português como língua de acolhimento”, no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG). Lá, a professora teve esse primeiro contato com os venezuelanos. Estima-se que, em 2019, cerca de 200 migrantes dessa nacionalidade tenham chegado a Belo Horizonte (MG), dentro do projeto de interiorização desenvolvido pelo Governo Federal.

A pesquisadora trabalhou em duas frentes para dar sustentação ao seu objeto de estudo: entrevistou um grupo de imigrantes venezuelanos trazidos para Belo Horizonte; e analisou reportagens sobre o tema, publicadas nos jornais *Folha de Boa Vista*, com sede na capital de Roraima; e *O Tempo*, com sede em Contagem (MG), na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Com base nesse *corpus*, Sant'Ana recolheu as narrativas de vida dos migrantes, assim como as representações sociais e imaginários sociodiscursivos construídos sobre eles por jornalistas, políticos, assistentes sociais e responsáveis por órgãos de imigração.



O drama dos migrantes e refugiados é narrado pela autora. Segundo ela, em 2019, quase 80 milhões de pessoas foram forçadas a deixar seus lares devido a perseguições, conflitos, violência ou violações dos direitos humanos. No caso dos venezuelanos, por questões geográficas, Roraima é um dos seus principais pontos de migração. Conforme o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), viviam nos 11 abrigos criados em Boa Vista e Pacaraima (RR), em 2018, 6,3 mil pessoas, das quais 2,5 mil eram crianças e adolescentes. A estimativa era de que cerca de 1,5 mil venezuelanos estavam em situação de rua, principalmente na capital.

No arcabouço teórico da sua tese, Sant'Ana utilizou alguns planos da semântica global de Maingueneau (2008); noções de narrativas de vida (Bertaux, 2005; Machado & Lessa, 2013; Machado, 2011, 2015, 2016; Lara, 2021); gênero jornalístico/notícia (Charaudeau, 2012; Silva, 2007); representações sociais e imaginários sociodiscursivos (Moscovici, 2015; Castoriadis, 1982; Charaudeau, 2012, 2015, 2017).

Entre as narrativas de vida colhidas por Sant'Ana, foram selecionadas para análise as de cinco venezuelanos (três mulheres e dois homens), que participaram do citado projeto de interiorização do Governo brasileiro. Eles vieram para Belo Horizonte, em 2019. Uma delas é Edelmira (nome fictício¹), que justificou a difícil situação econômica da Venezuela como principal fator que a levou a decidir migrar para o Brasil. Mesmo com a falta de oportunidades de trabalho encontrada em Boa Vista, ela avaliou que a situação era melhor do que em seu país.

Alejandro (nome fictício) fez questão de ressaltar o espírito “lutador e guerreiro” dos venezuelanos – *éthos* de força –, que vieram para o Brasil “para progredir e colocar o nome da Venezuela no mapa”. Ele atribui a crise no seu país ao governo de Nicolás Maduro. No plano da intertextualidade, a autora verifica a utilização dos discursos político, econômico e religioso pelo entrevistado, que salienta que “minha meta é voltar à Venezuela, em nome do Senhor”.

Para Sant'Ana (2022, p. 201), o processo migratório dos venezuelanos envolve, em suma: 1) o contexto de crise relatado sobre a Venezuela; 2) a complicada trajetória para o Brasil; 3) as experiências vivenciadas em Roraima (Pacaraima e Boa Vista), representadas, via de regra, por um léxico negativo; e 4) a posterior migração para Belo Horizonte pela estratégia de interiorização, que também envolve rupturas (deixar um estado, laços afetivos etc.).

Seis reportagens publicadas na *Folha de Boa Vista* e cinco no jornal *O Tempo* foram analisadas pela autora. Sant'Ana comenta que, por ser local, a *Folha de Boa Vista* tem mais acesso às informações sobre o tema, porém estudiosos do jornalismo alertam que isso pode levar a mais distorções dessas informações. A pesquisadora observou que nas reportagens não existe uma unidade no tratamento dos venezuelanos, chamados de “imigrantes”, “refugiados” e “migrantes”, e que, na maioria das vezes, eles são representados por meio de números e porcentagens, construindo, assim, uma espécie de “retórica numérica”. Também são classificados como de baixa qualificação profissional e concorrentes dos brasileiros no mercado de trabalho.

O Tempo, jornal mais vendido em Minas Gerais, dá um tratamento diferenciado aos venezuelanos.

I A autora atribuiu nomes fictícios aos seus entrevistados, para garantir sua privacidade e segurança, em consonância com as normas do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG.

Sant'Ana observa que os migrantes são nomeados como “necessitados de ajuda/caridade” e também como “refugiados, cujo país de origem enfrenta uma crise humanitária”. Entidades que os recebem e apoiam, como o Serviço Jesuíta a Migrantes Refugiados (SJMR) e a Cruz Vermelha, são apontadas como caridosas. Os leitores são incentivados a fazerem doações, e os venezuelanos não são representados como “peso” para o Brasil ou concorrentes dos trabalhadores brasileiros.

De modo geral, no confronto entre as narrativas de vida e os textos midiáticos, a pesquisadora constatou que as representações que os venezuelanos que participaram da pesquisa fazem de si mesmos não coincidem com as feitas pelas mídias roraimense e mineira. Nessa perspectiva, eles se apresentam como pessoas dignas e trabalhadoras, que querem lutar para construir uma vida melhor, o que difere tanto da ideia projetada pela *Folha de Boa Vista*, que os toma, não raro, como um grupo intruso, que ameaça a segurança e os empregos dos brasileiros; quanto daquela evidenciada pelo jornal *O Tempo*, que os vê apenas como pessoas que precisam de ajuda e tratamento humanitário.

Consideramos que na sua tese, bem sedimentada e estruturada, Sant'Ana (2022) fornece importante contribuição tanto do ponto de vista acadêmico quanto do humanitário. Ao apresentar as narrativas de vida dos imigrantes venezuelanos, a pesquisadora dá voz “aos que são, via de regra, ignorados, silenciados e mesmo falados por outrem” (2022, p. 270).

Referências

- BERTAUX. Daniel. **Le récit de vie**. Paris: Armand Cohn, 2005.
- CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012a.
- CHARAUDEAU, Patrick. Os imaginários de verdade do discurso político. 2^a ed. In: CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2015. P. 185-245.
- LARA, Gláucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (orgs). **Discurso e (des) igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015.
- LARA, Gláucia Proença.; LIMBERTI, Rita Pacheco (orgs). **Representações do outro: discurso, (des) igualdade e exclusão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- LARA, Gláucia Proença. De migrantes a cidadãos do mundo: narrativas de vida de brasileiros no continente europeu. **Caderno de Letras**, nº 40, p. 275-301, 2021 d. Dossiê “Linguagem, narrativas e subjetividades”. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernoletras>. Acesso em: 27 de setembro de 2021d.
- MACHADO, Ida Lúcia. Histórias discursivas e estratégias de captação do leitor. **Diadórim**. Rio de Janeiro, v. 10, p. 59-74, 2011.
- MACHADO, Ida Lúcia. A narrativa de vida como materialidade discursiva. **Revista ABRALIN**, v. 14, nº 2, p. 95-108, 2015^a. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/abralin/articles/view/42557/25814>. Acesso em: 12 de junho de 2015.

MACHADO, Ida Lúcia. **Reflexões sobre uma corrente de Análise do Discurso e sua aplicação em narrativas de vida.** Coimbra: Grácio Editor, 2016a.

MAINIGUENEAU, Dominique. Uma semântica global. In: **Gênese dos discursos.** Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008, p. 75-97.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2015.

SANT'ANA; Maíra Ferreira. **A migração de venezuelanos para o Brasil: representações sociais e imaginários (socio) discursivos em narrativas de vida e textos jornalísticos.** Tese apresentada, em 2022, ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG. Orientadora: Profa. Dra. Glaucia Muniz Proença Lara.

SILVA, Pollyana Honorata. **Os gêneros jornalísticos e as várias faces da notícia.** 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Linguísticas (ILELL), Universidade Federal de Uberlândia.